

CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E
DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO - CALC

CUMBRE DE AMÉRICA LATINA Y
EL CARIBE SOBRE INTEGRACIÓN
Y DESARROLLO - CALC

SUMMIT OF LATIN AMERICA
AND THE CARIBBEAN ON
INTEGRATION AND
DEVELOPMENT - CALC

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

SUBSECRETARIA - GERAL DE AMÉRICA DO SUL - SGAS

Embaixador Enio Cordeiro

DEPARTAMENTO DA ALADI E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL - DEIR

Diretor Ministro Paulo Roberto Caminha de Castilhos França

A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Cúpula da América Latina e do
Caribe sobre Integração e
Desenvolvimento - CALC

Cumbre de América Latina y el Caribe
sobre Integración y Desarrollo - CALC

Summit of Latin America and the
Caribbean on Integration and
Development - CALC



Brasília, 2009

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2009

Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC (2008 : Salvador) [Anais]. — Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

332p.

ISBN: 978.85.7631.169.0

1. Política externa – América Latina. 2. Política externa – Caribe. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Economia – Desenvolvimento. 5. Integração econômica. I. Cumbre de América Latina y El Caribe sobre Integración y Desarrollo – CALC. (2008 : Salvador). II. Summit of Latin America and Caribbean Countries on Integration and Development – CALC (2008 : Salvador). III. Título. IV. Título: Integração e desenvolvimento.

CDU 327(8)
CDU 327(728)
CDU 338.1
CDU 339.91

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Prefácio, 11

Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sr. Celso Amorim

Intervenções (versão original)

Dia 16 de dezembro

Brasil, 15

Presidente, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Honduras, 19

Presidente, Sr. José Manuel Zelaya Rosales

Nicarágua, 21

Presidente, Sr. José Daniel Ortega Saavedra

Cuba, 27

Presidente do Conselho de Estado, Sr. Raúl Modesto Castro Ruz

Guiana, 29

Presidente, Sr. Barrat Jagdeo

Guatemala, 34

Presidente, Sr. Álvaro Colom Caballeros

Chile, 37

Presidente, Sra. Verónica Michelle Bachelet Jeria

República Dominicana, 44

Presidente, Sr. Leonel Antonio Fernández Reyna

Paraguai, 51

Presidente, Sr. Fenando Armino Lugo Méndez

México, 53

Presidente, Sr. Felipe de Jesús Calderón Hinojosa

Suriname, 58

Presidente, Sr. Ronald Runaldo Venetiaan

Venezuela, 60

Presidente, Sr. Hugo Rafael Chávez Frías

Dia 17 de dezembro

Jamaica, 63

Primeiro-Ministro, Sr. Orette Bruce Golding

Bolívia, 67

Presidente, Sr. Juan Evo Morales Ayma

Argentina, 73

Presidente, Sra. Cristina Elisabet Fernández de Kirchner

Panamá, 79

Presidente, Sr. Martin Erasto Torrijos Espino

Uruguai, 82

Presidente, Sr. Tabaré Ramón Vázquez Rosas

Venezuela, 88

Presidente, Sr. Hugo Rafael Chávez Frías

Bahamas, 94
Primeiro-Ministro, Sr. Hubert Alexander Ingraham

Peru, 96
Primeiro Vice-Presidente, Sr. Luis Alejandro Giampietri Rojas

São Vicente e Granadinas, 99
Primeiro-Ministro, Sr. Ralph Everard Gonsalves

Colômbia, 103
Vice-Presidente, Sr. Francisco Santos Calderón

Trinidad e Tobago, 107
Ministra dos Negócios Estrangeiros, Sra. Paula Gopee-Scoon

Barbados, 111
Ministra das Relações Exteriores, Sra. Maxine McClean

Haiti, 115
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Culto, Sr. Alrich Nicolas

El Salvador, 117
Vice-Ministro das Relações Exteriores, Sr. Eduardo Cáliz López

Brasil, 120
Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim

Brasil, 124
Presidente, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Intervenções do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (versões em espanhol e inglês)

Apertura, 133
Opening statement, 137
Cierre, 141
Closing statement, 146

Intervenções (versão em português)

Dia 16 de dezembro

Brasil, 155

Presidente, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Honduras, 159

Presidente, Sr. José Manuel Zelaya Rosales

Nicarágua, 161

Presidente, Sr. José Daniel Ortega Saavedra

Cuba, 167

Presidente do Conselho de Estado, Sr. Raúl Modesto Castro Ruz

Guiana, 169

Presidente, Sr. Barrat Jagdeo

Guatemala, 174

Presidente, Sr. Álvaro Colom Caballeros

Chile, 177

Presidente, Sra. Verónica Michelle Bachelet Jeria

República Dominicana, 184

Presidente, Sr. Leonel Antonio Fernández Reyna

Paraguai, 191

Presidente, Sr. Fernando Armindo Lugo Méndez

México, 193

Presidente, Sr. Felipe de Jesús Calderón Hinojosa

Suriname, 198

Presidente, Sr. Ronald Runaldo Venetiaan

Venezuela, 200
Presidente, Sr. Hugo Rafael Chávez Frías

Dia 17 de dezembro

Jamaica, 202
Primeiro-Ministro, Sr. Orette Bruce Golding

Bolívia, 206
Presidente, Sr. Juan Evo Morales Ayma

Argentina, 213
Presidente, Sra. Cristina Elisabet Fernández de Kirchner

Panamá, 219
Presidente, Sr. Martin Erasto Torrijos Espino

Uruguai, 221
Presidente, Sr. Tabaré Ramón Vázquez Rosas

Venezuela, 227
Presidente, Sr. Hugo Rafael Chávez Frías

Bahamas, 233
Primeiro-Ministro, Sr. Hubert Alexander Ingraham

Peru, 235
Primeiro Vice-Presidente, Sr. Luis Alejandro Giampietri Rojas

São Vicente e Granadinas, 238
Primeiro-Ministro, Sr. Ralph Everard Gonsalves

Colômbia, 242
Vice-Presidente, Sr. Francisco Santos Calderón

Trinidad e Tobago, 246
Ministra dos Negócios Estrangeiros, Sra. Paula Gopee-Scoon

Barbados, 251

Ministra das Relações Exteriores, Sra. Maxine McClean

Haiti, 255

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Culto, Sr. Alrich Nicolas

El Salvador, 257

Vice-Ministro das Relações Exteriores, Sr. Eduardo Cálix López

Brasil, 260

Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim

Brasil, 264

Presidente, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Declaração de Salvador e Declarações Especiais

Declaração de Salvador, 273

Declaración de Salvador, 286

Declaration of Salvador, 299

Declarações Especiais, 311

Declaraciones Especiales, 315

Special Declarations, 319

Lista de Chefes de Delegação, 325

Prefácio

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores

Desde meados do século XX, a integração regional se consolida como importante fenômeno das relações internacionais. A aproximação política e econômica entre povos que compartilham herança histórica e vizinhança geográfica ajuda os países a enfrentar os complexos desafios de um mundo globalizado.

Na América Latina e no Caribe, experiências como o Mercosul, a Aladi, a Comunidade Andina, o Sistema de Integração Centro-Americano, a Caricom e o Grupo do Rio, demonstram que o comércio, a cooperação e o diálogo político pavimentam a estrada para a paz e o desenvolvimento. Mais recentemente, os países da América do Sul decidiram criar a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que reforça a identidade internacional da região.

Testemunhamos hoje um outro agrupamento em fase de gestação, agora abrangendo todos os países latino-americanos e caribenhos. O interesse em fortalecer os laços de amizade entre esses países motivou o Presidente Lula a convocar a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – a CALC. O encontro foi realizado em 16 e 17 de dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, e contou com a participação de todos os 33 países da região.

A Cúpula representou momento histórico. Pela primeira vez, em dois séculos de independência política, as nações latino-americanas e caribenhas reuniram-se por iniciativa própria, sem tutela externa, para discutir uma agenda comum em torno de seus mecanismos regionais e sub-regionais de integração.

O tema central da Cúpula foi a integração e o desenvolvimento da região no contexto das múltiplas crises atuais: financeira, energética, alimentar e da mudança do clima. Os países latino-americanos e caribenhos escolheram enfrentar esses tempos difíceis com soluções coletivas. Juntos, somos maiores e mais fortes. Juntos, ajudamos a fomentar o desenvolvimento uns dos outros.

Nesta obra, estão reproduzidos os discursos do Presidente Lula, anfitrião do encontro, nas sessões de abertura e de encerramento da Cúpula. Também se encontram aqui os pronunciamentos dos 19 Chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos e dos demais chefes de Delegação, bem como a Declaração de Salvador e as Declarações Especiais.

As falas dos líderes presentes e as declarações aprovadas por todos os governos da região são testemunho vivo do desejo da América Latina e do Caribe de fortalecer as relações intra-regionais por meio do comércio, da cooperação, da integração física e energética e da aproximação entre os povos. As intervenções foram unânimes em concluir que o diálogo regional é fundamental para a construção de um futuro de prosperidade comum e justiça social.

A necessidade de responder aos desafios do momento atual sublinha a importância de um adequado seguimento das decisões da CALC. A segunda edição da Cúpula, prevista para 2010, terá lugar no México. A terceira deverá realizar-se em Caracas, em 2011.

A iniciativa brasileira de convocar a primeira Cúpula da América Latina e do Caribe representa, portanto, a pedra inaugural de um esforço duradouro em prol da integração e do desenvolvimento de uma região que, em termos diplomáticos, pela primeira vez se enxerga como tal.

INTERVENÇÕES
(VERSÃO ORIGINAL)



Abertura da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento CALC

Costa do Sauípe, 16 de dezembro de 2008.

Salas Capitania da Bahia 2 e 3 e Centro de Convenções - Hotel Conventions

I Sessão da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC)

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, meus companheiros e companheiras, mesmo com a ausência de algumas pessoas que já estão se dirigindo ao encontro, eu queria dizer a todos da alegria de estarmos realizando esta reunião. Eu penso que todos os Presidentes aqui presentes, Ministros, compreendem o significado extraordinário desta primeira reunião entre América Latina e Caribe. Também está convidado, me parece, a CEPAL, como pessoa, está convidado o nosso companheiro Insulza, também como pessoa; o Iglesias, como pessoa; e as organizações latino-americanas e caribenhas. Em primeiro lugar, antes de dizer algumas palavras, eu gostaria de dar uma noção a todas as pessoas de como vai ser o dia de hoje. Durante a reunião da CALC, teremos as seguintes sessões de trabalho:

- Sessão de Diálogo Presidencial aberto à Mídia na tarde de hoje e amanhã pela manhã;

- Sessão Privada para aprovação das Declarações e discussão sobre Segmento da CALC e local e data da II Cúpula, o que nós vamos decidir no final da manhã no dia de amanhã.

Hoje, no final da tarde, quando estivermos terminando esta primeira fase da reunião, o Presidente do México, o nosso companheiro Calderón, conduzirá uma Cúpula Extraordinária do Rio de Janeiro que vai aprovar a entrada definitiva de Cuba. Consagrar. Nas pastas, vocês receberam, aí nas pastas, o projeto de agenda dessa reunião. Como nós não temos hábito de

fazer votação sobre a pauta da reunião, vamos considerar essa pauta aprovada.

Bem, é um momento extraordinário para que a gente possa fazer um debate político. Eu só queria ponderar o seguinte: aqui, vale para mim e vale para todos, é que se todos nós falarmos mais ou menos 10 minutos teremos, estou mirando a Raul que é o mais novo participante da reunião. Se todos nós falarmos 10 minutos, nós teremos tempo de ouvir todos os Presidentes que estão aqui presentes. Primeiro, nós vamos ouvir os Presidentes, depois então nós iremos ouvir outros companheiros convidados para a reunião. O meu discurso só tem nove minutos e meio, meio minuto que sobra aqui eu vou passar para que o Chávez possa utilizar esse meio minuto.

Bem, primeiro, repetir da alegria de receber todos os companheiros aqui na nossa querida Bahia, cujo Governador, um carioca, nascido no Rio de Janeiro, governa esse Estado, e é importante que todos saibam que a gente desse Estado, assim como sua cultura e sua arquitetura, mostra um Brasil profundamente latino-americano e caribenho. A Bahia testemunhou o sistema de exploração colonial e a violência intolerável da escravidão. Dessa experiência, emergiu um povo que enaltece a liberdade, mas valoriza a tolerância. Hoje, nos reunimos, os líderes da América Latina e do Caribe, para afirmar nossa singularidade regional e debater sobre um futuro comum. Queremos dar respostas nossas para as aspirações de bem estar e prosperidade de nossos povos. Passados dois séculos desde nossas independências, esta é a primeira vez que a região une suas vozes. Vivíamos uma mesma realidade, mas olhando para longe em busca de soluções e que, muitas vezes, estavam à mão, em nosso entorno.

Esta Cúpula tem uma mensagem simples, mas fundamental: só superaremos os desafios da integração e desenvolvimento se assumirmos nossa vocação latino-americana e caribenha. Devemos fazê-lo sem espírito de confrontação com quem quer que seja. Nossa unidade deve ser entendida como contribuição para um novo mundo multipolar e multilateral. Os desafios são muitos, como mostram os temas que escolhemos para nossas discussões: as crises financeiras, energética, alimentar e ambiental. As incertezas que o mundo vive tornam mais urgentes conjugar nossos esforços e demonstrarmos liderança na busca de soluções inovadoras e solidárias. Os diferentes mecanismos de integração, em nossa região, oferecem um sólido ponto de partida.

Nossos países deram, nos últimos anos, passos importantes em direção ao crescimento sustentado e à estabilidade econômica. Esses avanços estão ameaçados pela irresponsabilidade de aventureiros que lançaram a economia mundial em um precipício, sob o olhar complacente de governo e instituições internacionais que historicamente buscaram tutelar nossos países. É inadmissível que nossas legítimas expectativas sejam agora frustradas. Neste momento de grave turbulência internacional, estamos adotando medidas para reduzir o impacto sobre a econômica real e preservar conquistas sociais, mas não podemos ter ilusões, não sairemos dessa crise agindo de forma isolada. Devemos somar forças, para exigir maior transparência e democratização dos mecanismos que regulam e disciplinam o sistema financeiro mundial. Tampouco podemos admitir que se levantem barreiras protecionistas e contrárias à integração econômica. A crise seria mais uma razão para termos concluído a Rodada de DOHA em favor dos países em desenvolvimento, mas não podemos esperar indefinidamente que os países mais ricos, justamente os mais ricos, justamente os causadores, flexibilizem suas condições. Mesmo sem desistir de um acordo multilateral global, devemos aprofundar os acordos regionais e as associações com outros países e blocos, sobretudo do sul.

Amigos e amigas, uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa só será possível se superarmos os desafios da segurança energética e do aquecimento global. Estou convencido de que nossa região dispõe de poderosa resposta na diversificação de sua matriz de energia. Além de enormes reservas de hidrocarbonetos e hidroeleticidade, possuímos importantes fontes energéticas renováveis, como são os biocombustíveis. A experiência brasileira demonstra que está ao nosso alcance uma alternativa que gera empregos, renda e receitas de exportação e ainda contribui para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, sem comprometer a segurança alimentar de nossos povos. O Brasil já desenvolve cooperação na América Latina e no Caribe, para difundir esse modelo de uso sustentável de energia. Estamos prontos a trabalhar com outros parceiros interessados nessas fontes renováveis, limpas e baratas.

Nossa região também tem todas as condições para liderar o debate sobre a crise alimentar, sobretudo agora, quando os dados da FAO demonstram que a desnutrição avança no mundo. Hoje, nossos pobres estão comendo mais e melhor, graças aos avanços econômicos e sociais. Por meio de nossa empresa de pesquisa agropecuária, a EMBRAPA, o Brasil desenvolve projeto de cooperação técnica em vários países da região. Queremos repetir, na

América Latina e Caribe, o notável aumento e diversificação da produção agrícola que alcançamos aqui. Mas é importante que esse tema seja tratado com prioridade na próxima reunião da FAO, em março próximo, em Trinidad e Tobago.

Caros companheiros e companheiras, não há desenvolvimento regional sem integração da estrutura física. É inconcebível que continue sendo mais fácil ir a Europa ou aos Estados Unidos do que viajar entre nossos países. Enquanto não tivermos meios eficientes e rápidos de comunicação e transporte, não realizaremos todo o potencial de comércio, investimento e turismo de um espaço integrado com mais de 400 milhões de habitantes. Mais solidariedade e mais coordenação, esta também deve ser nossa resposta aos desastres naturais que assolam muitos de nossos vizinhos. Os avanços de nossa região no campo da inclusão social e de combate a fome e a pobreza são realmente notáveis. Oferecem oportunidades para compartilharmos iniciativas inovadoras e exitosas de combate às doenças, acesso à saúde e educação, saneamento e moradia. Proponho que nossos ministros das áreas sociais estabeleçam diálogo regular para identificar áreas de cooperação que permitam alcançarmos juntos as metas do milênio.

Senhoras e senhores, Chefes de Estado e de Governo, para onde quer que se olhe na América Latina e Caribe vê-se uma capacidade extraordinária para superar desafios. Em meio a uma crise global sem precedentes, nossos países estão descobrindo que não são parte do problema. Podem e devem ser peças fundamentais da solução. Por isso, pensamos que nosso empenho em favor da América Latina e Caribe também ajuda a construir uma ordem mundial mais equilibrada e justa. Isso se explica pela própria identidade de nossos países. Quando alguns tentam transformar os migrantes em bodes expiatórios para as mazelas de suas sociedades, lembramos a importância da diversidade. Recordamos a integração dos imigrantes no seio de nossas nações e seu papel na construção de sociedades tolerantes e plurais.

Companheiros e companheiras, estamos reunidos hoje não apenas para uma profissão de fé na integração. Queremos traduzir as expectativas e aspirações de nossos povos em projetos concretos. Só assim realizaremos nossos sonhos de justiça social e de fortalecimento da democracia em nossos países e no plano global. Não devemos ter receio de ousar, de estabelecer metas e objetivos ambiciosos, mas temos igualmente a responsabilidade e a obrigação de torná-los realidade para essa e futuras gerações. É com esse ânimo que a América Latina e o Caribe assumirão seu devido lugar no plano

internacional. Queremos ser protagonistas e não meros espectadores nos teatros em que se decidem as perspectivas de bem-estar e prosperidade para nossos povos. Com essas palavras, eu quero, mais uma vez, agradecer a presença tão carinhosa de todos vocês no nosso querido país e na nossa querida Bahia. Muito obrigado.

Agora, vamos fazer o seguinte: os companheiros que quiserem falar tem essa plaquinha aqui que eles vão levantar e, por conta dessa placa, nós vamos ver quem quer falar. Nosso companheiro Manuel Zelaya Rosales, Presidente de Honduras.

Presidente Manuel Zelaya Rosales – Gracias, Presidente. Un saludo especial a los Jefes de Estado que aquí nos acompañan, a sus equipos de gobierno, y especialmente a usted, Presidente Inácio Lula da Silva, por su hospitalidad aquí en Brasil y en forma especial por haber logrado esta excelente reunión de América Latina y el Caribe en un contexto de diálogo, que tanto le falta a nuestras sociedades.

Yo creo, señores colegas y Jefes de Estado, señoras presidentas, que la mayoría de nosotros y de los pueblos hoy estamos conscientes de la inmensa cuota de sacrificio que las grandes mayorías de nuestras poblaciones están pagando, precisamente por los abusos del mercantilismo a nivel mundial y por la decisión de nuestros Estados en ciertos momentos, de haber acatado las instrucciones monetaristas del Fondo Monetario Internacional y haber recogido las recomendaciones de las políticas del Consenso de Washington, que entre otras cosas debilitaron los Estados que asumieron estas políticas.

Asimismo se privatizaron los servicios públicos, muchas veces en forma irregular o poco transparente, y de la misma manera, ha existido un rechazo a las políticas de planificación de los Estados, habiendo sido abandonadas las prácticas de la planificación.

Estas recomendaciones también crearon un fundamentalismo mercantil en nuestras sociedades. Esto privilegió sistemas de mercados imperfectos y mercados elitistas que no le dieron beneficio a nuestro desarrollo; por el contrario, empobrecieron gran parte de nuestra población y le causaron daños a América Latina y al mundo. Al mismo tiempo, fortalecieron pequeñas élites económicas o élites políticas, insaciables y voraces, que han empobrecido a nuestras poblaciones.

Por eso yo creo fundamentalmente que esta reunión reviste una importancia histórica de mucha trascendencia para el futuro de la

humanidad y el futuro de América Latina. En primer lugar comulgo con Brasil y con muchos países de América, en la necesidad de democratizar el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, para que en ese Consejo de Seguridad, además de las cinco potencias de la pos Guerra, que ganaron la Segunda Guerra Mundial, pudiera entrar países como Brasil, o países del continente asiático, o países de Centroamérica o del Caribe, que pudieran ser parte del Consejo de Seguridad. Democratizar el Sistema Monetario Mundial, crear el Consejo Monetario Mundial, donde estuviéramos representados y tuviéramos voces los países pequeños, los países en vías de desarrollo.

Sería parte de un proceso también de que las relaciones internacionales estuvieran basadas en el respeto, no en la intromisión de un Estado sobre otro, sino en el respeto a la autodeterminación de nuestros pueblos, a que se nos respetara en las mismas condiciones de dignidad de cualquier nación del mundo, y retomar el papel fundamental del Estado, de velar por la sociedad, de velar por el desarrollo socialista o social de los pueblos, no sólo por el mercantilismo ni por los negocios.

Me parece que fundamentalmente debemos retomar la agenda de los emigrantes, las agendas de las personas que se sienten excluidas y de aquellos que necesitan combatir la pobreza extrema y la pobreza relativa que asfixia a muchas de nuestras economías.

Por eso este día, señor Presidente, nosotros hemos venido a apoyar esta reunión en nombre de Honduras y como Presidente Pro Tempore del Sistema de Integración Centroamericana, con el fin de que de aquí salgan recomendaciones para acortar los abusos del mercantilismo y el abuso del capital especulativo, y al mismo tiempo los abusos de la industrialización que están deteriorando el clima en nuestro planeta.

Señor presidente, quisiera reiterarle el apoyo de Honduras, el apoyo de Centroamérica a las iniciativas que ha levantado Brasil a nivel del Continente, igual que otros presidentes que están aquí, como el Presidente Hugo Chávez, como el Presidente Morales, como el Presidente de México y todos los presidentes que están aquí acompañando este día, nuevas iniciativas para formar un mundo mejor y una sociedad más justa.

Quisiera, si usted me lo permite, señor Presidente, yo soy el Presidente saliente del Sistema de Integración Centroamericana, y el presidente entrante para el primero de enero es el Presidente Daniel Ortega, que está por aquí

con nosotros. Quisiera, si usted lo permite, culminar las palabras con una breve participación de parte de él.

Muchas gracias, Presidente.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – O Presidente Daniel Ortega está inscrito e já pode fazer uso da palavra.

Presidente Daniel Ortega - Buenas tardes. Queridos hermanos Presidentes, Jefes de Estado, Primeros Ministros, representantes de pueblos y gobiernos latinoamericanos y caribeños.

Nos encontramos en esta cita histórica aquí en Brasil, tierra de grades luchadores, tierra de grandes soñadores, de hombres y mujeres ineludibles que siguen dando la batalla por un mundo justo, un mundo verdaderamente democrático, un mundo verdaderamente de libertad.

Estamos enfrentados a una crisis que no la hemos provocado nosotros, la ha provocado, como todos sabemos, la política impuesta por la tiranía, la dictadura del capitalismo global. Lo importante es, ¿qué podemos hacer, qué debemos hacer para tener la fuerza suficiente de enfrentar la crisis, sobrellevarla y salir adelante, tomando en cuenta en primer lugar nuestras propias capacidades, nuestras propias potencialidades, donde la integración es un paso para la unidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños? ¿Cómo hacer realidad lo que es una necesidad para la sobrevivencia de nuestros pueblos frente a un mundo en donde ahora, el modelo impuesto por el capitalismo global no está siendo más que intentos de ajustarlo para continuar con su política depredadora en el orden económico, en el orden social, en el orden político?

Yo quiero referirme ahora en particular a la situación de Nicaragua. A partir del 10 de enero del año 2007 venimos nosotros en Nicaragua haciendo esfuerzos para desarrollar una política de soberanía con sentido de integración, con sentido de unidad centroamericana, mesoamericana, latinoamericana y caribeña. Esto pone en cuestión, en primer lugar, el modelo que se le ha impuesto a nuestros pueblos, pone en cuestión el modelo que se le impuso a Nicaragua a partir del año 1990, durante 16 años: el neoliberalismo, o sea, el capitalismo llevado a esa forma de sofisticación que nos vendieron como la solución a los problemas de los pueblos.

Al llegar al gobierno, nosotros, indiscutiblemente, no íbamos a convertirnos en administradores del modelo impuesto en Nicaragua. Convertirnos en administradores del modelo impuesto a Nicaragua hubiera

sido darle continuidad a la política de despojo del pueblo nicaragüense, a la política de empobrecimiento del pueblo nicaragüense, a la política de analfabetismo; porque yo he señalado en varias ocasiones cómo en Nicaragua el neoliberalismo lo que dejó fue un crecimiento en el analfabetismo, crecía la riqueza concentrándose en pocas manos, y crecía a la par el analfabetismo en el pueblo nicaragüense. Esa es la mejor prueba del fracaso del neoliberalismo en nuestro país. Nos rebelamos contra ello y esto nos llevó a chocar necesariamente e inevitablemente, ¿con quiénes?, con los promotores de estas políticas. ¿Y quiénes son los promotores de estas políticas? El capitalismo mundial. ¿Y quiénes representan al capitalismo mundial? Estados Unidos y Europa. Los representantes del capitalismo mundial son los que quieren decidir los destinos, quieren seguir decidiendo los destinos de nuestros pueblos.

Desde el mismo momento en que nosotros cuestionamos los programas llamados de cooperación, de parte de los Estados Unidos, o de parte de la Comunidad Europea hacia Nicaragua, desde ese mismo momento nos estábamos enfrentando a esa política hegemónica de un modelo capitalista, de una tiranía del capitalismo que no entraba en crisis, como ha entrado en crisis en los últimos tiempos, y la respuesta de los Estados Unidos, la respuesta de la Unión Europea fue empezar a amenazar con el corte de lo que ellos llaman ayuda, que no es más que deudas históricas que tienen los europeos con los pueblos africanos, con los pueblos latinoamericanos y caribeños, igual deuda histórica que tiene Estados Unidos con nuestros pueblos.

Empezaron ellos a amenazar con el corte de la ayuda, de lo que ellos llaman ayuda, o cooperación, a nuestro país, a Nicaragua. Un país que se encuentra entre los más empobrecidos de América Latina, al lado de Haití, con Honduras, Bolivia y Guyana, que son los países más empobrecidos. ¿Y más empobrecidos por quién? Por el modelo que se les ha impuesto a Nicaragua. No hemos sido los nicaragüenses los que nos hemos empobrecido por nuestra propia voluntad, teniendo un potencial para desarrollarnos, sino que han sido las políticas del capitalismo mundial, impuesto por los europeos y por los yanquis, los que han empobrecido a Nicaragua, los que han sumido en el analfabetismo a Nicaragua, los que han sumido en el hambre a Nicaragua, los que han promovido la corrupción en Nicaragua, los que han promovido el fraude en Nicaragua.

Esa ha sido la historia de nuestro país. Y cuando llegamos al gobierno en 2007 empezó entonces el choque. Desde el momento en que les cuestionamos sus programas, programas interesados nada más en promover opciones

políticas contrarias al modelo alternativo de orientación socialista, solidaria, complementaria, que promueve el gobierno revolucionario en nuestro país. Desde el momento en que les cuestionamos los programas en los que ellos se asignan el 60, 70% de los recursos para pagar una burocracia y donde le dan un 30% a los sectores populares que deberían ser beneficiados por el 100% de esos recursos, recursos que a final de cuentas no provienen de los capitalistas norteamericanos ni de los capitalistas europeos, sino que provienen de la explotación a que son sometidos los mismos pueblos europeos, el mismo pueblo norteamericano y los pueblos latinoamericanos, y los pueblos africanos y los pueblos de los países en vías de desarrollo.

Y allí empezó la polémica y el cuestionamiento de que Nicaragua es una dictadura, y que se está enfrentando a una dictadura en Nicaragua. En Nicaragua se han realizado elecciones a partir del año 1984; en esa ocasión, las ganó el Frente Sandinista, en medio de la guerra. Elecciones en 1990, donde con una clara injerencia, chantaje del gobierno yanqui, la ganaron las fuerzas pros imperialistas, a las cuales les entregamos el gobierno. Elecciones nacionales en 1996, con un fraude que fue escandaloso, y donde participó la OEA como observador, cuyo secretario general no era nuestro querido amigo José Insulza, sino que era el Presidente Gaviria, de Colombia, un proceso que fue acompañado por el Presidente Jimmy Carter, de los Estados Unidos, y otros presidentes latinoamericanos. Ellos me manifestaron en esa ocasión que en sus países, por situaciones mucho menores de las que habían observado en Nicaragua en esas elecciones, se anulaban las elecciones y se convocaba a nuevas elecciones; pero – me dijeron –, como aquí en Nicaragua acaba de pasar una guerra, a ustedes no les queda más camino que aceptar esos resultados.

Esa fue la resolución de la OEA, esa fue la resolución del grupo Centro Carter, es decir, acepten el fraude. Y en el año 2001, en nuevas elecciones nacionales hubo un nuevo fraude e igual, acepten el fraude. Finalmente logramos la victoria en el 2006 y nuestros adversarios nos acusaron de fraude. Ya esto lo conoció José Miguel Insulza, porque participaron en esa ocasión como observadores y se dieron cuenta de la reacción de nuestros adversarios alegando que se había cometido fraude en esas elecciones. Es decir, fraude cuando gana el Frente Sandinista, pero cuando ganan las fuerzas pro imperialistas, cuando ganan los peles del imperio, entonces las elecciones son democráticas, son limpias, es la democracia la que gana. Y en todo este período, del año 2007 hasta la fecha, ha habido una conspiración abierta en

nuestro país, de representantes de los gobiernos europeos, como representantes del gobierno yanqui llamando a unir a las fuerzas democráticas para evitar que se imponga la dictadura en Nicaragua. Y en los años anteriores, frente a las elecciones que venían, ¿qué hacían los europeos y qué hacían los yanquis? Unirse. ¿Y unirse para qué? Para presionar a las fuerzas de derecha, que ellos llaman las fuerzas democráticas, para evitar el triunfo del Frente Sandinista. Incluso en elecciones municipales tomaron ese comportamiento. Una actitud que en nada los diferencia de lo que históricamente han sido los europeos y los yanquis: colonialistas, esclavistas, imperialistas, violadores de los Derechos Humanos en el mundo entero.

¿Cuál es la gota que colmó el vaso, que derramó el vaso para los demócratas europeos y para los demócratas yanquis encabezados por Bush? Bueno, sencillamente, en las elecciones municipales que se realizaron en Nicaragua el 9 de noviembre, Nicaragua tenía en ese momento la siguiente situación: el Frente Sandinista 87 alcaldías, con programas sociales en beneficio de los pobres que veníamos impulsando, sobre todo gracias al ALBA y a la solidaridad venezolana, y a la solidaridad de Cuba. Programas sociales en beneficio de los más pobres. Medidas que tomamos como fue la de desprivatizar la educación y la salud, que se habían privatizado en nuestro país desde el año 1990. El 10 de enero se desprivatizó la salud y la educación en Nicaragua. Programas que, lógicamente, generaron más respaldo de la población, y nuestra expectativa era ganar 115 alcaldías en estas elecciones, pasar de 87 alcaldías a 115 alcaldías.

Nuestros adversarios, estando claros de la derrota y acompañados por los europeos y por los yanquis, se dedicaron a buscar cómo descalificar el proceso electoral. En primer lugar descalificarlo, y luego, ante los resultados electorales, en una votación que fue pacífica, donde no hubo ningún hecho de violencia, donde incluso se le dio la oportunidad a las fuerzas de derecha, opositoras al gobierno, a ir a un recuento, ellos no aceptaron el recuento de las actas. No aceptaron, y lo que hicieron fue gritar “fraude” y gritar “fraude”; porque seguramente si íbamos al recuento de las actas saldríamos con más alcaldías de las que habíamos logrado alcanzar. Porque ellos sí son expertos en hacer fraudes. La historia de los partidos tradicionales en Nicaragua ha sido la del fraude permanente.

Ante esos acontecimientos, con los resultados dados por el Consejo Supremo Electoral, la campaña se ha multiplicado. Y como resultado de la campaña, voy a leerles aquí un párrafo de la representante de la Unión Europea. Está dirigida al Canciller de la República de Nicaragua:

“Dando seguimiento a nuestra reunión el pasado 7 de noviembre, quiero agradecer de nuevo su visita a Bruselas y expresar la inquietud de la Comisión Europea por la situación en Nicaragua. La Unión Europea reiteradamente ha manifestado a su gobierno la preocupación con que sigue la evolución política del país.”

Fíjense bien, la Unión Europea, “ha manifestado reiteradamente”. O sea, no es ahora simplemente por la cuestión electoral, sino que ha sido una constante, simplemente porque no aceptamos que se nos siga imponiendo ese modelo de explotación. Y, en particular también, estamos siguiendo los hechos acontecidos alrededor de las elecciones municipales y regionales que tuvieron lugar el pasado 9 de noviembre.

“En consecuencia, y de acuerdo con los Estados miembros de la Unión Europea me veo obligado a suspender los desembolsos de apoyo presupuestario que estaban previstos a partir de enero de 2009. Quisiera aprovechar esta oportunidad para confirmar que los pagos que ya habían sido autorizados durante el año 2008, en particular una suma que aquí...”

Se habla, de 6.5 millones de euros, relativo al programa del Plan Nacional de Desarrollo, así como que los derivado del Programa de Seguridad Alimentaria continuarán siendo tramitados con normalidad.

Luego, este es el documento que está circulando en estos momentos en el Parlamento Europeo, promovido por las fuerzas más derechistas en el Parlamento Europeo, lógicamente. Voy a resumir lo que proponen en este documento del Parlamento Europeo, como resoluciones. Esto está discutiéndose ahorita y quieren sacar la resolución el martes, miércoles o jueves, a más tardar:

“Resuelve: Primero: Pide al Gobierno de Nicaragua y a sus autoridades que llamen al cese inmediato de la violencia y que tomen medidas urgentes para apaciguar la situación, apegándose a los principios de Derechos Humanos que vinculan a Nicaragua.”

¿Quiénes hablan de Derechos Humanos? Los más grandes violadores de los Derechos Humanos, los europeos y los yanquis, violando los derechos de los inmigrantes. Después que saquearon África ahora persiguen a los africanos que llegan a tierras europeas, y dictan leyes ampliamente conocidas que son violatorias de los Derechos Humanos. Igualmente le quieren cerrar las puertas a los pueblos latinoamericanos que también fueron invadidos y saqueados por muchos países europeos. O sea, muchos de estos gobiernos europeos han sido cómplices de la política terrorista del gobierno yanqui, en

contra de Nicaragua en los años 80, y ahora en contra del pueblo de Irak y en contra del pueblo de Afganistán.

Piden al gobierno de Nicaragua que reconozca públicamente a las organizaciones de defensa de los Derechos Humanos, y los europeos y los yanquis mandan, por debajo, los fondos a los defensores de los Derechos Humanos, que son sus asalariados. Esos son los grupos democráticos para ellos, defensores de los Derechos Humanos, reconociendo la labor fundamental que llevan a cabo y que contribuye a la salvaguardia del estado de derecho y la democracia; es decir, los europeos, los yanquis, los más grandes antidemocráticos de la historia de la humanidad, han decidido convertirse en los que van a salvaguardar la democracia en el Estado nicaragüense. ¿Desde cuándo? ¡Sigán pensando que estamos todavía en la época de las colonias!

“Tercero: Pide a las autoridades de Nicaragua que actúen para que cesen de inmediato los ataques y actos de hostigamiento contra los defensores y organizaciones de defensa de los Derechos Humanos y que los responsables sean juzgados y sancionados ante un tribunal imparcial e independiente.”

¿Quiénes son los que están siendo juzgados en Nicaragua? Simplemente porque se llamó a estos organismos no gubernamentales, no a todos, a siete organismos no gubernamentales financiados por los europeos y por los yanquis, a que informaran de sus estados de cuenta y de dónde estaban saliendo estos fondos y en qué los estaban utilizando. Eso lo consideran una persecución, lo que es simplemente un ordenamiento. No hay un solo preso por esto.

“Cuarto: Insta al gobierno nicaragüense y a las distintas instancias del Estado a que velen para que sean garantizadas las libertades de expresión y la independencia de la justicia...”

Lean ustedes los periódicos en Nicaragua, vean la televisión en Nicaragua. O sea, hay muchos países, en los mismos Estados Unidos, donde sí existen restricciones y normas a la libertad de expresión. En Nicaragua no existe ninguna norma, ninguna restricción.

“Insta al gobierno nicaragüense y a las distintas instancias del Estado a que velen para que sean garantizadas las libertades de expresión y la independencia de la justicia, garantizando así la preservación de los fundamentos democráticos del país, y que lo antes posible Nicaragua ratifique el Estatuto de Roma que crea la Corte Penal Internacional.

¿Desde cuándo? ¿Desde cuándo somos esclavos de los europeos? Ellos siguen pensando que somos sus esclavos, porque hemos sido sus esclavos;

pero hace rato rompimos las cadenas. Claro, nos habían amordazado nuevamente, nos habían atado de pies y manos. Estamos rompiendo esas amarras, estamos rompiendo la mordaza, eso lo estamos haciendo y lo continuaremos haciendo. Corte Penal.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Daniel Ortega. Eu queria agora passar a palavra ao Presidente de Cuba, Raúl Castro.

Presidente Raúl Castro – Permítanme, en primer lugar, transmitir un mensaje de amistad de mis compatriotas al fraterno pueblo brasileño. Al saludar a los líderes de nuestra región, les ratifico el agradecimiento de todos los cubanos por la ayuda y la solidaridad recibidas, ante los cuantiosos daños causados por los tres huracanes que recientemente azotaron a nuestro país.

Estimados amigos, el camino recorrido hasta aquí ha sido largo y difícil. Reunir por primera vez a los mandatarios de América Latina y el Caribe en un foro de nobles y justas pretensiones, sin exclusiones, ni la presencia de países extrarregionales, tiene incuestionable trascendencia.

Apreciamos que las condiciones son propicias para que esta magna cita sea el inicio de un proceso de extraordinaria significación estratégica para los destinos de nuestra región, en un mundo con escasas posibilidades para el accionar aislado, ajeno a los desafíos comunes que nos impone, de modo decisivo, la globalización. No me refiero al modelo neoliberal de ésta, que se propone realmente una globocolonización, sino a la construcción de la imprescindible globalización de la solidaridad.

El reto principal resulta pasar paulatinamente de las palabras a los hechos. Las acciones integradoras que se adopten en esta Cumbre, además de su sentido práctico, deben estar guiadas por la cooperación entre nuestros pueblos.

Resulta esencial que esta Cumbre tenga seguimiento, que esta promisoría iniciativa no se reduzca a la oportunidad de vernos e intercambiar en esta ocasión.

Antes de declararse la crisis económica global en curso, nuestros pueblos ya habían acumulado la experiencia histórica de la explotación y el subdesarrollo expresados, sucintamente, en la desigualdad del ingreso, la injusticia social, el hambre, el analfabetismo, la precariedad en la atención de salud, la explotación de los recursos naturales y las consecuencias de una insuficiente infraestructura económica y social.

No menos impactantes han resultado el robo de cerebros y la abusiva carga del servicio de la deuda externa, a lo que se añade el cuadro nefasto que comporta la criminalidad, el narcotráfico y el deterioro ambiental, agravados por las fracasadas recetas neoliberales aplicadas como un dogma incontestable.

No se trata ahora de credos o ideologías, sino del reconocimiento consciente del agotamiento de un modelo económico que sólo el Estado, con la participación del conjunto de la sociedad, puede rectificar, en última instancia, mediante una actuación sistemática, coordinada y comprometida con los intereses más prominentes de la nación.

Nuestra región experimenta un formidable renacer del espíritu de sus pueblos, con el surgimiento de una pujante fuerza ciudadana dispuesta a asumir los destinos de sus respectivos países, para hacer valer la prioridad que merecen los programas sociales, defender las riquezas nacionales y luchar por la justicia. Han florecido en los años recientes los pronunciamientos políticos y las iniciativas que proponen nuevas fórmulas de integración.

El momento es claramente propicio para proponernos un paradigma regional, que rebase las diferencias, privilegie nuestra comunión de intereses y necesidades, promueva la acción solidaria y amplíe la cooperación.

Nuestras diferencias no deben privarnos de una integración que haga realidad los justos anhelos de la gran mayoría de los 550 millones de personas que convivimos desde el Río Bravo hasta la Patagonia.

Nuestras naciones atraviesan por dificultades, pero también cuentan con inmensos recursos naturales, adelantos tecnológicos y productivos de escala mundial, y un potencial científico pobremente aprovechado y escasamente compartido a nivel de la región.

Cuba ha fortalecido sus relaciones con varias naciones de América Latina y el Caribe, muestra de ello fue la realización exitosa de la III Cumbre Cuba-CARICOM desarrollada recientemente, donde ratificamos nuestra voluntad de trabajar hacia una mayor integración y compartir la defensa de los intereses comunes.

Debemos acordar acciones concretas y adoptar decisiones prácticas y válidas para nuestros pueblos. Consideramos que entre las prioridades no debe faltar la búsqueda de una respuesta regional para encarar la actual situación económica mundial.

La complejidad de esta situación requiere de la participación de todos para su solución. En este sentido, celebramos los esfuerzos que han conducido

a la creación de diferentes grupos para buscar alternativas a una crisis cuyo alcance y profundidad no es posible prever. Compartimos el criterio del presidente de República Dominicana, compañero Leonel Fernández, de aspirar a un G-192 que incluya a todos los países que forman parte de la familia de Naciones Unidas.

Nuestra región debe exigir el rediseño del sistema financiero internacional y la reestructuración de las relaciones económicas entre los países. Para lograrlo no basta con que lo reclamemos en los foros internacionales, aunque no debemos dejar de hacerlo. Estamos en capacidad de ir construyendo nuestras propias normas y prácticas en la región, de aunar voluntades y recursos e instrumentar relaciones de nuevo tipo.

Asistimos a esta Cumbre con la disposición de cooperar y trabajar por un futuro con espacio para todos. Cuba, a pesar del vengativo y prolongado bloqueo que nos impone el gobierno de Estados Unidos, está dispuesta a compartir sus modestas experiencias en temas de colaboración, que junto a la solidaridad y el internacionalismo constituyen los pilares de nuestras relaciones con el mundo.

En nombre de Cuba, que ha tenido que sufrir casi 50 años de bloqueo económico, comercial y financiero, agradezco a los países de América Latina y el Caribe por su firme apoyo a la Declaración Especial de esta Cumbre que reclama el cese de esta ilegal e injusta política, violatoria de los derechos humanos de nuestro pueblo.

En la ciudad de Salvador de Bahía, capital de este Estado, hace 15 años, el compañero Fidel Castro se refirió con vehemencia a la necesaria integración de nuestras naciones. Permítanme terminar mi intervención recordando sus palabras, cuando expresó:

“Ayer fuimos colonia; podemos ser mañana una gran comunidad de pueblos estrechamente unidos. La naturaleza nos dio riquezas insuperables, y la historia nos dio raíces, idioma, cultura y vínculos comunes como no tiene ninguna otra región de la Tierra”.

Muchas gracias, compañero Lula.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Companheiro Jagdeo.

President Jagdeo - Thank you Mr. Chairman. Since I am the first Head of Government speaking on behalf of CARICOM, may I just say how grateful we are for the invitation to participate in this Summit. President Lula, we are

extremely grateful for your efforts over the years to involve CARICOM in the Latin American integration process, and we are particularly grateful for the role that you have played in bringing Suriname and Guyana into UNASUR. However, despite these efforts, our regions, in spite of hundreds of years of history together in the Western Hemisphere, still remain distinctly separate too separate. And we can come here and denounce the United States of America and Europe, and I feel they are needed on the scene for the role they have played in our underdevelopment. But we are not going to make a difference, we are not going to change this, unless we have the political will to come together. No one in this world owes us a free lunch in spite of history. Europe does not owe a free lunch, or the United States of America. We will get what we want from this world only if we take it, and we must have the will to do so.

I am happy that we are here because many times we don't get this opportunity to talk frankly to our colleagues from Latin America. And I hope that at the end of today we have a better understanding of the challenges that we face as regions through our own eyes, through our own words, because often our views of each other are formed through the media, an often times unsympathetic media. As you know, CARICOM is a union of 15 countries and, outside of the European Union, the oldest integration movement. We have over 40 years of integration efforts. We have moved from a loose arrangement into a free trade area and more recently set ourselves the goal of establishing a single market and economy. We have achieved the single market and have set 2015 as the deadline for the introduction of the single economy. So we are making progress towards bringing our economies together, and this is out of necessity because we are many small countries.

We cannot address the challenges of this world on our own. We are simply too small for that. And often the difficulties that are faced, and we speak now of the economic crisis, are magnified in small economies like ours. We have even gone further in CARICOM than the OECS countries, a small group of countries which has had a successful monetary union for decades. Yet, often in our efforts at regional integration we look to the successes of others, when within our own Hemisphere we have models that have worked and are working fairly well. This is why you see when we get together, the CARICOM countries get together twice a year, we tend to act together. We vote together on candidates for the most part, and because we are 15 countries,

although tiny, we have a bigger say than if we were to deal with these matters individually.

Our economies are reliant on a few sectors: the financial sector, tourism, agriculture, and in Trinidad and Tobago, the oil industry, the petrochemical industry. And if you look at the current crisis, all those sectors have been affected, every single one of those sectors has been affected. But even before this current crisis we had a more serious problem; we had major problems reorienting our economy in the new world. We have traditionally exported to protected markets. Just recently, the European Union, as part of the economic partnership agreement, has demanded reciprocity. Without any doubt, Canada and the US will also demand reciprocity in our discussions on a Free Trade Agreement.

We face the challenge of increased criminality within the Caribbean and Central America, and we can trace a lot of this back to the policies of the United States of America. Take, for example, my country. We have had in the last seven years the equivalent of about one third of my police force engaged with deportees, hardcore deportees sent back from the United States of America – drug dealers, murderers, rapists, pedophiles. So this is affecting the region and our countries collectively, and we have been forced to deal with these issues.

The energy crisis hit many countries in the region, but again it was magnified in countries like ours. We want to thank Venezuela for the support it has given us through PetroCaribbean, because in my country's case, and the numbers are similar for the rest of the Caribbean, at one point we were using the equivalent of 40% of our Gross Domestic Product just to import fuel. So you can imagine the difficulties a region like ours would have in trying to confront other social and economic challenges.

I have looked at the declaration that we are going to issue. It includes eighteen pages of everything under the sun. And I do not underestimate the importance of these topics in the declaration. They are very, very important, but I think we too often spend time on repeating the things that we know need to be done and too little on addressing how it should be done. And yes, we have said we need to reform the global financial institutions, yes, we need to bring our integration efforts closer together, yes, we need to address the climate crisis, but how are we going to do this in a meaningful way, because when we get back to our countries, most of us will never, never ever look back to this document. This is the problem, the relative isolation in which we live.

So, I want to say that there are many things and we should do. Take for example the global financial crisis. I think that we need to understand that whether we pursued good policies or bad policies in the past, whether we are socialists or capitalists, within this region we are all affected by global instability. So what is the lesson of this? The lesson is that global financial stability is a global public good, and regardless of where you stand on the ideological spectrum, you must address it because it is a global public good and the only way to be addressed is through concrete global action. Second, the crisis points out a failure of ideology, the ideology of the neo-liberalism. It represents a unique opportunity for us at this point in time to fill that vacuum. But what are we going to fill this vacuum with? Will it be command type economy, or is it going to be a more pragmatic approach that takes account the interests of all the countries and contributes to designing a philosophy, ideology, or economic policy that allows countries to go their own course. And more importantly, no one can question the need to regulate capitalism, and that is one of the big problems of the past, that we had a large group of people in the world who saw regulation of the markets as a big, bad problem. Today, if these institutions are too big to fail they pose systemic risks. So, we had better make sure that we don't fail and the only way to ensure that we don't fail because you would have to use that spare money to regulation. So, there is a case for greater regulation of markets arising out of this crisis.

The third area and this is a fear that I have, that in the crazy spending, the anti-cyclical and the so called anti-cyclical spending that is taking place today, that seven trillion dollars would be spent, either directly to guarantee debts by financial institutions or injections of equity or in some other form. But I fear that this spending, because the loans and guarantees are made to institutions that really shouldn't be borrowing now and their governments are urging people to borrow, that is, consumers who shouldn't be borrowing at this point in time because they are already overburdened with that and losing their jobs. I fear we are setting up the bases for a deeper crisis in the long run, and that whilst we may have a shorter recession, this spending must have some impact on public works and unemployment, otherwise we may be setting or planting the kernel for a greater financial crisis, five, ten years down the line. The whole issue of moral hazard has not disappeared from the book. It is just that we choose to ignore it. So, these are some of the things that we have to pay attention to in designing the new financial architecture.

Second, climate change is the biggest risk. Somebody mentioned, I think it was the President of Mexico this morning, about the biggest physical threat that there is. Yet, we are sleepwalking through this whole process. We don't pay enough attention to this matter. And this is not a climate matter, it is not an environmental matter, it is a matter of development, because the consequences on development will be so great that, if we don't address them now we could decimate all of poor economies. Take for example the Caribbean countries, very vulnerable to hurricanes. Some of these countries have lost the equivalent of 80% of their Gross Domestic Product in one hurricane, and other hurricanes follow. How can progress be secured in these countries if you have more frequent hurricanes? For them adaptation is so important and we need to pay attention to this.

Forests provide so many eco-services to the world, yet they are not remunerated because a ton of carbon emitted in Europe or sequestered in Europe is the same as a ton of carbon sequestered here or emitted here by cutting trees. Yet, they are prepared to pay US\$ 30,000 per ton in Europe and zero to countries like ours who are providing the same services. We need to correct this but how do we do so? We have to get the highest level to give first order attention to this issue, including Presidents, Ministers of Finance, Foreign Ministers, not just Environmental Ministers, and we need to coordinate our positions when we go to Copenhagen or before that to make sure that we have a proper deal that recognizes the interests of the region as a whole.

So these are some things that we are going to, we have to do, but we are not going to do if we only meet once in a while. We have to improve this, and I have always lamented that we don't take time to build relationships among each other. We have people or delegations at the IMF, at the World Bank, and other institutions, and yet, Latin American delegations don't meet with Caribbean delegations to work out outcomes and positions. They prefer to meet with Americans or Europeans than to meet with each other. We need to change that, and I have said this a hundred times: we must change the relationship at the working level. We can meet from time to time and express good intentions here, but we are not going to make a difference at the level where it matters. Similarly, we need to make sure that our representatives in Copenhagen get together prior to any negotiations involving this region, so that when we get together we go in with one position, a position that accommodates the interests of all the people in this room. So these are just a few things that I thought I

would say on behalf of my colleagues in CARICOM. I wish to thank you for inviting us, President Lula, and thank all the Heads of State who have gathered here to better understand our situation. Thank you.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Companheiro Álvaro Colom Presidente, da Guatemala.

Presidente Álvaro Colom Caballeros – Mis saludos, señoras presidentas, señores presidentes, primeros ministros, cancilleres. Me uno al agradecimiento al Presidente Lula, a su pueblo, con la muy conveniente convocatoria de esta reunión.

Yo quisiera compartir que nuestra historia de América Latina y el Caribe, es tan rica, tan fuerte, como nuestras luchas, nuestras penas, nuestros sufrimientos; pero también nuestra cultura y nuestras potencialidades. Y estoy convencido que la fuerza de América Latina y el Caribe no debe depender de los demás, depende únicamente de nuestros liderazgos, y si queremos ser responsables con el futuro de nuestras generaciones debemos aceptar el reto de cambiar los indicadores de nuestra región.

Esta mañana visité dos comunas aquí cerquita, con el programa PRONAF. Si tan sólo Guatemala llevara a ese millón de familias rurales programas similares, que los tenemos, pero viéndolos trabajar aquí nos entusiasman y nos llenan de energía.

Actualmente, en diez meses de gobierno, 74 mil jóvenes guatemaltecos tienen sus escuelas abiertas. En febrero fuimos a verlas y están funcionando. La cooperación entre nuestros países, compartir nuestras fortalezas y apoyarnos en nuestras debilidades debería ser nuestra gran fuerza.

¿Cuál es nuestro gran aporte? Lo hablábamos allá en El Salvador, en la Cumbre Iberoamericana: es la solidaridad y la cohesión social. Como decía el Presidente Raúl, globalicemos la solidaridad y Latinoamérica se va a globalizar. Somos expertos en solidaridad. Tal vez no hemos sido expertos en solidaridad regional, pero sí en nuestra solidaridad interna en nuestros países.

¿Qué pasaría si Latinoamérica juntara en algún lugar específico nuestros proyectos sociales de éxito, los que vi en Chile, los que vi en México, los que vi en Brasil, los que vemos en casi todos los países de América Latina? Tendríamos un banco de cohesión social impresionante. ¿Cómo vamos a ganarle al crimen organizado, particularmente en aquellos países donde nos está golpeando muy duro, si no es con la solidaridad latinoamericana?

Yo estoy convencido que esa cooperación que tenemos es nuestra gran fuerza. ¿Cómo vamos a llevar salud y educación si no tenemos solidaridad? Nuestros hermanos cubanos, que no la tienen fácil económicamente, tienen 500 médicos en Guatemala, y están en las aldeas más profundas y más lejanas. Eso es solidaridad.

Podemos garantizar el alimento a nuestros pueblos, somos una región riquísima. En Centroamérica, particularmente en Nicaragua, Honduras y Guatemala, tenemos un potencial impresionante para producir alimentos. Y en la tierra de los hombres del maíz no hubo maíz para la crisis del maíz internacional. ¿Por qué? Porque se dijo que el maíz no era negocio. Ahora resulta que es el gran negocio. Apostémosle al desarrollo rural. América Latina y el Caribe es una región con un porcentaje rural muy alto. Nosotros tenemos un ejemplo fuera de serie que es el Banco Rural, que era un banco nacional y se le entregó a las cooperativas y ahora la participación del Estado es del 31%. En pocos años se ha convertido en el tercer banco del país, y va subiendo y va subiendo, y es de los cooperativistas.

Tenemos que hacer un esfuerzo entre todos para el problema de migrantes. No puede ser México por su lado, Guatemala por su lado, Ecuador por su lado, El Salvador por su lado, Honduras por su lado; no vamos a poder resolver el problema de migrantes si no lo hacemos como región, un planteamiento como región.

Nuestra producción de energía. Yo recibí un país hace once meses a pura producción de petróleo, con 5000 MW de capacidad hidroeléctrica, y vamos a dejar un país totalmente cambiado en la matriz eléctrica.

Tenemos que ver con nuestros pueblos indígenas. Guatemala es 64% pueblos indígenas, Bolivia es creo que un poquito más alto, Ecuador es fuerte, Colombia; todos tenemos pueblos indígenas y podemos trabajar los pueblos indígenas todos juntos.

Guatemala esperó 54 años por nuestro gobierno, y si no fuera por la solidaridad que recibimos durante el proceso de campaña, de Daniel, de Mel, de los amigos cubanos, no sabemos qué nos hubiera pasado en esa segunda vuelta. Pero hubo solidaridad. Y ha habido solidaridad en estos 11 meses y yo soy testigo vivo de eso. Chile nos está ayudando en seguridad, Colombia nos está ayudando en seguridad. Con nuestros hermanos mexicanos ya nos aburrirnos de vernos, pero un aburrimiento contento y alegre. Somos vecinos y tenemos que construir esa gran frontera de desarrollo.

300 mil niños más en las escuelas en 10 meses, un programa que venimos a ver aquí. Si Brasil, El Salvador y México no nos hubieran dado el sistema

de base de datos, nos hubiéramos tardado un año en poner el programa, y fue facilísimo. Los niños de Guatemala no tendrían hospitales de especialidades si no fuera la solidaridad venezolana de Hugo. El hospital se empieza a construir ahí por el 20 de enero. Entonces, tenemos que sumar nuestras propias potencialidades. Y yo sí creo que es hora que en la región del Caribe, en Latinoamérica, veamos hacia dentro nuestras fuerzas, y podamos construir, como bien decía el Presidente Raúl, desde nuestras potencialidades, nuestra solidaridad entre nosotros.

La mejor vacuna contra el neoliberalismo es la solidaridad, es una vacuna buenísima, y funcional. Y apuesto en lo mencionado por el Presidente Lula, me gustaría que el estilo de esta primera Cumbre que tenemos de esta naturaleza sea ir a cosas concretas, que no sean sólo acuerdos. Las cosas concretas, como la parte de cohesión social, como lo podría ser la salud y la educación, como puede ser la deuda externa, como pueden ser nuestras reservas monetarias, lo que tenemos.

Yo estaba tratando con el Canciller de sumar el potencial que tienen nuestros países, es gigantesco. ¿Qué pasaría...? – le decía al Canciller. Me dijo: no lo vayas a decir. Pero lo voy a decir. ¿Qué pasaría si América Latina dejara de funcionar, que no vendiéramos ni compráramos? Tronamos al mundo. Pero no los han hecho varias veces. El bloqueo a Cuba, esta crisis de especuladores. La otra iniciativa, del arco Pacífico; eso nos puede dar una fuerza tremenda y que podemos transmitir a todo el continente.

En esta Cumbre yo propondría concretar, focalizar una agenda corta, ponerle programas, ponerle acciones, incentivar la cooperación entre nosotros. Nosotros no tenemos médicos para exportar, tenemos déficit de médicos; pero pretendemos que con el apoyo de nuestros amigos cubanos, dentro de algunos años Guatemala sea autosuficiente en médicos.

Así que, yo propongo una agenda corta, una agenda pragmática con cuestiones muy claras, y que le dediquemos un poquito de tiempo y nos veamos hacia dentro, y que definamos nuestras potencialidades, creo que es fundamental.

Y quiero agradecerte, Lula, esa cariñosa invitación hoy en la mañana, a ver esas dos comunidades. No sé si las escogieron estratégicamente, pero mi partido es Esperanza, y me llevaron a la Nueva Esperanza. Así que te agradezco, que hasta me dio sentimiento.

Mil gracias. Buenas tardes.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Com a palavra, a Presidenta Michelle Bachelet.

Presidenta Michelle Bachelet – Muchas gracias, Presidente Lula. Estimados presidentes, presidentas, primeros ministros, vicepresidentes, cancilleres, secretarios ejecutivos de distintas organizaciones sociales aquí presentes. Saludo también al gobernador de Bahia.

Lo primero es manifestar la especial satisfacción de Chile por la realización de esta primera reunión de Jefes de Estado y de Gobierno de América Latina y el Caribe, y por eso reitero mis felicitaciones al Presidente Lula por la convocatoria a este encuentro.

Aquí se ha dicho y todos sabemos que esta Cumbre se realiza en una coyuntura histórica, marcada por la crisis internacional. Esta crisis ha sido originada por la ausencia de regulaciones financieras adecuadas a los países desarrollados, así como por la ausencia de instituciones internacionales capaces de ejercer gobierno sobre el sistema financiero y la economía internacional.

En definitiva, es la crisis de un paradigma, una crisis de los que no creen en el rol regulador del Estado, y por lo mismo en la coordinación entre los estados, una crisis de los que no creen en el multilateralismo, una crisis por tanto también de los que creyeron que el mundo podía ser gobernado unilateralmente. Como la globalización ha profundizado la interdependencia de las economías, esta crisis, iniciada en el mundo desarrollado, ha provocado una recesión de alcance global, y los países desarrollados se encuentran sufriendo su peor crisis económica y financiera en décadas, lo que ha hecho además que la economía mundial se haya vuelto extremadamente frágil, impredecible, de altísima volatilidad.

La crisis global se ha ido propagando a los países emergentes y en vías de desarrollo, y debo añadir, más rápido de lo que se pensaba. Hasta hace unos dos meses atrás se decía que esta crisis iba a afectar a todos, pero que los países emergentes iban a estar en relativas buenas condiciones, al tiempo que todas las estimaciones señalaban que América Latina, que había tenido un tan buen desempeño en los últimos seis años, probablemente iba a estar en mejores condiciones de responder a esta crisis.

Sin embargo, hemos visto que más rápidamente o más lamentablemente, pero ya se ha empezado a ver el impacto producido por las reducciones de financiamiento externo y la desaceleración del desempeño económico global. Muchas de nuestras economías son altamente dependientes de la exportación

en muchos países que son fuertemente exportadores a Estados Unidos, y por lo tanto la baja demanda ha provocado una desaceleración de la economía en muchos de nuestros países. De esa manera se han empezado a afectar seriamente economías de América Latina y el Caribe.

Luego de una peligrosa parálisis, la comunidad internacional comenzó a reaccionar y se han ido generando las primeras coordinaciones entre gobiernos, produciéndose algunos acuerdos internacionales sobre la respuesta ante la crisis. Existe acuerdo de que en el corto plazo la tarea fundamental es la coordinación de las respuestas de los gobiernos para impedir una crisis mayor, y por eso también es tan pertinente es esta reunión.

Estados Unidos y Europa han dado los primeros pasos, luego siguió la reunión del G-20; pero claramente, la propagación de la actual crisis internacional inevitablemente nos trae retos para el trabajo coordinado de países y de entidades multilaterales. Estos tiempos de grandes desafíos también nos dan grandes oportunidades de trabajar juntos, de manera eficaz, para mejorar nuestra capacidad de evitar riesgos.

Se ha hablado de paquetes fiscales y paquetes monetarios, claro, pero no se trata sólo de eso. Frente a la crisis hay tareas inmediatas y tareas mediatas o de mediano y largo plazo, tanto domésticas como internacionales; pero también, evidentemente, en término de las medidas inmediatas, es necesario asegurar el apoyo activo a las economías emergentes y en vías de desarrollo, con instrumentos y facilidades de liquidez más flexibles. Es que sería imperdonable que economías básicamente sanas deban dejar de crecer o de crear empleo y, por ende, permitir que mucha de nuestra gente salga de la pobreza, sólo por problemas de falta de acceso al financiamiento.

También tenemos que hacer un mejor uso de la actual coordinación de políticas y mecanismos de consulta, en particular mecanismos de cooperación entre autoridades económicas, bancos centrales, discutir medidas multilaterales que sean necesarias para responder a la crisis financiera.

En esta primera etapa de la crisis también se ha consolidado una idea muy importante que muchos hemos venido planteando desde hace mucho tiempo, pero que más bien caía en el vacío, y es la clara conciencia que hoy existe de la necesidad de una transformación profunda de las instituciones financieras internacionales, de una nueva arquitectura financiera mundial. Necesitamos mayor representatividad, mayor transparencia, mejores reglas que permitan efectivamente el desarrollo de nuestros pueblos y además, obviamente, resuelvan o eviten crisis de esta naturaleza.

La crisis también ha hecho inevitable algo que me parece muy importante dejar aquí sentado, que es el reconocimiento explícito de que hoy día, en el orden global, hay economías emergentes del mundo en desarrollo que tienen un rol de relevancia mayor, y las economías emergentes empiezan a demostrar que también son capaces de avanzar hacia el desarrollo y sacar a cientos de millones de personas de la pobreza, y empiezan a ocupar un nuevo espacio, como lo demostró la participación de Argentina, Brasil y México junto a otros países emergentes en la reunión del G-20.

Es por eso que su nueva gravitación deberá reflejarse en una mayor capacidad de decisión en las instituciones multilaterales que nos demos, después del análisis, discusión y debate que habrá que hacer con respecto a este tema. Y en ese sentido apoyamos fuertemente una mayor incorporación y participación de los países emergentes y en vías de desarrollo en organismos internacionales y en todos los mecanismos de decisión de la nueva arquitectura mundial.

También apoyamos la urgencia de expandir la membresía del foro de estabilidad financiera de economías emergentes y en vías de desarrollo, y así aportar la coordinación internacional en la identificación de cosas bien concretas, como las vulnerabilidades, el manejo de riesgos potenciales y el fortalecimiento de respuestas coordinadas frente a crisis globales. Pero existe además un segundo consenso, y es algo que yo he venido planteando en todas las últimas reuniones: no podemos sumarle al desplome bursátil un desplome social, y por tanto es indispensable que también el mundo sea capaz de dar una respuesta global a la crisis social, que generalmente viene asociada a una recesión, crisis que además amenaza seriamente nuestra capacidad de dar cumplimiento a los objetivos del desarrollo del milenio para el año 2015.

Por eso creemos que pese a la tremenda fragilidad en que nos encontramos y frente a los graves riesgos de impacto en nuestros países, también nos encontramos ante una gran oportunidad. Es que la crisis está generando la movilización multilateral más importante de los últimos años, está marcando así el inicio de lo que podríamos llamar una nueva etapa, abriendo un espacio político para avanzar a un sistema más regulado, más solidario y más integrado, para avanzar desde una etapa marcada por el unilateralismo hacia otra donde se abre la posibilidad de fortalecimiento de instituciones multilaterales como los espacios más apropiados para construir respuestas colectivas a los problemas globales, para construir los bienes públicos globales que nos van a permitir vivir en un mundo más humano, más justo y más solidario.

Es por eso que, pese a ser una crisis, estamos ante una oportunidad sin precedente, una oportunidad para el multilateralismo y la construcción de un siglo XXI organizado en torno a reglas construidas democráticamente. Está en nuestras manos, en manos de toda la comunidad internacional, pero en forma especial del mundo en desarrollo, en vías de desarrollo y emergente, aprovechar esta oportunidad para darle un impulso definitivo al multilateralismo y construir, como ya decía, un mundo más justo y más democrático.

El sistema internacional avanza hacia una nueva estructura, es por ello que América Latina y el Caribe se encuentra ante un gran desafío: realizar un esfuerzo extraordinario de concertación política para tener voz y hacernos escuchar en el debate mundial sobre el siglo XXI que deseamos construir. Y es por esa misma razón que esta Cumbre de América Latina y el Caribe se encuentra, en consecuencia, ante el desafío de poner en marcha el proceso de concertación política latinoamericana y caribeña sobre los principales desafíos globales para articular respuestas regionales ante la crisis, para articular un rol de la región en la construcción de la gobernabilidad global del siglo XXI.

Es por eso que Chile ha propuesto que esta reunión sea un impulso decisivo para el desarrollo, a partir de hoy, de una nueva etapa en la integración y la concertación política regional. Está muy bien, estamos todos de acuerdo con el diagnóstico, y también sabemos, en términos gruesos, los títulos de la canción; pero ahora, ¿cómo en concreto? Por eso Chile ha propuesto realizar un ejercicio de concertación latinoamericana y caribeña que permita una postura regional común sobre la crisis que estamos enfrentando y vamos a enfrentar en los próximos meses y años, y que podamos tener una voz en lo que va a ser el nuevo encuentro el próximo año en Naciones Unidas sobre este tema, porque comparto con el presidente Leonel que debiera ser un G-192 o cualquiera que sea el número de países que estamos, y que también, por cierto, sea una base de apoyo importante a nuestros presidentes y presidentas, de Argentina, Brasil y México, en la próxima reunión del G-20.

Y estamos hablando de dimensiones financieras, económicas, comerciales, institucionales, y yo quiero decir que con todo lo difícil que ha sido, nosotros hemos demostrado que podemos hacer las cosas. Tenemos antecedentes exitosos y recientes, y por ejemplo, quiero mencionar la concertación regional que construimos en el grupo de trabajo del Grupo de Río durante este año sobre financiamiento para el desarrollo.

La articulación de una postura latinoamericana ha sido también muy importante para tener logros positivos en la reciente Conferencia de Doha sobre Financiamiento para el Desarrollo, incluyendo, por cierto, la exigencia a los países desarrollados para que cumplan con su compromiso de su asistencia oficial al desarrollo del 0,7% del Producto Interno Bruto. Pero también ha sido importante el impulso que le hemos dado a la búsqueda de mecanismos innovadores de financiamiento para alcanzar los objetivos de desarrollo del milenio. Por eso que América Latina y el Caribe deberíamos ser capaces, por ejemplo, de tener una postura común en cuestiones esenciales en la próxima reunión en el G-20 en Londres, y como ya decía, en Naciones Unidas. Y para eso Chile se ofrece a ser sede, por ejemplo, para que pueda un grupo de personas trabajar en medidas concretas que podamos plantear en las distintas alternativas.

Sin embargo, el nivel de interconexión e interdependencia entre nuestros países, así como entre los diferentes fenómenos globales, así como el nuevo impulso al multilateralismo, plantea la necesidad de que la región haga un esfuerzo por abordar simultáneamente crisis económica, crisis social, alimentaria, energética y ambiental, esta última como consecuencia del cambio climático y el calentamiento global.

Tanto en la conversación entre los presidentes, como hoy día en la mañana en la primera reunión del MERCOSUR, donde además planteamos nuestra solidaridad a muchos pueblos, como aquí en Brasil, en Colombia, en Cuba, Honduras, Haití, en el Caribe, frente al enorme desastre climatológico que ha existido, la verdad es que a mí me preocupa cuando en reuniones multilaterales, uno escucha de países en desarrollo decir que, dada la situación de recesión mundial, no estarían dadas las condiciones para poder cumplir con compromisos adecuados en término de calentamiento global y por ende uno entra en bastante duda sobre cuál va a ser el pronóstico – en esto me salió lo de doctora – de la reunión de Copenhague.

Creo que tenemos que ser capaces de concertar un acuerdo fundamental, porque además de que es un problema en sí mismo, muchos de nuestros países cumplen la gran mayoría de los factores de riesgos – por ejemplo, ser islas es uno de riesgos, bordes costeros grandes etc. – para ser las principales víctimas del calentamiento global y del cambio climático. Por eso creo que también el llegar a un buen acuerdo podría constituirse en una poderosa herramienta pro medio ambiente, pero también pro desarrollo de lucha contra la pobreza y de fomento a la innovación, y porque las posibilidades de reactivar

la economía mundial también están estrechamente relacionadas con las posibilidades de destrabar las negociaciones de la Ronda de Doha de la OMC.

Amigos y amigas Jefes de Estado y de Gobierno, esta reunión de América Latina y el Caribe es también una oportunidad extraordinaria para promover juntos una respuesta a la crisis en nuestra región. Confiamos en que nuestra región pueda hacerse frente a esta turbulencia desde una mejor posición que en el pasado, porque hemos ido ganando fortaleza, tenemos mejores condiciones, nuestros países han hecho avances sustantivos y significativos para promover el crecimiento y derrotar a la pobreza.

Yo quisiera compartir con ustedes una cifra que no es pequeña: América Latina y el Caribe fue capaz de sacar a 37 millones de personas de la pobreza entre 1992 y 2007. No quiere decir que hayamos hecho bien la tarea, todavía nos queda mucho por adelantar, aunque hemos avanzado; pero a la vez, se dice que el alza del precio de los alimentos habría impedido que unos 4 millones de personas saliesen de la pobreza y de la indigencia y que la crisis internacional va a impactar los empleos y los salarios, amenazando por tanto en muchos países las conquistas sociales de los años recientes, aumentando la pobreza y la desigualdad en la región. Por eso debemos proteger nuestros logros y debemos actuar para prevenir las consecuencias sociales de la crisis en nuestra región.

En ese sentido la declaración de esta reunión considera el impulso de políticas sociales proactivas, y por cierto, saludamos el conjunto de iniciativas contenidas en este documento, pero no es suficiente. Debemos promover como región, y esto lo hemos conversado en otras reuniones, políticas de promoción del empleo, de fortalecimiento de la seguridad social, de seguros de desempleo.

Es fundamental impulsar el diálogo entre gobiernos, empresarios y trabajadores y reafirmar los principios de derechos fundamentales en el trabajo. En definitiva, debemos promover el trabajo digno y decente, con mayor fuerza durante la crisis, porque la tendencia va a ser a justificar precariedad para poder mantener empleo, y me parece que nosotros tenemos que lograr que, para variar, no pase que los trabajadores y los más vulnerables paguen el costo de la crisis.

La región también puede coordinar sus esfuerzos para asegurar la liquidez de nuestros mercados financieros, lo que puede ser decisivo en la lucha contra el desempleo y la pobreza. Por eso instituciones multilaterales orientadas a la

región, como el BID, la CAF, el FLAT, han actuado al ofrecer varias líneas de crédito a los países de América Latina y el Caribe, instrumentos de apoyo a países que requieran ese financiamiento, y tenemos que alentar esa respuesta, porque sin duda es insuficiente aún lo que está sobre la mesa.

La rápida y coordinada reacción de las autoridades económicas nacionales e instituciones financieras multilaterales ha sido y continuará siendo absolutamente necesaria. Pero otra herramienta para dinamizar nuestras economías es el comercio, ya sea intrarregional o con otras regiones, y a pesar de todos los procesos subregionales de integración en marcha, el comercio intrarregional en América Latina y el Caribe sigue siendo bajo, alcanzando sólo el 19% del total de las exportaciones de nuestra región, y eso es bastante menos que el comercio que uno observa en la Unión Europea u otros países del Este asiático.

Es por eso que tenemos que darle un impulso renovado a la convergencia de los procesos de integración subregionales; es por eso que valoramos los acercamientos del MERCOSUR con el SICA; es por eso, tal como recordaba el Presidente Colom, que promovemos la iniciativa del arco del Pacífico, una iniciativa que ha sido conformada desde México hasta Chile, los que miramos al Pacífico, pero que hemos sido muy claros en decir que es una iniciativa abierta a todos los que desean participar, y que busca fortalecer la vinculación comercial de América Latina con el Asia Pacífico, así como la acumulación de normas de origen de los procesos de integración subregionales y bilaterales.

Quiero terminar diciendo, amigos y amigas, que nada nos impide concertarnos, que estamos ante un momento internacional excepcional, que tenemos la oportunidad de dar un salto cualitativo en la concertación política y en la integración latinoamericana en un momento en que el mundo que representamos está empezando a tener otro peso en la economía y en la política internacional. Nada nos impide concertarnos, no estamos sometidos a ninguna confrontación global, no tenemos excusas, de nosotros depende, de nuestra capacidad para entender que somos diversos, pero que somos capaces de encontrar lo que nos une respetando la diversidad, de nuestra capacidad para entender que la integración y la concertación sólo se logra mediante la construcción de acuerdos en torno a generar respuestas coordinadas para asegurar a nuestros pueblos, a quienes nos debemos, una vida más digna, más justa, que es por lo demás la que los pueblos nuestros merecen. Así que muchas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheira Michelle. Eu gostaria de chamar agora o nosso companheiro Leonel Fernández, Presidente da República Dominicana

Presidente Leonel Fernández – Muchas gracias, señor Presidente de la República Federativa de Brasil Luiz Inácio Lula da Silva; señores Jefes de Estado y de Gobierno de América Latina y el Caribe; distinguidos colegas amigos todos.

Quisiera en primer término felicitar al Presidente Lula, por esta brillante iniciativa de haber convocado a esta Cumbre de América Latina y el Caribe en estos momentos. Esto así por doble razón, primero por el carácter simbólico que tiene el hecho de que este encuentro lo estemos celebrando justamente en el año 2008. Hace 200 años, en América Latina se iniciaron las luchas por la independencia de nuestros pueblos, y el hecho de que, en un momento de gran crisis mundial nos hayamos dado cita aquí para reflexionar sobre los problemas de la región, creo que tiene la fuerza simbólica y el sentido de oportunidad.

Yo quisiera, Presidente, dividir mi intervención en dos aspectos. En un primer momento, compartir una reflexión acerca de la naturaleza del sistema económico mundial en estos momentos, que explicaría la crisis, y como una forma de contribuir a la elaboración de un posicionamiento común de lo que debemos llevar a la Conferencia Especial de Naciones Unidas el año próximo. En segundo término, siguiendo un poco el pensamiento de la Presidenta Bachellet y del Primer Ministro de Guyana, Jagdeo, de cómo derivar en decisiones prácticas que nos permita a partir de la declaración que se formula aquí, convertir las propuestas, las promociones que se hacen, en programas e iniciativas específicas que pueden encontrar formas de financiación a través de las instituciones que existen en la región.

Con respecto a lo primero, yo pienso que todos estamos conscientes de que la actual crisis financiera es la crisis más profunda, la más aguda y la más severa de los últimos 80 años, desde la gran depresión, y tiene el potencial de ser la peor crisis de toda la historia. De manera que estamos ante un acontecimiento verdaderamente trascendental.

Estamos hablando de crisis financiera, pero durante el transcurso del 2008 tuvimos una crisis energética y tuvimos una crisis alimentaria, y en las tres crisis encontramos cambios significativos en la naturaleza del funcionamiento del sistema económico mundial, al que debemos prestarle atención para, digamos, poder enfrentar con éxito los desafíos del futuro.

Cuando veíamos la crisis energética, que nos creó un problema de presión inflacionaria, al igual que la crisis alimentaria, y ahora en cuestión de tres meses en toda la región pasamos a una situación radicalmente distinta de recesión, de presión inflacionaria a recesión, en cuestión de meses, lo que revela la alta volatilidad que tiene el sistema económico mundial y cómo repercute en nuestras naciones. Pero cuando analizábamos la crisis energética y alimentaria, ¿qué se nos decía? En primer lugar, que era un problema de oferta y demanda, que la oferta de petróleo se había restringido, que no había habido suficiente inversión en refinerías, que China y la India estaban incrementando su demanda, que había tensiones geopolíticas en algunos lugares del mundo, especialmente en el área de Nigeria, y que todo eso contribuía al incremento de los precios del petróleo a escala global.

Y cada uno de esos factores parece razonable, usted puede entender que efectivamente la oferta había disminuido, que la demanda se había disparado, que había conflictos de carácter geopolítico, tensiones de otra naturaleza etc.; pero lo que se ocultaba siempre era que al mismo tiempo había una especulación distinta al tipo de especulación históricamente conocida, que estaba trazando el alza del precio del petróleo y de los alimentos, y nos referimos al surgimiento de la llamada especulación financiera, distinta a la especulación física, tradicionalmente conocida en los contratos a futuro de mercados.

Lo que ha ocurrido entre el año 2004 al 2008 nos indica que ha habido una variación significativa en la naturaleza del sistema capitalista mundial. En el año 2004, indican las estadísticas, las inversiones que se habían hecho en contratos a futuro de petróleo alcanzaba la cifra de 13 billones de dólares. En el año 2008, en el año actual, el volumen de inversión en contratos a futuro de mercados petroleros, llegó a la cifra astronómica de 260 billones de dólares.

La pregunta sería: ¿quiénes estaban invirtiendo en esos contratos de futuro, en el caso de petróleo, pero también en alimentos, lo podemos ver en el caso del maíz, en el caso de la soya, en el caso del sorgo, etc.? Estaban invirtiendo inversionistas institucionales que no habían participado antes en mercados de futuro. Estamos hablando de fondos de pensiones, compañías de seguros, fondos patrimoniales de grandes universidades en Estados Unidos, etc., y el volumen de contratos que esas inversiones generaban competían con el número de contratos físicos, con lo cual, sin duda alguna, estaban ejerciendo una influencia en la determinación de los precios a nivel internacional.

Entonces, aquí lo que estamos viendo es el cambio que se ha dado en los mecanismos de funcionamiento del sistema capitalista financiero internacional,

de un sistema de especulación tradicional histórica física, a un modelo de especulación financiera, donde las transacciones se generan en papeles y no sobre los bienes físicos, pero generando influencia en la determinación de los precios.

Le explicaba en un comentario con el Presidente Chávez la impresión que teníamos, de que alguien vende un petróleo que no tiene y alguien compra un petróleo que no espera recibir, y sin embargo ambos obtienen grandes ganancias e inciden en la determinación final de los precios.

Yo creo que aquí hay un primer factor importante a tomar en consideración, es un hecho sin precedentes, es un hecho nuevo en el sentido de cómo hoy día se mueven los mercados de futuro con respecto a los commodities o productos básicos tradicionales. Pero así como ha ido al alza, y llegó a 147 dólares el barril de petróleo durante el año, en un día llegó a subir 10 dólares, y todos caímos en la perplejidad, y después otro día llegó a subir 25 dólares el barril de petróleo, en un solo día, y obviamente que ya eso, digamos, desafió toda forma convencional de comprensión de los sistemas económicos. Pero ahora lo hemos visto al revés.

En cuestión de tres meses, después de haber llegado a un récord histórico, de 147 dólares el barril, en sólo tres meses, ahora el barril de petróleo se cotiza a 40, 42, 43 dólares el barril. ¿Es que de repente ha habido una disminución tan drástica de la demanda? ¿Es que la recesión que actualmente existe está incidiendo en reducir esa demanda? Bueno, pero la recesión la estamos empezando a sentir ahora, y resulta que hace tres meses ha empezado a caer bruscamente el precio del barril de petróleo. Lo mismo insisto con el caso de los alimentos.

Entonces, lo que estamos viendo es un nuevo modelo de especulación financiera, que tiende hacia el alza con la misma brusquedad con que tiende hacia la baja, generando incertidumbre y volatilidad en los mercados, tanto para los productores de los bienes, como para los consumidores, con lo cual ponen en riesgo a los pueblos de todas las naciones del mundo, sean desarrolladas, sean en vías de desarrollo o sean economías emergentes.

¿Cómo resolver este problema? Nosotros creemos que de aquí deben salir propuestas de soluciones, y la propuesta que nosotros hacemos a esta asamblea es que se establezcan determinadas condicionalidades a los contratos de mercado de futuro, y es que en lugar de poder invertir tan sólo el 5% del valor de los contratos, a todo inversionista se le exija, por lo menos, el 50 % del valor de cada contrato futuro. No es posible que si no está en el negocio

de petróleo o de alimentos, usted con el 5% del valor del contrato pueda adquirir un contrato que tiene más bien carácter de especulación financiera.

Quizá nos resulte imposible establecer la prohibición total de participación en los mercados a futuro de cualquier inversionista, pero sí se pueden establecer condiciones, y la condición debe ser incrementar el precio de cada contrato cuando se va a los mercados de futuro. Pasar de un 5% a un 50% del valor del contrato significaría un desincentivo a los especuladores financieros de mercados de futuro, tanto para alimentos como para petróleo.

Veamos ahora el caso de la crisis financiera, distinguidos colegas, Jefes de Estado y de Gobierno de la región. Yo pienso que todos nos preguntamos cómo es posible esta situación después de un proyecto de 700 mil millones de dólares aprobado en el Congreso de los Estados Unidos para ir en auxilio de los bancos con activos en dificultades, que fue precedido de 300 mil millones de dólares previos, o sea, estamos hablando sólo en Estados Unidos de un trillón de dólares que ha ido para resolver la crisis financiera que se ha creado. Pero el Banco Central europeo también ha emitido centenares de miles de euros, los gobiernos europeos por igual. De manera que uno podría decir que en estos momentos, en términos aproximados ha podido haber una inyección de capitales en la búsqueda de una solución a la crisis financiera que debe estar oscilando por los 3 trillones de dólares.

Ahora bien, si la crisis tuvo su origen en el llamado mercado inmobiliario hipotecario de los Estados Unidos, uno tendería a preguntarse: ¿Y cuál es el valor de mercado de esa crisis inmobiliaria hipotecaria norteamericana? Y las cifras que generalmente se dan es que el mercado inmobiliario hipotecario de los Estados Unidos, en sentido general, representa un valor de 13 trillones de dólares, y las hipotecas basura o hipotecas tóxicas, el *sub prime* representa el 20% de ese mercado de 13 trillones de dólares, o sea, estaríamos hablando de que el segmento afectado del mercado inmobiliario sería de 2,7 trillones de dólares.

Luego surge la pregunta: ¿Si esta crisis tiene un valor de 2,7 trillones de dólares, y se han invertido, se han inyectado flujos de capitales por encima de 2,7 trillones, llegando a 3 trillones, por qué razón no ha habido una reacción positiva de los mercados, lográndose una superación de la actual crisis financiera?

Evidentemente que los mercados no han reaccionado positivamente, porque a la opinión pública internacional se le ha estado ocultando otra parte de la realidad, y la otra parte de la realidad es que hay nuevos instrumentos

financieros también afectados, como serían, en una traducción al español, de las llamadas permutas de créditos no pagados, o el nombre en inglés, *credit default swaps*, que se utilizaban como especies de seguros en las contrataciones de crédito por parte de personas con malos historiales de créditos, actuando como compañías de seguros, sin ser compañías de seguros, por lo tanto, quedaban fuera de toda regulación. Y hoy sabemos que ese sistema de permutas de créditos no pagados, representa en Estados Unidos un mercado equivalente a 60 trillones de dólares. 60 trillones de dólares creados artificialmente en base a papeles, en base a la ficción, en un sistema no regulado.

Obviamente, al existir este problema de los *credit default swaps* los mercados no reaccionan positivamente, porque saben que esta crisis ya no se detiene en el problema hipotecario inmobiliario, sino que ha ido más allá, a una etapa superior, que tiene que ver con el funcionamiento de todo el sistema financiero internacional.

60 trillones de dólares equivalen al Producto Interno Bruto de todos los países del Planeta. No hay forma de darle solución a una crisis de 60 trillones de dólares. Si esta crisis logra contenerse a nivel del *sub prime*, a nivel del crédito hipotecario inmobiliario, uno podría sentirse optimista en considerar que a partir del segundo semestre del año próximo se iniciaría un proceso gradual de recuperación y de reactivación del crecimiento a escala mundial; pero si la crisis está contaminada con las permutas de créditos no pagados, yo pienso que aquí debemos hacer conciencia de que estamos hablando de una crisis de por lo menos 10 a 15 años, porque no hay manera de enfrentar un problema de 60 trillones de dólares.

Y ese es el problema que tenemos hoy día. Realmente, ¿de qué se trata? ¿De una crisis inmobiliaria hipotecaria que se ha internacionalizado por el mecanismo de la securitización, o de una crisis más profunda, que tiene que ver con las permutas de créditos no pagados? Dependiendo de cuál sea la respuesta tenemos dos escenarios distintos: un escenario que se puede controlar o un escenario que estará totalmente fuera de control, con efectos devastadores desde el punto de vista político, social, económico e institucional para todos nuestros pueblos.

Entonces yo pienso que nosotros, como asamblea aquí reunida, debemos exigir, y que salga de aquí como exigencia a las autoridades financieras internacionales, al Fondo Monetario Internacional, al Tesoro de los Estados Unidos, a la Reserva Federal y al Banco Central Europeo, que nos digan

exactamente cuál es la naturaleza de la crisis actual, si es un tema que se reduce a la hipoteca inmobiliaria afectada, o si ha trascendido a los llamados *credit default swaps* y por consiguiente, cuáles son las medidas que nos aconsejan tomar para blindarnos de los efectos de esta segunda catástrofe.

Un elemento que quisiera derivar de este debate es el hecho de que hasta ahora lo que se propone es que haya mayor regulación y que haya mayor transparencia, y por consiguiente todo parece que lo que estamos discutiendo son dos modalidades del sistema capitalista: un capitalismo regulado o un capitalismo no regulado. Y nos parece que se trata de un falso debate.

El problema no es un capitalismo bueno y un capitalismo malo, lo que nosotros entendemos es que hay una crisis de valores en el sistema, y que esa crisis de valores debe dar lugar a la emergencia de un pensamiento latinoamericano que lo supere, y yo creo que en este encuentro de aquí ya se han emitido algunas ideas que van en la dirección de un pensamiento latinoamericano emergente que vaya más allá del neoliberalismo y que vaya más allá del keynesianismo, como las dos modalidades que se presentan como alternativas a la actual crisis capitalista global.

El problema no es un debate entre keynesianismo o nekeynesianismo y neoliberalismo. Nosotros entendemos que la superación de la crisis plantea una situación posneoliberal y una situación poskeynesiana o posnekeynesiana, y por tanto pasamos a un pensamiento renovador, latinoamericano, del siglo XXI, que implica los valores de solidaridad, los valores de cooperación, mecanismos extramercados, integración, por oposición a la codicia y la avaricia de esas formas de funcionamiento del sistema financiero capitalista global, que ha llevado al mundo a esta situación de riesgo en que nos encontramos en estos momentos.

Ahora, como cuestión eminentemente práctica, ¿qué nosotros podríamos hacer en América Latina en lo inmediato? Yo pienso que disponemos de algunos recursos como región para ir enfrentando esto, apelando a estos valores de solidaridad, de cooperación, de integración y de mecanismos extramercado que son los que han estado dominando.

Pienso, sin embargo, como lo ha dicho la Presidenta Bachellet, como lo ha dicho el compañero Jagdeo, como lo ha dicho el Presidente Álvaro Colom y otros colegas, de que la Declaración tiene que pasar de una formulación retórica hacia la indicación o identificación de programas e iniciativas concretas. Por ejemplo, en materia de cooperación energética,

Petrocaribe es un programa muy específico y muy concreto. Entonces, en lugar de un enunciado general, de cooperación energética, digamos cuál es el programa específico que vamos a aplicar. Mi sugerencia en ese sentido sería que podamos crear un grupo de trabajo que se forme aquí, y que ese grupo de trabajo pueda convertir la declaración en iniciativas, y proyectos, y programas específicos que podamos aplicar, en el área de infraestructuras, en el área de energías, en el área de alimentos y nutrición. Y sobre esa base entonces tendríamos un plan de acción que nos permita efectivamente protegernos de los efectos inmediatos de la crisis, y creo que con eso podríamos avanzar.

Entonces, Presidente, esas son nuestras observaciones sobre este problema. Yo propondría finalmente que este encuentro del año venidero en Naciones Unidas, que se ha entendido como una conferencia de alto nivel sobre la crisis financiera, se convierta en una asamblea general especial sobre la crisis financiera y que haya una propuesta en común de los países de América Latina, que la pueda presentar usted mismo, Presidente Lula, en representación de los países de América Latina y el Caribe, con respecto a la crisis energética, a la crisis alimentaria, a la crisis financiera, y la necesidad de producir un nuevo modelo que supere los valores y los criterios que hasta ahora han predominado en el mundo con carácter universal.

Muchas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, companheiros, temos um problema. Qual o problema que temos aqui. Às 19h00, começa o Grupo do Rio, que vai até às 9 horas. Amanhã nós temos a manhã inteira para continuar este debate, mas, às 19h00, começa o Grupo do Rio. Nós ainda temos para falar Paraguai, México, Bolívia, Suriname e Venezuela. Já passei para amanhã Peru, Jamaica, Panamá, Argentina e São Vicente e o companheiro Tabaré. Nós temos 40 minutos, 40 minutos e cinco oradores. Eu vou passar a palavra para o Paraguai. Eu só queria lembrar que quando chegarem as 19h00, nós somos obrigados a parar para começar o Grupo do Rio, porque nós temos que sair, para que a sala seja reordenada para o Grupo do Rio e quem não conseguir falar hoje começa falando amanhã pela manhã. Então, às 19h00, nós vamos parar. Quem não falar hoje, começa falando amanhã pela manhã. Com a palavra, o companheiro Fernando Lugo.

Presidente Fernando Lugo – Muchas gracias, señor Presidente de Brasil, estimado Lula da Silva; señores Jefes y Jefas de Estado y de Gobierno de América Latina y el Caribe; señores ministros de Relaciones Exteriores.

Nunca en la historia de nuestras naciones hubo un escenario tan favorable para la aproximación entre los países latinoamericanos y caribeños, cuyo impacto político sería trascendental desde el punto de vista multilateral, así como bilateral.

El Paraguay está convencido de que en vísperas de la celebración de bicentenario de la Independencia de nuestros países, no es posible demorar por más tiempo la unidad latinoamericana y caribeña.

América Latina y el Caribe se encuentran fortalecidos por la progresiva consolidación de sus instituciones democráticas, por el compromiso con los derechos humanos, la protección del medio ambiente, la superación de las injusticias sociales y el desarrollo de sus pueblos, por el crecimiento de sus economías y la profundización de su proceso de integración.

En ese sentido, uno de los elementos esenciales para fortalecer la integración es la implementación y aplicación efectiva de un proceso político común para que la consolidación de la identidad latinoamericana y caribeña contribuya al fortalecimiento de otros organismos, mecanismos o procesos de nuestra región.

Ésta es una necesidad concreta en el momento en que el mundo sufre dramáticas transformaciones. Con la crisis económica mundial, los centros de poder mundial pierden hegemonía y las anteriores periferias emergen cada vez como potenciales protagonistas.

La crisis global evidencia que no hay salidas aisladas para nuestras naciones. Sólo un proyecto de unificación de la América Latina y el Caribe permitirá que nuestros países sean actores de la reorganización en curso del sistema internacional, y juntos, deberemos hacer oír nuestras voces a favor de una profunda transformación de las instituciones que rigen la economía mundial.

Estamos convencidos que en esta Cumbre más que nada debemos apuntar a consolidar nuestros objetivos a través de un programa de acción realista, que permita a las naciones que conforman este espacio regional pasar a ser destacados actores en el escenario internacional.

Señores Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, debemos reconocer que el propósito del desarrollo es buscar la prosperidad de nuestros pueblos, pero para ello es necesario crear oportunidades con criterios de equidad,

para lo cual necesitamos centrar nuestros esfuerzos comunes en la materialización del bienestar general.

Debemos asumir el compromiso de procurar los mecanismos e instrumentos para superar los problemas producidos por las asimetrías estructurales o de políticas que profundizan nuestras diferencias. No debemos repetir, en las relaciones económicas entre nuestras naciones, los paradigmas utilizados por las antiguas metrópolis en sus relaciones con las periferias.

En la coyuntura mundial, hoy más que nunca debemos unir esfuerzos para objetivos políticos comunes. Somos Estados que nos reconocemos en igualdad de derechos y obligaciones y consideramos que aquellos países que más han prosperado tienen mayores obligaciones en términos de aplicar paradigmas de complementariedad, cooperación y solidaridad. En este punto, deseo hacer hincapié a la situación del Paraguay, cuya carencia de costa sobre el mar lo condiciona aún más a reducir en forma importante sus posibilidades de crecimiento, así como también el acceso al conocimiento técnico y tecnológico, afectando la instalación de inversiones, facilitación del comercio, a diferencia de lo que ocurre con los países que sí cuentan con litoral marítimo.

Desde que asumimos el gobierno el 15 de agosto pasado planteamos inmediatamente a nuestros vecinos una rediscusión sobre nuevas bases de nuestras relaciones bilaterales, agenda en la cual tienen destaque las dos hidroeléctricas binacionales, una con Brasil, la otra con Argentina. Si bien hemos encontrado una apertura para el diálogo con estos gobiernos, debemos aún corregir las asimetrías, plasmadas en esos dos emprendimientos.

La denominación de esta Cumbre, “Integración y Desarrollo”, se traduce en dos conceptos que no pueden tratarse separadamente. La estrategia de desarrollo de nuestros países debe incorporar la dimensión regional e internacional, a través de un compromiso con la integración solidaria, que nos permita desde una dinámica política, a través de la unanimidad, lograr acuerdos y consensos para enfrentar los problemas internacionales.

Pertecemos a la región del mundo con mayor producción y exportación de alimentos. Es por ello que es importante implementar la articulación productiva, que permita establecer un comercio recíprocamente complementario, y cuyo objetivo principal sea la diversificación e industrialización de nuestras naciones.

La integración de nuestra región es el principal camino para acceder al verdadero desarrollo, y que deberá estar sustentada por la cooperación, la

solidaridad, en particular el compromiso en la lucha contra la pobreza y la promoción del desarrollo sostenible.

No puedo dejar pasar esta oportunidad para referirme a la actual crisis financiera más profunda y globalizada que se ha instalado en los últimos meses, cuyos alcances no pueden ser evaluados aún en su totalidad, pero que tendrán implicaciones para la estabilidad financiera y el crecimiento económico sostenido, en especial para los países más vulnerables.

Los efectos de la actual crisis financiera mundial, iniciada en los principales mercados desarrollados, traerán aparejados mayores dificultades a los países en desarrollo, y al tener características multifacéticas, su tratamiento deberá tener una respuesta global concertada, con la plena igualdad para la búsqueda estructural de soluciones.

Para finalizar debo señalar que la situación migratoria de nuestros conciudadanos continúa siendo una preocupación, no sólo por el hecho de que en muchos casos la falta de oportunidades haga que se busquen mejores horizontes, sino también por la receptividad de los mismos en los países de destino. Exhortamos a que la integración de los migrantes en los países de acogida pueda tener un sentido humanitario, fraterno y hospitalario.

Señoras y señores, esta primera Cumbre de América Latina y el Caribe, que nos permite tener un contacto y comunicación privilegiada entre Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, debe afirmar su sentido integrador y de consenso, de cooperación y solidaridad efectivas entre nuestras naciones, y proyectar la acción futura en las estrategias de desarrollo de la región, en los aspectos tanto políticos como económicos, sociales y culturales.

Muchas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Lugo. Chamaria agora para falar nosso companheiro Felipe Calderón, Presidente do México.

Presidente Felipe Calderón – Gracias, querido Presidente Lula da Silva, y aunque sea reiterativo quiero sumarme a la felicitación por su convocatoria, por su liderazgo, y me congratulo de que el país hermano más grande de América Latina en su territorio, el más poblado y también el que tiene la economía mayor, convoque a América Latina y el Caribe a esta reunión, que estoy seguro dará muchísimos frutos.

En segundo lugar quiero sumarme y felicitar a mis colegas Presidentes y Jefes de Estado por las magníficas intervenciones que hemos escuchado el día de hoy, de todos ustedes, no quiero hacer omisión, pero especialmente quiero referirme a la de Leonel Fernández, que me pareció en muchos sentidos una explicación muy puntual, muy bien documentada del problema que estamos viviendo, y coincido plenamente con él. Hay un asunto, hay una quiebra de la economía mundial por el descontrol especulativo que arrasó con probablemente una dimensión mayor con las economías de varios países.

A mí me gustaría mucho entrar a la discusión del tamaño del boquete que han dejado los productos derivados financieros, los del mercado de futuro, fuera de regulación, los *default swaps* y muchas cuestiones que hablan, en pocas palabras, de un cambio real de la situación económica de varios países, empezando por la de Estados Unidos.

Aunque a mí me parece que, como las leyes relativas a la energía, que la energía ni se crea ni se destruye, sólo se transforma, también efectivamente hay en la riqueza del mundo una traslación de valor, y en ese sentido la riqueza del mundo ni se creó ni se destruyó, sino simplemente se transformó y quizá pasó de manos, y de manos de todos.

Hubo, por ejemplo, déficit o desequilibrios financieros prolongados durante mucho tiempo que generaron una enorme masa de liquidez que hizo posible que los mercados financieros entraran en esa tropelía especulativa que finalmente quebró al mundo, y estos excesos o desequilibrios permanentes pueden ser desde el superávit comercial artificialmente sostenido a través de tipos de cambio también artificialmente manipulados en muchas partes, en Asia especialmente hasta las partes de precios derivados ya no sólo de los mercados de futuro sino su impacto en los productos reales, en los commodities, que también generaron excedentes. Muchas cosas.

También en el proceso hubo transferencia de recursos. Por ejemplo, si esa burbuja enorme especulativa generó aumentos de precios de petróleo, o de materias primas, de commodities, esa transferencia de recursos o de riqueza también se dio hacia ciertos de nuestros países. En nuestro caso, los productores de petróleo, por ejemplo, efectivamente nos vimos beneficiados en parte de esa burbuja; muchos países productores de materias primas, de granos, de productos agrícolas, también vieron un registro de ingresos por encima de lo ordinario, digamos, en algunos meses de este año. Pero ahora lo que tenemos es el fin de la burbuja, la quiebra de la ficción y los platos rotos que tenemos que recoger.

Y suscribiendo en todo o en gran parte lo que ha dicho Leonel, y valdría la pena profundizar, no ahora, por la cuestión de tiempo que bien ha mencionado ya Lula, la pregunta fundamental sigue siendo la misma: ¿Bueno, qué hacemos los países de América Latina y el Caribe para proteger nuestras economías y para, en esta crisis global, sin precedentes, pienso yo, sostener el empleo, sostener el desarrollo y sostener el crecimiento con equidad de nuestros pueblos? Y la posibilidad de generar crecimiento económico, empleo, sostener la equidad social, preservar el medio ambiente, que bien hizo referencia el Primer Ministro de Guyana, tiene que ver precisamente con la convocatoria de Lula: ¿Qué podemos hacer los pueblos de América Latina y del Caribe para defendernos? Y también una pregunta que yo sugería esta mañana: ¿Tienen sentido o no tienen sentido los esfuerzos que en este caso se expresaban, en el caso del Mercosur, en la mañana? ¿Tienen o no sentido los esfuerzos de mayor integración económica entre nuestros países?

Yo sostengo que sí, y no sólo eso, sino que a partir de este fenómeno crítico es más obligatorio acelerar y romper el pasmo en que están metidos los procesos de integración en América Latina. ¿Por qué? Digámoslo con toda claridad, están detenidos, y de hecho presentan regresiones en muchos aspectos.

¿Qué podemos hacer para que crezcan nuestras economías? Primero, en nuestras economías tiene que crecer la inversión, y tiene que crecer la inversión pública y de ahí la importancia de finanzas públicas sanas; y tiene que crecer la inversión privada en nuestra región. Nos guste o no, como bien ha dicho el señor presidente de Cuba, como bien han dicho varios de los que intervinieron antes que yo, no es un asunto de ideologías, es un asunto de desarrollo. Y la posibilidad de que haya inversión tiene que ver con que la inversión pueda ser rentable, que la inversión pueda ser segura y que la inversión provenga de un ahorro disponible.

Ahora bien, para que la inversión pueda ser rentable tienen que crecer nuestros mercados, tiene que crecer nuestra capacidad de venta, porque a veces este fenómeno de aislamiento y de nuevo proteccionismo me recuerda las quermeses o los eventos de recaudación de fondos que hacíamos en el partido cuando estábamos casi en la clandestinidad. Hacíamos unas quermeses o en las parroquias, y resulta que a la quermese únicamente íbamos los mismos de siempre, y entonces la misma familia tenía que hacer el mole, que se lo vendía a los hijos de la familia, y a la vez en la tarde se compraba todo el mole restante, porque no había a quien vender. Sólo resultan rentables las quermeses

donde podemos invitar a todo el barrio, y si se puede a toda la ciudad; pero mientras sigamos cerrando nuestras propias economías no vamos a tener un ingreso disponible. ¿Por qué no tenemos ingreso disponible? Porque nuestros pueblos son pobres. Porque la definición de inversión es la diferencia entre el ingreso y el gasto. Ese es el ahorro y eso es lo que posibilita la inversión.

Y nosotros no tenemos posibilidades de ahorro, no porque seamos gastalones, gastamos lo común para sobrevivir, nuestra gente gasta lo común para sobrevivir; pero su ingreso es muy bajo, y la única posibilidad de captar inversión es generando en América Latina las condiciones para que quienes tienen capacidad de ahorro, es decir, tienen un ingreso mucho mayor a su gasto, puedan invertir aquí y puedan tener esa inversión rentable. Por eso es tan importante hacer tanto mucho más amplio nuestros mercados, nuestra capacidad de ventas como nuestra capacidad de captación de inversiones.

¿Qué hacer para que nuestros mercados sean más amplios? Primero tenemos que hacer crecer nuestro comercio y tenemos que hacer crecer nuestra inversión. Para que haya inversión y comercio se requiere que América Latina le gane, o por lo menos le empareje la carrera a Asia en términos de su capacidad de captar inversión y en términos de su capacidad de generar comercio. Y para que el ingreso verdaderamente se traduzca en inversión, se requiere que esa capacidad de ahorro se pueda destinar a una nación latinoamericana y del Caribe mucho más competitiva.

No lo podrá hacer mientras subsistan las barreras a la integración económica y política de América Latina y del Caribe. ¿Cuáles son esas barreras? Primero, las barreras del comercio. En honor a la verdad, no hemos logrado superar los obstáculos que entre nuestros propios países estamos poniendo para que nuestro comercio sea ilimitado. Nuestra capacidad de compra se restringe, nuestra capacidad de ventas de productos se restringe en la medida en que no logramos romper esas barreras al comercio.

Por eso nos alegra, por ejemplo, el esfuerzo que desde 1991 iniciaron Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay para generar el Mercosur, y por eso también, y por la misma razón, nos preocupa que aún no se resuelvan temas fundamentales de la propia integración, como el tema del arancel único y otros, o lo que decía Michelle Bachelet, también brillantemente, que de todas las exportaciones de América Latina y el Caribe, menos del 20% sean hacia América Latina y el Caribe. Es decir, todo lo que vendemos lo vendemos hacia fuera, pero no queremos vendernos o comprarnos entre nosotros,

porque no hemos roto la barrera de nuestro propio comercio y estamos organizando quermeses donde sólo le vendemos a nuestra propia familia, que no tiene más capacidad de compra.

Segundo, las barreras físicas. América Latina y del Caribe tiene una distancia física enorme, no hemos logrado comunicar a nuestros países ni por carreteras ni por vías férreas ni por puertos eficientes. Y entonces necesitamos un acuerdo medular para reventar esta barrera física, para poder comunicar América Latina concretamente en infraestructura. Por eso es tan importante el plan de infraestructura de Lula, que ha puesto exitosamente en marcha aquí en Brasil; por eso es tan importante que nuestro plan de infraestructura en México fructifique; por eso es tan importante el Proyecto Mesoamérica, que hemos lanzado con los hermanos países de Centroamérica, o la Iniciativa de Integración para la Infraestructura Regional Suramericana.

Y finalmente son las barreras políticas, porque pienso que los pueblos latinoamericanos y del Caribe hemos destinado más energía, más tiempo y más palabras para enfatizar nuestras discrepancias y diferencias que para subrayar las coincidencias y posibilidades de plataformas comunes. De manera tal que si alguna conclusión debemos de sacar de esta Cumbre que por fortuna convocó nuestro querido y carismático compañero Lula da Silva, es esa de que podamos superar las barreras físicas, comerciales y políticas para una integración de América Latina y del Caribe, no sólo como una cuestión de conveniencia o de unidad romántica, ya sabemos que tenemos unidad histórica, tenemos unidad cultural, pero nos hace falta unidad económica y política y esa requiere voluntad política y capacidad de sacrificar diferencias. Y por esa razón nuestra exhortación es a que nos pongamos de acuerdo sobre el entramado de las relaciones que tenemos, que seamos capaces de escalar a las alturas que otros han escalado.

Si la Europa antigua, dividida por guerras mundiales, fue capaz de unirse y tener una moneda única, y aranceles únicos, y multiplicar su comercio, es preocupante, por decir lo menos, que en América Latina no podamos avanzar hacia un grupo, un solo grupo integrado política y económicamente, de todos los países, sin excepción, de América Latina y del Caribe.

Por eso celebro, y con eso termino, que dentro de poco podamos ampliar nuestro grupo más ensanchado, que es el Grupo de Río; pero, reitero, la invitación y la propuesta, de que en plena crisis y por la crisis, incluso, con un sentido no sólo de fraternidad, sino también de supervivencia, seamos capaces de avanzar a una Organización de Estados Latinoamericanos y del Caribe

que establezca compromisos claros y pasos firmes hacia la integración política, cultural, pero también comercial y económica de América Latina y del Caribe.

Eso es por en cuanto, Presidente.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Muito Obrigado, Presidente Calderón. Queria chamar para falar agora o nosso companheiro Ronald Venetiaan.

Presidente Ronald Venetiaan - President Lula, geachte collega's, geachte gouverneur van Bahia, staat u mij toe ook onze waardering uit te spreken aan het adres van de regering van de Federatieve Republiek voor het initiatief tot het houden van een topontmoeting tussen Latijns-Amerika en het Caraïbisch gebied. Ik zal mijn best doen om mij strikt aan mijn tekst te houden waardoor het tijdschema in acht genomen kan worden.

Wij van het Caraïbisch gebied ervaren deze ontmoeting als zeer opportuun. Niet alleen vanwege het feit dat de geografische nabijheid van beide regio's een intensievere inter-regionale samenwerking eminent maakt, doch bovenal vanwege de noodzaak voor het vinden van gepaste en gezamenlijke antwoorden op ernstige dreigingen waarvan de gevolgen recentelijk zo manifest en voelbaar zijn geworden.

Een van deze dreigingen betrof de internationale prijsontwikkelingen van grondstoffen en voedingsmiddelen die ook haar weerslag hebben gehad op de Surinaamse economie. Veel landen, waaronder Suriname, hebben enerzijds kunnen profiteren van de stijging van de prijzen van de grondstoffen uit de mijnbouwsector. Anderzijds hebben de verhoogde brandstofprijzen geresulteerd in daling van de staatsinkomsten en een extra druk op de overheidsuitgaven.

Deze crisis heeft mede ertoe geleid dat, voor een land als Suriname, strategische investeringsplannen niet langer zullen worden uitgevoerd door, voor mijn land, jarenlange belangrijke en betrouwbare partners in de particuliere sector.

Door de huidige verlaging van de brandstofprijzen is de koopkracht in vele landen, waaronder Suriname, enigszins verbeterd. Het is echter zaak dat de oorzaken die geleid hebben tot deze financiële crisis diepgaand worden geanalyseerd en erop wordt toegezien dat gepaste maatregelen getroffen worden om herhaling te voorkomen.

Een andere dreiging betreft de klimaatsveranderingen. Mijn land, Suriname, is met haar laaggelegen kustgebied waarin het overgrote deel van onze

bevolking is gevestigd, kwetsbaar voor de zeespiegelstijging als gevolg van de klimaatsverandering. De kustafslag, met als gevolg overstromingen van woongebieden, is een van de negatieve gevolgen.

Suriname heeft recentelijk noodgedwongen grote investeringen moeten doen in oeverbeschermingswerk. Hierdoor zijn thans minder fondsen beschikbaar voor andere beleidsprioriteiten zoals de Millennium Development Goals waaronder onderwijs, gezondheidszorg, huisvesting en armoedebestrijding.

Suriname deelt de mening dat er sprake moet zijn van een zo breed mogelijke samenwerking waarbij zowel de ontwikkelde als de ontwikkelingslanden hun eigen specifieke verantwoordelijkheid moeten onderkennen. Het Kyoto Protocol biedt aan de industriële landen wel de mogelijkheid om een deel van hun emissieverplichtingen te reduceren via carbon-trading. Echter, komt ze onvoldoende tegemoet aan de behoeften van landen zoals Suriname, met een eeuwenlange traditie om hun bossen te beschermen en duurzaam te exploiteren.

In een poging om hierin verandering te brengen heeft Suriname in september 2008 als gastland opgetreden voor een “countryled initiative” bijeenkomst in het kader van het UN Forum on Forests, waarbij mogelijkheden voor het opzetten van een compensatiemechanisme voor de zogenaamde “high forestation low deforestation countries” werden besproken.

Wij zijn van mening dat de bescherming van het tropisch regenwoud gecompenseerd moet worden en roepen op tot het opzetten van een internationaal financieel raamwerk voor ondersteuning aan die landen die hun bossen op een duurzame manier beheren. Deze ondersteuning vermindert verminderen geenszins de verplichting van de vervuilende landen om hun uitstoot van CO₂ te verminderen. Het is belangwekkend om vast te stellen tot welke maatregelen deze rijke landen bereid zijn in het kader van de strijd om de gevolgen van de wereldwijde financiële crisis terug te dringen. De weigerachtige houding om te voldoen aan eisen van het Kyoto Protocol staat in schrille tegenstelling hiertegenover.

Geachte collega's, een geïntegreerd Latijns-Amerika en Caraïbisch Gebied kan een belangrijk instrument worden voor economische ontwikkeling, sociale rechtvaardigheid en politieke stabiliteit voor onze volkeren. Deze topontmoeting verschaft een ideale gelegenheid om standpunten te delen en besluiten te nemen die kunnen bijdragen aan de vergroting van de onderlinge solidariteit, die essentieel is om aan de mondiale dreigingen het hoofd te bieden en om onze gemeenschappelijke doelen te realiseren.

Suriname verkeert in een gunstige omstandigheid, samen met Guyana, gezien zij deel uitmaakt van beiden subregio's; Latijns-Amerika en het Caraïbisch gebied. Op basis hiervan hechten wij groot belang aan de continuering van onderhandelingen tussen Caricom en MERCOSUR voor het creëren van een vrijhandelszone met in achtneming van de specifieke karakteristieken en belangen van de respectievelijke lidlanden. Suriname is tenslotte van mening dat de politieke, economische en sociale integratie tussen onze volkeren beter zal verlopen als ook aandacht wordt geschonken aan de culturele dimensie in dit integratieproces.

Ik dank u.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Presidente Venetiaan. O tempo está estourando, mas numa homenagem a Simón Bolívar e como o Chávez já tirou o sapato ali, eu vou passar a palavra ao Presidente da Venezuela, o companheiro Hugo Chávez. É o último orador. Amanhã, a partir das nove horas da manhã, nós começaremos com os companheiros que se inscreveram e não falaram. Depois do Chávez, nós levantamos desta sala e arruma-se a sala para o Grupo do Rio. Uns quinze minutos depois; e Raul trata de controlar o Chávez aí. Chávez.

Presidente da Venezuela, Hugo Chávez – Gracias, Lula. Voy a aprovecharme de que tú me regalaste. ¿Cuánto dijiste? 30 segundos de tu tiempo, y sólo voy a decir esto, y mañana hablo (risas); porque me da pena, además, que por la amenaza del zapato del Canciller, que calza como el 48, además (risas). Si ese zapato se lo pegan a alguien, le fracturan el cráneo.

Mira, Lula, compañeros, compañeras. Interesante el debate del Presidente Calderón, todos, todos, Mel, todos. Daniel, estamos solidarios con Nicaragua y sus reclamos, de que se nos respete. Ahora, sólo esto, mira. Para que tengamos conciencia, debemos tenerla cada día más del potencial que nosotros somos, unidos, esta reunión yo creo que es histórica, Lula. ¡Cuánto ha cambiado de 10 años para acá! ¿No es? ¡Cuánto ha cambiado! ¡Hay que seguir insistiendo en ese camino! Venezuela estará siempre ahí, acompañando a todos, en verdad, más allá de ideologías, ya lo dijo Raúl, lo dijo también el Presidente de México.

Ahora, miren, nuestros 33 países sumamos, abarcamos, 20 millones 180 mil kilómetros cuadrados y 550 millones de habitantes. Producto Interno Bruto del 2007: 3,5 millones de millones de dólares. Reservas internacionales, cifras

de la CEPAL, de 2007, que agradecemos nos han asesorado ahora mismo, reservas internacionales nuestras sumadas: 459.774 millones de dólares, y en el primer semestre de 2008 pasamos a 509.275 millones de dólares, para decir, 50 mil millones adicionales a las de finales de 2007. Vaya, que ahí está, en ese conjunto de factores, la posibilidad de nosotros diseñar soluciones para enfrentar esta crisis como Leonel la pintaba. Creo que no tenemos todavía percepción exacta de la amenaza que es esta crisis. Un científico, un investigador decía en Caracas hace poco, Lula, que la crisis esta parece un virus mutante, va mutando, de semana en semana. Es una verdadera amenaza.

Yo creo que no debemos perder tiempo y deberíamos institucionalizarnos. Deberíamos crear una organización de nuestros Estados Latinoamericanos y Caribeños, y para hacerle honor a los que pretendieron hacer del ALCA, fíjate como quedaría: OEALCA, para rendir honor al ALCA, que en paz descansa. OEALCA, Organización de Estados de América Latina y el Caribe.

Pero en fin, sólo con estos números, Lula, un equipo de expertos, de manera urgente, diría yo, en función de todo lo que estamos oyendo, pidamos que nos lo presenten. Por ejemplo, reservas internacionales, Venezuela ha manejado sus reservas y ha creado la figura de reservas excedentarias. Por ley, todos los años ponemos un techo. Yo te lo explicaba una noche que estábamos cenando en Caracas. Bueno, nosotros hemos utilizado hasta ahora 40 mil millones de dólares, los estamos utilizando, para inversiones en el país, dinero que se fue. De Venezuela se fueron casi 100 mil millones de dólares. Se fugaron entre 1974 y 2000, aproximadamente, casi 100 mil millones de dólares. Ahora no se van, ahora se quedan allí en inversiones, inversiones para el desarrollo. Y tenemos unas reservas internacionales sólidas.

¿Por qué nosotros no pudiéramos tomar una decisión soberana, de Estado soberano, y utilizar, si agarramos el 10% de estas reservas internacionales que dije, 509 mil millones, son 50 mil millones de dólares, 10%, respetando las asimetrías, que cada quien ponga en función, bueno, principio socialista, de cada quien según sus capacidades, ¿verdad?, y respetemos a los más pequeños, a los más débiles, y los que podamos poner un poquito más pongámoslo, y demos ejemplo que estamos naciendo de verdad ante el mundo, como una región con un gran potencial y con una voluntad política.

Yo creo, termino Lula, que esta crisis y la problemática, Leonel, que viene sobre nosotros como mil huracanes, como aquella película de la tormenta perfecta, esta puede ser como una tormenta perfecta. Sólo tiene soluciones regionales, desde nosotros mismos. Y reivindico de nuevo a José Gerbacio

Artigas, en él, en Bolívar, que mañana cumple 178 años de muerto, en San Martín, en Tiradentes y en todo, pero lo dijo Artigas, y lo dijeron ellos: “no esperemos nada sino de nosotros mismos”.

Fíjate que hablé en dos minutos. Gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado. A grande mudança na América Latina é o Chávez ter encurtado o discurso dele. Companheiro Chávez, obrigado. Agora, nós vamos nos retirar. Antes, eu queria dar um aviso para os companheiros que não vão ficar no Grupo do Rio. A hora que terminar o Grupo do Rio, nós vamos ter, às oito e meia da noite, no complexo hoteleiro da Costa do Sauípe, na tenda da Bahia, uma programação cultural do Estado da Bahia. Vai ter a apresentação da Orquestra Criança Cidadã. São meninos de uma favela do Estado de Pernambuco que vão se apresentar vinte minutos. Depois, vai ter a apresentação de grupo de coral aqui da Bahia - cinco minutos - que também é da periferia e, depois, tem um grupo aqui, Chávez, da Orquestra Neo Giba 2 de julho, composta por jovens baianos. Esta orquestra é inspirada numa coisa que existia na Venezuela, existe na Venezuela. Essa orquestra é inspirada numa orquestra que tem na Venezuela. Também será uma apresentação de vinte minutos. Depois, o Governador vai gentilmente nos oferecer um coquetel. Então, eu queria convidar a todos vocês que saírem agora, que não vão participar do Grupo de Rio, para que, às oito e meia, estivessem na tenda Bahia, para participar desse ato cultural. E, aos que vão participar do Grupo do Rio, eu pediria que nós saíssemos e esperássemos um pouco na sala ao lado, para começarmos a reunião.

Dia 17 de Dezembro

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Eu gostaria que todos tomassem assento.

Bem companheiros, aqui estamos. Agora, faltam acho que dois companheiros. Por isso, é importante esperar a Guiana e o Suriname. A Nicarágua foi embora, Daniel foi para Moscou. Chávez, ontem você disse que ia falar dois minutos e que ia se inscrever hoje. Estão inscritos, até agora, Jamaica, Bolívia, Argentina, Panamá, Uruguai, Peru, Colômbia, Trinidad e Tobago, Haiti, El Salvador, São Vicente e Granadinas. Coloco Chávez aqui?

Presidente Hugo Chávez – Yo ayer hablé fue el medio minuto que tú me regalaste.

Presidente Luis Inácio Lula da Silva – Bom, vamos começar o dia de hoje ouvindo o Primeiro-Ministro da Jamaica.

Prime Minister Bruce Golding – Thank you very much Mr. President, colleagues. First, I want to thank the government and people of Brazil for the warm hospitality extended to us since our arrival. I believe it is so fitting that this meeting be held in this beautiful city of Salvador, Bahia, the history and heritage of which symbolize so much of what gives the people of Latin America and the Caribbean their common and unique identity. I just wanted to say to you, Mr. President, how I thoroughly enjoyed the show last evening, and if in Jamaica we claim to teach the world how to run fast, then it must also be said that Brazil can teach the world how to dance and how to transform youngsters into musical virtuosos. So, I just wanted to congratulate you for that wonderful show last night. I would also like to commend you on the initiative to bring us together.

As I have said before, this is in so many respects a historic gathering, as you have enabled the leaders of Latin America and the Caribbean to come face to face. There is so much happening around us that we need to face together, and you have made an important start. I also want to thank you as well and thank President Chávez for the special attention both of you have devoted to the small Island States of the English-speaking Caribbean – some of our countries so small that they are no larger than a small village in Brazil or Venezuela. But you have shown us respect, and we respect you and appreciate you for that. The issue of Latin American and the Caribbean integration is like a fetus which has been struggling to the bone. We must recognize the efforts that have been made, the countless efforts made over many years to bring the region together. There are today various organs and institutions and mechanisms which have served progressively to bring the region closer together, and they are part of the foundation on which we stand and on the basis which this meeting in Salvador has been convened.

But with the exception of the Rio Group which met yesterday afternoon, all of these initiatives have fallen short of the inclusiveness and extensiveness that can able us to consolidate and maximize the energies and power of our region, something which we are called to do if we are to accelerate the

development of the region and if we are to create prosperity for our people. Many of us over the years have shown a tendency to look north for the means and the economic space to facilitate growth and development. What I find, increasingly, is that the space is more and more competitive and it no longer has our name on it. Consequently, we do not have as great a claim as we had in the past.

I think for too long we have underestimated the power and potential that lies within the region. President Chavez pointed out yesterday that we comprise nations encompassing some five hundred million people with an amazing diversity of natural resources and with a human institutional capacity to transform the region into an economic powerhouse. I believe the time has come for us to tap into that power and to put that power to work for the benefit of the people of the region. And that I submit must be the paramount reason why we are gathered here.

We already know the principal problems that confront us, globally and regionally. We spend a considerable amount of time, in meeting after meeting, narrating to each other what those problems are. We offer our different opinions, we diagnose the problem, we prescribe what needs to be done, and having done all of that, we pack our bags and go home. That may have some therapeutic value, but I submit that it is not a mandate for action. President Jagdeo made the point yesterday that no one, no one, is going to solve these problems for us. The responsibility to solve these problems lies in our own hands; the power to solve these problems lies in our own hands, and I think that we must find our way and find the way to assert and exert that power.

I think the time has come for us to get to work. We all accept the value and immense advantages that are to come with a broader, coordinated Latin America and Caribbean movement. And again I want to commend President Lula for inviting us here, for bringing us together. But I believe it is important for us to determine the scope of our intentions and the modalities we will develop to actualize those intentions. I understood from President Chavez's initial intervention yesterday that this is the direction which he is suggesting and in which we should move as well.

I think we have two options. We can either meet in a loose conference, a kind of consultative process in which we exchange views and ideas. We could serve as little more than 33 sovereign States meeting in the same room, having a conversation. But my question is: do we not have enough of those? Have we not done enough of that? We have a second option. We can agree on an

institutional and organizational framework to build consensus to devise a plan of action, to assemble the technical and administrative capability and provide for the region an effective vehicle for change. The world is increasingly reconfiguring itself into conglomerates of sovereign nations. We must decide whether we face them separately and individually or whether we combine to ensure we can stand on equal footing and with equal strength and consummate pride in dealing with the rest of the world.

If we choose the latter option a number questions arise. Do we create yet another structure? Do we reinvent the wheel or do we evaluate what exist, look at what we have, to see how it can be adapted, how it can be strengthened, to respond to what I think it is an urgent call for Latin America and Caribbean action.

I submit, Mr. President, that the framework for this collective action guides our way forward. That framework is present within the Rio Group, which has existed for 22 years and now, with the admission of Cuba yesterday, encompasses all 33 countries of Latin America and the Caribbean, stretching from Mexico in the northwest to Argentina and Chile in the southeast. The Caribbean is represented collectively. But membership is open to individual CARICOM States, and Belize, Guyana, and Haiti have taken advantage of that. I want to indicate today that Jamaica will also seek to become a member of the Rio Group in its own right. The point I want to make is that within the Rio Group the constituent authenticity has already been established.

We take account of the fact that there are other integration institutions within the region that exist and must be respected. There is no inherent conflict, no necessary inconsistency in the existence of those groups and the overarching authority and authenticity of the Rio Group. They can exist within this broader framework. They may require some calibration, some synchronization. That is a job to be undertaken and is not a reason for us to discard the concept. I want to suggest that if the political will exists, and if we do nothing else at this meeting, that we establish a task force, a technical working group, to capture the sentiment of the meeting, to examine all the ramifications and to prepare a proposal for strengthening the Rio Group with view to transforming it into a vehicle for consolidating the power of Latin America and the Caribbean and moving our region's collective movement forward.

The XXI Summit of the Rio Group is due to be held in 2010 and it may be useful to put together the details of this kind of framework, this kind of structure for consideration at that Summit. If this proposal finds acceptance, I

want to suggest three areas that we need to be examine very carefully. First, we need to guard against the tendency that we have seen so often, the tendency toward insularity. Each of us sometimes thinks that in fighting a particular battle we are better off fighting it on our own rather than being shackled by collective obligations. I think we need to understand that there is no point in winning the battle if we are not going to win the war, which requires a much broader cohesive approach than we are able to take on an individual basis.

Second, I want to suggest that there is the need for us to harmonize our interests and strategies. Too often we find ourselves on opposing sides of issues at the micro-level to the detriment of forging a collective purpose at the macro-level. Again, we sometimes focus on winning battles rather than on winning the war. President Jagdeo made the point yesterday that so often we see each other at important conferences in the world, where we need to get together, and all we do is say hello to each other, when in fact we should have gone with as common an approach as possible. The strength of our numbers in impacting the world is something that must not be underestimated.

Third, I want to suggest that we do not need a platform from which we are going to individually show the world up. We need to talk to the world with one strong collective voice. President Castro made a very important point yesterday and I want to quote him, he said: “This is not a time for creed or ideology,” and we need to look at how far we have come. We represent States; we are political leaders representing political parties that not so long ago could find nothing on which to agree. And yet today we have got to the stage where there is so much in common between us, so much that we agree on, that sometimes we struggle to find things on which we do not agree. We have got to a point where there is so much that we have in common and there is so much unity that we have been able to forge in a common purpose. I believe, President Lula, I really believe, that we are under on the threshold of an exciting new experience in Latin America and the Caribbean.

We have an opportunity for a collective engagement. We have an opportunity to assert the enormous power of this region. We will be fierce and defiant, when necessary, and we must be unwaveringly committed to the principles that we have exposed. But I believe the time for action is now. I believe the time has come for us to move forward together. I have made a proposal: I believe the Rio Group provides the ideal framework and we do not need to recreate it. We will need to do some work in terms of structure, in terms of the support mechanisms that it will need. And I want to reiterate the

proposal I made to we assign this task to a group to prepare the modalities and report back to us at the 2010 Conference with a framework template on how we can move forward. Thank you very much.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Primeiro-Ministro Bruce Golding. Eu queria chamar agora o Presidente Evo Morales para fazer uso da palavra.

Presidente Evo Morales – Muchas gracias, Presidente, compañero, hermano Lula, de Brasil. Presidentes, hermanos presidentes de América Latina y el Caribe, presidentas, movimientos sociales, organismos internacionales, invitados especiales. Saludar esa gran iniciativa del compañero Lula de convocar, tal vez por primera vez, a presidentes de Latinoamérica y del Caribe, para debatir temas tan importantes como las crisis energética, el cambio climático, alimentario; pero sobre todo, en estas reuniones tan importantes, plantearon la integración, una integración orientada a la liberación definitiva de los pueblos de Latinoamérica y del Caribe.

Ayer tuvimos, tal vez por primera vez, cuatro cumbres en un solo día: Cumbre de MERCOSUR, UNASUR, Grupo de Río y obviamente esta Cumbre, que continuamos. Siento que es un récord mundial, que los presidentes de América Latina y del Caribe podamos en un solo día celebrar cuatro cumbres para tratar distintos asuntos concernientes a cada grupo. Pero uno de los temas importantes que tocamos es la integración, la participación del pueblo hermano de Cuba al Grupo de Río.

Verdad, sentimos la ausencia de Cuba, especialmente en la OEA, pues sería importante, como también no; pero desde el momento en que no está un país en la Organización de Estados Americanos ya no es una Organización de Estados Americanos, no hay democracia por tanto.

Yo estaba revisando la resolución de expulsión de Cuba de la OEA. Textualmente dice, a ver, para refrescar la memoria de nuestros pueblos, como también de nuestros presidentes. Yo no tenía mucha información con qué motivos habían expulsado a Cuba de la OEA.

El 31 de enero del año 1962, en la VIII Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores de la OEA, celebrada en Punta del Este, Uruguay, se aprobaron las siguientes resoluciones relacionadas a Cuba:

“Primero: Que la adhesión de cualquier miembro de la Organización de los Estados Americanos al marxismo-leninismo, es incompatible con el sistema

interamericano, y el alineamiento de tal gobierno con el bloque comunista quebranta la unidad y solidaridad del Hemisferio.”

Grave, por cierto. Comentaremos.

“Segundo: Que el actual gobierno de Cuba, que oficialmente se ha identificado como un gobierno marxista-leninista, es incompatible con los principios y propósitos del sistema interamericano.”

“Tercero: Que esta incompatibilidad excluye al actual gobierno de Cuba de su participación en el sistema interamericano.”

“Cuarto: Que el Consejo de la Organización de los Estados Americanos y otros órganos y organismos del sistema interamericano adopten, sin demora, las providencias necesarias para cumplir esta resolución.”

Estas resoluciones fueron adoptadas por el voto de 14 países a favor, uno en contra – Cuba, por supuesto – y seis abstenciones: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Ecuador y México; y por la cual se excluyó al actual gobierno de Cuba de participar en el sistema interamericano.

Si esto estuviera vigente para todos los países en este momento en la OEA, seguramente Venezuela estaría expulsada, Bolivia estaría expulsada, tal vez otros países estarían expulsados de la OEA. Pero lo que me pregunto es cómo al país más solidario, que es Cuba, se le puede expulsar de un organismo internacional. Perdonen la solidaridad de muchos países, con mi país, con otros países.

Un país bloqueado económicamente por el imperio es el país más solidario con los pueblos del mundo. Que yo sepa es el único país donde la educación y la salud son totalmente gratuitas, muy avanzado en temas sociales, expulsado de la OEA. Los servicios básicos es un servicio público, no negocio privado. A ese país se expulsa de la OEA.

Espero no equivocarme, por eso la semana pasada yo dije: pues Cuba debería volver a la OEA, y si no vuelve hay que hacer otra OEA sin Estados Unidos; porque hay una OEA sin Cuba, entonces habría que hacer otra OEA sin Estados Unidos. Siento que tal vez estos eventos son parte de un gran movimiento, de una verdadera liberación de los pueblos de Latinoamérica.

Acá hablamos bastante de solidaridad, pero yo aprendí de Cuba, solidaridad no sólo se habla, se practica; en solidaridad no se comparte lo que sobra, sino lo que tenemos. Hablamos de solidaridad, y de verdad hacemos la solidaridad. Hace un momento escuché en una intervención que a veces hablamos, hablamos, hablamos, pero nunca resolvemos tal vez algunos problemas. Quién sabe es necesario tiempo o recursos para muchos temas,

para lo que se expresa acá. ¿Pero cómo se practica la verdadera solidaridad? Estamos hablando una verdadera solidaridad con el pueblo cubano, sobre el bloqueo económico que ha impuesto injustamente el gobierno de Estados Unidos contra el pueblo cubano, contra el gobierno de Cuba.

Nos hemos informado mediante nuestras cancillerías y en la última reunión de las Naciones Unidas, sólo tres países: por supuesto, Estados Unidos, Israel y un pequeño país, una isla, me dijeron, que no se sumaron a la decisión de los gobiernos del mundo para levantar el bloqueo a Cuba. Ayer acá celebramos, aplaudimos, tres, cuatro, cinco minutos, la presencia de Cuba en el Grupo de Río. ¿Pero ese aplauso cómo se concretiza? ¿Cómo lo llevamos adelante?

Yo me atrevo a decir aquí, creo que mi Canciller no está de acuerdo, pero me atrevo a decirles, compañeros presidentes, yo soy muy sincero y directo, y tengo muchas razones para ser muy directo, muy sincero, y expresar la gran lucha de los pueblos indígenas de América, una lucha permanente contra los distintos imperios, durante la colonia, durante la república, imperio romano, imperio español, imperio inglés, y ahora a nosotros nos tocó luchar contra el imperio norteamericano. La verdad. Y por eso sería importante, presidentes, yo sé que a muchos no les va a gustar, dar un término al nuevo gobierno de Estados Unidos para que levante el bloqueo económico. Si el nuevo gobierno de Estados Unidos no levanta el bloqueo económico, nosotros levantemos a sus embajadores. Una medida radical, para que esta solidaridad se exprese de verdad.

Yo escuché ayer, espero no haber entendido mal al Presidente de Guatemala, no comprar o no vender a Estados Unidos, algo así. Me parece excelente propuesta. Todos los países de Latinoamérica, o por lo menos del Grupo de Río, solidarios con Cuba, si Estados Unidos no levanta el bloqueo de caminos, retiremos a sus embajadores hasta que el gobierno de Estados Unidos retire ese bloqueo económico al pueblo cubano.

Mira, por ser marxista-leninista ser expulsado de la OEA, pues es una abierta discriminación, exclusión de estos organismos internacionales. No sé si está acá nuestro secretario general de la OEA, que respetamos muchísimo, al compañero, hermano de mi país vecino, Insulza, yo quiero pedir mediante él, esta clase de resolución debe llevarse al tacho, al basurero, al baño. ¿De qué sirve esta clase de resolución que ofende a un país? ¡Que sólo por ser marxista-leninista seamos expulsados de un organismo internacional, por instrucciones, por supuesto, del gobierno de Estados Unidos!

Ojalá puedan revisarse, pero siento que aquí estamos gestando un gran movimiento, a iniciativa seguramente de muchos presidentes, a la cabeza el presidente Lula, para buscar otro espacio de integración de los pueblos de Latinoamérica y del Caribe. Y saludo yo realmente un nuevo pensamiento que va generándose en Latinoamérica y en el Caribe. Algunos presidentes de Centroamérica valoraban el discurso, por ejemplo, del compañero Fidel de hace 10 ó 15 años con relación al tema del medio ambiente. De aquí a poco tiempo, seguramente, quienes acá intervenimos, estamos interviniendo, condenando el capitalismo, van a seguir saludando. Porque si tenemos en este momento la crisis financiera, crisis del medio ambiente, alimentaria, energética, en el fondo, es la crisis del capitalismo.

Condenar, cuestionar el capitalismo no es cuestionar la propiedad privada. En mi país tratan de confundir, que el Evo Morales quiere acabar con la propiedad privada, nos va a quitar nuestras casas. Si una familia tiene dos autos, un auto les va a quitar; si una familia tiene dos televisores, uno les va a quitar el Evo Morales. Totalmente falso. La propiedad privada se respeta. Pero otra cosa del capitalismo, que a partir de la llamada revolución industrial del año 1740-50, empezaron a sólo pensar en la plata y no en la patria. Algunos empresarios del mundo nunca pensaron en el ser humano, sólo en dinero. Esa forma de sólo acumular el capital en pocas manos está destrozando el medio ambiente; esa forma de sólo pensar en pocas familias y no en la humanidad en su conjunto, no es ninguna solución.

Aquí, quiero decirles, compañeros presidentes, sólo tenemos dos caminos: de verdad cambiar estos modelos económicos, el sistema capitalista, o de verdad impulsar nuevos movimientos revolucionarios en nuestros países, donde se piense en la igualdad, en la dignidad, en la solidaridad, en la vida misma de cada ser humano; porque las imposiciones impuestas desde arriba y afuera no han sido soluciones en mi país. Y saludo las distintas versiones con relación a los organismos internacionales como el Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional, la restructuración del sistema financiero internacional. En febrero del año 2003, ¿qué dijo el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional? Para bajar el déficit fiscal, recomendación e instrucción al gobierno por entonces: impuestazo o gasolinazo, subir el precio de la gasolina o un impuesto al salario. El gobierno por entonces se sumó al impuestazo, impuesto al salario. En dos días teníamos 15 muertos. La gente se levantó contra esa política del gobierno nacional, impuesta por estas entidades financieras. Quince muertos por culpa del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional.

Algún día, y lo siento así, que el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional tienen que resarcir ese daño que han causado en muchos países de Latinoamérica. Las recetas económicas no han sido ninguna solución para mi país. Y ahora, sólo modificando la ley de hidrocarburos, falta todavía hacer, sólo nacionalizando, sin impuestazo, sin gasolinazo, ya no hay déficit fiscal, con superávit fiscal, desde el 2006, 2007, 2008. Desde el año 1940 Bolivia nunca tenía superávit, siempre déficit, ahí están los datos.

Imagínense esas recetas del Banco Mundial han hecho tanto daño a mi país. Estaba revisando algunos datos económicos, por ejemplo, sólo para prestar 30 millones de dólares, condicionados a privatizar nuestras refinerías. Con las negociaciones acertadas con Brasil recuperamos nuestras refinerías; pero, condicionamiento, le vamos a prestar 30 millones pero tienen que entregar las refinerías a las transnacionales.

Esas son las políticas y por eso yo saludo estas iniciativas de hacer una profunda reestructuración en el sistema financiero internacional. Pero si queremos enfrentar el tema de la crisis alimentaria, nosotros estamos un poco preparándonos con poca experiencia. Primero, garantizar alimento para el pueblo, y en tres niveles: uno para productos muy importantes, como es el arroz, el trigo. El trigo no se puede resolver todavía, porque nos han dejado una dependencia en el tema trigo hacia el Norte. Ya mejoramos la producción de trigo, soya, maíz, con crédito de 0%. Yo diría que este tema vamos a resolverlo, excepto el trigo. Segundo, con nuestros propios recursos también, garantizando créditos para micro y pequeños empresarios, asociaciones, cooperativas, con el tema productivo. Y tercero, una alianza entre el sector financiero, los banqueros privados, con el gobierno nacional. Desde las semanas pasadas estamos disponiendo 200 millones de dólares para mediano y gran productor, para empresarios realmente productores, y no políticos. Estamos disponiendo desde mediados del año pasado hasta ahora como 550 millones de dólares. Por supuesto, para los países grandes como Brasil no es nada, es el medio pelo blanco del compañero Lula, 500 millones de dólares no es nada; pero para Bolivia nos ayuda bastante a resolver los problemas que tenemos, es decir, que no falte alimento para el pueblo. Si no falta alimento para el pueblo ya vamos a poder frenar cualquiera crisis financiera que pueda afectar a nuestros países

Segundo, yo diría: ¿cómo garantizar los servicios básicos? Y los servicios básicos no pueden ser de negocio privado. Yo, cada día que pasa, me voy convenciendo. Y tercero, el tema de salud y educación, que ahí va a ser

imposible que alcancemos a Cuba. Hay colegios privados, respetamos, universidades privadas, respetamos; pero qué bueno sería que toda la educación sea totalmente gratuita. Bolivia no tiene capacidad de garantizar eso, por tanto hay privados. Saludamos y eso está garantizado también en la nueva Constitución política del Estado Boliviano.

Pero lo más importante de ese tema de la reestructuración, y otros de los planteamientos, recogiendo las iniciativas de muchos presidentes, cómo acelerar el establecimiento y funcionamiento del Banco del Sur. Siento que nuestros ministros de Hacienda, nuestros expertos económicos deberían de acelerar el funcionamiento del Banco del Sur. La propuesta del compañero Chávez, de disponer 10% o algún porcentaje de las reservas internacionales es una gran base para arrancar con el Banco del Sur. Tenemos ahí, que en Bolivia de verdad ha crecido. Cuando yo llegué a presidente apenas eran de 1.700 millones de dólares de reservas internacionales, ahora nos estamos acercando a 8.000 millones de reservas internacionales.

Yo me preguntaba en algún momento, esa plata no es que no había, siempre había, pero antes dónde se iba, quién se lo llevaba, quién se la robaba, pasaba algo. He dado tarea a algunos economistas para que puedan hacer una profunda investigación, que hasta hace 5 años atrás las reservas internacionales de Bolivia no eran más de mil millones de dólares. Como va creciendo, estoy seguro que eso seguirá creciendo, disponer un porcentaje, vale decir, 5%, 10%, de nuestras reservas internacionales.

En todos los países que pensamos contar con este Banco del Sur, es posible que el Banco del Sur sustituya a esos organismos internacionales financieros. Creo, de verdad, que está en nuestras manos transformar de raíz, o hacer una profunda revolución en el organismo mundial de comercio, evitar la liberalización de los servicios financieros, crear un fondo de reserva de la región. Yo siento que podemos crear un fondo de reserva, no solamente cada país tenga. Avanzar hacia una moneda común suramericana o latinoamericana.

Las semanas pasadas, el compañero Chávez y el compañero Correa plantearon Sucre, y yo estoy muy de acuerdo con Sucre, pues Sucre puede caer a Bolivia, a Venezuela, a Ecuador, tal vez a Perú y a otros países. Tal vez Sucre no le pueda caer a todos los países latinoamericanos. Si Sucre no es de consenso yo plantearía Pacha, que es la madre Tierra que nos da recursos económicos, recursos naturales, por tanto, recursos económicos. Si hay consenso, repito, sobre Sucre...

Presidente Rafael Correa – Sucre en francés significa azúcar, así que sí va a ser de consenso.

Presidente Evo Morales – ¡Esperamos, sí!

Presidente Rafael Correa – ¡Azúcar para todos!

Presidente Evo Morales – Entonces, compañeras y compañeros, son grandes iniciativas que vienen de nuestros países, pero un tema central es crear una Organización de Naciones Unidas del Medio Ambiente para enfrentar el cambio. Lamentablemente algunos países desarrollados no están asumiendo con mucha responsabilidad la destrucción del medio ambiente. Desde aquí deberíamos de prepararnos para el próximo año. Tengo la información de que el próximo año habrá una Cumbre de Jefes de Estado solamente para tocar el medio ambiente. Nuestra propuesta es recoger las vivencias de nuestros pueblos, pueblos que viven en armonía con la madre Tierra, respetan la madre Tierra, para influir en los países desarrollados y de esta manera salvar el Planeta para salvar a la humanidad.

Compañeros presidentes, son algunas iniciativas de vivencias nuestras, un pequeño aporte, y saludo, de verdad, esta clase de eventos de presidentes que buscan la integración, pero también buscan propuestas sobre problemas que tiene la humanidad en su conjunto. Ahora está en debate esas crisis financieras, esperamos compartirlo todos. Podemos apoyar, pero sobre todo, alguien decía que los problemas van a ser enfrentados por nosotros mismos, no va a haber alguien que nos pueda salvar, la solidaridad, la complementariedad entre presidentes y entre gobiernos sería muy importante para salvar a nuestros pueblos en Latinoamérica y en el Caribe.

Nada más. Muchas gracias, Presidente Lula.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Presidente Evo. Passo a palavra agora para a presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner.

Presidenta Cristina Fernández de Kirchner – Bueno, muy buenos días a todos y a todas, señores y señoras presidentas. Recién pensaba y comentaba en voz alta aquí con mis compañeros de bancada, no puedo olvidar mi pasado de legisladora. ¿Cómo se verá en otras latitudes el hecho de que

las mismas personas protagonicemos cuatro reuniones diferentes en dos días? Recién lo mencionaba también el Presidente de Bolivia, Evo Morales. Se debe ver por lo menos como un hecho raro que cuatro cumbres diferentes, con los mismos protagonistas, tengan lugar en un mismo ámbito, inclusive cambiando de lugares.

De cualquier manera, creo que tal vez eso patentiza el principal problema que tenemos como espacio político latinoamericano y caribeño, que es creo el de carecer de un sistema de decisión. Toda organización, todo país, todo espacio político-económico debe tener un sistema en la toma de decisiones. Esto es una organización en la cual quienes se reúnen, además de plantear reflexiones, además de compartir pensamientos, debates, etcétera, tengan un sistema de decisiones. Y creo que estamos en el camino de poder construir un sistema de decisiones, un lugar donde puedan tomar decisiones, los países de la América del Sur, de Latinoamérica y del Caribe.

Creo en este sentido que ayer sucedió una cosa muy importante, que es el pronunciamiento del Grupo de Río, en el cual se firma que tenemos que tender a una organización en la cual estemos contemplados todos los países de Latinoamérica y del Caribe. Creo además que la reunión, así hubieran sido 20, bien valió la pena, a partir de participar en un hecho histórico, como fue el ingreso de la hermana República de Cuba al espacio del que nunca debió haber salido.

Así que saludo esta iniciativa que hemos tenido, presidentes y presidentas, pero también pongo sobre la mesa un tema que seguramente deberemos seguir abordando, y que es la construcción de un sistema de decisiones que nos permita ser operativos y generar instrumentos que tengan resultados concretos, que de eso se trata la política y que es eso además lo que esperan las sociedades y las comunidades.

Creo además que también fue el propósito de esta reunión abordar el tema de la crisis y su impacto esencialmente en los países emergentes. Yo, a diferencia de muchos, creo que esta no es una crisis económica o financiera, creo que es una crisis de un orden político que también tenía un sistema de decisiones en el cual un grupo muy reducido de países decidía por el resto del mundo paralelamente a todos los organismos multilaterales, políticos, como es la ONU, e inclusive el Fondo Monetario Internacional.

Ustedes saben que nosotros, por ejemplo, hemos solicitado en todos los foros internacionales la reformulación de la estructura financiera del Fondo Monetario Internacional y también la reformulación de los organismos de la

ONU. Pero lo cierto es que tal vez lo más grave sea que hay un mundo en donde aún con las reglas que no compartimos, hay países que las cumplen, o que son obligados a cumplirlas y países que no cumplen ni siquiera esas reglas. Por eso planteaba, hace muy poco tiempo, que tal vez más grave que malas reglas, sea vivir en un mundo donde las reglas solamente deban ser respetadas por los débiles y violadas tal vez por los países más poderosos. Esto es lo que resulta intolerable en el mundo, que las reglas sean solamente para unos.

De hecho, hemos escuchado múltiples críticas al Fondo Monetario Internacional, nosotros las hemos encabezado en muchísimas oportunidades, cuando se exigía el superávit, cuando se exigía que no se tuviera déficit; pero lo cierto es que, por ejemplo, estas exigencias jamás le fueron aplicables a la primera economía del mundo, que tiene la ventaja además de ser moneda de reserva, que además, tiene la ventaja de poder emitir como moneda de reserva, y que además entonces, al tener un déficit estructural que ya no sé cuántos miles de trillones de dólares, termina finalmente exportando su crisis a todos los países que son los que han sostenido el crecimiento de la economía mundial.

Lo curioso es que escuchaba el otro día, que la recesión en Estados Unidos comenzó en el 2007, sin embargo, ni el Fondo Monetario Internacional, ni las calificadoras de riesgo, ni absolutamente ningún periodista de investigación pudo determinar que la recesión en Estados Unidos había comenzado en el 2007, tal vez porque siempre andan buscando donde hay un gobierno populista en América Latina para poder frenarlo. Están tan ocupados en estas cuestiones que tal vez no tienen tiempo para observar algunas cosas que han pasado, y que hoy sí quieren ser trasladadas precisamente a los países emergentes, donde curiosamente los capitales emigran para ir precisamente al lugar de donde es el origen de la crisis. Y uno dice: ¿Pero están todos locos? No, no están todos locos. Es que sigue siendo única moneda de reserva, y es el único país que puede estar autorizado a no cumplir las reglas que sí los demás países tienen obligación de cumplir bajo la pena de ser condenados públicamente y mundialmente como gobiernos populistas, deficitarios, ineficientes, etc.

Veo entonces que el problema no es solamente económico y financiero, es profundamente político, y es profundamente político porque existe un doble estándar, inadmisibles y cada vez más visible en un mundo, que gracias a la globalización de las comunicaciones, estas cosas se advierten con mucha mayor rapidez y vertiginosidad que en otras oportunidades.

Se me ocurre entonces una cuestión central en todos los espacios, en este que hoy estamos, en otros espacios. Ayer la presidenta de Chile ofrecía su país para que pudiéramos discutir aquellos países que conformamos el G-20 más allá de las demandas del G-192, quisieran otros compañeros presidentes. Pero lo cierto es que cuando nos tocó participar en Washington hace un mes atrás, un poco más, en la reunión del G-20, tres de los países que estamos aquí, lo importante también sería tener posturas uniformes en esos organismos internacionales, que realmente representaran la región; porque de nada vale venir aquí con discursos, para cuando uno luego tiene que sentarse frente a los otros, a los que tienen poder, no repetir y decir exactamente las mismas cosas que decimos aquí. Esto es clave, porque lo que no se puede seguir sosteniendo, digo yo, es el doble estándar, que es lo que sucede hoy en los organismos multilaterales de crédito, que es lo que sucede en los organismos políticos también.

Mi país todavía tiene un enclave colonial. Naciones Unidas ha sacado múltiples resoluciones invitando al Reino Unido a negociar con la República Argentina la cuestión de Malvinas. Sin embargo, el Reino Unido puede darse el lujo de no cumplir ninguna resolución de Naciones Unidas. Ahora, si un pequeño país no cumple una resolución de Naciones Unidas, es invadido o es castigado, o es bloqueado, en fin, podemos dar múltiples ejemplos.

Me parece entonces que una de las claves es reclamar no solamente cambio de reglas, sino que las reglas sean cumplidas por todos, que las resoluciones sean cumplidas por todos. Hace a la idea de poder compartir organismos de decisión política como la ONU u organismos multilaterales de crédito, como el Fondo Monetario Internacional; porque, la gran pregunta es: ¿podemos lograr una reformulación del Fondo Monetario Internacional en sus reglas? Podemos lograr una reformulación del Banco Mundial o de Naciones Unidas, pero lo que se resuelva en esos espacios con nuevas reglas, ¿van a ser cumplidos por todos, o solamente van a ser cumplidas obligatoriamente por aquellos países que no tienen participación en los minúsculos sistemas de decisión que hoy imperan en el mundo? Es una de las claves de gran conflictividad, porque además, si uno puede observar los resultados, en términos de de seguridad mundial y en términos de economía, con estos últimos acontecimientos que hemos tenido, revela que el sistema ha sido altamente ineficiente, altamente ineficaz, inclusive para aquellos que tenían casi un poder de decisión hegemónico.

Yo ayer, por ejemplo, quiero comentarles algo, ver que bajo la presidencia de la hermana República de México, que ha sido líder en materia de derechos de defensa de los Derechos Humanos, que además fue la que constituyó la doctrina del derecho de asilo amplio, y que lo haga bajo la presidencia del amigo Felipe Calderón, la incorporación de Cuba al Grupo de Río me parece un símbolo más que importante, me parece un resultado concreto, y yo quiero felicitar, ayer no lo hice, al Presidente Felipe Calderón, precisamente, porque bajo su Presidencia Pro Tempore se ha logrado un hecho de justicia, simplemente de eso, de justicia, de incorporar a Cuba a un lugar donde nunca debió haber salido.

Creo entonces que algo que deberíamos plantearnos permanentemente en todos los foros es que el sistema de decisión que pueda imperar en un organismo como Naciones Unidas, u organismos multilaterales de crédito, reformule reglas, pero además que estas reglas sean cumplidas por todos, y nosotros, espacio latinoamericano y caribeño concretamente, poder construir un sistema de decisión del cual carecemos. Carecemos de un sistema en donde las decisiones que tomemos sean realmente eso, decisiones, y no simplemente discursos o reflexiones, para que después estos sistemas y estas decisiones puedan ser expresadas tal vez en otros ámbitos, en donde no todos participamos, en donde no todos formamos parte, pero que necesariamente reflejen y tengan la representatividad de la región.

Yo creo que, sinceramente, es esta una de las carencias tal vez más grandes que tenemos. Tampoco tenemos que autoflagelarnos y decir que todo es culpa nuestra. Hemos sido naciones muy castigadas por dictaduras. Yo recordaba que ayer, 16 de diciembre, se cumplía un aniversario de la Multipartidaria, de la primera marcha de la democracia que tuvo lugar luego de años de dictadura en mi país. Hemos sido una región muy castigada, y por supuesto, hoy estamos en un momento tal vez inédito en nuestras historias, donde aún con gobiernos donde no todos pensamos de la misma manera, donde no todos tenemos orígenes e historias comunes, sin embargo, podemos arribar a cuestiones importantes, como lo hicimos en la defensa de la democracia en Bolivia y la constitución de una comisión de Derechos Humanos y la incorporación ayer de Cuba al Grupo de Río.

Esto me permite ser optimista, en el sentido de la necesidad de que estamos en el camino acertado para encontrar una construcción diferente que, no sé qué nombre podrá tener cuando hallemos el camino definitivo de esa construcción, pero que va a ser necesario acelerar los tiempos, porque la

magnitud de los cambios es de transformaciones de tal vertiginosidad, que resultaba impensable ver y ser testigos de determinadas modificaciones que han sucedido, y sin embargo, éstas se han producido.

Por eso digo que sería bueno que insistiéramos mucho en encontrar nuevas construcciones en ese sistema de decisiones que está necesitando la región, para no solamente juntarnos cada tanto en reflexiones, sino que podamos lograr cosas como las que hemos logrado en Bolivia, como las que hemos logrado con la incorporación de Cuba; pero hacerlo en un espacio más orgánico, más institucional, en donde también, como planteaba ayer la Presidenta de la República de Chile, podamos llevar la voz a otros ámbitos de una región que como señalaba Chávez, el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, representa cifras muy importantes en términos de PBI, en términos de densidad poblacional, pero además también en términos de reserva en materia energética, acuífera y alimentaria, que van a ser las tres grandes claves e hipótesis de conflicto en el siglo XXI.

Ya no va a haber la tensión bipolar que caracterizó el siglo XX, otras van a ser las tensiones, y nuestro espacio geográfico y político debe estar preparado con organismos, con instrumentos y con sistemas de decisión y de defensa para hacerse cargo de una etapa para el siglo XXI que no voy a decir que va a ser ni mejor ni peor, sino diferente a lo que vivimos y para lo que nuestras cabezas habían sido acostumbradas y educadas. Esto que exigirá por parte de todos y de todas un gran esfuerzo en los procesos de integración, que nunca van a ser fáciles, que siempre van a tener debate, que siempre van a tener por allí intereses contrapuestos normales y naturales. Pero creo que sí hay un interés superior, sobre el cual operar, sobre el cual trabajar, sobre el cual construir, que es precisamente pensarnos como una región con un potencial único en un mundo que va a demandar las cosas que nosotros tenemos, y que además, por si todo fuera poco, y a riesgo de repetir lo que otros ya han dicho, tenemos otra virtud, no tenemos conflictos ni religiosos, ni étnicos, que son los que están viéndose en otras regiones tal vez trágicamente, y que nos convierte también en un espacio con una oportunidad única para lograr crecimiento y bienestar para nuestros pueblos.

De hecho, fue durante esta última década de gobiernos que desde algún lugar gustan caracterizar como progresistas, pero que yo prefiero hablar de gobiernos democráticos y populares, donde mayor calidad de vida se ha logrado en Latinoamérica, aún cuando sigamos siendo el continente más injusto en la distribución del ingreso. Pero nadie puede tampoco desconocer los

logros que se han obtenido durante esta última década, por lo menos en muchísimos de nuestros países, en lograr una mejor participación del ingreso de los trabajadores en el PBI y en lograr mejoras sociales y políticas hasta ahora impensadas.

Por eso creo que el esfuerzo debe estar centrado en eso, en hacer lo que hacen en otras latitudes, construir sistemas que nos permitan ser más fuertes, más integrados para afrontar un mundo que sin lugar a dudas va a ser muy difícil.

Muchas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, companheiro Torrijos, quero lembrar que faltam 10 oradores e Chávez, e eu ainda preciso dar umas últimas palavras; portanto há 11 oradores e ainda tem alguns oradores que podem inscrever-se; depois temos que tirar a foto, aprovar algumas decisões aqui, e a seguir tem uma coletiva; vamos decidir quem vai a essa coletiva. Querido companheiro Torrijos a palavra é sua.

Presidente Martín Torrijos – Gracias, Presidente. Voy a observar muy claro sus instrucciones sobre el tema del tiempo. Agradezco su liderazgo y la oportunidad de convocarnos a todos aquí en Bahía, agradezco al señor gobernador y a todos los brasileños por esta gran hospitalidad que nos han dado, nos han brindado.

Queda claro después de las intervenciones del día de ayer, las intervenciones del día de hoy, que reconocemos que vivimos una crisis de carácter global, una crisis que demanda de acciones comunes, que demanda mucha creatividad y determinación, una crisis que demanda de más integración, de mejores mecanismos de coordinación que nos permitan salir unidos, con una sola voz, para enfrentar las consecuencias sociales que ya estamos sintiendo en todos nuestros países con la pérdida de miles de empleos en cada uno de nuestra región, pero también con la irremediable consecuencia de millares de personas que por mucho tiempo habían luchado para salir de la pobreza, regresando a la época de la desesperanza con su consecuencia de inestabilidad social, y en muchos casos inestabilidad política.

Crisis que como señalaban muchos en las intervenciones, Leonel Fernández, aún no se sabe su dimensión real, ni su alcance ni el tiempo que va a durar, dependiendo de cual sea el origen de la misma, así mismo será su duración. Pero la realidad nos indica que con la interrelación de nuestras

economías no hay soluciones comunes a lo que ya de por sí era un problema complejo de la crisis energética, de la crisis alimentaria, de los problemas del cambio climático y como ha afectado la producción en nuestros países, de los problemas que también golpean a nuestras sociedades, como el crimen organizado, en su consecuencia de violencia, de luto, de dolor, y ahora esta crisis económica, esta crisis financiera.

Muchos han centrado sus intervenciones en qué hacer. Bueno, se requiere de oportunidades como estas, de una mejor coordinación en el ámbito político, diálogo político, instancias como la propuesta que se ha escuchado por parte de Jamaica, fortalecer el Grupo de Río, o lo que definitivamente tiene que ser una coordinación de los diferentes esfuerzos subregionales de integración que se están dando, de Centroamérica, el Caribe, el Sur, países Andinos, en fin. Tenemos muchas iniciativas de integración que tal vez no coordinamos, no priorizamos, y como tal muchas veces demoran en cumplir su cometido.

Si bien ya tenemos posiciones comunes, ¿por qué no llevarlas a una expresión común de nuestras posiciones? Como se planteaba ayer, pedir una Asamblea General Especial en Naciones Unidas el próximo año, para que podamos expresar una posición común, sin perder la oportunidad de la individualidad como nación y lo que cada uno vive en distintas formas producto de la crisis financiera.

Todos hemos hablado de la necesidad de tener mayor transparencia en las reglas del mercado. ¿Cómo lo llevamos adelante para que no seamos sorprendidos? ¿Cómo hacemos que las regulaciones que aplican para centros financieros como el panameño, estricto y que ha podido resistir la crisis financiera, también sean aplicadas para los países del primer mundo, de forma tal que podamos tener algún grado de predecibilidad en la crisis y los momentos futuros que estamos viviendo. ¿Cómo lograr realmente preservar los empleos en nuestra economía? ¿Cómo lograr hacer proyectos de infraestructura común y con independencia de los nuevos mecanismos de financiamiento regional que se puedan crear, utilizar los fondos que ya tenemos dentro de las bancas regionales que están a disposición de nuestros países para ayudar en las áreas que las economías nuestras lo requieran para preservar ese número de personas empleadas y alejarlos de los problemas de la pobreza?

Proyectos de infraestructura común de integración, como los proyectos de vialidad, de ferrocarriles, de puerto. ¿Cómo lograr mejorar el capital humano en medio de esta crisis, donde si antes competíamos en muchos

casos por manos de obra barata, ahora con esta crisis vamos a competir en todos los foros y el ámbito de la fuga del capital humano se va a agravar, porque las personas más talentosas que tengamos en nuestra economía son las personas que ahora van a competir a nivel mundial y nos van a seguir haciendo ahora también falta dentro de esa creatividad que necesitamos en nuestros países para seguir adelante? ¿Cómo hacer realidad la integración económica y comercial con las distintas iniciativas que en sí no se contraponen, pero que tenemos que más que dar reportes, que avanzamos un 90% de la integración comercial, y al final de cuentas el 10% es lo clave para seguir promoviendo el comercio y las exportaciones en nuestros países, entendiendo que existen diferencias en nuestra economía y que cada cual tiene que reconocer y participar en la medida que se pueda dentro de esta integración comercial, pero que sin duda, de esta crisis ningún país puede salir sólo? ¿Cómo hacemos que esas reglas de transparencia y supervisión se conviertan en normas y leyes que puedan ser aplicadas en la región y que nos permitan a todos saber que contamos con centros financieros realmente sólidos? Acciones comunes para que ayudemos a las economías con cada particularidad a seguir adelante. Solidaridad como la que se mostró en el día de ayer, donde el Grupo de Río hace, de cierta forma, hizo una reparación histórica con Cuba y se suma a este organismo para poder participar, como debe ser, dentro de estas acciones comunes en las cuales el Caribe y en particular Cuba tiene un puesto importante que jugar.

Llamo, porque sé que además de la declaración muy bien elaborada que aborda muchísimos temas, podríamos sacar dos o tres puntos de acción para este año, para programarlas para el próximo año, de forma tal que se vea no sólo la urgencia que todos reconocemos, sino también la acción inmediata que demanda la realidad que estamos viviendo en cada uno de nuestros países. Por eso agradezco la oportunidad que este liderazgo de Brasil, esta voluntad común para compartir experiencias, pero sobre todo para sentar acciones inmediatas al mediano plazo y a largo plazo, nos permite esta reunión, convocada aquí en Salvador de Bahía.

Agradezco también la solidaridad que han tenido con Panamá. Ayer, hoy sobre todo, con nuestra petición hacia la Comisión Europea para que de alguna forma Panamá pueda seguir beneficiándose del SGPPLUS, para que no afecten las exportaciones panameñas en un momento que se requiere de mayor solidaridad de los distintos bloques, sobre todo con la Comisión Europea. Y está incluido dentro de la resolución, con lo cual les doy mi

agradecimiento y los invito a que, así como hemos podido discutir, coincidir en diagnósticos, coincidir en propósitos, coincidamos en las acciones muy puntuales y precisas, que nos permitan garantizar que mantengamos los puestos de empleo, que no se permita que esa generación, que luchó con mucho esfuerzo, con mucho sacrificio, para salir de la pobreza, ahora se vea realmente afectada y volviendo a la desesperanza.

Gracias, Presidente Lula. Gracias estimados colegas y compañeros.

Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Presidente Torrijos. Peço para fazer uso da palavra o nosso companheiro Tabaré Vasques, Presidente do Uruguai.

Presidente Tabaré Vázquez – Señor Presidente de Brasil, compañero Lula, estimadas colegas y estimados colegas. En primer lugar una vez más el agradecimiento por la recepción y la hospitalidad con que nos han recibido en esta tierra hermana, y en segundo lugar las felicitaciones al Presidente Lula por su capacidad para liderar una instancia como la que estamos viviendo, que sin duda es histórica y es trascendente. Nos parece además una excelente idea concretar, en un mismo lugar en corto plazo de tiempo, cuatro cumbres como las que se han llevado adelante.

Dicho esto, vamos a centrar nuestra participación exclusivamente en el planteo que precisamente ayer realizara el Presidente Lula en cuanto al aporte, modesto el nuestro, que cada país podía hacer para en esta circunstancia analizar la crisis financiera y económica a nivel internacional, y qué aportes, reitero, modestos los nuestros, podíamos poner a consideración de los países hermanos de Latinoamérica y el Caribe. Y de la misma manera intentaremos, en nuestra exposición, transitar el mismo camino de, si se quiere pragmatismo, y si no de practicidad o de realismo, que plantearon los presidentes de Dominicana, Chile, Guyana, Brasil, entre otros, en cuanto a concretamente plantear la situación y plantear terapéuticas adecuadas a las patologías sistémicas y sistemáticas que estamos sufriendo en este momento todos los países del mundo.

Para entrar en esas consideraciones quisiera, a manera de prólogo, dejar sentados algunos pensamientos. El mundo hoy parece un manicomio dirigido por sus propios pacientes. En este mundo de situaciones como las que estamos viviendo, y en plena crisis, cuando comienza a acentuarse el sufrimiento de los ciudadanos más humildes y más pobres, donde la crisis castiga, como

sucedo normalmente, a quienes menos tienen, aún existen espacios para que en lugar de jugar a la ruleta, algunos deshumanizados jueguen aún a la especulación financiera y económica. Y en este mundo de locos creo que es nuestra obligación intentar introducir una cuota de racionalidad a esta locura, y creo que esta es una muy buena oportunidad que tenemos los países de América Latina y el Caribe para intentar transitar el camino de la racionalidad.

Creo que debemos comenzar, lo digo con mucho respeto y con mucha modestia, por un planteo autocrítico. La fuerza política a la que pertenezco, que está en el gobierno de la República Oriental del Uruguay, en sus principios fundacionales tiene la concepción más amplia de la lucha contra cualquier forma de imperialismo. Somos antiimperialistas. Pero debemos de una buena vez no echarle las culpas de todos nuestros males al imperio de turno, que las tiene, la historia lo habla, la historia lo demuestra. Debemos reconocer, con humildad, que en Latinoamérica y el Caribe no hemos sido capaces, por omisión, por incapacidad o por corrupción, de elaborar un proyecto latinoamericanista y del Caribe, en conjunto y unidos, que nos permita darle dignidad a la vida de nuestros pueblos. Y creo que este es el momento y creo que es la visión del Presidente Lula de llamar a esta reunión, fue realmente muy atinada y realmente merece nuestro máximo apoyo.

Hechas estas consideraciones, quisiera hacer un encare global holístico, y reitero, realista, de la situación que estamos viviendo, y lo haremos desde nuestro exclusivo punto de vista, sabiendo que hay diferencias entre los países que estamos aquí reunidos y que es muy difícil extrapolar experiencias de un país a otro, por más identidad que exista entre los mismos. Lo nuestro, lo que vamos a decir no es una receta, y estamos simplemente en una etapa de evaluación de los resultados de las medidas que hemos aplicado ante la situación que estamos viviendo.

No voy a hablar de la teología del fenómeno ni voy a hablar de la espacialidad ni de la temporalidad ni de la sustancia del mismo, pero sí quiero desarrollar dos conceptos que me parecen trascendentes, quizás no lo sean, pero a nosotros nos parecen trascendentes: el concepto de la previsibilidad y el concepto de las vulnerabilidades.

Por cierto, no podíamos prever la dimensión y las características de esta crisis, pero si tenemos algunos conceptos en cuenta, sobre todo en el mundo de la Física, que ayer precisamente el señor Presidente de México desarrollaba una de las leyes de la conservación de la energía, que Lavoiser hace ya unos siglos atrás estableció como que nada se pierde ni nada se gana, sino que

todo se transforma en el mundo de la energía. Yo agregaría otros dos conceptos físicos que me parecen fundamentales: el principio de la acción y de la reacción, es decir, cuando hay una acción en determinada dirección y en determinado sentido, va a haber un principio de reacción, en la misma dirección, pero en sentido contrario; y el principio del desplazamiento de la energía, que como todos sabemos es un principio ondulatorio, que tiene ciclos positivos y tiene ciclos negativos.

Si tenemos en cuenta estos elementos, y viendo lo que sucedía hace dos, tres, cuatro años atrás y se fue desarrollando hasta el 2007, ante el crecimiento desmesurado de la economía a nivel internacional y de los precios o costos del crudo de petróleo y de los alimentos, teníamos que prever que en algún momento la contrarreacción o la reacción o la antirreacción, se iba a experimentar. Tarde o temprano ese ciclo positivo iba a cambiar, iba a cambiar de ciclo. Había que preverlo.

En el Uruguay en el año 2002 vivimos una de las crisis económicas, financieras y sociales más importantes de toda nuestra historia, y esa fatídica experiencia nos sirvió cuando llegamos al gobierno, para tratar de prever los elementos negativos que podían surgir en el curso del mismo. Previsibilidad.

Yo creo que de aquí en más deberíamos prever, adelantarnos, leer el futuro, para prever las consecuencias de movimientos negativos que se puedan producir como los que se están produciendo en este momento. Y si preveíamos el cambio del siglo en el avance de la economía y de los logros de políticas sociales, teníamos que ver también entonces las vulnerabilidades que teníamos y que habíamos experimentado en la crisis del año 2002. Vulnerabilidades que teníamos que intentar superar, para no volver a caer en la situación económica, financiera y social que vivió nuestro país. Y en esa dirección trabajamos, bajo la ecuación de crecimiento económico para y con desarrollo social. Al mismo tiempo que crecíamos económicamente intentar distribuir con justicia social la riqueza generada, cumpliendo con el mandato histórico de la doctrina artiguista, que fueran más privilegiados los más necesitados.

Así encaramos el gobierno y así llegamos, como Uruguay, a la crisis que hoy estamos enfrentando. ¿Qué medidas tomó Uruguay en ese terreno de la previsibilidad y de las vulnerabilidades? Tomamos medidas preventivas, intentamos vacunarnos, hacer un diagnóstico oportuno, actuar oportunamente en el diagnóstico con medidas terapéuticas adecuadas a la prevención y no al tratamiento de una patología instalada. ¿Y qué hicimos para reducir las vulnerabilidades que el país tenía? Tomamos medidas preventivas financieras,

apostamos a un fuerte equilibrio, y mantenido, además, equilibrio macroeconómico. El manejo adecuado de las finanzas públicas y de la macroeconomía no es ni de derecha ni de izquierda, es simplemente medidas de buena administración. Cuando tenemos un paciente con un traumatismo grave y está sangrando porque se le rompió una arteria, y tiene un desequilibrio interno miostático, antes de arreglar el desequilibrio tenemos que parar la hemorragia, y la hemorragia el cirujano la para interviniendo, y opera con la derecha u opera con la izquierda. Si es derecho opera con la derecha y si es izquierdo opera con la zurda; pero opera para parar esa hemorragia y luego encontrar los mecanismos omiostáticos de compensación de los desequilibrios.

Equilibrios macroeconómicos, manejos responsable y profesional de nuestra deuda pública, con seriedad, con responsabilidad. Acabamos de ser galardonados como el país que mejor manejó el tema de su deuda pública, y una política fiscal responsable, tratando de distribuir con justicia social la riqueza generada, y llevando a reformas estructurales que nos pudieran ayudar a manejar responsablemente la política fiscal.

En el área de lo social, si esto se hizo en el área de lo financiero, creamos o intentamos crear una nueva matriz de bienestar social. Hicimos un plan de emergencia, a término, por dos años, para atender las emergencias sociales que teníamos, la discriminación, la ruptura del entramado social, y la transformamos luego en un plan de equidad. Trabajamos en una reforma de la salud, que permitió que el Uruguay, que tiene una población de 3 millones 300 mil habitantes apenas, 300 mil niños que no tenían cobertura de salud la pudieran tener a punto de partida de la reforma de salud, acentuando otros aspectos, que no es el caso, creo, analizar en este momento. Desarrollamos un programa de salud bucal, para los niños de las escuelas públicas, una ley obligatoria de Educación Física para los niños de las escuelas públicas, y desarrollamos, además, una fuerte inversión en educación y seguridad.

El Uruguay era uno de los países de América Latina y el Caribe que invertía el menor porcentaje de su PBI en educación. En este gobierno hemos llegado al 4,5% del PBI en educación, y desarrollamos planes como el Plan Ceibal, que es un plan que va a adoptar, ya lo está haciendo, una computadora por niño de escuela pública, gratuita, más una computadora para cada uno de los maestros, y ahora se incluyen en este Plan Ceibal los institutos privados de enseñanza primaria, pagando las computadoras pero haciendo una amplia red, una amplia conectividad en todo el territorio nacional, que nos ha permitido

instalar incluso computadoras en plazas públicas del interior del país. Apostamos a la educación y a la seguridad pública.

Y también tomamos medidas preventivas en el sector productivo, estableciendo nuevas reglas de juego microeconómicas, una nueva legislación con una ley concursal, una ley de defensa de la competencia, una ley orgánica de transformación de nuestro Banco Central del Uruguay, dotándolo de más profesionalidad y algo más de independencia en su funcionamiento; una ley de funcionamiento de cooperativas y una reforma tributaria que introdujo, luego de muchos años de haberse practicado y haberse abandonado, el impuesto a la renta de las personas físicas para que pague más quien tiene más y pague menos impuestos quien tiene menos, distribuyendo, reitero, con la mayor posibilidad, con justicia social, los ingresos del Estado.

Voy a expresar aquí algunos resultados medidos no por el gobierno que presido, sino por organismos internacionales. Este año 2008 el Producto Bruto Interno de Uruguay va a crecer el 10,6%, crisis incluida. Hemos tenido un fuerte crecimiento de la inversión, pública, privada, nacional y extranjera. Cuando llegamos al gobierno la inversión en nuestro país rondaba en 6% del Producto Bruto Interno, hoy ronda el 16, 17% y aspiramos llegar a un 20% de inversión de proporción de porcentaje de inversión privada del producto.

La tasa de desempleo, hace tres años en el Uruguay era casi de un 13%, hoy es de 7,2%. La pobreza se redujo de niveles de un 32% hace tres años a un 21,7% en este momento. La indigencia, a la mitad, hace tres años era de un 4%, ahora es de un 2%; y la redistribución del ingreso, tarea pendiente todavía de este gobierno, que no hemos podido consolidar como hubiéramos querido, pasó, de acuerdo al índice de Gini, de 47 a 43 puntos.

Ahora bien, ¿éstas eran medidas preventivas? Era adelantarnos a consolidar y a hacer desaparecer vulnerabilidades que nos hubieran condicionado fuertemente en este momento antes de la crisis internacional. Pero tuvimos también que tomar medidas más recientes, por esta crisis, y como concepto, si bien por cierto el Uruguay es un pequeñísimo país al lado de nuestros hermanos brasileros y argentinos, Uruguay es 45 veces más chico que Brasil y 15 veces más chico que Argentina, ustedes pueden medir de esta manera las heterogeneidades y las asimetrías que hemos sufrido o que padecemos o que tenemos, que estamos intentando superar apostando fuertemente al proceso de integración regional, una integración flexible y abierta para los países, como Paraguay y Uruguay, que somos de economías menores.

Si bien no estamos en condiciones de realizar medidas agresivamente anticíclicas, pretendemos defender lo conquistado no realizando medidas procíclicas. No podemos caer en el error histórico de ante una crisis, como la que vivimos en el 2002, rebajar los salarios, disminuir la inversión pública, no apostar a potencializar las obras en infraestructura, de generación de puestos de trabajo; es decir, no cometer los errores que habíamos cometido en el pasado.

En ese sentido, las medidas que hemos tomado, y para terminar, hemos reorientado el gasto público, manteniendo la prioridad en educación, en salud, en políticas sociales y en infraestructura; hemos preservado los ingresos fiscales mejorando la eficiencia recaudatoria. Si todos pagamos todos vamos a pagar menos, y por eso hemos sido muy rigurosos en el control del cumplimiento impositivo, y un apoyo al sector productivo con foco en el sector exportador, incluyendo el turismo y la tecnología de la información y del conocimiento, a lo que hemos apostado fuertemente, un incremento del fomento a la inversión productiva, un facilitamiento a la liquidez de la economía.

Nuestro Banco de la República Oriental del Uruguay, por ejemplo, entre otras medidas, ha salido a plaza a préstamos para adquirir viviendas. Hemos agilizado el reintegro de las exportaciones que venía atrasado con plazo de un año. Los exportadores que habían exportado hace un año están hace un año con papeles en las manos sin poder cobrar los reintegros por un monto aproximado de los 100 millones de dólares, cosa muy importante para nuestro país, un monto realmente importante y hemos cambiado o estamos cambiando esos papeles de los exportadores por efectivo para volcar más liquidez al mercado.

Estamos llevando fuertemente adelante un fomento a la participación privada en el financiamiento y la construcción de infraestructura, estamos buscando abrir nuevos mercados en el mundo. Uruguay, como cualquier país del mundo, no puede producir todo, pero hemos apostado a la especialización y a la calidad de nuestros productos buscando determinados nichos de mercado que pagan muy bien por otra parte estos productos, y estamos desarrollando medidas de fomento para nuestras PYMES.

Reitero, todas estas medidas, las preventivas y las que hemos tenido que tomar en última instancia, están en una etapa de evaluación de resultados. Nos parece que hasta el momento han sido realmente resultados auspiciosos. Calculamos para el año que viene un aumento de nuestro Producto Bruto Interno situado alrededor del 3% y creemos, por cierto, también, que esto no

es una receta, simplemente es una contribución que puede hacer con mucha modestia mi país para esta discusión que estamos llevando adelante e intentando de alguna forma, como lo han hecho todos ustedes, poner racionalidad en el manejo de una situación tan crítica como la que estamos viviendo.

Debo decir también, para terminar, que hemos tenido la oportunidad de aprender enormemente en estos dos días con los aportes que todos ustedes han hecho y que agradecemos profundamente.

Muchas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Tabaré. Agora eu queria chamar... não, nós temos duas pessoas para falar. E depois, seria preciso parar uns cinco minutos para tirar a foto, porque Michelle Bachelet vai ter que se retirar por assuntos chilenos. Então, eu passaria a palavra ao companheiro Chávez; depois do companheiro Chávez, nós poderíamos ir tirar a foto e depois, então, continuaríamos a nossa reunião, se todos estiverem de acordo. Então, a reunião só pode continuar se os Presidentes ficarem aqui; se forem todos embora depois da foto, a reunião estará terminada. Companheiro Chávez com a palavra.

Presidente Hugo Chávez – De nuevo voy a ser breve. Quizá no tanto como ayer, pero en verdad, como decía el Presidente Tabaré, hemos estado oyéndonos y aprendiendo cosas, tomando notas, en esta reunión tan interesante.

Quiero, en estas palabras, invocar la memoria de Bolívar, de Simón Bolívar, hoy cumpliéndose como están 178 años de su muerte física, allá en las costas caribeñas de Colombia. ¡178 años de muerte física, pero de semilla que sin duda germina de nuevo por estas tierras!

Yo, Lula, sólo creo que ha habido tantas y tan maravillosas ideas aquí dando vueltas como en torbellino, que sugiero hagamos un esfuerzo muy grande, y ustedes sobre todo, los anfitriones, para buscar concreciones y que podamos llevarnos o recibir en pocos días un conjunto de conclusiones y de compromisos.

Comenzó la mañana, con su discurso y sus palabras el primer ministro de Jamaica, nuestro amigo Golding, haciendo una serie de reflexiones, de llamados, recordando lo que ayer exponía Leonel, haciendo como una radiografía, Leonel, de la crisis que amenaza con seguir profundizándose. Tú decías, bueno, hay perspectivas de un año, eso es la perspectiva superoptimista, pero quién sabe si lo que nos espera, lo que tenemos al frente

es una década de recesión, de crisis, no sólo económica, sabemos que luego vienen las crisis sociales y las crisis políticas, las desestabilizaciones. Y los países poderosos del mundo, bueno, están activados, buscando soluciones dentro de sus enfoques, dentro de sus alianzas, en el marco del sistema que ellos le impusieron al mundo, y que se hunde, se hunde.

No es un asunto ideológico decía ayer Raúl, también lo repetía el Presidente Calderón, no es un asunto ideológico esto, aquí no estamos debatiendo entre el marxismo-leninismo por el cual echaron a Cuba de la OEA y que Evo nos recordaba, o el capitalismo de Adam Smith, David Ricardo. Son ideas, pero, por supuesto, ahora tenemos una realidad, una realidad que es una gran amenaza para nuestros pueblos y para nuestros gobiernos, para la estabilidad política de un continente que apenas se comienza a levantar. Sería trágico que esta crisis, como Lula decía, que se generó fue allá, arrase una vez más, como dice Eduardo Galeano, nuestro continente. Galeano dice que no somos subdesarrollados, sino arrollados por mil trenes. Sería muy lamentable.

Es decir que el llamado que se nos hace desde Jamaica, desde Uruguay con su Presidente, desde Dominicana, la Presidenta argentina también, Cristina, nos hacía un llamado a la reflexión y a la acción. Yo sólo me quiero sumar a eso y proponer que le demos sentido de urgencia y que no nos dejemos atrapar por esa corriente vieja del burocratismo internacional, de las cumbres sólo para venir a oírnos, a tomarnos la foto – que vamos a tomarnos ahora, ¿no? –, de nuevo, otra foto, y luego, como decía el Primer Ministro de Jamaica, bueno, irnos a casa, cada quien a su batalla propia, hasta la próxima cumbre.

Yo creo, Lula, que esta cumbre es tan interesante, tan motivante además, que no deberíamos ponerla para cada dos años. Yo creo que aquí pudiéramos decidir antes de irnos, que esta sea una cumbre anual. A lo mejor incluso, no me atrevo a proponer que sacrifiquemos ninguna otra, pero, a lo mejor, hay cumbres viejas que parece que ya no tienen ni sentido, o el sentido quedó atrás en el siglo XX. No voy a nombrar ninguna, pero hay algunas que ya pareciera que no tienen sentido, pareciera. Esta, Lula, tiene un sentido extraordinario, de verdad que yo te felicito. Te felicito.

Por ahí andan los periodistas preguntando que si Chávez y Lula están enfrentados. Sigán jugando con eso. Yo les digo: bueno, sigan perdiendo tiempo. Que si Chávez está celoso y Lula celoso. No. De verdad que te felicito por esta convocatoria y convócanos, convoquémonos todos los años a esta reunión, y quizá, Lula, y quizá, así como en esta ocasión, dos días, un

día de debates y un día de conclusiones, pero decisiones, que luego vayamos a aplicarlas, como sí lo hacen allá en el Norte, se reúnen, toman decisiones y las aplican. ¡Nos las aplican!, a todos. Llegó la hora de que soplen – decía Amorim esta mañana en la prensa – nuevos vientos. ¿En qué dirección soplan los vientos? Fidel no está aquí, decías tú ayer, Raúl, lo lamentamos mucho; pero está, representado en ti y está cazándonos allá, desde La Habana, sin duda.

Ahora, mira, hay muchas cosas que se pueden aportar como propuestas para discutir y para tomar decisiones. En distintos ámbitos, Lula, el ámbito político, y ahí, insisto, en el ámbito político nosotros deberíamos decidir que esta Cumbre se reúna todos los años y a lo mejor decidir dónde lo más pronto posible, no tiene por qué ser hoy, dónde pudiera ser la del próximo año, y empezar a trabajar dándole prioridad a este espacio que nos integra: CARICOM, el ALBA, Comunidad de Estados del Caribe, MERCOSUR, Comunidad Andina, UNASUR, el CICA; bueno, desde México, aquí están, ver aquí al Presidente Calderón y todo lo que significa México. El único que se atrevió aquí a invadir a Estados Unidos fue Pancho Villa. ¡Viva Pancho Villa, hermano! (risas)

Ahora, México, Argentina, desde allá oíamos desde niños, desde adolescentes, desde el Río Bravo hasta la Patagonia. Bueno, aquí están los del Río Bravo y los de la Patagonia, sobre todo Cristina que es patagónica, de allá abajo, pingüina, como ella misma lo dice. Bueno, aquí estamos, los caribeños, mira, los hijos del África, de la América africana, desde Santo Domingo, y su magia quisqueyana, hasta San Vicente y las Granadinas, y todo ese mundo mágico del Caribe. Aquí estamos, decidamos ahora. Sigamos tomando decisiones. Démosle forma a este mundo en el ámbito político. Y luego en lo económico para enfrentarnos a esta situación tan dura, tan difícil en lo económico y lo social, pues no se pueden separar, sabemos, ambas cosas.

Nosotros desde el ALBA más Ecuador y otros países amigos, hemos estado discutiendo la conformación de una unidad de cuenta común. Ya Evo la mencionaba. En verdad es más que una unidad de cuenta común, es un sistema. Todo este esfuerzo de expertos, de amigos, ministros, está a la orden para un debate, es un sistema monetario, comercial y financiero regional. Porque decimos: hay que cambiar Bretton Woods, sí. ¿Pero cuándo? Ellos no quieren cambiarlo. No van a querer cambiarlo, están tratando de salvar ese sistema que les ha permitido la hegemonía mundial, la dictadura del dólar.

Un día me dijo Fidel, yo creo que te lo comenté, Lula, una conversación con Fidel y luego me escribió una carta larga, me dice: Chávez, hay que darse cuenta de lo siguiente: Estados Unidos compró el mundo, medio mundo, con puros papeles. Ahora, eso es muy fácil, emitir papeles, dólares, dólares, dólares. ¡Qué privilegio! Y comprar el mundo. Como si Brasil tuviera la potestad de emitir reales y reales y se lo recibieran en todo el mundo, o Venezuela el bolívar, o el peso argentino. ¡Qué cosa, qué dictadura nos impusieron! Y ahí está los resultados.

Entonces, creo que no debemos perder un día, no deberíamos perder un día en esta discusión. Tomarnos el tiempo necesario desde el punto de vista técnico y crear nuestro sistema. Sólo desde un sistema nuestro pudiéramos influir en el sistema mundial; pero sólo con nuestras voces, sólo desde nuestra realidad concreta en construcción o por construir. Ese sistema, así lo digo brevemente, es la discusión del ALBA, ya firmamos una decisión de presidentes. Luego llegó Correa y empezamos a discutir buscándole un nombre y se nos ocurrió proponer Sucre. Evo dice ahora Pacha. Lo del SUCRE son unas siglas, que coinciden con el nombre del mariscal Sucre y con la moneda que tuvo Ecuador: Sistema Único de Compensación Regional. Eso es entre nosotros, en el ALBA, pero esto muy bien pudiera debatirse y discutirse como un sistema de mayor amplitud geográfica, económica y política.

Tendría cuatro elementos: la unidad de cuenta común, para la que ya estamos trabajando y aspiramos – ¿en enero, Raúl? – aspiramos a hacer la nueva reunión. Hicimos una ahora en noviembre, otra en diciembre, de ministros, de presidentes, en Nicaragua, con Honduras, Ecuador, Bolivia, Dominica, Venezuela, por supuesto. Unidad de Cuenta Común con una Cámara de Compensación de Pagos, con un Fondo Financiero para el Desarrollo y yo quiero insistir en eso, por el amor de Dios. ¿Dónde tenemos nosotros nuestras reservas internacionales? En los países del Norte, y además están en riesgo, hay países que han perdido cientos de miles de millones de dólares en los últimos meses, por el tema de la crisis mundial.

Ayer lo decíamos, lo chequeamos con la CEPAL, 500 mil millones de dólares son las reservas internacionales de todos nosotros. Bueno, ayer yo dije uno por ciento, bajo la propuesta a uno, pues. Uno por ciento, si pensáramos que diez es demasiado para comenzar. Uno por ciento son 5 mil millones de dólares aproximadamente, para crear un fondo nuestro, un fondo financiero para el desarrollo y esto iría acompañado, según esta visión, de un acuerdo de comercio regional. De un acuerdo de comercio, pero no se trata

de la tesis del libre comercio, eso no existe. No existe el libre comercio, eso es mentira.

Yo recuerdo mis discusiones con algunos presidentes que pasaron por estas mesas, recuerdo la Cumbre de Mar del Plata. Cristina no era presidenta pero estaba allá, yo recuerdo que estaba al lado de Nestor, pasándole papelititos. Lula, tú recuerdas la Cumbre de Mar del Plata, cuando vino Estados Unidos a tratar de, bueno, como dijo, ¿cómo fue que dijo Kirschner aquella vez? No vengan aquí a patotearnos, tratar de imponernos el ALCA, un área de libre comercio. Menos mal que el ALCA fue derrotada. ¿Cómo estaríamos ahorita nosotros si hubiera logrado el Presidente de Estados Unidos aquel empeño que se aprobó en Canadá contra todo, contra viento, contra marea, contra la moral, contra la lógica. Fue una imposición, nadie chistó. Modestamente, lo puedo decir, es la única mano que se levantó a preguntar y a pedir que Venezuela no se sumaba allí fue esta mi mano. Pero todo este continente aplaudió y firmó, sus presidentes de entonces. De que el 1° de enero del 2005 debería amanecer el ALCA ya establecida. Era un atropello. No dio para tanto la fuerza del imperio, y aquí estamos nosotros ahora. No hay ALCA posible, si hay ALCA posible sería la OEALCA, Organización de Estados de América Latina y el Caribe, de la que ayer hablábamos oyendo sobre las reflexiones y propuestas del Presidente de México, del Grupo de Río y de otros compañeros.

Bueno, prometí ser breve, Lula, sólo quiero insistir en esto. Yo creo, y pido, y Venezuela pide con urgencia y con mucha insistencia y pasión que estas cumbres las planifiquemos muy bien para todos los años y las trabajemos con tiempo y los presidentes vengamos bien informados, que no lleguemos a última hora, como yo tuve que llegar ayer lamentablemente, bueno, pero leyendo los papeles, bien informados, con nuestros cancilleres, nuestros ministros, y vengamos a tomar decisiones, además de dar los discursos, como los breves que yo doy o los largos que da Cristina.

Termino haciendo esa propuesta, buscando la concreción económica, la concreción política y sólo permítanme ustedes, bolivariano hasta la médula, soldado bolivariano soy yo, soldado bolivariano así como tú eres obispo, padre, yo le pido la bendición siempre a monseñor. Yo le pregunto a Raúl, monseñor, presidente, cómo es que hacen Fidel y él para llevar buenas relaciones con los obispos católicos en La Habana, porque yo no he podido hasta ahora, casi todos... ah, con los ortodoxos, pero también con los católicos, con todos. Yo te vi en una misa, Raúl, hace poco rezando ahí. No,

no estabas rezando, prendiste una vela. Tres horas de misa hacen en Cuba, increíble, una misa de tres horas, ¡ni en el Vaticano! (risas)

Bolívar, Bolívar, Bolívar, Bolívar, Bolívar. Bolívar un día como hoy moría, expulsado de Venezuela, expulsado de, bueno, de Colombia, Colombia la originaria. No me gusta hablar de la Gran Colombia porque en verdad nunca fue Gran Colombia, fue Colombia, la originaria, pues, que nos abarcaba, desde aquí del Atlántico, casi límite con Brasil, hasta allá, hasta los límites de Ecuador con el Perú, y aquel sueño. Bolívar moría solitario, traicionado, y dijo al final, en su última proclama: no aspiro a otra gloria que a la consolidación de Colombia. Dijo en su última proclama: todos debéis trabajar por el bien inestimable de la unión, de las causas sociales. E incluso, a nosotros, los soldados, nos lanzó en la proclama final como un alerta: ¡Los militares – dijo – deberán empuñar su espada en defensa de las garantías sociales!

En fin, Bolívar, rindo tributo. Y cito a Martí, para terminar. Martí, el gran cubano, el gran nuestro americano, el 28 de octubre de 1893, en Nueva York, en el vientre del monstruo, como él mismo lo dijo, lanzó esta frase: ¿A dónde irá Bolívar? Y respondió él mismo: al brazo de los hombres, para que defiendan, de la nueva codicia y del terco espíritu viejo la tierra donde será más dichosa y bella la humanidad. ¿Dónde irá Bolívar? A los pueblos callados como un beso de padre, a los hombres del rincón y de lo transitorio, a las panzas aldeanas y a los cómodos arpagones, para que a la hoguera que fue aquella existencia, vean en ella la hermandad indispensable al continente y a los peligros y la grandeza del porvenir americano.

Decimos desde nuestra bolivarianidad: ¡Viva Bolívar! Gracias Lula, gracias compañeros.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, eu queria pedir a compreensão dos companheiros para que nós nos dirigíssemos rapidamente para *sacar* a foto, porque a foto é que vai registrar a história desse encontro aqui. E que nós fôssemos rápido e voltássemos rápido, porque vários companheiros ainda farão uso da palavra, e Bahamas será o primeiro país a falar depois da foto. Então, queria convidar todos os companheiros para que não paremos em lugar nenhum; vamos direto para foto e *volvemos* aqui.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Vamos tomar assento, porque a luta continua. Bem, companheiros, eu queria passar a palavra para o Presidente de Bahamas, o Primeiro-Ministro Ingraham.

Prime Minister Hubert Ingraham - Thank you Mr. Chairman. Mr. Chairman, I join my colleagues in thanking you for organizing this Summit and so graciously hosting us in your wonderful country. We meet at a time of tremendous global economic challenges. All of our nations must cope with a financial crisis caused primarily by inadequate regulation and I dare say greed. It threatens to destroy years of meaningful economic gains in our region.

As leaders, our peoples look to us to provide steady and wise responses to this crisis. This is especially the case for those who have for so long been the victims of economic challenges and deprivation. The poor have been the most severely impacted by the financial crisis, a point made here on a number of occasions by Guyana, Cuba, and Mexico for example. This is not about ideology; this must be about founding practical and achievable solutions to the problems confronting our people. I urge all of us to move beyond rhetoric, let us move toward action, action that is meaningful to our peoples.

I just want to acknowledge and thank Brazil for the important leadership role it is playing in Latin America and the Caribbean, nowhere more importantly than Haiti, where Brazil provides leadership to the stabilization forces. Stability of Haiti is important to the Haitian people. It is also important to my country, the Bahamas. For more than fifty years, we have been impacted by the uncontrolled flow of immigrants in search of economic opportunity. The strain on our economy, educational and health systems, and social services has been great indeed, beyond what our small island resources can sustain adequately.

Mr. Chairman, I must also acknowledge the important contribution of Mexico, Colombia, and Venezuela as non-borrowing members of the Caribbean Development Members, CDB, and thank Brazil for formalizing its membership. The important contribution of Latin countries to the Caribbean Development Bank makes important infrastructure development efforts possible in the countries of the Caribbean community, the development and upgrade of airports, seaports, and road infrastructure. In that vein, I should wish to acknowledge the considerable assistance now received by many Caribbean countries under the Venezuela government's PetroCaribbean program.

It is import in this regard to acknowledge the success we are having in accessing skills from around Latin America and the Caribbean. Yesterday Guatemala referred to the 500 doctors it accessed from Cuba. We in the Bahamas have for many years accessed expertise from regional governments in education, engineering, medicine, and many other areas. Recently this assistance has expanded to include Spanish-language teachers from Costa Rica and from Cuba

for our primary schools and medical programs, the eye program, the Cuban eye care program. This has also included the contracting of private sector construction services from major companies in Latin America, in the terminal expansion project at our international airport facilities by Brazil Gutierrez in the 1990s to a US\$ 120 million road improvement contract concluded just 2 days ago with the Argentine construction company Jose Carolina.

It is absolutely true sirs that we can achieve more acting together than we can achieve acting apart. To this end, I urge each of us to set a clear path forward for our collective action. Let us define some specific projects that can produce gains for our peoples and apply the necessary resources to execute them. In this regard, I wish to recommend four areas for that warrant our attention and consideration. First, regional transport: By developing more air and sea links between our nations, we can advance trade and encourage further economic growth and development in our region. Second, energy conservation: The promise of alternative energy as well will take some time to realize. Conservation, though, is within our immediate grasp. We should now undertake efforts to help poor peoples conserve energy, which will not only benefit the environment but will also offer financial assistance to the poorer segments. And third, education: Our region is rich with institutions to educate and train our young people. Through a focused effort aimed particularly at reducing educational costs, we can provide many more of the region's young people access to advanced education and enable them realize their potential. And finally, tourism. The Bahamas is a very open economy. It provides excellent opportunities for increased cooperation between the peoples of my region. Today, the tourism market for visitors and second home owners lies in North America and Western Europe. Why not attract more from Latin America? Today, we access the vast majority of our airports from North America and Western Europe. Why not from Latin America?

What is true for us in the Bahamas can also be said for the entire Caribbean community of countries. Opportunities for greater cooperation and South-South collaboration are closely bound. Moving forward in these areas is in our hands. Finally, Mr. Chairman, platitudes and speeches will only assist if they are followed by concrete action. Now is the time to act. I thank you sir.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Primeiro- Ministro. Eu queria passar agora a palavra ao Primeiro-Ministro de São Vicente e

Granadinas, Ralph Gonsalves; prejudicado pela ausência. Passaria a palavra ao Vice- Presidente do Peru, Luis Giampietri.

Vice-Presidente Luis Giampietri Rojas - Excelentísimo Señor Presidente de la República Federativa de Brasil, Señor Luiz Inácio Lula da Silva; excelentísimos señores y señoras jefes de Estado; Señor Gobernador.

Traigo especial saludo del Dr. García, Presidente constitucional de la República del Perú y al mismo tiempo extendiendo un cordial y fraterno reconocimiento al Sr. Lula por el brillante esfuerzo que ha realizado para fortalecer la América Latina.

América Latina y el Caribe requieren de un desarrollo de visión común y un sentido estratégico que les permita enfrentar con pragmatismo los grandes desafíos de la globalización que nos alcanzó sin pretenderlo, con sus virtudes y defectos, haciendo los mayores grados de esfuerzos para coordinar y concertar políticas, esfuerzos como los que hoy nos convocan, que van al encuentro de esa aspiración en un contexto latinoamericano y caribeño, en el que compartimos mecanismos subregionales y regionales, cuyos capitales históricos continúan otorgándonos espacio para el desarrollo de una posición regional común.

El actual panorama mundial plantea un conjunto de retos y oportunidades para América Latina y el Caribe, producto de fenómenos como la globalización, la tendencia a la formación y consolidación de bloques regionales y subregionales, la trágica hipoteca de la pobreza extrema, el estancamiento de las negociaciones multilaterales para la liberalización del comercio internacional, la crisis alimentaria y los evidentes efectos del cambio climático, así como la reciente crisis financiera internacional.

No podemos soslayar en este contexto los efectos negativos que ya se evidencian en nuestra región, a pesar de las medidas que se encuentran adoptando los países desarrollados y emergentes para restablecer la liquidez y la confianza en los mercados. Ello obliga a nuestros países a adoptar acciones anticrisis o contracíclicas, destinadas a enfrentar dichos efectos nocivos, en medio de un panorama que ya asoma recesivo.

En la reciente reunión de APEC en Lima, este fue un tema de atención preferente. Los líderes allí reunidos convinieron, principalmente, que es necesario enfrentar la crisis con mayores inversiones, con mayor productividad e incentivando el dinamismo de nuestras economías, así como evitando el proteccionismo.

También coincidieron, y ello es conveniente destacarlo, en que los países en vías de desarrollo, aunque no originamos la crisis, tenemos un papel fundamental en la solución. Es por ello que la profundización de nuestra integración, que será el gran resultado de estas reuniones que estamos realizando, será un factor de gran importancia para enfrentar esta difícil situación.

En este contexto, resulta fundamental activar y mantener canales de comunicación fluidos y ágiles entre nuestros gobiernos, con el objeto de compartir información respecto a la evolución de la crisis, los efectos económicos y sociales en nuestros países y las medidas que venimos adoptando para enfrentarlas.

El Perú también ha lanzado un plan de crisis destinado a la defensa del empleo, a mantener los niveles de liquidez y el crédito, el apoyo a las PYMES y exportadores no tradicionales, manteniendo la inversión pública, sosteniendo programas sociales, así como el fortalecimiento de los mercados de capitales y el apoyo a la inversión privada.

Por otro lado, conviene iniciar un proceso internacional a través de una participación universal, democrática y equitativa, que permita establecer instrumentos de prevención y respuesta inmediata ante las futuras crisis y garantice una regulación eficaz de los mercados de capitales, dada que la crisis en sus características es básicamente un desmanejo y descontrol del sistema financiero.

Resulta imprescindible evitar que los países adopten medidas restrictivas al comercio internacional, además de promover activamente la reactivación de la Ronda de Doha, en línea con lo expresado durante la reciente Cumbre del G-20 y la de los líderes de APEC en Lima.

Señoras y señores Jefes de Estado y de Gobierno, el Perú considera que un factor que puede contribuir sustancialmente a la profundización de los procesos de integración regional es la identificación pragmática de objetivos básicos que nos hagan menos vulnerables a los factores externos, asegurando una sintonizada vinculación entre las agencias internas y nuestros intereses comunes.

Tenemos que ser capaces de utilizar mejor el potencial de nuestra región, a través de una más amplia inserción en el escenario internacional y un mejor aprovechamiento de nuestros recursos. Impulsemos un proyecto integrador, solidario e incluyente, que favorezca al desarrollo equilibrado de nuestros países.

Procuramos una más amplia distribución de los beneficios del crecimiento económico. Promovamos la solidaridad y la cooperación para la construcción de sociedades más cohesionadas, equitativas y justas. En consecuencia, propongamos instruir a nuestros organismos de integración para que identifiquen sinergias de una agenda común, susceptible de ser desarrollada en el marco de una confluencia de los sistemas de integración que permita alcanzar estos objetivos comunes.

La profundización y la ampliación de los procesos de integración de América Latina y el Caribe será posible sólo si podemos conjugar con pragmatismo nuestros intereses. El impulso a la integración física, que por su propia naturaleza es generadora de empleo e inversión, permite acelerar la articulación de nuestro amplio, rico y discontinuado territorio.

De otro lado, la integración energética es un tema fundamental. La comprobada riqueza petrolífera y gasífera de nuestra región, sumada a las inmensas probabilidades de generación de energía alternativa, así como la experiencia en el desarrollo de biocombustibles, configuran un panorama alentador. La seguridad energética en nuestra región y el abastecimiento de las zonas rurales y socialmente más deprimidas de nuestras poblaciones, contribuirá a mejorar la calidad de vida de las poblaciones y tendrá un impacto positivo en la reducción de la pobreza.

La crisis alimentaria debe también convocar nuestros esfuerzos para impedir que el incremento del precio de los alimentos continúe afectando especialmente a los sectores más pobres de nuestras sociedades. Es por ello necesario desarrollar acciones para fortalecer la capacidad de producción de las poblaciones rurales, dándoles asistencia técnica e incrementando su rentabilidad en nuestros campos.

Estos son ejemplos específicos de los múltiples temas en los cuales podemos conciliar con pragmatismo nuestros intereses.

Señoras y señores Jefes de Estado y de Gobierno, deseo expresar el compromiso del Perú con una integración regional democrática, realista, competitiva, con visión de futuro, que coadyuve a los esfuerzos de nuestros gobiernos por satisfacer las necesidades básicas de nuestras poblaciones y elevar los desarrollos de nuestras sociedades.

Antes de concluir, quisiera reiterar al Presidente Lula y al pueblo brasilero nuestras más sentidas expresiones de solidaridad ante los embates de la naturaleza sufridos recientemente en su país.

Excelencias, permítanme finalmente manifestar mi profundo agradecimiento y de la delegación que me acompaña por la cálida acogida.

Asimismo permitan facilitarnos la participación en este foro que es permitido que países con diversas economías y diversas ideologías puedan discutir temas comunes de nuestro continente.

Muchas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Muito obrigado, meu caro Vice-Presidente do Peru. Eu queria chamar agora o nosso companheiro e Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas.

Prime Minister Ralph Gonsalves – Thank you very much, Mr. Chairman. On behalf of the government and people of Saint Vincent and the Grenadines, I want to express our gratitude for your kind invitation to this Summit and to thank you and your government and people for your kindness and hospitality. This Summit in effect is a manifestation of the dream of Jose Marti, to bring our America together. This meeting does not include the United States of America and Canada, and with Cuba, this is the America of which Marti spoke. It does not mean that the other America is not important, but we have to focus on our America.

There are at last count some 26 organizations in Latin America and the Caribbean region addressing issues that touch on and concern regional integration. This forum is an authentic umbrella organization at the highest political level. And I see this as the entity to provide very broad direction and political guidance to the integration process and therefore agree with President Chávez that this meeting ought to take place annually. This Summit occurs in response to, as a consequence of, the financial meltdown and economic uncertainty and depression arising in the world capitalist economy, and like all crises, this crisis represents a moment for and of change. Consequently, what we do here and what we follow up with must be different and better.

I have read the declaration, and the declaration contains a core analysis of the difficulties which confront us, the challenges, the limitations, but at the same time our strengths and possibilities. And we must seek, in moving forward, to enhance as far as humanly possible our strengths and possibilities and to reduce the extent of our limitations and our weaknesses. And we can do so by deepening the integration process in an organic manner so that the whole becomes more than a sum of the individual parts. To give effect to the analysis and to an organic conception of integration, we must devise functional structures because where functions have to be performed appropriate structures must

be devised. So as it is in biology, it is in politics. I would therefore like to endorse the suggestion by the Prime Minister of Jamaica for a specific group to be tasked with working out specific modalities under the guidance and suzerainty, in the interim, of the Rio Group.

If we indeed must work together and resolve our differences within this organic whole, it is necessary that we give cognizance to those differences and try to provide a framework for their resolution. Take the example of my country and that of Saint Lucia, which is represented here. Dominica is not represented, Jamaica, Dominica is represented, yes, Jamaica, Saint Vincent and the Grenadines, we are banana producing countries. When the train left the station on organized trade liberalization in 1994 and 1995 with the creation of the WTO, subsequent events occurred in Europe by which the protective regime for the banana industry was subverted by the rules of trade liberalization. At no time was there a serious meeting at the political level between Ecuador, Costa Rica, other banana producing countries in Latin America and those in the Caribbean. Indeed, some Latin Countries in waging a war against the trade regime, which Europe had put together, indirectly and indeed, in some cases, directly cause immense damage to countries like Saint Vincent and the Grenadines. So, we have had these differences, and as we gather here more challenges have been mounted to the remnants of the protective regime for bananas. But surely minor producers like Saint Vincent and the Grenadines deserve a place in the international system, and if all our own Latin brothers and sisters work with the United States to undermine the efficacy of the production system in our own countries, all we do is speak integration without acting on it.

Surely, the peasant farmer on the hillsides and in the valleys of Saint Vincent and in Saint Lucia and in Dominica and in Grenada must have a place in the international trading system and what we produce is essentially diminutive, small, insignificant in any global sense. I therefore ask my brothers and sisters in Latin America and Central America to provide a special role, a niche, for our bananas to be accommodated. The decimation in rural communities has been immense. In 1993, Saint Vincent and the Grenadines exported US\$ 120 million dollars worth of bananas; last year we exported under US\$ 20 million. And there are no proper alternatives during the transition period, only increased immiseration of the poor and degradation of the rural economy. I think this is a question that has to be put forth here. And when the rules are drawn up clearly there must be an acceptance of an older, statist principle:

equal among equals, proportionality among equals. And there are unequals sitting at the table and there must be proportionality among equals.

It is in this vein that I also want to raise the issue of Haiti, which has not yet come up for discussion here. In fact, I don't believe it has been mentioned. It is inconceivable that we can leave here without speaking of the misery in Haiti and the need for this Summit to provide practical assistance to Haiti, more than we do at present, to address its economic and social problems. It is not merely an issue of maintaining security, though that is of great significance. But the question cannot be dotted and we must speak to it practically. Someone made reference, although not by name, to the anti-colonial movement in the early part of the XIX century and the establishment of an independent republic in Haiti. So just as the spirits of Martí and Bolívar live this meeting, so too must the spirit of Toussaint Louverture find a practical manifestation for the ease of the burdens of the Haitian people.

I want to enter into the record, on behalf of the government of Saint Vincent and the Grenadines, our tremendous appreciation for the selfless international solidarity provided by Cuba and Venezuela to the Caribbean. It is in keeping with the high character of both President Chávez and Castro to not wish that I speak in detail on these matters, because it is in the nature of their modesty and humility to not have entered into the record, in their presence, the immense contribution they have made on an ongoing basis to our region. I must also join the Prime Minister of the Bahamas in expressing thanks to Colombia, Mexico, and now Brazil, which has been accepted as a member of the Caribbean Development Bank. It is our hope that Brazil very shortly completes all of its internal domestic instruments to secure full accession to the Caribbean Development Bank, from which the countries of the Caribbean access soft loans.

Now, if we use this as a moment for change and we set the particular structural institutions in place to carry out the functions spelled out in the declaration, we must nevertheless not seek to do everything, because if we seek to do everything we may end up doing nothing. The Prime Minister of the Bahamas has singled out air transport, energy, and education. I would like to see the list extended some, although those are vital areas, to, for instance, air and sea transportation and the related physical facilities, without which our people and goods cannot move. Energy, for obvious reasons, is important. In the case of agriculture, we have an institution within the OAS system, IICA, which provides significant technical assistance. But what we are lacking in is

fertilizer and other inputs. Venezuela is assisting in this regard, but we need a comprehensive program to deal with the question of fertilizer because the price of fertilizer between 2005 and today has gone up seven times, and it is vital that we get this right. Otherwise we will not be able to reduce the cost of domestic production of agricultural commodities, and we have enough fertilizers plants throughout this Latin America and Caribbean for us to address this in a coordinated way.

There are also the issues of coordinated tourism, technology, telecommunications, disaster preparedness, wellness, and very importantly, too, banking. Again, Venezuela and ALBA have been putting some work together, but we need to go further. We have immense resources in this region; we must never forget that. I have been advised that the tenth largest economy in the world now is Brazil, the 12th is Mexico. That is not at all bad in this Latin American and Caribbean region. And there are other well-off countries, and if we put our resources together we will be able to be a phenomenal force in this world, although most importantly for our people.

Comrade Lula, one final matter. Outside of Africa, Brazil contains the largest number of persons of African descent anywhere in the world. Persons of African descent are scattered throughout Latin America and the Caribbean. In the Caribbean, they represent a large portion of the population, and the Caribbean countries are predominantly of African descent. I know sometimes people find it strange that President Lula and I come from the same Portuguese ancestry, that I am one of only of 500 Portuguese in Saint Vincent and the Grenadines. And I am the most popular politician in Saint Vincent and the Grenadines, where the population is largely of African descent. That tells you something about my roots and how I have lived my own life.

Lastly, I do not think we can leave here without seeking at this Summit to build an Africa, Latin America, and Caribbean Commission. Africa is in pain and the faces of African men and women are strained and anxious. I think we have a duty to assist in easing the strain and the anxiety. Fidel and the Cubans in Angola and at the battle of Cuito Cuanavale helped to free South Africa from Apartheid. The Cubans have thousands of doctors and other technical and skilled personnel in Africa. We can't leave it all to Cuba. I believe we must act in an international spirit beyond the borders of Latin America and the Caribbean, and I would say that we must give particular focus to Africa. Thank you very much. I am obliged.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Obrigado, Primeiro-Ministro. Passo a palavra agora para o Vice-Presidente da Colômbia, Francisco Santos.

Vice-presidente Francisco Santos - Excelentísimo Señor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de la República Federativa de Brasil; excelentísimos señores y señoras Jefes de Estado y de Gobierno; señores jefes de delegación; señores gobernadores de los Estados; señoras y señores.

Colombia, como parte de su política de Estado, siempre ha dado prioridad a los procesos de integración y concertación subregional, regional y hemisférica. Por nuestra ubicación, por nuestras características sociales, políticas y económicas, y por nuestra vocación democrática y latinoamericanista, somos y seremos siempre parte de la mayoría de los mecanismos, de los foros y de los organismos de la región.

En estos diversos procesos de integración, y tenemos que ser pragmáticos, y de concertación, siempre nos encontramos con que las agendas de unos y otros en muchas ocasiones se duplican y se quedan en eso, en agendas. Nos encontramos igualmente con que las decisiones de muchas de estas organizaciones y organismos de integración se asemejan y se quedan en eso, en decisiones. Por eso, creemos de gran importancia y aplaudimos la decisión del Grupo de Río de incluir, felicitamos, a Cuba, y de abrir las puertas para que las otras repúblicas del Caribe se integren. Fortalecer el Grupo de Río nos parece fundamental y hacer que sus decisiones se conviertan en decisiones que se ejecutan, nos parece el camino indicado.

Pero también somos conscientes de las enormes potencialidades de la integración real que tiene América Latina y el Caribe y de la oportunidad que tiene Colombia de articular algunos de estos procesos de integración. Creemos asimismo que esta convocatoria que ha hecho el Presidente Lula tiene el gran valor de ser un foro abierto, incluyente, un espacio de convergencia entre los diferentes procesos de integración que se han venido construyendo en América Latina y en el Caribe desde hace varias décadas.

Sin embargo, creemos que lo que realmente se requiere son verdaderas acciones de integración, y hago eco a las permanentes quejas de muchos de los aquí presentes sobre la lentitud en que las decisiones se conviertan en realidades sobre la burocracia que impide que ellas se traduzcan en hechos. Necesitamos acciones concretas de integración. Necesitamos proyectos

concretos de integración, que unan a nuestros países y que beneficien concretamente a nuestros pueblos.

Sin duda, en materia energética hay una gran oportunidad, y es de la mayor importancia, como aquí se ha dicho, consolidar esta integración. Es fundamental aumentar la seguridad energética ¿Cuánto le ha costado a las islas del Caribe, a Centroamérica, a Cuba, el aumento en el precio del petróleo? El uso de esos recursos, que podrían ir para educación, para salud, simplemente para pagar las cuentas del petróleo. Es fundamental esa seguridad energética, es vital diversificar las fuentes de abastecimiento, es importante proteger el medio ambiente; pero también es igualmente clave optimizar los costos de inversión y operación.

Colombia es un país bisagra, es la puerta giratoria entre Centro, Norteamérica y Suramérica, y esa situación geográfica nos permite y nos da la oportunidad de hacer proyectos de interconexión, de convertirnos no sólo en esa puerta de entrada, sino también en el punto que conecte nuestra región.

Colombia tiene el interés y la voluntad de hacer realidad proyectos de interconexión eléctrica que beneficien a las naciones centroamericanas. Colombia tiene un potencial de 90 MW en energía hidroeléctrica, renovable y la más barata que todavía se produce. Por eso, esa electricidad que podemos desarrollar conjuntamente, esa electricidad que es renovable, que no es contaminante, puede convertirse en una salida para la sostenibilidad energética de Centroamérica, del Caribe y de nuestros países vecinos. Y hemos ido ya haciendo cosas y realizaciones importantes.

Con Ecuador tenemos ya interconexión eléctrica desde hace varios años; con Venezuela igualmente, regiones apartadas de Colombia reciben energía de Venezuela. Tenemos con Venezuela una interconexión de gas, que se demoró muchos años, pero que hoy afortunadamente es realidad. Con Panamá estamos trabajando en la interconexión eléctrica a través de cables submarinos, se ha demorado, pero estamos ya a punto de lograrlo. Se está estudiando con Puerto Rico la interconexión eléctrica por otro cable submarino, que sería el cable submarino de interconexión eléctrica más largo del mundo. ¿Pero por qué no puede ser República Dominicana, por qué no pueden ser otras islas del Caribe?

Igualmente en materia de biocombustibles estamos trabajando con distintos países, estamos desarrollando tecnología propia y estamos concretando proyectos. Hoy ya tenemos plantas piloto de biocombustible en algunos países centroamericanos y del Caribe, que van a utilizar esa materia prima, sostenible, de energía, sin afectar la seguridad alimentaria.

Sin duda el cambio climático es hoy un problema global que tiene que ser afrontado de manera justa y equitativa por parte de la comunidad internacional. Ya sentimos todos el impacto de ese cambio climático. Las inundaciones en Colombia, los huracanes que en Cuba destruyeron importante infraestructura. Las inundaciones en el sur del Brasil, para sólo mencionar algunas, son ya efecto de ese cambio climático que está para quedarse.

Estos impactos son de tal gravedad que marcan el desarrollo del planeta, marcan las generaciones futuras. Por eso entendemos las preocupaciones de Estados caribeños, de todos nuestros países ya, en relación con el calentamiento global, y coincidimos absolutamente con el Primer Ministro de Guyana para que busquemos un frente común latinoamericano y caribeño en las negociaciones sobre cambio climático, que son prioritarias para todos.

Entramos ahora en las negociaciones post Kyoto, donde la prevención de deforestación entra a jugar, que nuestros bosques y la protección de nuestras selvas cuesten, la no destrucción de ellas tenga un valor. Hoy la deforestación genera el 20% del calentamiento global del mundo, por eso esta protección de nuestros bosques, de nuestras selvas, los mecanismos de compensación por la protección de esos bosques y esas selvas tiene que ser una de las agendas fundamentales y prioritarias de América Latina para imponer en esas negociaciones. Tenemos que llegar a las negociaciones post Kyoto con una agenda y una voz común.

Igualmente, la adaptación al cambio climático va a requerir de nuestros países cada vez más fondos, cada vez más cooperación. La mayoría de nuestros países hoy son emisores negativos de CO₂, no contribuimos al calentamiento global, pero ello de ninguna manera es compensado, y por eso se requiere que trabajemos conjuntamente para que esta contribución negativa al calentamiento global tenga en materia de cooperación, en materia de fondos, en materia de transferencia de tecnología, algún tipo de compensación.

Las catástrofes que vivimos en nuestra región, la solidaridad y la ayuda humanitaria en los casos de desastres naturales, deberían ser causa común. Los países que no la sufren en un año, que ayuden a los otros en otro. Que se diseñen protocolos de cooperación entre nuestros países, para que cuando estas catástrofes sucedan todos estemos allí colaborando.

El propósito de la integración tiene que ser eso, el de integrar, el de sumar y no el de restar o el de confrontar. Es importante que estas alianzas creadas se fortalezcan, se mejoren, y que generemos esos mínimos comunes en energía, en conservación, en los que nos podamos poner rápidamente de

acuerdo para tener una voz única, y para que el diseño de nuevos instrumentos y la consolidación de instrumentos y mecanismos nos generen agilidad en la toma de decisiones y en los resultados que estas decisiones conllevan. Pero la integración también significa valorar lo hecho, valorar organizaciones como la OEA, que nos han permitido tener un espacio de diálogo, muy difícil en ocasiones, lo sabemos; pero siempre abierto y siempre dispuesto a buscar y a encontrar soluciones a muchos de los problemas que tenemos. Siempre abierto y siempre dispuesto a ayudarnos a encontrar consensos ya fundamentales en temas como Derechos Humanos, como desarrollo, como lucha contra la delincuencia organizada transnacional, como lucha contra el terrorismo, entre otros.

Por eso, nuestra percepción frente a la urgencia de mejorar la integración latinoamericana, caribeña, es la de siempre mirar hacia delante, sin espejo retrovisor, sin excluir socios ni países de la comunidad internacional; es decir, sin repetir errores del pasado, que todos cometimos producto de coyunturas políticas o de ideologías que nos enfrentan o que nos enfrentaban, y que no tienen por qué enfrentarnos. A puertas de una nueva administración en los Estados Unidos, una nueva administración en cabeza de un norteamericano de descendencia africana, algo que ninguno de los que estábamos aquí, o de los que estamos aquí, pensábamos era posible hace apenas un año, tiene la posibilidad de abrirnos las puertas a una nueva relación de Estados Unidos con América Latina.

Aprovechemos ese nuevo momento, abramos las puertas para que ese nuevo momento quizá nos consolide a que esa América incluyente, esa América en la que todos quepamos, sea una realidad. Esa América en que las soluciones conjuntas se conviertan en el propósito común, esa América de sumar y no de restar, esa América donde nuestra divergencia, que se ha hecho posible en los últimos años, de manera importante, de manera que quizás no pensábamos fuera posible hace diez, quince años. E esa América donde la diferencia que se tiene puede ser allanada a través del diálogo, de la cooperación y de mecanismos de cooperación intrarregional, valiosos todos, con historia todos y que ameritan todos fortalecerse, para que el espíritu que hoy vimos, o que hemos visto en estos dos días, de cooperación, de diálogo franco y abierto, se convierta en el nuevo sendero en el que la voz de América Latina sea una, pero en el que la voz de América Latina sea una de inclusión, una de sumar, una en la que todos, absolutamente todos los aquí presentes, podamos aprovechar nuestras diferencias y encontrar caminos conjuntos hacia el

desarrollo, hacia la paz, hacia la justicia social y hacia la lucha contra la depredación ambiental.

Muchas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Francisco Santos. Passo a palavra à Ministra Paula Gopee-Scoon, Ministra de Trinidad e Tobago.

Minister Paula Gopee-Scoon - Your Excellency, Luiz Lula da Silva, Heads of State and Governments. It is an honor for me to address this historic Summit, and I speak on behalf of the Honorable Patrick Manning, Prime Minister of the Republic of Trinidad and Tobago, who is unable to attend the Summit for reasons that are known to you and who sends his good wishes for productive deliberations on the critical issues on the Summit agenda. I also take this opportunity to express our sincere gratitude to the government of Cuba for their solidarity and support and for the excellent medical attention which Prime Minister Manning is receiving in Cuba. Allow me also to extend deep appreciation to President Lula and to the government and people of Brazil for the warm welcome accorded to my delegation and to myself, and for the excellent arrangements which have been made for the Summit here in this beautiful resort of Costa de Sauípe. The islands and coastal states that make up the membership of the Caribbean community are strengthened by centuries of shared history and experience, common values and perspectives, culture, family ties, kinship and identity. Yet, these links together with the constraints of small size, limited resources and a range of vulnerabilities have led us not to pursue regional integration as a means of enhancing our viability and capacity to survive.

Our integration has evolved to the first short lived West Indies Federation, to the Caribbean Free Trade Area, to the Caribbean Community, to the CARICOM single market and economy, for which a single market component was established in 2006 with a single economy to be fully established by 2015. In August of this year, discussions on collaboration towards the achievement of an economic union and appropriate political integration among interested CARICOM states took place at the invitation of Prime Minister Manning, and the initiative was taken in the context of economic and social interdependence, common vulnerability, and sustainable issues, as well as the impact of recent international developments such as the erosion of preferential

access to traditional markets and the stalled WTO Doha development round negotiations. The objective is to provide a means for those states wishing to integrate faster and deeper to do so without in any way undermining the existing institutions, including CARICOM and the OECS.

Over the years, Trinidad and Tobago's energy resources have allowed us to provide certain technical cooperation and support to our CARICOM neighbors through such means as the petroleum stabilization, fund which operates under the aegis of the CARICOM Secretariat. I applaud the initiative of President Lula da Silva in convening this Summit. Its timing is fortuitous given the unprecedented series of severe interrelated challenges confronting the international community. In the past several weeks, there have been coherent and determined efforts undertaken to avert an international and financial meltdown and the resulting catastrophic impact on all the factors of production, on social stability, and eventually on international peace and security. In spite of these efforts, some major economies have slipped into recession and urgent measures are required to bolster them and mitigate the spin-off effects. A positive element in this time of crisis is reflected in the coordinated approach to handling it in direction of more global inclusiveness.

Trinidad and Tobago welcomes the fact that key global policymakers are responding to the crisis by cooperating and bringing together international and national macro financial information and expertise to address the resultant instability and circumstances. We welcome, as well, the agreement reached at the recent G20 on policy reforms, the related proposals for which are to be ready for consideration by the end of March 2009. In common with other States in our Hemisphere, the economy of Trinidad and Tobago is in a reasonably resilient position thanks to prudent economic policies. The economy of Trinidad and Tobago is primarily energy based and the bulk of our government revenue is derived from gas as opposed to oil. In mid-November, the US benchmark trading price for natural gas was down 15% from the beginning of the month. By the end of November crude oil prices had dropped in value by more than 60% when compared with the July 2008 peak. Since July 2008, petrochemical prices have also softened and these declines reflect slowing global economic activity and reduced demand as a result of the financial crisis.

The impact of the global slowdown and merchandise trade, particularly manufacturing exports, is reflected by the fact that the United States is our largest export and import trading partner. A recession in the United States will

therefore impact on our manufacturing sector, which exports approximately US\$ 1 billion in goods and employs fifty-four thousand persons. CARICOM is our second most important export market in the manufacturing sector. Any economic downturn in these countries also impacts our economy.

The response to this crisis fiscal adjustment has been undertaken to prioritize and sequence so as to achieve a balance for the 2009 budget. Legislative and regulatory responses include a new financial institutions act, which shall improve the oversight of the financial system and institutions by enhancing corporate governance and strengthening prudential requirements. And the securities act will strengthen regulation of the capital market by bringing the regulatory regime in line with international best practices as set forth by the International Organization of Securities Commissions.

The international financial crisis will be challenging enough with all the added pressures exerted by food scarcity, escalating food prices, and the increasingly apparent and disastrous effects of climate change. In the 2008 season, the Caribbean was hit by hurricanes of unprecedented ferocity and frequency causing an estimated 860 deaths and in excess of US\$ 5 billion in damage to agriculture and infrastructure, severely affecting the development gains of recent decades. An analysis by the United States National Oceanic and Atmospheric Administration indicates that the total force energy of the 2008 hurricanes was almost equivalent to that of the two previous years. Other extreme adverse weather phenomena associated with climate change and climate variability, such as drought and floods, are already affecting the Caribbean islands and low lying coastal states, while undermining the efforts to achieve sustainable development. Further, the need for disaster preparedness, prevention, and management and post-disaster recovery places an increased burden on scarce financial, human, technical, and technological capacities. Stabilization of atmospheric global greenhouse gas emissions at levels that allow sustainable economic development, enable food production, and ecosystems to adapt to climate change, the ultimate objective of the United Nations Framework Convention on Climate Change, must be accorded the highest priority.

Although Trinidad and Tobago accounts for less than 1% of global greenhouse gas emissions, we are intent on reducing our dependence on fossil fuels and are committed to do our part to achieve the stabilization of carbon dioxide levels in the atmosphere, consistent with the objectives of the United Nations Framework Convention and the Bali Road Map. To achieve this, the

economy is being diversified. A greenhouse gas reduction strategy aimed at the industrial power generation and transportations sectors is being formulated, the conversion of vehicles to compressed natural gas is being promoted, and the process of formulating a climate change policy will begin in the new year through stakeholder consultations aimed at addressing adjustments in vulnerable areas and sectors and mitigation through energy efficiency and renewable energy.

Technological options, particularly carbon dioxide capture and storage in geological formations, are being explored in accordance with the recommendations of the intergovernmental panel on climate change. There need be no dilemma between the need for continued economic development and promotion of energy efficiency, renewable energy, and clean technologies that minimize waste and reduce greenhouse gas emissions. Indeed, in the face of the global financial downturn, new opportunities linked to environmental and climate protection can stimulate employment and development. In this regard, the determination expressed by the incoming United States administration to press ahead with green policies and last week's European directive to cut emissions by 20% by 2020 are most heartening. But until carbon dioxide levels in the atmosphere, rising sea levels, and the inundation of low line coastal areas and increasing sea surface temperatures will continue to impact fisheries and agricultural productivity worldwide, as will other effects of climate change, such as the spread of agricultural pests and changes in rainfall and streams inflow.

All of this will further intensify food scarcity and make the attainment of the Millennium Development Goals of eradicating extreme poverty and hunger by 2015 impossible. The Summit provides a valuable opportunity to address issues of food and nutritional security from a hemispheric perspective, in order to promote regional coordination of initiatives and to address emergency situations and structural aspects of food production, marketing, and distribution. The government of Trinidad and Tobago would welcome the opportunity to explore possibilities for agricultural and infrastructure coordination and integration within the Hemisphere.

At the regional level, the Caribbean community has sought to address the challenges of reducing dependence on food imports and promoting agricultural self-sufficiency and the establishment of a viable, national, and regional agrobusiness sector to achieve food security, sustainable livelihoods, and rural development. Priority is being accorded to improving inter-island

transportation as a means of facilitating trade and agricultural products. To guarantee our citizens access to food of sufficient quality and quantity and reduce the impact of food crisis at the national level, Trinidad and Tobago has adopted a number of policy initiatives, including the establishment of large-scale farms and the provision of significant acreage for diversified agricultural production. In addition, capital is accessible to farmers through the National Agricultural Development Bank.

I am pleased at this time, as I conclude, to provide a short update of the status of preparations for the Fifth Summit of the Americas, which the government of Trinidad and Tobago is proud to be hosting. We must point out that we look forward to the day when Cuba will be included as an equal participant in all hemispheric organizations. The Fifth Summit is scheduled to take place from 17th to 19th April in Port of Spain with the theme: securing the future of all citizens by promoting human prosperity, energy security, and environmental sustainability. The declaration of Commitment of Port of Spain will carry the same title and will seek to establish realistic and attainable goals. The Summit implementation review group of the Summit of Americas process has been mandated to finalize the draft of Declaration of Commitment of Port of Spain and has been meeting on a monthly basis to achieve this goal. And in this regard we thank the Governments of Antigua and Barbuda, Barbados, and, of course, the OAS headquarters in Washington D.C. and the Government of El Salvador all who have hosted third meetings on our behalf. Trinidad and Tobago's National Secretariat has been working with all stakeholders, including civil society, to ensure that the Summit adopt a final document with clear and realistic timelines and implementable mandates. The Honorable Prime Minister of the Republic of Trinidad and Tobago has asked me to emphasize that he looks forward to welcoming you to Port of Spain in April 2009 and I too look forward to doing do so. Thank you very much.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Ministra de Trinidad e Tobago. Passo a palavra agora à Ministra Maxine McClean, de Barbados.

Minister Maxine McClean - Your Excellency, President Luiz Inácio Lula da Silva, other distinguished Heads of State and Government, ladies and gentlemen, I am delighted to join you in Salvador, Bahia, which reminds me so much of my own Caribbean with its warmth, its beauty, and its friendly people. I must begin by conveying the deep regrets of Prime Minister David

Thompson who was looking forward to participate in this historic meeting but who has had to remain in Barbados to deal with an urgent and sensitive matter of national significance. Barbados commends you Mr. President for your initiative in bringing together the Heads of State and Government of Latin America and the Caribbean to share their perspectives on integration and development.

They do so at a time of great global turmoil and uncertainty where a profound economic and financial crisis caused by the greed and excesses of the few is having a disproportionate impact upon the lives of ordinary people, particularly in the developing world. These circumstances serve all the more to highlight the extent of our interdependence and to demonstrate the strategic importance of regional cooperation and coordination in responding to our common development challenges. The countries of the Caribbean are acutely aware that their small and vulnerable economies cannot stand the pressure of economic globalization if we act alone. For us, regional integration is an absolute imperative.

Our integration project has matured and developed over the past half century, from the early days of the failed western federation in the 1950s to the modern Caribbean Community governed by the provisions of the revised Treaty of Chagaramas. Within our sub-region, we have already put in place the CARICOM single market, which provides for the free movement of goods, services, capital, and skilled CARICOM nationals as well as the rights of the establishment for Caribbean entrepreneurs. Work continues in the second phase of the process through the Caribbean single economy, which is intended to further integrate our production and financial sectors, coordinate our economic sector policies and harmonize our fiscal and monetary policies. The basic institutions required to support our integration project, the CARICOM Secretariat, the Caribbean Development Bank, the Caribbean Court of Justice, and most recently the Caribbean Competition Commission and the Caribbean Development Fund, are all in place.

Beyond the economic sphere, CARICOM has well-established mechanisms for functional cooperation in all of the major sectors, including health, education and culture, the environment, agriculture, and security. Regional integration has been the Caribbean collective strategic response to the demands of the external environment, but equally CARICOM should be viewed as an essential building block towards the goal of wider hemispheric integration.

It is for this reason that the Bahia Summit takes on such significance at this critical juncture in hemispheric affairs, for if we are frank in our assessments, we would have to admit that interaction between the members of the CARICOM integration movement and those of Latin America is neither deep nor sustained. Further, at the level of our leaders, the encounters are brief, infrequent, and governed by excessive formality. There is in fact little real space in these short moments to build genuine dialogue, to share experiences, or to develop a greater mutual understanding of our individual realities and the issues that concern us the most. We do this within our own regional groups on an almost daily basis, yet we do not do so across groups. This is the gap that history, culture, and language have created. This is the gap that we must seek as an urgent priority to fill if we hope to give true meaning to the notion of hemispheric integration.

But here is an exciting start in that direction. Our agenda is wide and our time is short. I will therefore concentrate my remarks in a small number of areas where I think region-wide cooperation is both necessary and achievable and where we may make a tangible contribution to regional unity. Fostering interaction between peoples and cultures, trading in goods and services, investing across borders, and integrating economies and societies all depend on a modern and effective transportation and communications infrastructure and on harmonized standards and rules. The absence of direct air and maritime transportation links between the Caribbean and Latin America is the single biggest impediment to the development of meaningful trade. Business, tourism, and cultural links between the two regions, despite the best efforts of the Association of the Caribbean States, remains defined by a north-south pattern of transportation routes persist. Fixing this deficiency will make a vital difference to the growth and development of all the countries of the Hemisphere and to the building of a platform for enhanced economic and social integration.

Much attention and concern has been shown over the far-reaching impact of the financial crisis, which has shaken confidence in the structures and practices of the developed world that underpin the philosophy of the free market. It is important that hemispheric leaders seek to coordinate their responses to the crisis in order to mitigate its effect on the region. We must seek also to exploit the growing momentum for radical change in the international financial architecture and must insist that developing countries are allowed to play an active part in the building of democratic and transparent international and national institutions which of course are relevant to the realities

of the globalized economy of the XXI century. But beyond this, the crisis has had a salutary effect by reminding us that the universe does not always have to begin and end in Wall Street. We now have a unique opportunity to create new patterns of investment and financial flows for our region and to develop our own sub-regional and regional mechanism to further integrate our financial markets.

In similar fashion, the food and energy crisis also provide an opportunity for bold and new approaches. As net food importers, the choices of the Caribbean countries have largely been governed by price rather than geographical source of supply. But now the dramatic increase in the course of transportation and inputs to production gives hope for the development of new patterns of production and supply within our region. There are also exciting opportunities for investment in agriculture within the Caribbean sub-region using modern technology and production methods. Phytosanitary issues, transportation, marketing, and distribution will be the main challenges in this regard.

In the case of energy the escalation in world oil prices has given new impetus to the search within our regional approach to energy security. Barbados believes that in these efforts priority emphasis must be placed on new technologies for the generation of clean energies, particularly renewable sources of energy. In the Caribbean, significant efforts have been made to develop solar, geothermal, and wind energy and, with the assistance of Brazil, in the area of biofuels. We see the vital need to foster the notion of a green economy not merely from the perspective of enhancing energy security but also as an essential contribution to the fight against climate change and global warming.

The small island developing States and low lying coastal states of the Caribbean basin are among the most threatened in the world by the adverse effects of global warming and rising sea levels. We are already feeling the consequences in the form of increased frequency and intensity of hurricanes and other related natural disasters. For us, the battle is not about who caused the crisis, but about how to make things better for the future and how to cooperate through an aggressive global effort to stabilize and reduce greenhouse gas emissions. It is about the adoption of supported policies to mitigate and adapt and provide special assistance to the most vulnerable countries and communities.

Mr. President, the challenges that face our Hemisphere are enormous, but crises are often a catalyst for bold new thinking and collective action. We

are hopeful that this important dialogue will lead us in that direction, and I want to register my clear support for my colleagues from Jamaica, Guyana, Saint Vincent and the Grenadines in calling for immediate action. We have spoken quite a lot, we know the region's problems. It is now time to act. I thank you ladies and gentlemen.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Obrigada Ministra, passo a palavra agora ao Ministro da Haïti, o companheiro Nicolas.

Ministre Alrich Nicolas - Monsieur le Président Luiz Inácio Lula da Silva, Excellences, Mesdames et Messieurs les Chefs d'Etat et de Gouvernement des Caraïbes, chers amis, Mesdames et Messieurs,

Je voudrais tout d'abord vous présenter les salutations et les félicitations de son Excellence René Préval, Président de la République d'Haïti, qui pour des raisons d'agenda n'a pas pu assister à ce Sommet, en dépit de la grande importance qu'il accorde au thème de l'intégration régionale. J'unis ma voix aux félicitations qui vous sont déjà présentées, Monsieur le Président Lula, pour la manière de conduire les travaux du Sommet, et je me joins aussi aux remerciements adressés au gouvernement et au peuple du Brésil pour leur généreuse hospitalité.

Le Président Lula, dans son discours d'ouverture, a souligné le caractère historique de cette rencontre, placée sous le signe de la solidarité entre les peuples du continent. Cet esprit de solidarité rejoint parfaitement la vision partagée il y a 200 ans par deux grands hommes de la région : l'Haïtien Alexandre Pétion et le libérateur Simon Bolivar. Cet esprit de solidarité doit continuer à nous animer encore aujourd'hui dans la poursuite de solutions aux nouveaux défis que représentent les crises financière, énergétique, alimentaire et celle liée aux changements climatiques.

Monsieur le Président, les catastrophes naturelles sont la combinaison d'un ensemble de facteurs auxquels il faut résolument s'attaquer, au risque de faire tomber la région dans un cercle vicieux où les efforts de développement sont à chaque fois anéantis par les effets de désastres naturels, causant ainsi la décapitalisation récurrente de nos économies. La crise financière et ses conséquences sur les économies de la région sont venues augmenter la vulnérabilité de nos Etats. Le caractère complexe de cette crise montre bien que sa gestion dépasse la compétence et les moyens d'un seul Etat. Haïti, l'un des pays les plus vulnérables de la région, ne cesse de promouvoir la

coopération pour limiter les impacts de ce fléau. Elle en a d'ailleurs fait la priorité de sa présidence de l'Association des Etats des Caraïbes. Il y a seulement quatre jours, nous avons accueilli à Port-au-Prince une réunion d'experts de haut niveau de la Grande Caraïbe sur les changements climatiques. A cette rencontre, ont participé des experts originaires de plusieurs pays de la région, dont le Venezuela, le Trinidad et le Costa-Rica. Le but de cette démarche est d'arriver à une mobilisation des ressources de la région pour la mise en œuvre du plan d'action de Saint-Marc, adopté par les Etats Membres de l'AEC lors du Sommet régional sur les catastrophes naturelles en octobre 2007, en Haïti. Les résultats de cette rencontre seront inscrits dans l'agenda de la prochaine réunion des ministres des affaires étrangères de l'AEC, en janvier 2009. Je profite de l'occasion pour inviter à nouveau les collègues de l'AEC à assurer le succès de cette réunion par leur présence.

Monsieur le Président, pour ce qui concerne la crise économique et financière aiguë qui secoue plusieurs pays de la planète, je veux rapidement souligner qu'il ne s'agit pas seulement d'une crise des pays riches, puisque déjà des impacts sévères se font sentir sur les économies de nos Etats, déjà très sensibles aux chocs externes. Les répercussions se font sentir sur les transferts de notre diaspora et les flux financiers pour le développement. Dans ce contexte, le gouvernement haïtien ne cesse de plaider pour l'adoption de mesures adéquates capables de limiter la spéculation exagérée et de faciliter la régulation des institutions et des marchés financiers, condition préalable pour une reprise de la croissance durable au niveau de l'économie mondiale et pour l'atteinte des objectifs de développement dans les pays du Sud.

Ce sommet doit être aussi une occasion pour identifier nos forces et nos faiblesses, mais surtout les obstacles à surmonter pour renforcer nos capacités de production agricole. Le moment est venu pour nous de nous attaquer de manière résolue aux problèmes structurels de notre agriculture et de notre appareil de production, afin d'affronter les défis suscités par la mondialisation. La variation des prix des produits pétroliers et des denrées alimentaires figure parmi nos plus grandes préoccupations. Elle continue d'avoir des conséquences désastreuses sur la qualité de la vie de nos populations et constitue une sérieuse menace pour la stabilité politique et sociale de nos sociétés. Dans ce contexte, Haïti applaudit les efforts déjà en cours dans la région, établissant un cadre de coopération ciblant la sécurité énergétique et la souveraineté alimentaire des Etats. La coopération triangulaire Haïti-Cuba-Venezuela est dans cet ordre un exemple à souligner et à promouvoir entre nous.

J'en profite pour remercier notre ami de Saint-Vincent-et-Grenadine pour l'appui à la cause d'Haïti qu'il vient d'exprimer si chaleureusement au cours de cette réunion. La réponse aux défis qui s'impose se trouve en grande partie dans le renforcement des mécanismes de concertation et de coopération. A ce compte, mon pays a appuyé l'entrée de Cuba au Groupe de Rio et se réjouit de sa présence parmi nous.

Monsieur le Président, Mesdames, Messieurs, je voudrais affirmer pour finir notre appui à la position exprimée ici par plusieurs orateurs, selon laquelle la déclaration de Salvador de Bahia devrait déboucher sur un ensemble de propositions concrètes. La crédibilité de notre approche critique des institutions de Bretton Woods en dépend. Je vous remercie.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Ministro. Bem, antes de passarmos à sessão privada onde vamos aprovar os documentos, eu queria passar a palavra ao último orador, o Vice-Ministro de El Salvador, Eduardo Cáliz.

Vice-Ministro Eduardo Cáliz López - Muchísimas gracias, señor Presidente. Enviamos un saludo fraternal en nombre del Presidente de la República Elías Antonio Saca, cuyo compromiso con los ciudadanos salvadoreños que residen en los Estados Unidos de América no le ha permitido estar en esta oportunidad con ustedes. Pero me pidió transmitirles su convicción que esta Cumbre es un paso positivo hacia la integración de nuestro hemisferio, que ha sido la aspiración histórica y la búsqueda lógica de nuestros pueblos.

Asimismo reconocemos la iniciativa de nuestro anfitrión, el Presidente Lula da Silva, por convocar a esta reunión en este hermoso lugar de Bahía, donde la historia le ha dado la oportunidad de ser testigo del primer abrazo entre el Caribe y el Continente, para abordar las posibilidades de desarrollo e integración de nuestra región, en el marco de una de las crisis más graves que enfrentamos, y cuyas posibles soluciones demandan un abordaje integral, así como un compromiso y sólida voluntad conjunta. Muchísimas gracias a usted, entonces, Señor Presidente de la República Federativa del Brasil por esta acertada iniciativa.

Al responder a este llamado, El Salvador considera importante partir del establecimiento del objetivo fundamental que se persigue en este foro: mejorar la coordinación y el diálogo entre mecanismos regionales y subregionales de integración. Estimamos muy pertinente realizar un ejercicio de racionalización

de la agenda temática hemisférica y lograr construir así un documento de compromiso político efectivo, que se traduzca en beneficios concretos para nuestras regiones y poblaciones.

Al mismo tiempo, consideramos crucial que los intereses estratégicos de alcances regionales que esta Cumbre delimite guarden coherencia con los trabajos que hemos venido realizando en otros espacios de diálogo, pero sin la generación de agendas redundantes que neutralicen dichos esfuerzos. Lo anterior, con la intención de evitar la duplicidad temática con otros espacios regionales de diálogo político, como la OEA o el Grupo de Río, los cuales han probado ser útiles y prácticos en sus respectivas esferas.

Estimados mandatarios, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Guatemala, Costa Rica y Panamá, con la aspiración de retomar la historia de haber nacido unidos a la vida independiente y construir una patria común, fundaron en 1991 el Sistema de la Integración Centroamericana (SICA). Más tarde Belice se sumó a la iniciativa y República Dominicana también fue admitida como país asociado. Desde entonces, Brasil, Chile, México, Alemania, España y Taiwán se han convertido en Estados observadores. Más recientemente, en el marco de la XXXIII Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del SICA, celebrada en Honduras, Italia y la Argentina se han sumado como los más recientes observadores al proceso.

Hoy, basados en nuestra experiencia para crecer, la integración es un proceso necesario que requiere de fuertes y estables sistemas democráticos, el fortalecimiento de las instituciones del sistema, ampliar el sistema de libertades y la estrecha y constante comunicación entre las diferentes iniciativas regionales de integración y la armonización del marco jurídico a favor de un mejor ejercicio de los derechos civiles, políticos, económicos y sociales para favorecer los derechos de los ciudadanos de la región de América Central.

Con México y Colombia, los países del SICA hemos puesto en marcha estrategias de integración y programas de conectividad, comprendidos en el denominado proyecto Mesoamérica, que busca promover la diversidad y el medio ambiente, así como contribuir a la integración, modernización, conectividad, desarrollo económico-social y la competitividad de la región.

Nuestro objetivo fundamental ha sido alcanzar un desarrollo económico sostenible mediante un proceso que permita la transformación y modernización de las estructuras productivas, sociales y tecnológicas, que eleve la competitividad y logre una inserción eficiente y dinámica de nuestros países en la economía mundial.

El avance de esta aspiración integracionista se ve afectado entre otros factores, precisamente por las crisis recurrentes que estamos viviendo y que afectan a la mayoría de las naciones en el mundo. En ese sentido, la economía centroamericana puede verse también afectada ante una posible disminución de remesas, la reducción de la capacidad exportadora y del turismo, la capacidad de compra y con la consiguiente pérdida de empleos. Del mismo modo los escenarios están dados para un posible aumento de las tasas de interés, que en el caso de El Salvador comienzan a reflejarse en las tasas de intereses locales y una restricción en el acceso al crédito.

La crisis demanda soluciones y alternativas conjuntas. Con ese espíritu nos hemos reunido aquí, así como también lo abordamos en el marco de la XVIII Cumbre Iberoamericana que hace apenas dos meses celebramos en San Salvador, y donde los Jefes de Estado y de Gobierno coincidieron en que es importante que la comunidad iberoamericana participe activamente en la determinación de la respuesta internacional para la recuperación de la estabilidad financiera y retomar el rumbo del crecimiento económico sostenido.

Debemos tener una acción inmediata con programas de medidas urgentes de corto y largo plazo para atender el impacto de la crisis financiera internacional en la región. Mantener la prudencia de la política monetaria, resguardar la estabilidad del sistema financiero, ampliar, fortalecer y sistematizar los canales de comunicación de los bancos centrales con el público, gestionar con organismos regionales e internacionales el mantenimiento de líneas de crédito y acelerar la negociación de préstamos contingentes con dichos organismos, dar prioridad inmediata a la inversión en infraestructura de apoyo a la producción, el apoyo a través de la estimulación del crédito y el comercio regional con énfasis en las pequeñas y medianas empresas, el desarrollo de una política social en apoyo a los sectores más vulnerables, y el fortalecimiento de las redes sociales deben de ser, entre otras, algunas de las acciones que podemos profundizar en nuestro análisis para palear en parte los efectos de una recesión mundial que ya estamos resintiendo. Esos esfuerzos regionales y nacionales pueden tener resultados más sólidos si se dan en combinación con otras acciones, incluyendo la cooperación Sur-Sur y la cooperación triangular.

El Salvador, en su condición de país de renta media, ha fomentado en forma consistente el fortalecimiento de proyectos y fórmulas basadas en esa modalidad de cooperación, especialmente los destinados a la inversión social, al combate de la pobreza y el cumplimiento oportuno de los objetivos de desarrollo del milenio. En ese marco quiero instar a los países miembros de

este foro a contribuir en la elaboración oportuna de un plan de acción integral de enfoque global para concretar la cooperación y hacerla más efectiva entre nuestros países.

Estimados mandatarios, estamos convencidos que la mejor defensa del sistema democrático, y por ende, el mejor garante del interés colectivo, es hacer que las libertades se conviertan en el marco ideal para la generación de más y mejores oportunidades para todos. Libertades que casi todos los aquí presentes podemos gozar, para consolidar una agenda orientada a elevar la calidad de la vida de los sectores menos favorecidos y hacer de nuestras sociedades unas más justas, más solidarias y más humanas.

El empeño común de aliviar esos problemas nos lleva a compartir una visión del mundo, en la cual la cooperación, el apoyo mutuo y la aspiración de construir un sistema integrado, tiene un lugar preponderante. El propósito existe y existe también la voluntad. Seamos artífices, pues, de nuestro propio destino y ejecutemos.

Muchísimas gracias.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Bem, companheiros, vamos começar agora a nossa sessão privada. Eu vou passar o microfone para ver se o companheiro Celso Amorim conseguiu fazer uma síntese de tudo o que foi falado aqui ou das coisas que vamos ter que aprovar.

Ministro Celso Amorim - Obrigado, Senhor Presidente. Com a permissão do Presidente Lula, dos demais Presidentes, nós temos basicamente dois tipos de decisões a tomar. Um diz respeito às declarações; a maioria delas foi objeto de extensas negociações. A primeira é a Declaração de Salvador, que é o documento de natureza mais geral que foi tratado extensamente pelos altos funcionários e pelos Ministros. O segundo é um comunicado sobre a questão das Ilhas Malvinas, também objeto de acordo. O terceiro é uma declaração especial sobre o fim do bloqueio dos Estados Unidos, também objeto de consultas e negociações intensas. O quarto é um comunicado, uma solicitação do SICA à União Européia para que ela continue a outorgar ao Panamá as preferências do sistema SGP-Plus.

Bem, esses quatro documentos foram extensivamente discutidos e creio que, se não houver objeção, poderíamos considerá-los aprovados. Assim entendo que é o caso. Há ainda dois outros documentos que foram apresentados mais recentemente no curso desta reunião. Um documento diz

respeito a uma decisão que apóia uma iniciativa proposta pelo Chile de realizar uma reunião, em março, sobre a crise financeira. Creio que também, nas consultas que fizemos, não escutamos nenhuma objeção; poderíamos considerá-lo aprovado. Finalmente, na lista de documentos, há uma declaração sobre a Bolívia, cujo teor principal é solicitar aos Estados Unidos que mantenham as preferências dentro da ATPDEA, dentro de uma linguagem que foi também objeto de muita negociação e discussão e consensuada com os vários presentes. Não vejo objeção, considero aprovada.

O segundo tipo de decisão que temos que tomar diz respeito ao seguimento dessa Cúpula. Creio que houve manifestações gerais acerca da importância do seguimento da Cúpula, da continuidade da Cúpula; e com relação a esse aspecto, queria dizer o seguinte, informar das seguintes possibilidades que foram objeto de extensiva consulta entre os vários participantes: haveria, em seguida a essa que se realiza agora, uma Cúpula no México, em fevereiro de 2010, que seria feita juntamente, isto é, ao lado da Cúpula do Grupo do Rio. Creio que isso também já permitiria atender a uma outra preocupação que vários países têm demonstrado que é a da coordenação entre esse processo que estamos iniciando hoje e o processo do Grupo do Rio. Então isso já teria inclusive esse mérito. E o fato de que ela vai se realizar no início de 2010 também preenche o desejo de muitos de que não haja um espaço muito grande entre uma Cúpula e outra. Em seguida, seria realizada, no ano seguinte, na Venezuela, no dia 15 de junho, uma data muito importante, uma outra Cúpula, em 2011. Portanto, essas seriam as duas Cúpulas que foram oferecidas, e não encontramos nenhuma objeção a esse procedimento.

No ano de 2009, se realizariam pelo menos uma reunião ministerial e uma outra reunião de altos funcionários. Nas consultas que fizemos, constatamos que haveria interesse de que uma, pelo menos essa reunião ministerial, se realizasse em um país caribenho; e a Jamaica se ofereceu para sediar a reunião ministerial em 2009. Então, teríamos a seguinte sequência de reuniões: Ministerial em 2009, em data que depois nós consultaríamos, na Jamaica; Cúpula do México, “*back to back*” como dizem em inglês, lado a lado, de costado com o Grupo do Rio em fevereiro de 2010, e a Cúpula na Venezuela em 2011.

Creio que daqui até lá poderemos continuar a reflexão que muitos iniciaram aqui sobre como será o relacionamento entre o Grupo do Rio e esse sistema de Cúpulas latino-americanas e caribenhas, levando em conta

inclusive as muitas observações que foram feitas. Se não houver objeção em relação a essa seqüência de eventos, eu vou fazer um último comentário em nome do Presidente Lula sobre outros aspectos que foram levantados aqui. Presidente Chávez, por favor.

Presidente Hugo Chávez – Como siempre muy breve, como siempre. Sólo agradecer la propuesta y explicar en un minuto nuestra oferta de esa reunión y la importancia para Venezuela y para todos nosotros creo.

El 5 de julio, ustedes saben, del 2011, serán los 200 años exactos de la declaración de la Independencia de Venezuela y de la aprobación de la primera Constitución que se elaboró en este continente latinoamericano, en América Latina y el Caribe. Primera Constitución. Es el bicentenario, pues, el 5 de julio. Por eso agradecemos mucho la concesión que se nos ha hecho.

Muchas gracias.

Ministro Celso Amorim – Muito prazer. Guatemala havia pedido a palavra.

Representante da Guatemala – Yo consideraría estratégico consignar en el documento principal nuestro compromiso de ir juntos a la Asamblea Extraordinaria de Naciones Unidas. Creo que la idea que se planteó el día de ayer y que la platicamos varios, de solicitar esa Asamblea Extraordinaria por esta crisis y que el grupo nuestro fuera unido, con una voz y asistiéramos todos los Jefes de Estado de esta asamblea.

Ministro Celso Amorim – Sim, poderia, antes de tratar desse tema, ver com relação à seqüência dos eventos que dizem respeito ao Grupo da América Latina e Caribe, se nós estamos de acordo com a reunião Ministerial na Jamaica, a reunião de Cúpula no México junto com a do Grupo do Rio e a Reunião de Cúpula na Venezuela. Há acordo nesses pontos? Há acordo. Com relação à Assembléia Extraordinária, eu teria talvez uma discussão um pouco longa. Nós apoiamos evidentemente esse pedido; o que houve foi uma decisão recente na Conferência de Doha, no Catar, a partir de uma proposta da Venezuela e de outros países, de que se realize uma Conferência de Alto Nível sobre esse tema. Já há uma decisão, portanto, internacional a respeito. Eu creio que, talvez, tentar mudar essa decisão seria um pouco difícil, para transformá-la em uma Assembléia especial; mas creio que isso

poderia ser objeto de continuadas consultas, se não houver objeção. Mas já há uma decisão de uma Conferência internacional de Alto Nível, a partir de uma proposta da Venezuela. Isso foi adotado na recente Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Doha. Jamaica.

Representante da Jamaica - Can I ask the distinguished Minister to advise us as to what arrangements we can anticipate with respect to the work that would be required in advance of the Ministerial meeting .

Ministro Celso Amorim – Esse é meu próximo ponto. Bem, se estamos de acordo com esse seguimento, eu queria também, a pedido do Presidente, fazer um outro comentário que tem a ver justamente com o que o Primeiro-Ministro da Jamaica acaba de dizer.

Vários aqui, vários, a começar pelo Presidente Leonel Fernandes, que não está aqui no momento, mas vários, inclusive a Jamaica, São Vicente, vários, fizeram o comentário relativo à necessidade de operacionalizar o conteúdo da Declaração. Creio que nós vamos ter que trabalhar num sistema envolvendo vários países, envolvendo várias representações regionais, como uma espécie de grupo de trabalho, mas não creio que devemos nomear um grupo de trabalho. Naturalmente, os países que presidirão as próximas Cúpulas farão parte desse grupo de trabalho, que será um grupo de trabalho aberto ademais para que todos os que desejem participar, participem.

Acho que o Brasil terá que tomar a si, num primeiro momento, o encargo de fazer o resumo de todas as propostas e então, em conjunto com os demais países, transformar o conteúdo da Declaração num programa de ação, que irá primeiro a uma reunião de Altos Funcionários, que ainda não está determinada onde será, vai à Reunião Ministerial e daí seguirá para a Cúpula do México, que é a próxima Cúpula que nós temos. Mas tudo isso será feito em consulta com todos os países envolvidos e levando em conta as sugestões que foram aqui feitas. Eu não quero ser exaustivo, mas, por exemplo, o Presidente Jagdeo mencionou a importância da coordenação da América Latina e Caribe sobre a mudança de clima. O Presidente Álvaro Colom mencionou a importância também da coordenação ou da troca de informação em programas sociais. O Presidente Chávez, da Venezuela, entre muitos outros temas, mencionou também a questão da integração financeira. Apenas como exemplos, alguns desses temas nós teremos que sintetizar e transformar em objeto de discussão coletiva em preparação à reunião Ministerial e desde

já, naturalmente, como sede desta Cúpula, nós nos colocamos à disposição da Jamaica para poder continuar os trabalhos. Eu creio, Presidente, que essas são as decisões que teriam que ser tomadas. Enfim, não creio que haja mais nada a acrescentar. Creio que, inclusive, se o Senhor vai dizer palavras finais, pode ser com a televisão.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Apenas uma sugestão aos companheiros Presidentes, é que tanto na Reunião Ministerial, quanto na reunião que vai acontecer no México e, depois, na reunião da Venezuela, eu penso que seria importante que a gente levasse para essas reuniões, no máximo, dois temas para a gente discutir e tomar as decisões. Por exemplo, o Presidente Chávez fala da questão da integração financeira, do Fundo, aquele negócio todo, que isso poderia ser um tema discutido mais profundamente para que, quando a gente chegasse à Venezuela, nós estivéssemos prontos para tomar uma decisão e votar. Eu acho extremamente importante que a gente diminua o número de temas para que a gente possa decidir, discutir e deliberar sobre os temas.

Bom, primeiro eu queria terminar dizendo que daqui a pouco tem um almoço e depois do almoço vai ter uma dezena de bilaterais. Todo mundo vai conversar, por que este é um dos pontos fortes dessas cúpulas internacionais, são essas bilaterais que nós fazemos. Primeiro, agradecer de coração o reconhecimento, por todas as delegações, do caráter histórico desta reunião. Nós aqui ouvimos relatos sobre situações nacionais que ilustram, primeiro, a nossa diversidade, mas o que fica claro entre nós é que, cada vez mais, vai se criando uma consciência de que nós precisamos consolidar definitivamente, do ponto de vista eu diria até jurídico, do ponto de vista econômico, uma integração mais soberana entre o nosso bloco. Acho extremamente importante que essa consciência esteja amadurecendo muito no nosso meio.

Queria dizer para vocês que muitas vezes, no discurso de alguns companheiros, eu vejo sempre angústia, porque nós aprendemos na escola e depois aprendemos na política que as reuniões feitas por outros blocos, pelo G8, pelo não sei das quantas, são diferentes das nossas, são mais evoluídas que as nossas. Não é verdade, ou seja, todas as reuniões que envolvem muitos países, elas acontecem do mesmo jeito. Eu já tive oportunidade de participar do G8, como convidado junto com o México, junto com a Índia, com a China, com a África do Sul, e a verdade é que lá acho que se discute menos do que nós, bem menos do que nós. Uma coisa que tem me marcado,

e eu penso que isso pode nos ajudar, é o grau de consciência do nosso continente.

Companheiro Chávez, a primeira vez que eu fui a Evian, em 2003, a convite do Presidente Chirac, eu cheguei com o Celso Amorim e com o Marco Aurélio no Palácio que ia ser a reunião do G8. Eu cheguei e estava lá o príncipe da Arábia Saudita, estava Tony Blair, estava todo mundo. Todo mundo estava sentado e ficou sentado, eu entrei, cumprimentei todo mundo e fui sentar numa mesa e, de repente, entra o Presidente Bush e todo mundo levanta e estava eu, Celso e Kofi Annan e falei: “não vamos levantar”. Mas não vamos levantar por uma única razão porque, eu acho que, muitas vezes, o comportamento subserviente de muita gente na política é que faz com que as pessoas não sejam devidamente tratadas e devidamente respeitadas. E, veja, nós não levantamos e o Bush se dirigiu lá para cumprimentar a mim, ao Celso e ao Kofi Annan, sem nenhum problema, ou seja, ninguém precisou fazer uma deferência.

Eu digo isso porque quando nós criamos o G20, lá em Cancún, em 2003, logo depois da reunião de Cancún, vários países que tinham participado conosco da criação sofreram pressão e não compareceram na próxima reunião que nós fizemos. Eu sinto que essa consciência está mudando. Eu, às vezes, tenho a impressão, não sei se todo mundo conhece o que é um casulo que produz seda, ou seja, o casulo, de repente, ele fura um buraco e sai uma borboleta e voa e vai embora. Eu sinto que, no nosso continente, as pessoas estão aprendendo que é importante ter relações com todos os países, que é importante ter uma boa política com todos os países, mas que a subserviência não ajuda nenhum país a crescer. Não existe hipótese.

Esse continente latino-americano, durante um século ou quase um século, com exceção de Cuba, quase todos os países ficavam apostando para saber quem era mais amigo daquele que governava os Estados Unidos. Um século, não foi um dia. Ou seja, todo mundo achava que era o supra-sumo da importância política ser convidado pelos Estados Unidos. O que está acontecendo hoje? Ninguém está deixando de reconhecer a importância que os Estados Unidos têm no mundo, e tem muita. É o país militarmente mais forte, tecnologicamente mais forte, financeiramente mais forte, ninguém desconhece. O que nós estamos descobrindo é que, entre nós, existem outras oportunidades que até então nós não conhecíamos, porque era muito mais fácil recorrer ora aos Estados Unidos, ora a União Européia. Era quase como se nós não tivéssemos aprendido, mesmo depois da independência de cada

país, que essas relações elas precisam ter o máximo de independência possível, ou seja, nós conquistamos nossa independência no século XVIII e, no século XIX, todas as economias praticamente continuaram amarradas a dependência dos países mais ricos.

Ninguém, nem São Vicente, nem Dominica, nem Paraguai, nem Brasil, nem Uruguai, ninguém quer deixar de fazer negócios com os Estados Unidos, com a União Européia, muito menos o companheiro Chávez quer deixar de fazer, muito menos. Ou seja, o que nós precisamos é fazer, nas condições que nós entendemos que sejam legítimas, que sejam justas, que sejam adequadas, e que possamos discutir entre nós as nossas similaridades, as nossas possibilidades, porque, se não for assim, nós nunca iremos crescer enquanto nação, iremos sempre ficar pobres, sempre países da periferia. Essa é uma coisa que eu acho que já dá para compreender que está acontecendo aqui nesse momento.

A terceira coisa que eu considero extremamente importante é que essa crise é uma oportunidade para que a gente repense o tipo de economia que nós queremos no mundo. Porque tudo que nós temos hoje foi criado praticamente depois da II Guerra Mundial, algumas outras coisas de antes da II Guerra Mundial. Todos aqueles modelos que pareciam infalíveis, invencíveis, que nos julgavam todo santo dia. Eu muito preocupado por que a economia do meu país vem crescendo, emprego vem crescendo, a pobreza vem diminuindo, ou seja, superávit primário, superávit de conta corrente, e, todo dia, eu leio no meu computador que aumenta o risco-Brasil. E os americanos quebrados e o risco deles é zero. As pessoas tiram dinheiro do meu país, que oferece o maior juros do mundo, para depositar no juros mais baixo do mundo, ou seja, alguma coisa está errada na economia, alguma coisa está errada no padrão de política monetária estabelecido.

O FMI ainda não se manifestou até agora, só diz que não tem saída de curto prazo. O Banco Mundial não se manifestou até agora. Desde o encontro do Japão do G8, o Calderón estava lá, que eu propus que era importante que o FMI e o Banco Mundial se manifestassem com relação à crise financeira, que começou nos Estados Unidos. Você não recebe informações. Eu acho importante que, das decisões nossas aqui, a gente, enquanto conjunto de países da América latina e do Caribe, a gente peça essas instituições e peça às Nações Unidas, que tem uma instituição econômica chamada ECOSOC, que precisa funcionar e prestar contas corretamente para nós, de onde vai e até onde vai esta crise financeira. Mas eu penso, ao mesmo tempo, enquanto

a gente quer descobrir a profundidade desta crise, é importante que a gente tenha consciência de que cada país vai ter que investir o máximo que ele puder investir.

A hora não é de fazer o ajuste fiscal da década de 80. A época não é de negar o Estado, como foi negado na década de 80. A época agora é de dizer que, no fracasso do mercado, a única coisa que a sociedade acredita é no Estado. E não apenas para nós. Os bancos americanos recorreram a quem? Ao Estado, porque nenhum banco confiava no outro. Os bancos europeus recorreram a quem? Ao Estado. Por que ninguém confiava no outro? Ou seja, o Estado, que não valia nada, passou a ser o salvador da pátria. Por que eu acho, e o Leonel Fernandez fez um belo discurso ontem, por que a economia e o dinheiro disponibilizado pelos países ricos ainda não chegaram na ponta? É porque o dinheiro dos países ricos ainda não foi colocado na produção, foi colocado apenas para salvar a quebradeira do sistema financeiro e não foi colocado na produção. Nos nossos países, nós precisamos ter clareza de que o Estado assume um papel muito mais relevante nesse momento. Os países têm que investir mais em obras de infra-estrutura, os países têm que investir mais em habitação, os países precisam investir naquilo que vai gerar emprego. Acho que os Estados Unidos vão ter que assumir a responsabilidade de dizer que política vai fazer para os países pequenos do Caribe, os países pequenos da América Central, que têm uma economia muito dependente dos produtos que fabricam para os Estados Unidos, e eu acho que as pessoas precisam aprender a cobrar.

Os Estados Unidos vão ter um Presidente que vai tomar posse no dia 20 de janeiro. Um jovem, bem formado, em Harvard. Um negro que encantou os Estados Unidos. Ou seja, está na hora da América Latina exigir uma discussão política com ele, para saber qual é a visão que ele vai ter na relação com a América Latina. Nós não queremos mais Aliança para o Progresso, como foi feito na década de 60 no Brasil, e tampouco pode olhar para a América Latina como um grupo de esquerdistas, todos revolucionários, recebendo orientação de Cuba. Já não existe mais isso na América Latina. Na América Latina, a esquerda que fazia a luta armada na década de 60 e de 70 chegou ao poder na maioria dos países, ganhou as eleições. Portanto, as pessoas são Governo hoje. Agora, o que nós não podemos é ficar esperando que um belo dia eles chamem os países para conversar.

Eu fico torcendo, companheiro Chávez, para que o Presidente Obama tenha uma outra visão sobre a Venezuela, que queira manter uma boa relação política com a Venezuela, sem deixar de enxergar a soberania da Venezuela.

Que tente reabrir relações com outros países que têm economia praticamente independente deles. Como é que pode a maior economia do mundo, de 13 trilhões de dólares PIB, cortar 50 milhões de dólares que compra da Bolívia. Eu espero que o Obama tome a decisão de reatar com Cuba. Não existe mais nenhuma explicação política, sociológica, sabe, nenhum analista do mundo, um psicólogo qualquer, compreenderia por que ainda bloqueia Cuba. Será que é vingança?

Eu acho, companheiros Presidentes, que as coisas estão mudando muito rapidamente. Eu, às vezes, vejo discursos que andam pouco, mas eu, Chávez, um dia fui andar naquela muralha da China e fiquei pensando que, quando eles estavam construindo aquela muralha, ela parecia interminável e toda vez que as pessoas estavam colocando pedra, pedra e olhando para frente e viam que estavam longe, ao mesmo tempo eles olhavam para trás e viam o quanto já tinham construído e eu acho que nós, nesses poucos anos, já construímos muito, mas muito.

Certamente, como passamos séculos sem construir muita coisa, passamos séculos sem conversar. Passamos séculos! Faz duzentos anos que nós conquistamos a nossa independência e é a primeira reunião que nós fazemos. Ou seja, éramos um continente de surdos e que não nos enxergávamos. Então, eu quero dizer para vocês que essa reunião aqui, ela certamente vai produzir muitos efeitos. Eu saio daqui convencido de que nós daremos um passo muito maior, quando chegarmos à reunião do México, depois daremos um passo muito maior, quando chegarmos à Venezuela. E eu acho que nós vamos dando passos, porque as coisas são conquistadas de forma mais lenta, mas tem que ser mais segura. Porque, às vezes, a gente reclama, e eu sou o primeiro a reclamar, que as coisas demoram entre nós, mas é importante que os companheiros compreendam.

Embora eu tenha tido 62% dos votos para presidente, de 513 deputados, o meu partido tem 80; de 81 senadores, nós temos 13. Para construir a maioria nas votações, é mais difícil do que ganhar as eleições. Cada coisa é um parto muito difícil e nós fazemos isso, porque é um exercício de democracia de um país que ficou 23 anos sem conhecer o gosto da democracia, submetido a um regime autoritário que todos vocês conhecem a história. De forma, companheiros, que eu queria agradecer de coração a participação de vocês. Quando sairmos daqui, nós vamos falar com a imprensa e, certamente, a imprensa pode questionar para que valeu esta reunião e eu só tenho uma resposta, por tudo que eu conheço de reuniões que eu participo, eu só posso

dizer que valeu a pena. Se não tivéssemos feito mais nada, só o fato do Grupo do Rio ter aprovado a volta de Cuba às instituições e às instâncias multilaterais, já é um feito inusitado, porque os que presidiram os países antes de nós não tiveram coragem de colocar Cuba no Grupo do Rio. Portanto, de coração, muito obrigado a cada um de vocês, aos presidentes, as presidentas, aos ministros, aos assessores, eu só posso terminar convidando vocês para um almoço.

A coletiva é depois do almoço, estamos com fome, já são duas horas. Bem, uma coisa importante, companheiros, é que até o final de 2010, até terminar o meu mandato, já tenho decreto publicado da Embaixada residente em Granada e faltam apenas 4 países: Antígua e Barbuda, Dominica, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas. Até 2010, nós teremos Embaixadas residentes em todos os países da América Latina e Caribe. Um abraço, companheiros, e obrigado pela presença.



INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
(VERSÕES EM ESPANHOL E
INGLÊS)



Intervenções do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (versões em espanhol e inglês)

Apertura

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bien, compañeros y compañeras, aun con la ausencia de algunas personas que ya están dirigiéndose al encuentro, yo quería decirles a todos que es una alegría estar realizando esta reunión. Yo pienso que todos los Presidentes aquí presentes, Ministros, comprenden el significado extraordinario de esta primera reunión entre América Latina y Caribe. También está invitado, me parece, CEPAL, como persona, está invitado nuestro compañero Insulza, también como persona, Iglesias, como persona, y las organizaciones latinoamericanas y caribeñas. En primer lugar, antes de decir algunas palabras, me gustaría dar una noción a todas las personas de cómo va a ser el día de hoy. Durante la reunión de CALC, tendremos las siguientes sesiones de trabajo:

- Sesión de Diálogo Presidencial abierto a Prensa durante la tarde de hoy y mañana por la mañana;

- Sesión Privada para aprobación de las Declaraciones y discusión sobre Segmento de CALC y lugar y fecha de la II Cumbre, que vamos a decidirlo al final de la mañana, el día de mañana.

Hoy, al final de la tarde, cuando estemos terminando esta primera fase de la reunión, el Presidente de México, nuestro compañero Calderón,

conducirá la Cumbre Extraordinaria de Río de Janeiro que va a aprobar la entrada definitiva de Cuba. Consagrar. En las carpetas, ustedes las recibieron, ahí en las carpetas, el proyecto de agenda de esta reunión. Como nosotros no tenemos el hábito de hacer votación sobre la pauta de la reunión, vamos a considerar esa pauta aprobada.

Bien, es un momento extraordinario para que nosotros podamos hacer un debate político. Yo sólo quería ponderar lo siguiente: aquí, vale para mí y vale para todos, es que si todos nosotros hablamos más o menos 10 minutos tendremos, estoy mirando a Raul que es el más nuevo participante de la reunión. Si todos nosotros hablamos 10 minutos, nosotros tendremos tiempo de oír a todos los Presidentes que están aquí presentes. Primero, nosotros vamos a oír a los Presidentes, después entonces nosotros vamos a oír a los otros compañeros invitados para la reunión. Mi discurso sólo tiene nueve minutos y medio, medio minuto que me sobra se lo voy a pasar a Chávez, para que pueda utilizar ese medio minuto.

Bien, primero, repetir que es una alegría recibir a todos los compañeros aquí en nuestra querida Bahía, cuyo Gobernador, un carioca, nacido en Río de Janeiro, gobierna este Estado, y es importante que todos sepan que la gente de este Estado, así como su cultura y su arquitectura, muestra un Brasil profundamente latinoamericano y caribeño. Bahía testificó el sistema de exploración colonial y la violencia intolerable de la esclavitud. De esa experiencia, emergió un pueblo que enaltece la libertad, pero valoriza la tolerancia. Hoy, nos reunimos, los líderes de América Latina y del Caribe, para afirmar nuestra singularidad regional y debatir sobre un futuro común. Queremos dar respuestas nuestras para las aspiraciones de bienestar y prosperidad de nuestros pueblos. Pasados dos siglos desde nuestras independencias, esta es la primera vez que la región une sus voces. Vivíamos una misma realidad, pero mirando a lo lejos en búsqueda de soluciones y que, muchas veces, estaban a mano, en nuestro entorno.

Esta Cumbre tiene un mensaje simple, pero fundamental: sólo superaremos los desafíos de la integración y desarrollo si asumimos nuestra vocación latinoamericana y caribeña. Debemos hacerlo sin espíritu de confrontación con quien quiera que sea. Nuestra unidad debe ser entendida como contribución para un nuevo mundo multipolar y multilateral. Los desafíos son muchos, como muestran los temas que elegimos para nuestras discusiones: las crisis financieras, energética, alimentaria y ambiental. Las incertidumbres que el mundo vive toman más urgente conjugar esfuerzos y demostrar liderazgo

en la búsqueda de soluciones innovadoras y solidarias. Los diferentes mecanismos de integración, en nuestra región, ofrecen un sólido punto de partida.

Nuestros países dieron, en los últimos años, pasos importantes en dirección al crecimiento sostenible y a la estabilidad económica. Esos avances están amenazados por la irresponsabilidad de aventureros que lanzaron la economía mundial en un precipicio, bajo la mirada complaciente del gobierno e instituciones internacionales que históricamente buscaron tutelar nuestros países. Es inadmisibles que nuestras legítimas expectativas sean ahora frustradas. En este momento de grave turbulencia internacional, estamos adoptando medidas para reducir el impacto sobre la economía real y preservar conquistas sociales, pero no podemos tener ilusiones, no saldremos de esta crisis actuando de forma aislada. Debemos sumar fuerzas, para exigir mayor transparencia y democratización de los mecanismos que regulan y disciplinan el sistema financiero mundial. Tampoco podemos admitir que se levanten barreras proteccionistas y contrarias a la integración económica. La crisis sería una razón más para haber concluido la Rueda de DOHA en favor de los países en desarrollo, pero no podemos esperar indefinidamente que los países más ricos, justamente los más ricos, justamente los causadores, flexibilicen sus condiciones. Inclusive sin desistir de un acuerdo multilateral global, debemos profundizar los acuerdos regionales y las asociaciones con otros países y bloques, sobre todo del sur.

Amigos y amigas, un orden económico internacional más justo y equitativo sólo será posible si superamos los desafíos de la seguridad energética y del calentamiento global. Estoy convencido de que nuestra región dispone de poderosa respuesta en la diversificación de su matriz de energía. Además de enormes reservas de hidrocarburos e hidroelectricidad, poseemos importantes fuentes energéticas renovables, como son los biocombustibles. La experiencia brasileña demuestra que está a nuestro alcance una alternativa que genera empleos, renta e ingresos de exportación y además contribuye para reducir la emisión de gases de efecto estufa, sin comprometer la seguridad alimentaria de nuestros pueblos. Brasil ya desarrolla cooperación en América Latina y en el Caribe, para difundir ese modelo de uso sostenible de energía. Estamos listos para trabajar con otros socios interesados en estas fuentes renovables, limpias y baratas.

Nuestra región también tiene todas las condiciones para liderar el debate sobre la crisis alimentaria, sobre todo ahora, cuando los datos de la FAO

demuestran que la desnutrición avanza en el mundo. Hoy, nuestros pobres están comiendo más y mejor, gracias a los avances económicos y sociales. Por medio de nuestra empresa de investigación agropecuaria, EMBRAPA, Brasil desarrolla proyectos de cooperación técnica en varios países de la región. Queremos repetir, en América Latina y Caribe, el notable aumento y diversificación de la producción agrícola que alcanzamos aquí. Pero es importante que ese tema sea tratado con prioridad en la próxima reunión de la FAO, en marzo próximo, en Trinidad y Tobago.

Queridos compañeros y compañeras, no hay desarrollo regional sin integración de la estructura física. Es inconcebible que continúe siendo más fácil ir a Europa o a los Estados Unidos que viajar entre nuestros países. Mientras no tengamos medios eficientes y rápidos de comunicación y transporte, no realizaremos todo el potencial de comercio, inversión y turismo de un espacio integrado con más de 400 millones de habitantes. Más solidaridad y más coordinación, esta también debe ser nuestra respuesta a los desastres naturales que asolan muchos de nuestros vecinos. Los avances de nuestra región en el campo de la inclusión social y de combate al hambre y a la pobreza son realmente notables. Ofrecen oportunidades para compartir iniciativas innovadoras y exitosas de combate a las enfermedades, acceso a la salud y educación, saneamiento y morada. Propongo que nuestros ministros de las áreas sociales establezcan diálogo regular para identificar áreas de cooperación que permitan alcanzar juntos las metas del milenio.

Señoras y señores, Jefes de Estado y de Gobierno, para donde quiera que se mire en América Latina y Caribe se ve una capacidad extraordinaria para superar desafíos. En medio a una crisis global sin precedentes, nuestros países están descubriendo que no son parte del problema. Pueden y deben ser piezas fundamentales de la solución. Por eso, pensamos que nuestro empeño en favor de América Latina y Caribe también ayuda a construir un orden mundial más equilibrado y justo. Eso se explica por la propia identidad de nuestros países. Cuando algunos intentan transformar los emigrantes en chivos expiatorios para los infortunios de sus sociedades, recordamos la importancia de la diversidad. Recordamos la integración de los inmigrantes en el seno de nuestras naciones y su papel en la construcción de sociedades tolerantes y plurales.

Compañeros y compañeras, estamos reunidos hoy no apenas para una profesión de fe en la integración. Queremos traducir las expectativas y

aspiraciones de nuestros pueblos en proyectos concretos. Sólo así realizaremos nuestros sueños de justicia social y de fortalecimiento de la democracia en nuestros países y en el plan global. No debemos tener miedo de osar, de establecer metas y objetivos ambiciosos, pero tenemos igualmente la responsabilidad y la obligación de tornarlos realidad para ésta y futuras generaciones. Es con este ánimo que América Latina y el Caribe asumirán su debido lugar en el plan internacional. Queremos ser protagonistas, y no meros espectadores, en los teatros en que se deciden las perspectivas de bienestar y prosperidad para nuestros pueblos. Con esas palabras, yo quiero, una vez más, agradecer la presencia tan cariñosa de todos ustedes en nuestro querido país y en nuestra querida Bahía. Muchas gracias.

Ahora, vamos a hacer lo siguiente: los compañeros que quieran hablar tienen esta plaquita aquí que ellos van a levantar y, gracias a esta placa, nosotros vamos a ver quien quiere *hablar*. Nuestro compañero Manuel Zelaia Rosales, Presidente de Honduras.

Opening statement

President Luiz Inácio Lula da Silva – Well, my colleagues, despite the absence of some participants who are still making their way to the session, I wanted to express to all of you how pleased I am that we are meeting here today. I believe all of the Presidents in attendance, Ministers, understand the extraordinary significance of this first meeting between Latin America and the Caribbean. Also invited, I believe, is CEPAL, as a participant, our friend Insulza, as a participant as well, Iglesias, as a participant, and Latin American and Caribbean organizations. First, before offering some comments, I would like to give everyone an idea about today. At the CALC meeting, the following working groups will take place:

- Presidential Dialogue Session open to the media this afternoon and tomorrow morning;

- Private Session for the approval of the Declarations and discussion of the CALC Follow-up and the location and date of the II Summit, decisions we will make late tomorrow morning.

Late this afternoon on conclusion of the first part of the meeting, the President of Mexico, our colleagues Calderón, will chair the Extraordinary Summit of Rio de Janeiro, which will give its final approval to Cuba's readmission. Enshrine. The folders you received, those folders, contain the

meeting agenda. Because we are not in the habit of voting on meeting agendas, let us consider the agenda approved.

Well, this is an extraordinary moment for us to have a political debate. I just wanted to offer the following consideration: this applies to me and to everyone, that we speak about 10 minutes, I'm looking at Raul who is the meeting's newest participant. If we all speak 10 minutes, we will have time to hear all of the Presidents in attendance. First, we will hear from the Presidents, then we will hear from our other invited colleagues. My remarks run only nine and half minutes, so that extra half minute I will hand over to Chávez to use.

Anyway, to begin, let me reiterate how pleased I am to receive all my colleagues here in our beloved Bahia, whose Governor, a native of Rio de Janeiro, born in Rio de Janeiro, leads this State. It is important that everyone understand that the people of this State, as well as its culture and architecture, reflect a profoundly Latin American and Caribbean Brazil. Bahia witnessed firsthand the system of colonial exploitation and the intolerable violence of slavery. From this experience emerged a people who extol freedom, but value tolerance. Today, we gather, the leaders of Latin America and the Caribbean to affirm our regional singularity and to discuss a common future. We seek our own answers to the welfare and prosperity to which our peoples aspire. Two centuries following independence, this is the first time the voices of our region have united as one. We have lived the same reality, but looked far into the distance for solutions that were, often times, within reach, within our immediate surroundings.

This Summit has a simple, but fundamental, message: we will only overcome the challenges of integration and development if we embrace our Latin American and Caribbean calling. We should carry this forward, willing to confront anyone on this. Our unity should be understood as a contribution to a new multipolar and multilateral world. The challenges are many, as evidenced by the selected discussion issues: the financial, energy, food, and environmental crises. The uncertainty the world faces makes it all the more urgent that we marshal forces and demonstrate leadership in the search for innovative and mutual solutions. The various integration mechanisms in our region offer a solid point of departure.

In recent years, our nations took important steps toward sustained growth and economic stability. This progress is threatened by the recklessness of speculators who pushed the global economy to the brink under the accommodating eye of governments and international institutions which

historically sought to direct the destinies of our countries. It is unacceptable that our legitimate expectations should now be frustrated. At this moment of severe international turbulence, we are adopting measures to reduce the impact on our economies and preserve our accomplishments in the social arena. But we should have no illusions. We will not emerge from the crisis by acting alone. We must join forces to demand greater transparency and democratization of the mechanisms that regulate the global financial system. Nor can we accept that protectionist barriers antithetical to economic integration be erected. The crisis provides yet another reason for concluding the DOHA Round to the benefit of developing nations, but we cannot wait indefinitely for the richest countries, precisely those that caused the crisis, to adopt more flexible positions. Without giving up on a global multilateral agreement, we must strengthen our regional agreements and associations with other countries and trade blocs, above all those of the South.

Friends, a more just and equitable international economic order is only possible if we overcome the challenges of energy security and global warming. I am convinced that our region holds powerful solutions to the diversification of our energy mix. In addition to enormous hydrocarbon and hydroelectric reserves, we boast significant sources of renewable energy, such as biofuels. The Brazilian experience demonstrates that an alternative capable of creating jobs, income, and export earnings, while also contributing to a reduction in greenhouse gases, without jeopardizing the food security of our peoples, is within our grasp. Brazil is currently engaged in cooperation in Latin America and the Caribbean to disseminate the country's sustainable energy model. We are prepared to work with other partners interested in these renewable, clean, and cheap sources.

Our region also has the means to lead the discussions on food security, above all in the wake of FAO's findings that malnutrition is on the march worldwide. Today, our poor are eating more and better thanks to the economic and social progress we have achieved. Through our agricultural research corporation, EMBRAPA, Brazil is engaged in technical cooperation initiatives in various countries of the region. We want to repeat in Latin America and the Caribbean the remarkable increase and diversification in agricultural production attained here in our country. Yet, it is important the issue is given priority consideration at the next FAO meeting in Trinidad and Tobago in March.

My dear colleagues, there cannot be regional integration without integration of our physical infrastructure. It is preposterous that it is still easier

to travel to Europe or the United States than to our countries. Until we have more efficient and rapid means of communication and transportation, we will never achieve the full trade, investment, and tourism potential of an integrated space with more than 400 million inhabitants. More solidarity and more coordination – this must also be our response to the natural disasters that plague many of our neighbors. The advances in our region in the fields of social inclusion, hunger alleviation, and anti-poverty are truly notable. They offer opportunities for us to share innovative and successful initiatives in the efforts against disease, the access to health and education, sanitation and housing. I propose that our Ministers in the social policy sphere establish a regular dialogue to identify areas of cooperation capable of enabling us to meet the Millennium Goals together.

Ladies and gentlemen, Heads of State and Government, anywhere one looks in Latin America and the Caribbean there is extraordinary capacity to overcome challenges. In the midst of a global crisis without precedent, our countries are discovering they are not part of the problem, but that they can and should be essential pieces of the solution. Therefore, we believe our efforts in favor of Latin America and the Caribbean also contribute to building a more balanced and just world order. This is explained by the very identity of our nations. Where some seek to turn migrants into scapegoats for all of society's ills, we affirm the importance of diversity. We recall the integration of immigrants within the core of our nations and their role in building tolerant and pluralistic societies.

Colleagues, we are gathered here not only to profess our faith in integration. We want to translate the expectations and aspirations of our peoples into concrete projects. Only then will we achieve the dream of social justice and democratic strengthening in our countries and across the globe. We must not be afraid to take risks, to establish ambitious goals and objectives, but we also have a responsibility and obligation to transform them into reality for this and future generations. It is in this spirit that Latin America and the Caribbean will assume their rightful place in the international area. We want to be actors, not mere spectators, in the halls in which the future welfare and prosperity of our peoples are determined. With these words, I would like, once again, to thank you for your warm presence in our beloved Bahia. Thank you very much.

Now, we will do the following: for those colleagues who want to speak they have a sign, and the sign will tell us who wishes to speak. Our colleague, Manuel Zelaya Rosales, President of Honduras.

Cierre

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Apenas una sugerencia a los compañeros Presidentes, es que tanto en la Reunión Ministerial, como en la reunión que va a tener lugar en México y, después, en la reunión de Venezuela, yo pienso que sería importante que nosotros lleváramos a esas reuniones, como máximo, dos temas para discutir y tomar las decisiones. Por ejemplo, el Presidente Chávez habla de la cuestión de la integración financiera, del Fondo, todo aquel asunto, que ese podría ser un tema discutido más profundamente para que, cuando llegáramos a Venezuela, estuviéramos listos para tomar una decisión y votar. Yo creo extremadamente importante que nosotros disminuyamos el número de temas para que podamos decidir, discutir y deliberar sobre los temas.

Bueno, primero yo quería terminar diciendo que de aquí a poco hay un almuerzo y después del almuerzo va a haber una decena de bilaterales. Todo el mundo va a conversar, porque este es uno de los puntos fuertes de estas bilaterales internacionales, son estas cumbres que hacemos. Primero, agradecer de corazón el reconocimiento, por todas las delegaciones, del carácter histórico de esta reunión. Nosotros aquí oímos relatos sobre situaciones nacionales que ilustran, primero, nuestra diversidad, pero lo que queda claro entre nosotros es que, cada vez más, se va creando una conciencia de que nosotros precisamos consolidar definitivamente, desde el punto de vista yo diría inclusive jurídico, desde el punto de vista económico, una integración más soberana entre nuestro bloque. Creo extremadamente importante que esta conciencia esté madurando mucho en nuestro medio.

Quería decirles que muchas veces, en el discurso de algunos compañeros, yo veo siempre angustia, porque nosotros aprendemos en la escuela y después aprendemos en la política que las reuniones hechas por otros bloques, por el G8, por los no sé cuantos, son diferentes de las nuestras, son más evolucionadas que las nuestras. No es verdad, o sea, todas las reuniones que envuelven muchos países, ellas suceden de la misma manera. Yo ya tuve oportunidad de participar del G8, como invitado junto con México, junto con India, con China, con Sudáfrica, y la verdad es que allá creo que discuten menos que nosotros, mucho menos que nosotros. Una cosa que me ha marcado, y yo pienso que eso puede ayudarnos, es el grado de conciencia de nuestro continente.

Compañero Chávez, la primera vez que fui a Evian, en 2003, por invitación del Presidente Chirac, llegué con Celso Amorim y con Marco Aurélio al Palacio donde iba a ser la reunión del G8. Yo llegué y estaba allá el príncipe de Arabia Saudita, estaba Tony Blair, estaba todo el mundo. Todo el mundo estaba sentado y se quedó sentado, yo entré, saludé a todo el mundo y me fui a sentar en una mesa, de repente, entra el Presidente Bush y todo el mundo se levanta y estábamos Celso, Kofi Annan y yo, entonces yo dije: “no vamos a levantarnos”. Pero no vamos a levantarnos por una única razón, porque, yo creo que, muchas veces, el comportamiento subordinado de mucha gente en la política es lo que hace que las personas no sean debidamente tratadas y debidamente respetadas. Y, vea, nosotros no nos levantamos y Bush se dirigió allá para saludarme a mí, a Celso y a Kofi Annan, sin ningún problema, o sea, nadie preciso hacer una deferencia.

Yo digo eso porque cuando nosotros creamos el G20, allí en Cancún, en 2003, enseguida después de la reunión en Cancún, varios países que habían participado con nosotros de la creación sufrieron presión y no comparecieron a la próxima reunión que hicimos. Yo siento que esta conciencia está cambiando. Yo, a veces, tengo la impresión, no sé si todos conocen lo que es un capullo que produce seda, o sea, el capullo, de repente, él hace un agujerito y sale una mariposa y vuela y se va. Yo siento que, en nuestro continente, las personas están aprendiendo que es importante tener relaciones con todos los países, que es importante tener una buena política con todos los países, pero que la subordinación no ayuda a ningún país a crecer. No existe hipótesis.

Este continente latinoamericano, durante un siglo o casi un siglo, a excepción de Cuba, casi todos los países se quedaban apostando para saber quién era más amigo de aquel que gobernaba los Estados Unidos. Un siglo, no fue un día. O sea, todo el mundo creía que era el auge de la importancia política ser invitado por los Estados Unidos. ¿Qué está pasando hoy? Nadie está dejando de reconocer la importancia que los Estados Unidos tienen en el mundo, y tienen mucha. Es el país militarmente más fuerte, tecnológicamente más fuerte, financieramente más fuerte, nadie lo desconoce. Lo que nosotros estamos descubriendo es que, entre nosotros, existen otras oportunidades que hasta entonces nosotros no conocíamos, porque era mucho más fácil recorrer ora a los Estados Unidos, ora a la Unión Europea. Era casi como si nosotros no hubiéramos aprendido, inclusive después de la independencia de cada país, que esas relaciones precisan tener el máximo de independencia posible, o sea, nosotros conquistamos nuestra independencia en el siglo XVIII

y, en el siglo XIX, todas las economías prácticamente continuaron amarradas a la dependencia de los países más ricos.

Nadie, ni San Vicente, ni Dominica, ni Paraguay, ni Brasil, ni Uruguay, nadie quiere dejar de hacer negocios con los Estados Unidos, con la Unión Europea, mucho menos el compañero Chávez quiere dejar de hacerlos, mucho menos. O sea, lo que nosotros precisamos es hacer, en las condiciones que nosotros entendemos que sean legítimas, que sean justas, que sean adecuadas, y que podamos discutir entre nosotros nuestras similitudes, nuestras posibilidades, porque, si no es así, nosotros nunca creceremos como nación, siempre nos quedaremos pobres, siempre países de la periferia. Esa es una cosa que yo creo que ya se puede comprender que está pasando aquí en este momento.

La tercera cosa que yo considero extremadamente importante es que esta crisis es una oportunidad para que nosotros repensemos el tipo de economía que queremos en el mundo. Porque todo lo que nosotros tenemos hoy fue creado prácticamente después de la II Guerra Mundial, algunas otras cosas antes de la II Guerra Mundial. Todos aquellos modelos que parecían infalibles, invencibles, que nos juzgaban todo santo día. Yo muy preocupado porque la economía de mi país viene creciendo, el empleo viene creciendo, la pobreza viene disminuyendo, o sea, superávit primario, superávit de cuenta corriente, y, todos los días, yo leo en mi computadora que aumenta el riesgo-Brasil. Y los americanos quebrados y el riesgo de ellos es cero. Las personas sacan dinero de mi país, que ofrece los mayores intereses del mundo, para depositarlo en los intereses más bajos del mundo, o sea, alguna cosa está equivocada en la economía, alguna cosa está equivocada en el estándar de política monetaria establecida.

El FMI todavía no se manifestó hasta ahora, sólo dice que no tiene salida a corto plazo. El Banco Mundial no se manifestó hasta ahora. Desde el encuentro de Japón del G8, Calderón estaba allá, yo propuse que era importante que el FMI y el Banco Mundial se manifestasen con relación a la crisis financiera, que comenzó en los Estados Unidos. Usted no recibe informaciones. Yo creo importante que, de las decisiones nuestras aquí, nosotros, como conjunto de países de América latina y del Caribe, pidamos a esas instituciones y pidamos a las Naciones Unidas, que tiene una institución económica llamada ECOSOC, que precisa funcionar y prestarnos cuentas correctamente, de donde va y hasta donde va esta crisis financiera. Pero yo pienso, al mismo tiempo, mientras nosotros queremos descubrir la profundidad

de esta crisis, que es importante que nosotros tengamos conciencia de que cada país va a tener que invertir lo máximo que pueda invertir.

La hora no es la de hacer el ajuste fiscal de la década del 80. El momento no es el de negar el Estado, como fue negado en la década del 80. El momento ahora es el de decir que, en el fracaso del mercado, en la única cosa que la sociedad cree es en el Estado. Y no apenas para nosotros. ¿A quién recorrieron los bancos americanos? Al Estado, porque ningún banco confiaba en el otro. ¿A quién recorrieron los bancos europeos? Al Estado. Porque ninguno confiaba en el otro. O sea, el Estado, que no valía nada, pasó a ser el salvador de la patria. Porque yo creo, y Leonel Fernandez hizo un lindo discurso ayer, ¿por qué la economía y el dinero disponibilizado por los países ricos todavía no llegaron en la punta? Es porque el dinero de los países ricos todavía no fue colocado en la producción, fue colocado apenas para salvar el quiebre del sistema financiero y no fue colocado en la producción. En nuestros países, nosotros precisamos tener claridad de que el Estado asume un papel mucho más relevante en este momento. Los países tienen que invertir más en obras de infraestructura, los países tienen que invertir más en viviendas, los países precisan invertir en aquello que va a generar empleo. Creo que los Estados Unidos van a tener que asumir la responsabilidad de decir qué política van a hacer para los países pequeños del Caribe, los países pequeños de América Central, que tienen una economía muy dependiente de los productos que fabrican para los Estados Unidos, y yo creo que las personas precisan aprender a cobrar.

Los Estados Unidos van a tener un Presidente que va a tomar posesión el día 20 de enero. Un joven, bien graduado, en Harvard. Un negro que encantó a los Estados Unidos. O sea, es el momento de que América Latina exija una discusión política con él, para saber cuál es la visión que él va a tener en la relación con América Latina. Nosotros no queremos más Alianza para el Progreso, como fue hecho en la década del 60 en Brasil, y tampoco puede mirar para América Latina como un grupo de izquierdistas, todos revolucionarios, recibiendo orientación de Cuba. Ya no existe más eso en América Latina. En América Latina, la izquierda que hacía la lucha armada en la década del 60 y del 70 llegó al poder en la mayoría de los países, ganó las elecciones. Por lo tanto, las personas son Gobierno hoy. Ahora, lo que nosotros no podemos es quedarnos esperando que un lindo día ellos llamen a los países para conversar.

Hincho, compañero Chávez, para que el Presidente Obama tenga otra visión sobre Venezuela, que quiera mantener una buena relación política con

Venezuela, sin dejar de observar la soberanía de Venezuela. Que intente reabrir relaciones con otros países que tienen economía prácticamente independiente de ellos. Como es posible que la mayor economía del mundo, de 13 mil millones de dólares de PIB, corte 50 millones de dólares que compra a Bolivia. Yo espero que Obama tome la decisión de restablecer relaciones con Cuba. No existe ninguna explicación política más, sociológica, entiende, ningún analista del mundo, un psicólogo cualquiera, comprendería por qué todavía bloquea a Cuba. ¿Será que es una venganza?

Yo creo, compañeros Presidentes, que las cosas están cambiando muy rápidamente. yo, a veces, veo discursos que andan poco, pero yo, Chávez, un día fui a caminar por aquella muralla de China y me quedé pensando que, cuando ellos estaban construyendo aquella muralla, ella parecía interminable y cada vez que las personas estaban colocando piedra, piedra y mirando hacia delante y veían que estaban lejos, al mismo tiempo ellos miraban para atrás y veían cuánto ya habían construido y yo creo que nosotros, en estos pocos años, ya construimos mucho, pero mucho.

Ciertamente, como pasamos siglos sin construir mucho, pasamos siglos sin conversar. ¡Pasamos siglos! Hace doscientos años que nosotros conquistamos nuestra independencia y es la primera reunión que nosotros hacemos. O sea, éramos un continente de sordos y que no nos mirábamos. Entonces, yo quiero decirles que esta reunión aquí, ella ciertamente va a producir muchos efectos. Yo salgo de aquí convencido de que nosotros daremos un paso mucho mayor, cuando lleguemos a la reunión de México, después daremos un paso mucho mayor, cuando lleguemos a Venezuela. Y yo creo que nosotros vamos dando pasos, porque las cosas se conquistan de forma más lenta, pero tiene que ser más segura. Porque, a veces, nosotros reclamamos, y yo soy el primero en reclamar, que las cosas demoran entre nosotros, pero es importante que los compañeros comprendan.

Aunque yo haya tenido el 62% de los votos para presidente, de 513 diputados, mi partido tiene 80; de 81 senadores, nosotros tenemos 13. Construir la mayoría en las votaciones, es más difícil que ganar las elecciones. Cada cosa es un parto muy difícil y nosotros hacemos eso, porque es un ejercicio de democracia de un país que estuvo 23 años sin conocer el gusto de la democracia, sometido a un régimen autoritario que todos ustedes conocen la historia. De forma, compañeros, que yo quería agradecer de corazón la participación de ustedes. Cuando salgamos de aquí, nosotros vamos a hablar con la prensa y, ciertamente, la prensa puede cuestionar para

qué valió esta reunión y yo sólo tengo una respuesta, por lo todo que yo conozco de reuniones en que yo participo, yo sólo puedo decir que valió la pena. Si no hubiéramos hecho más nada, sólo el hecho del Grupo de Río haber aprobado la vuelta de Cuba a las instituciones y a las instancias multilaterales, ya es un hecho inusitado, porque los que presidieron los países antes de nosotros no tuvieron coraje de colocar a Cuba en el Grupo de Río. Por tanto, de corazón, muchas gracias a cada uno de ustedes, a los presidentes, a las presidentas, a los ministros, a los asesores, yo sólo puedo terminar invitándolos a un almuerzo.

La conferencia es después del almuerzo, estamos con hambre, estoy con hambre, ya son las dos. Bien, una cosa importante, compañeros, es que hasta el final de 2010, hasta terminar mi mandato, ya tengo decreto publicado de la Embajada residente en Granada y faltan apenas 4 países: Antigua y Barbuda, Dominica, San Cristóbal y Nieves y San Vicente y las Granadinas. Hasta 2010, nosotros tendremos Embajadas residentes en todos los países de América Latina y Caribe. Un abrazo, compañeros, y gracias por la presencia.

Closing statement

President Luiz Inácio Lula da Silva – Just a suggestion to my colleagues, in both the Ministerial Meeting in Mexico and the subsequent meeting in Venezuela, I think it is important that we raise issues we can discuss and take decisions on. For example, President Chávez talks about financial integration of the Fund, and so on, which is an issue that could be discussed in more depth so that when we arrive in Venezuela we are ready to make a decision and vote. I believe it is extremely important that we pare down the number of issues in order that we are able to decide, discuss, and deliberate on issues.

Well, first I would like to end by saying that a luncheon will be offered shortly, after which ten bilateral meetings will held. Everyone will sit down to talks. Indeed, this is one of the strong points of these international summits, the bilateral meetings we organize. First, I would like to thank all of the delegations from the bottom of my heart for recognizing the historic significance of this meeting. We have heard accounts of national settings that illustrate, at the outset, our diversity, but what has become increasingly clear to us is the growing awareness that we need to permanently consolidate, I would say from a legal standpoint, even, and from an economic standpoint, a more

sovereign integration of our regional bloc. I believe it is of seminal significance that this awareness is now flowering among us.

I would like to tell you that in the remarks of colleagues I often detect anxiety because we learned in school and then in politics that the meetings of other blocs, the G8, for instance, or the G however many, are different, more advanced, than ours. This is not true. Every multi-nation meeting is the same. I have had the opportunity to participate in the G8, along with Mexico, along with India, with China, with South Africa, and the truth is I believe their discussions are more limited than ours, far more limited. One of the things that has struck me, and I believe this can serve us well, is the level of consciousness on our continent.

My friend Chávez, the first time I went to Evian, in 2003, at the invitation of President Chirac, I arrived with Celso Amorim and Marco Aurélio to the Palace where the G8 meeting was to be held. I arrived and there was the Prince of Saudi Arabia, Tony Blair, everyone. Everyone was seated and remained seated, I entered, greeted everyone and sat at a table and, suddenly, President Bush came in and everyone stood up and there was I with Celso and Kofi Annan, and I said: “we will not stand.” We would not stand for one simple reason, because I believe that often times subservience, by many in politics results in others not receiving the proper treatment and respect. And, you know, we did not stand up and Bush came over and greeted me, Celso, and Kofi Annan, without any problems. In others, no one needed to pay special deference.

I say this, because I am reminded of the establishment of the G20 in 2003. After the meeting in Cancun, many countries that had participated were pressured and did not attend the following meeting. And I sometimes get the impression, I don't know if everyone here knows what a pod silk is. Anyway, a small hole will suddenly appear in the pod and out comes a butterfly, which then takes flight and disappears. I feel we are learning the importance on our continent of maintaining relations with all countries, of forging solid policies toward all countries, and recognizing that subservience does not help countries grow, under any circumstances.

For a century or almost a century, almost every country on the Latin American continent, with the exception of Cuba, competed to see who was closest to the American president. An entire century, not a day. In other words everybody believed it was of utmost political importance to be invited by the United States. What is happening today? No one is denying the importance

of the United States to the world. To be sure, it is very important. It is the most powerful nation militarily, technologically, and financially. No one is unaware of this. Yet, what we are discovering is that we have shared opportunities we were unaware of largely because it was easier to turn to the United States or to the European Union. It was almost as if we had failed to learn, even after independence that we must ensure our relations remain as independent as possible. After all, we achieved our independence in the XVIII century, yet in the XIX century our economies remained tethered to our dependence on the wealthiest countries.

No one, not Saint Vincent, not Dominica, not Paraguay, not Brazil, not Uruguay, no one wants to stop doing business with the United States and the European Union. Note even Chávez wants to stop, indeed much less so. But we need to do business on terms we understand to be legitimate, just, adequate, on which we can discuss among ourselves our similarities, our possibilities, because if we do not do this we will never grow as nations, we will always remain poor, countries of the periphery. This is something I believe we understand is happening at this moment.

The third trend I see as extremely significant is that the crisis offers an opportunity for us to rethink the type of economy we want for our world, because virtually everything we see in place today was established after World War II, some of it before World War II. All those models that appeared infallible, invincible, that placed us in judgment every single day. I am very worried because my country's economy has grown, employment has increased, poverty has fallen, specifically, primary surplus, current account surplus, and every day I read on my computer that Brazil's risk rating rises. And the Americans, bankrupt as they are, their risk rating is zero. People take money out of my country, which offers the highest interest rates in the world, to deposit it in the country with lowest interest rates in the world. There is something wrong with the economy, there is something wrong with the established monetary policy.

The IMF has yet to take a stand. It simply tells us that there is no short-term exit strategy. The World Bank has not taken a position. At the G8 meeting in Japan, Calderón was there, I put forth the importance of the IMF and World Bank taking a position on the financial crisis in the United States. But we have been given no information. I believe it is important that our decisions here, that as a group of Latin American and Caribbean countries, we remind these institutions and the United Nations, which has an economic institution

known as ECOSOC, of their responsibility to function and provide a proper accounting as to where the financial crisis is and where it is heading. At the same time, I believe, because we need to know the depth of the crisis, it is important that people be aware that each country must invest to the maximum of its capacity.

Now is not the time for the fiscal adjustments of the 1980s. This is not the time to reject the role of the State, as was done in the 1980s. It is a time to say that given the market's failure the only thing society believes in is the State, and this doesn't just go for us. Who have the American and European banks turned to? To the State, because banks have lost faith in each other. In other words, the State, which wasn't worth anything, came to the rescue. Yet why, and Leonel Fernandez offered a wonderful address yesterday, have the economic stimulus and money made provided by the rich countries not gotten to the other end of the pipeline? Because the money made available by the rich countries has yet to be applied to productive purposes. It has been used merely to prevent the collapse of the financial system, not for productive activities. In our countries, we need to be clear that the State has to assume a much more prominent role at this moment. Countries must invest in infrastructure works, invest more in housing, invest in those areas that create jobs. I believe the United States will have to articulate its policies toward the small nations of the Caribbean, Central America, whose economies are highly dependent of the products produced for the United States, and I believe countries must learn to demand answers.

In the United States, there is a President-elect who will assume office on January 20. A young, Harvard-educated man. An African American who charmed the nation. It is now the time that Latin American countries call on him to engage in a political discussion to ascertain his vision of US relations with Latin America. We no longer want an Alliance for Progress like the one undertaken in Brazil in the 1960s, nor can Latin America be looked upon as a group of leftists, revolutionaries, receiving their orders from Cuba. This no longer applies to Latin America. In Latin America, the leftists who took up arms in the 1960s and 1970s have reached power in a majority of the region's countries by winning elections. Therefore, these people govern today. Now, we cannot simply sit and wait for an invitation to talks one fine.

It is my hope, my colleague Chávez, that President Obama adopts a different view of Venezuela, that he strives to maintain good political relations with Venezuela, without losing sight of Venezuela's sovereignty. That he seeks

to revive relations with countries that have mostly independent economies. How can the largest economy on earth, with a US\$ 13 trillion GDP, cut US\$ 50 million in purchases from Bolivia? I hope Obama makes a decision to reestablish relations with Cuba. There is not political, sociological explanation, no possible analysis that a psychologist or anyone could understand for the continuing blockade of Cuba. Might it be revenge?

I believe, my fellow Presidents, that events are moving very quickly. I sometimes hear rhetoric that seems headed nowhere, but, Chávez, one day I went for a walk on that Wall in China, and I was thinking that as they built that Wall it must have seemed interminable, that every time they set another stone in place they must have peered ahead only to see how much further they had to go. But at the same time they must have looked back to gaze on what they had built, and I believe we, in these few years, have built a lot, quite a lot.

To be sure, we traversed the centuries without building much, without talking. And the centuries passed! It has been two hundred since we secured our independence, and this is our first meeting. In other words, our continent was blind and deaf. So what I want to say to you is that this meeting will most certainly generate lasting effects. I leave here convince that we will take a major step when we meet in Mexico and an even larger one when we convene in Venezuela. I believe we will take these steps because progress takes time, but things have to be done carefully, even if sometimes we complain, and I'm the first to complain that things between us take time, but it is important that we all understand

Although I received 62% of the votes cast for president, my party has only 80 of 513 deputies, and 13 of 81 senators. Building majority in congressional votes is more difficult than winning elections. Each issue is a torturous process, but we do this because it is a democratic exercise in a country that for 23 years denied the opportunity to savor democracy, subjected to an authoritarian regime which all you know about. To conclude, my fellow colleagues, I would like to thank you for your participation from the bottom of my heart. When we leave, we will address the media, and, without question, they will want to know what the meeting accomplished, and I have only one reply, given everything I know of meetings in which I have taken part, I can only say it has been worth the effort. If we had achieved nothing else, the mere readmission of Cuba into the Rio Group is accomplishment enough, because those who led our countries before us lacked the courage to admit Cuba to the Rio Group. Therefore, I want to offer my sincere thanks to you, the Presidents, Ministers, advisers, and I let me close by inviting you to lunch.

The press conference will be held after lunch. We are hungry, it is two o'clock. Good, one last important note to my colleagues: by late 2010, when my term ends, I have published an order authorizing a resident Embassy in Grenada, That leaves only 4 countries: Antigua and Barbuda, Dominica, Saint Kitts and Nevis, and Saint Vincent and the Grenadines. By 2010, we will have resident Embassies in every Latin American and Caribbean country. All my best, my fellow colleagues, and I thank you for your presence.



INTERVENÇÕES
(VERSÕES EM PORTUGUÊS)



Abertura da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento CALC

Costa do Sauípe, 16 de dezembro de 2008.

Salas Capitania da Bahia 2 e 3 e Centro de Convenções -
Hotel Conventions

I Sessão da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC)

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, meus companheiros e companheiras, mesmo com a ausência de algumas pessoas que já estão se dirigindo ao encontro, eu queria dizer a todos da alegria de estarmos realizando esta reunião. Eu penso que todos os Presidentes aqui presentes, Ministros, compreendem o significado extraordinário desta primeira reunião entre América Latina e Caribe. Também está convidado, me parece, a CEPAL, como pessoa, está convidado o nosso companheiro Insulza, também como pessoa; o Iglesias, como pessoa, e as organizações latino-americanas e caribenhas. Em primeiro lugar, antes de dizer algumas palavras, eu gostaria de dar uma noção a todas as pessoas de como vai ser o dia de hoje. Durante a reunião da CALC, teremos as seguintes sessões de trabalho:

- Sessão de Diálogo Presidencial aberto à Mídia na tarde de hoje e amanhã pela manhã;

- Sessão Privada para aprovação das Declarações e discussão sobre Segmento da CALC e local e data da II Cúpula, o que nós vamos decidir no final da manhã no dia de amanhã.

Hoje, no final da tarde, quando estivermos terminando esta primeira fase da reunião, o Presidente do México, o nosso companheiro Calderón, conduzirá uma Cúpula Extraordinária do Rio de Janeiro que vai aprovar a entrada definitiva de Cuba. Consagrar. Nas pastas, vocês receberam, aí nas pastas, o projeto de agenda dessa reunião. Como nós não temos hábito de

fazer votação sobre a pauta da reunião, vamos considerar essa pauta aprovada.

Bem, é um momento extraordinário para que a gente possa fazer um debate político. Eu só queria ponderar o seguinte: aqui, vale para mim e vale para todos, é que se todos nós falarmos mais ou menos 10 minutos teremos, estou mirando a Raul que é o mais novo participante da reunião. Se todos nós falarmos 10 minutos, nós teremos tempo de ouvir todos os Presidentes que estão aqui presentes. Primeiro, nós vamos ouvir os Presidentes, depois então nós iremos ouvir outros companheiros convidados para a reunião. O meu discurso só tem nove minutos e meio, meio minuto que sobra aqui eu vou passar para que o Chávez possa utilizar esse meio minuto.

Bem, primeiro, repetir da alegria de receber todos os companheiros aqui na nossa querida Bahia, cujo Governador, um carioca, nascido no Rio de Janeiro, governa esse Estado, e é importante que todos saibam que a gente desse Estado, assim como sua cultura e sua arquitetura, mostra um Brasil profundamente latino-americano e caribenho. A Bahia testemunhou o sistema de exploração colonial e a violência intolerável da escravidão. Dessa experiência, emergiu um povo que enaltece a liberdade, mas valoriza a tolerância. Hoje, nos reunimos, os líderes da América Latina e do Caribe, para afirmar nossa singularidade regional e debater sobre um futuro comum. Queremos dar respostas nossas para as aspirações de bem estar e prosperidade de nossos povos. Passados dois séculos desde nossas independências, esta é a primeira vez que a região une suas vozes. Vivíamos uma mesma realidade, mas olhando para longe em busca de soluções e que, muitas vezes, estavam à mão, em nosso entorno.

Esta Cúpula tem uma mensagem simples, mas fundamental: só superaremos os desafios da integração e desenvolvimento se assumirmos nossa vocação latino-americana e caribenha. Devemos fazê-lo sem espírito de confrontação com quem quer que seja. Nossa unidade deve ser entendida como contribuição para um novo mundo multipolar e multilateral. Os desafios são muitos, como mostram os temas que escolhemos para nossas discussões: as crises financeiras, energética, alimentar e ambiental. As incertezas que o mundo vive tornam mais urgentes conjugar nossos esforços e demonstrarmos liderança na busca de soluções inovadoras e solidárias. Os diferentes mecanismos de integração, em nossa região, oferecem um sólido ponto de partida.

Nossos países deram, nos últimos anos, passos importantes em direção ao crescimento sustentado e à estabilidade econômica. Esses avanços estão ameaçados pela irresponsabilidade de aventureiros que lançaram a economia mundial em um precipício, sob o olhar complacente de governo e instituições internacionais que historicamente buscaram tutelar nossos países. É inadmissível que nossas legítimas expectativas sejam agora frustradas. Neste momento de grave turbulência internacional, estamos adotando medidas para reduzir o impacto sobre a econômica real e preservar conquistas sociais, mas não podemos ter ilusões, não sairemos dessa crise agindo de forma isolada. Devemos somar forças, para exigir maior transparência e democratização dos mecanismos que regulam e disciplinam o sistema financeiro mundial. Tampouco podemos admitir que se levantem barreiras protecionistas e contrárias à integração econômica. A crise seria mais uma razão para termos concluído a Rodada de DOHA em favor dos países em desenvolvimento, mas não podemos esperar indefinidamente que os países mais ricos, justamente os mais ricos, justamente os causadores, flexibilizem suas condições. Mesmo sem desistir de um acordo multilateral global, devemos aprofundar os acordos regionais e as associações com outros países e blocos, sobretudo do sul.

Amigos e amigas, uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa só será possível se superarmos os desafios da segurança energética e do aquecimento global. Estou convencido de que nossa região dispõe de poderosa resposta na diversificação de sua matriz de energia. Além de enormes reservas de hidrocarbonetos e hidroeletricidade, possuímos importantes fontes energéticas renováveis, como são os biocombustíveis. A experiência brasileira demonstra que está ao nosso alcance uma alternativa que gera empregos, renda e receitas de exportação e ainda contribui para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, sem comprometer a segurança alimentar de nossos povos. O Brasil já desenvolve cooperação na América Latina e no Caribe, para difundir esse modelo de uso sustentável de energia. Estamos prontos a trabalhar com outros parceiros interessados nessas fontes renováveis, limpas e baratas.

Nossa região também tem todas as condições para liderar o debate sobre a crise alimentar, sobretudo agora, quando os dados da FAO demonstram que a desnutrição avança no mundo. Hoje, nossos pobres estão comendo mais e melhor, graças aos avanços econômicos e sociais. Por meio de nossa empresa de pesquisa agropecuária, a EMBRAPA, o Brasil desenvolve projeto de cooperação técnica em vários países da região. Queremos repetir, na

América Latina e Caribe, o notável aumento e diversificação da produção agrícola que alcançamos aqui. Mas é importante que esse tema seja tratado com prioridade na próxima reunião da FAO, em março próximo, em Trinidad e Tobago.

Caros companheiros e companheiras, não há desenvolvimento regional sem integração da estrutura física. É inconcebível que continue sendo mais fácil ir a Europa ou aos Estados Unidos do que viajar entre nossos países. Enquanto não tivermos meios eficientes e rápidos de comunicação e transporte, não realizaremos todo o potencial de comércio, investimento e turismo de um espaço integrado com mais de 400 milhões de habitantes. Mais solidariedade e mais coordenação, esta também deve ser nossa resposta aos desastres naturais que assolam muitos de nossos vizinhos. Os avanços de nossa região no campo da inclusão social e de combate a fome e a pobreza são realmente notáveis. Oferecem oportunidades para compartilharmos iniciativas inovadoras e exitosas de combate às doenças, acesso à saúde e educação, saneamento e moradia. Proponho que nossos ministros das áreas sociais estabeleçam diálogo regular para identificar áreas de cooperação que permitam alcançarmos juntos as metas do milênio.

Senhoras e senhores, Chefes de Estado e de Governo, para onde quer que se olhe na América Latina e Caribe vê-se uma capacidade extraordinária para superar desafios. Em meio a uma crise global sem precedentes, nossos países estão descobrindo que não são parte do problema. Podem e devem ser peças fundamentais da solução. Por isso, pensamos que nosso empenho em favor da América Latina e Caribe também ajuda a construir uma ordem mundial mais equilibrada e justa. Isso se explica pela própria identidade de nossos países. Quando alguns tentam transformar os migrantes em bodes expiatórios para as mazelas de suas sociedades, lembramos a importância da diversidade. Recordamos a integração dos imigrantes no seio de nossas nações e seu papel na construção de sociedades tolerantes e plurais.

Companheiros e companheiras, estamos reunidos hoje não apenas para uma profissão de fé na integração. Queremos traduzir as expectativas e aspirações de nossos povos em projetos concretos. Só assim realizaremos nossos sonhos de justiça social e de fortalecimento da democracia em nossos países e no plano global. Não devemos ter receio de ousar, de estabelecer metas e objetivos ambiciosos, mas temos igualmente a responsabilidade e a obrigação de torná-los realidade para essa e futuras gerações. É com esse ânimo que a América Latina e o Caribe assumirão seu devido lugar no plano

internacional. Queremos ser protagonistas, e não meros espectadores, nos teatros em que se decidem as perspectivas de bem-estar e prosperidade para nossos povos. Com essas palavras, eu quero, mais uma vez, agradecer a presença tão carinhosa de todos vocês no nosso querido país e na nossa querida Bahia. Muito obrigado.

Agora, vamos fazer o seguinte: os companheiros que quiserem falar tem essa plaquinha aqui que eles vão levantar e, por conta dessa placa, nós vamos ver quem quer falar. Nosso companheiro Manuel Zelaya Rosales, Presidente de Honduras.

Presidente Manuel Zelaya Rosales - Obrigado, Presidente. Uma saudação especial aos Chefes de Estado que aqui nos acompanham, às suas equipes de governo e especialmente ao Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua hospitalidade aqui no Brasil e, de forma especial, por haver logrado esta excelente reunião da América Latina e do Caribe, num contexto de diálogo que tanto falta a nossas sociedades.

Eu creio, Senhores colegas e Chefes de Estado, Senhoras Presidentas, que a maioria de nós e dos povos hoje estamos conscientes da imensa quota de sacrifício que as grandes maiorias de nossas populações estão pagando, precisamente pelos abusos do mercantilismo em nível mundial e pela decisão de nossos Estados, em certos momentos, de haver acatado as instruções monetaristas do Fundo Monetário Internacional e de haver seguido as recomendações das políticas do Consenso de Washington, que, entre outras coisas, debilitaram os Estados que assumiram estas políticas.

Além disso, privatizaram-se os serviços públicos, muitas vezes de forma irregular ou pouco transparente, e, da mesma forma, houve um repúdio às políticas de planificação dos Estados, que abandonaram assim suas práticas de planejamento.

Estas recomendações também criaram um fundamentalismo mercantil em nossas sociedades. Isto privilegiou sistemas de mercados imperfeitos e mercados elitistas que não proporcionaram benefício ao nosso desenvolvimento; pelo contrário, empobreceram grande parte de nossa população e causaram danos à América Latina e ao mundo. Ao mesmo tempo, fortaleceram pequenas elites econômicas ou elites políticas, insaciáveis e vorazes, que empobreceram nossas populações.

Por isso, creio fundamentalmente que esta reunião reveste uma importância histórica de muita transcendência para o futuro da humanidade e o futuro da

América Latina. Em primeiro lugar, comungo com o Brasil e com outros países da América na necessidade de democratizar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que nesse Conselho de Segurança, ademais das cinco potências do pós-guerra, que venceram a Segunda Guerra Mundial, pudessem ingressar países como o Brasil, ou países do continente asiático, ou países da América Central ou do Caribe, que pudessem ser parte no Conselho de Segurança.

Democratizar o Sistema Monetário Mundial, criar o Conselho Monetário Mundial em que estivessem representados e tivessem voz os países pequenos, os países em via de desenvolvimento seria parte de um processo também de fazer basear as relações internacionais no respeito, não na intromissão de um Estado em outro, mas sim no respeito à autodeterminação de nossos povos, de modo a nos respeitarem nas mesmas condições de dignidade de qualquer nação do mundo, e de retomar o papel fundamental do Estado, de velar pela sociedade, de velar pelo desenvolvimento socialista ou social dos povos, não só pelo mercantilismo ou pelos negócios.

Parece-me que fundamentalmente devemos retomar a agenda dos emigrantes, as agendas das pessoas que se sentem excluídas e daqueles que necessitam combater a pobreza extrema e a pobreza relativa que asfixia muitas de nossas economias.

Por isso, neste dia, Senhor Presidente, nós viemos apoiar esta Reunião, em nome de Honduras e como Presidente Pro tempore do Sistema de Integração Centro-americana, com o fito de originar recomendações para reduzir os abusos do mercantilismo e o abuso do capital especulativo e, ao mesmo tempo, os abusos da industrialização que estão deteriorando o clima de nosso planeta.

Senhor Presidente, gostaria de reiterar o apoio de Honduras, o apoio da América Central às iniciativas apresentadas pelo Brasil no plano continental, igual às de outros Presidentes que aqui estão, como o Presidente Hugo Chávez, o Presidente Morales, como o Presidente do México, e todos os Presidentes que estão aqui acompanhando neste dia novas iniciativas para formar um mundo melhor e uma sociedade mais justa.

Queria registrar, se o Senhor Presidente me permite, que saio da Presidência do Sistema de Integração Centro-americana, e que o Presidente entrante em primeiro de janeiro é o Presidente Daniel Ortega, que está aqui conosco. Gostaria, se o Senhor me permite, de culminar essas palavras com uma breve participação da parte dele.

Muito obrigado, Presidente.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – O Presidente Daniel Ortega está inscrito e já pode fazer uso da palavra.

Presidente Daniel Ortega - Boa tarde. Queridos irmãos Presidentes, Chefes de Estado, Primeiros-Ministros, representantes de povos e governos latino-americanos e caribenhos.

Encontramo-nos nesta reunião histórica aqui no Brasil, terra de grandes lutadores, terra de grandes sonhadores, de homens e mulheres intrépidos que prosseguem na luta por um mundo justo, um mundo verdadeiramente democrático, um mundo verdadeiramente de liberdade.

Estamos confrontados com uma crise que nós não provocamos; provocou-a, como todos sabemos, a política imposta pela tirania, a ditadura do capitalismo global. O importante é: o que podemos fazer, o que devemos fazer para ter força suficiente de enfrentar a crise, suplantá-la e seguir adiante, tendo em conta, em primeiro lugar, nossas próprias capacidades, nossas próprias potencialidades, em que a integração é um passo para a unidade dos povos latino-americanos e caribenhos. Como tornar realidade o que é uma necessidade para a sobrevivência de nossos povos frente a um mundo onde agora o modelo imposto pelo capitalismo global não passa de tentativas de ajuste para a continuação de sua política depredadora na ordem econômica, na ordem social, na ordem política.

Quero reafirmar agora em particular a situação da Nicarágua. A partir de 10 de janeiro do ano de 2007, nós estamos fazendo esforços para desenvolver uma política de soberania com sentido de integração, com sentido de unidade centro-americana, mesoamericana, latino-americana e caribenha. Isto coloca em questão, em primeiro lugar, o modelo que foi imposto a nossos povos; coloca em questão o modelo imposto à Nicarágua a partir de 1990: durante 16 anos o neoliberalismo, ou seja, o capitalismo levado a essa forma de sofisticação que nos venderam como a solução dos problemas dos povos.

Ao chegar ao governo, nós, indiscutivelmente, não iríamos nos converter em administradores do modelo imposto na Nicarágua. Converter-nos em administradores do modelo imposto à Nicarágua teria significado dar continuidade à política de espoliação do povo nicaraguense, à política de empobrecimento do povo nicaraguense, à política de analfabetismo; porque assinalei em várias ocasiões como na Nicarágua o que o neoliberalismo legou foi um aumento do analfabetismo, crescimento

e concentração da riqueza em poucas mãos, paralelamente ao crescimento do analfabetismo do povo nicaraguense. Essa é a melhor prova do fracasso do neoliberalismo em nosso país. Rebelamos-nos contra ele e isso nos levou ao choque necessário e inevitável com quem? Com os promotores dessas políticas. E quem são os promotores dessas políticas? O capitalismo mundial. E quem são os representantes do capitalismo mundial? Estados Unidos e Europa. Os representantes do capitalismo mundial são os que querem decidir os destinos, querem seguir decidindo os destinos de nossos povos.

Desde o momento em que questionamos os chamados programas de cooperação da parte dos Estados Unidos, ou de parte da Comunidade Européia em relação à Nicarágua, desde o primeiro momento, estávamos enfrentando essa política hegemônica de um modelo capitalista, de uma tirania do capitalismo que não entrava em crise, como entrou em crise nos últimos tempos, e que teve como resposta dos Estados Unidos, resposta da União Européia, o início de ameaças de corte no que eles chamam de ajuda, que nada mais são do que dívidas históricas que os europeus têm com os povos africanos, com os povos latino-americanos e caribenhos; igual dívida histórica que os Estados Unidos têm com nossos povos.

Começaram a ameaçar com o corte da ajuda, do que chamam de ajuda, ou cooperação a nosso país, a Nicarágua, um país que se encontra entre os países mais pobres da América Latina, ao lado do Haiti, com Honduras, Bolívia e Guiana, os países mais empobrecidos. E mais empobrecidos por quem? Pelo modelo imposto à Nicarágua.

Nós nicaraguenses não nos empobrecemos por nossa própria vontade, contando com um potencial para nos desenvolvermos, senão que foram as políticas do capitalismo mundial, impostas pelos europeus e pelos ianques, que empobreceram a Nicarágua, que afundaram a Nicarágua no analfabetismo, na fome, que promoveram a corrupção, que promoveram a fraude na Nicarágua.

Essa tem sido a história de nosso país. E quando chegamos ao governo em 2007, começou então o choque. Desde o momento em que questionamos seus programas, programas interessados em nada mais do que promover opções políticas contrárias ao modelo alternativo de orientação socialista, solidária, complementar, que o governo revolucionário promove em nosso país. Desde o momento em que questionamos os programas em que eles se destinam 60%, 70% dos recursos para pagar uma burocracia e nos quais

dão uns 30% aos setores populares que deveriam ser beneficiados com 100% desses recursos, recursos que afinal de contas não provêm dos capitalistas norte-americanos nem dos capitalistas europeus, mas sim se originam da exploração a que são submetidos os mesmos povos europeus, o mesmo povo norte-americano e os povos latino-americanos, e os povos africanos e os povos dos países em vias de desenvolvimento.

E aí começou a polêmica, e aí já começou o questionamento de que a Nicarágua é uma ditadura, e que se está vivendo uma ditadura na Nicarágua. Na Nicarágua, realizam-se eleições desde 1984; nessa ocasião, a Frente Sandinista ganhou essas eleições, em meio a guerra. Eleições em 1990, quando com clara ingerência e chantagem do governo ianque venceram as forças pró-imperialistas, às quais entregamos o governo. Eleições nacionais em 1990, com uma fraude escandalosa, de que participou a OEA como observadora, quando não era nosso querido amigo José Insulza o Presidente da OEA. O Presidente da OEA era o Presidente Gaviria, da Colômbia. Acompanharam o processo eleitoral o Presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, e outros Presidentes latino-americanos. Eles me manifestaram na ocasião que em seus países, por situações muito menores e menos graves do que as que haviam observado na Nicarágua, se anulavam as eleições e se convocavam novas eleições; porém – me disseram -, como aqui na Nicarágua acabava de acontecer uma guerra, aos Senhores não sobra mais caminho do que aceitar esses resultados.

Essa foi a Resolução da OEA, essa foi a resolução do grupo Centro Carter, quer dizer, aceitem a fraude. E, no ano de 2001, em novas eleições nacionais, houve nova fraude e nova recomendação de aceitação da fraude. Finalmente conseguimos a vitória em 2006 e nossos adversários nos acusaram de fraude. José Miguel Insulza e outros já conheciam o fato porque participaram nessa ocasião como observadores e deram-se conta da reação de nossos adversários que alegavam o cometimento de fraude nessas eleições. Quer dizer, fraude quando ganha a Frente Sandinista, mas quando ganham as forças pró-imperialistas, quando ganham os fantoches do império, então as eleições são democráticas, são limpas, é a democracia que ganha. E em todo esse período, de 2007 até agora, tem havido em nosso país uma conspiração aberta, de representantes dos governos europeus, assim como de representantes do governo ianque, convocando a união de forças democráticas para evitar que se imponha a ditadura na Nicarágua. E nos anos anteriores, frente às eleições vindouras, que faziam os europeus e que

faziam os ianques? Unir-se? E unir-se para que? Para pressionar as forças de direita, que eles chamam de as forças democráticas, para evitar o triunfo da Frente Sandinista; inclusive em eleições municipais tiveram esse comportamento. Uma atitude que em nada os diferencia do que historicamente têm sido os europeus e os ianques: colonialistas, escravistas, Imperialistas, violadores dos Direitos Humanos no mundo inteiro.

Qual é a gota d'água que transbordou o vaso, que derramou do vaso, para os democratas europeus e para os democratas ianques encabeçados por Bush?

Bem, simplesmente, nas eleições municipais que se realizaram na Nicarágua em 9 de novembro, ocorria no país a seguinte situação: a Frente Sandinista tinha 87 Prefeituras, com programas sociais em benefício dos pobres, que vínhamos impulsionando, sobretudo graças à ALBA e à solidariedade venezuelana e à solidariedade de Cuba. Programas sociais em benefício dos mais pobres. Medidas que tomamos como a de desprivatizar a educação e a saúde, que tinham sido privatizadas em nosso país desde 1990. Em 10 de janeiro, desprivatizaram-se a saúde e a educação na Nicarágua. Programas que, logicamente, geraram mais respaldo da população. Nossa expectativa era ganhar 115 Prefeituras naquelas eleições, passar de 87 Prefeituras a 115 Prefeituras. Nossos adversários, estando conscientes da derrota e acompanhados por europeus e ianques, dedicaram-se a buscar como desqualificar o processo eleitoral; em primeiro lugar, desqualificá-lo ante os resultados eleitorais, em uma eleição pacífica, sem nenhum fato de violência, quando inclusive se deu oportunidade às forças de direita, opositoras do governo, de recontagem de votos. Eles não aceitaram a recontagem e a conferência das atas. Não se interessaram; o que fizeram foi gritar “fraude” e gritar “fraude”, porque seguramente, se fosse feita a recontagem de votos, então seguramente teríamos mais Prefeituras do que as que logramos conquistar. Porque eles, sim, são peritos em fazer fraudes. A história dos partidos tradicionais na Nicarágua tem sido a da fraude permanente.

Ante esses acontecimentos, com os resultados dados pelo Conselho Supremo Eleitoral, a campanha multiplicou-se. Multiplicou-se e como consequência da campanha, vou ler aqui um parágrafo de nota de representante da União Européia. Diz estar dirigida ao Chanceler da Nicarágua:

“Dando seguimento a nossa reunião de 7 de novembro anterior, quero agradecer de novo sua visita a Bruxelas e expressar a inquietude da Comissão

Européia com a situação na Nicarágua. A União Européia reiteradamente manifestou a seu governo a preocupação com a forma de evolução política do país”. Reparem bem, a União Européia “reiteradamente”, “manifestou reiteradamente”. Ou seja, agora não é simplesmente por questão eleitoral, mas que tem sido uma constante, simplesmente porque não aceitamos que sigam nos impondo esse modelo de exploração e, em particular também, estamos seguindo os fatos acontecidos envolvendo as eleições municipais e regionais que tiveram lugar no 9 de novembro anterior.

“Em conseqüência, e de acordo com os Estados-membros da União Européia, me vejo obrigado a suspender os desembolsos de apoio orçamentário que estavam previstos a partir de janeiro de 2009. Quero aproveitar esta oportunidade para confirmar que os pagamentos que já haviam sido autorizados durante o ano de 2008, em particular uma soma que aqui se fala de 6.5 milhões de Euros, relativamente ao programa do Plano Nacional de Desenvolvimento, ao tempo em que os recursos derivados do Programa de Segurança Alimentar também continuarão sendo tramitados com normalidade”. Carta da União Européia.

Portanto, documento que está circulando nesse momento no Parlamento Europeu, promovido pelas forças mais direitistas no Parlamento Europeu, logicamente. Diz este documento do Parlamento Europeu, vou resumir o que propõem como resoluções. Isto está sendo discutido agora mesmo e querem aprovar a Resolução na terça-feira, na quarta-feira ou quinta-feira, o mais tardar:

Resolve: “Primeiro: Pede ao Governo da Nicarágua e às suas autoridades que convoquem o cessar imediato da violência e que tomem medidas urgentes para apaziguar a situação, em apego aos princípios de Direitos Humanos que vinculam a Nicarágua”. Quem são os que falam de Direitos Humanos? Os maiores violadores dos Direitos Humanos, os europeus e os ianques, violando os direitos dos imigrantes. Depois que saquearam a África, agora perseguem os africanos que chegam a terras européias e ditam leis amplamente conhecidas que são violadoras dos Direitos Humanos. Igualmente, querem fechar as portas aos povos latino-americanos, que também foram invadidos e saqueados por muitos países europeus. Ou seja, muitos desses governos europeus que também foram cúmplices da política terrorista do governo ianque contra a Nicarágua nos anos 80 e que agora estão contra o povo do Iraque e contra o povo do Afeganistão.

“Pedem ao governo da Nicarágua que reconheça publicamente as organizações de defesa dos Direitos Humanos e os defensores”. Esses são os assalariados dos europeus e dos ianques que mandam os fundos aí, por debaixo do pano, a esses grupos democráticos para eles, defensores dos Direitos Humanos, reconhecendo o trabalho fundamental que levam a cabo e que contribui para a salvaguarda do estado de direito e da democracia; quer dizer, os europeus, os ianques, os maiores antidemocratas da história da humanidade, decidiram converter-se naqueles que vão salvaguardar a democracia no Estado nicaragüense. Desde quando? Seguem pensando que ainda estamos na época das colônias.

“Terceiro: Pede às autoridades da Nicarágua que atuem para que cessem de imediato os ataques e atos de pressão contra os defensores e organizações de defesa dos Direitos Humanos e que os responsáveis sejam julgados e sancionados ante um tribunal imparcial e independente” Quem são os que estão sendo julgados na Nicarágua? Simplesmente porque se convocou a estes organismos não-governamentais, não a todos, a sete organismos não-governamentais financiados pelos europeus e pelos ianques, para que informassem seus estados de conta, de onde estavam saindo estes fundos e em que estavam sendo aplicados. Consideram perseguição o que é simplesmente um ordenamento. Não há um único preso por isso.

“Quarto: insta o governo nicaragüense e as distintas instâncias do Estado a que velem pelas garantias das liberdades de expressão e independência da justiça”. Leiam os Senhores os jornais na Nicarágua, vejam a televisão na Nicarágua. Ou seja, há muitos países, nos mesmos Estados Unidos, onde sim existem restrições à liberdade de expressão, ou normas. Na Nicarágua não existe nenhuma norma, nenhuma restrição.

“Insta o governo nicaragüense e as distintas instâncias do Estado a que velem para que sejam garantidas as liberdades de expressão e a independência da justiça, garantindo assim a preservação dos fundamentos democráticos do país, e que o mais cedo possível a Nicarágua ratifique o Estatuto de Roma que cria a Corte Penal Internacional.”

Desde quando? Desde quando somos escravos dos europeus? Eles seguem pensando que somos seus escravos, porque fomos seus escravos; mas há pouco rompemos as correntes. Claro, haviam nos amordaçado novamente, haviam nos atado pés e mãos. Estamos rompendo essas amarras, estamos rompendo a mordida, isso estamos fazendo e continuaremos a fazer.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Daniel Ortega. Eu queria agora passar a palavra ao Presidente de Cuba, Raul Castro.

Presidente Raúl Castro - Estimado companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, distintos Chefes de Estado e de Governo, distintos convidados.

Permitam-me, em primeiro lugar, transmitir uma mensagem de amizade de meus compatriotas ao fraterno povo brasileiro.

Ao saudar os líderes de nossa região, ratifico-lhes o agradecimento de todos os cubanos pela ajuda e solidariedade recebidas ante os custosos danos causados por três furacões que recentemente assolaram nosso país.

Estimados amigos, o caminho percorrido até aqui tem sido longo e difícil. Reunir pela primeira vez os mandatários da América Latina e do Caribe em um foro de nobres e justas pretensões, sem exclusões, nem de países extrarregionais, tem inquestionável transcendência.

Apreciamos que as condições sejam propícias para que este magno encontro seja o início de um processo de extraordinária significação estratégica para os destinos de nossa região, num mundo com escassas possibilidades para o agir isolado, alheio aos desafios comuns que nos impõe, de modo decisivo, a globalização. Não me refiro ao modelo neoliberal dela, que se propõe realmente uma “globocolonização”, mas sim à construção da imprescindível globalização da solidariedade.

O desafio principal deve ser passar paulatinamente das palavras aos fatos. As ações integradoras que se adotem nesta Cúpula, ademais de seu sentido prático, devem estar guiadas pela cooperação entre nossos povos. Resulta essencial que esta Cúpula tenha seguimento, que esta promissora iniciativa não se reduza à oportunidades de nos encontrarmos e de trocarmos experiências nesta ocasião.

Antes de declarar-se a crise econômica global em curso, nossos povos já haviam acumulado a experiência histórica da exploração e do subdesenvolvimento, expressos, sucintamente, na desigualdade de renda, injustiça social, fome, analfabetismo, precariedade na atenção à saúde, exploração dos recursos naturais e conseqüências de uma insuficiente infraestrutura econômica e social. Não menos impactantes resultaram a fuga de cérebros e a carga abusiva do serviço da dívida externa, ao que se soma o quadro nefasto que encerra a criminalidade, o narcotráfico e a degradação

ambiental, agravados pelas fracassadas receitas neoliberais aplicadas como um dogma incontestável.

Não se trata agora de credos ou ideologias, mas sim do reconhecimento consciente do esgotamento de um modelo econômico que só o Estado, com a participação do conjunto da sociedade, pode retificar, em última instância, mediante uma atuação sistemática, coordenada e comprometida com os interesses mais proeminentes da nação.

Nossa região experimenta um formidável renascer do espírito de seus povos, com o surgimento de uma pujante força cidadã disposta a assumir os destinos de seus respectivos países, para fazer valer a prioridade que merecem os programas sociais, defender as riquezas nacionais e lutar pela justiça.

Floresceram nos anos recentes os pronunciamentos políticos e as iniciativas que propõem novas fórmulas de integração. O momento é claramente propício para propormos um paradigma regional, que transponha as diferenças, privilegie nossa comunhão de interesses e necessidades, promova ação solidária e amplie a cooperação. Nossas diferenças não devem nos privar de uma integração que faça realidade os justos anseios da grande maioria das 550 milhões de pessoas que convivemos desde o Rio Bravo até a Patagônia.

Nossas nações atravessam dificuldades, mas também contam com imensos recursos naturais, avanços tecnológicos e produtivos de escala mundial, e um potencial científico pobremente aproveitado e escassamente compartilhado no nível regional.

Cuba fortaleceu suas relações com várias nações da América Latina e do Caribe, de que foi mostra a realização exitosa da III Cúpula Cuba-CARICOM desenvolvida recentemente, quando ratificamos nossa vontade de trabalhar em direção a uma maior integração e compartilhamento dos interesses comuns.

Devemos acordar ações concretas e adotar decisões práticas e válidas para nossos povos. Consideramos que entre as prioridades não deve faltar a busca de uma resposta regional para encarar a atual situação econômica mundial. A complexidade desta situação requer a participação de todos para sua solução. Nesse sentido, celebramos os esforços que conduziram à criação de diferentes grupos para buscar alternativas a uma crise cujos alcance e profundidade não são possíveis prever. Compartimos do critério do Presidente da República Dominicana, companheiro Leonel Fernández, de aspirar a um

G-192 que englobe todos os países que formam parte da família das Nações Unidas.

Nossa região deve exigir o redesenho do sistema financeiro internacional e a reestruturação das relações econômicas entre os países. Para lográ-lo não basta que o reclamemos nos foros internacionais, embora não devamos deixar de fazê-lo. Temos capacidade de ir construindo nossas próprias normas e práticas na região, de unir vontades e recursos e instrumentalizar relações de novo tipo.

Assistimos a essa Cúpula com a disposição de cooperar e trabalhar por um futuro com espaço para todos. Cuba, apesar do vingativo e prolongado bloqueio que nos impõe o governo dos Estados Unidos, está disposta a compartilhar suas modestas experiências em temas de colaboração, que junto à solidariedade e ao internacionalismo, constituem os pilares de nossas relações com o mundo.

Em nome de Cuba, que tem tido que sofrer quase 50 anos de bloqueio econômico, comercial e financeiro, agradeço aos países da América Latina e do Caribe por seu firme apoio à Declaração Especial desta Cúpula que reclama o fim desta política ilegal e injusta, violadora dos direitos humanos de nosso povo.

Na cidade de Salvador da Bahia, capital deste Estado, há 15 anos, o companheiro Fidel Castro referiu-se com veemência à necessária integração de nossas nações. Permitam-me terminar minha intervenção recordando suas palavras, quando expressou:

“Ontem fomos colônia; podemos ser amanhã uma grande comunidade de povos estreitamente unidos. A natureza nos deu riquezas insuperáveis, e a história nos deu raízes, idioma, cultura e vínculos comuns como não tem nenhuma outra região da terra”.

Muito obrigado, companheiro Lula.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Companheiro Jagdeo.

Presidente Jagdeo – Muito obrigado Senhor Presidente. Uma vez que sou o primeiro Chefe de Governo a falar em nome da CARICOM, permitam-me dizer quão grato estamos pelo convite à participação nesta Cúpula. Presidente Lula, estamos extremamente agradecidos pelos anos de esforços seus em envolver a CARICOM no processo de integração da América Latina e somos particularmente gratos em relação ao papel que o Senhor

desempenhou ao trazer Suriname e Guiana para a UNASUR. Entretanto, a despeito desses esforços, nossas regiões, apesar de centenas de anos de história comum no hemisfério ocidental, ainda permanecem marcadamente separadas.

Podemos vir aqui denunciar os Estados Unidos da América e a Europa e estimar que eles são atores no cenário pelo papel que desempenharam no nosso subdesenvolvimento. Mas nós não conseguiremos fazer diferença. Nós não vamos mudar isso, a menos que tenhamos vontade política. Ninguém nesse mundo nos deve uma refeição grátis a despeito da história. A Europa não deve um almoço grátis, nem os Estados Unidos. Nós vamos conseguir o que queremos do mundo somente se o alcançarmos e devemos ter a vontade de agir assim.

Estou feliz de estar aqui porque muitas vezes não temos a oportunidade de falar francamente com nossos colegas da América Latina. E espero que ao fim do dia tenhamos um melhor entendimento dos desafios que confrontamos como regiões através de nossos próprios olhos, por intermédio de nossas próprias palavras, porque frequentemente nossas visões recíprocas são formadas pela mídia que frequentemente não é compassiva.

Como sabem, a CARICOM é uma união de 15 países que, fora a União Européia, constitui o mais antigo movimento de integração. Temos mais de 40 anos de esforços de integração. Passamos de um arranjo brando a uma área de livre comércio e, mais recentemente, nós nos fixamos os objetivos de um mercado e economia comuns. Alcançamos o mercado comum e estabelecemos o prazo de 2015 para a introdução da economia única. Assim estamos progredindo na direção da integração econômica e isso por necessidade porque somos, muitos, pequenos Estados, não podemos resolver os desafios deste mundo por nós mesmos. Somos demasiado pequenos para tanto. E muitas vezes as dificuldades encaradas, falamos agora da crise econômica, essas dificuldades são amplificadas em pequenas economias como as nossas. Na Caricom fomos mesmo tanto além que os países da OECS, um pequeno grupo de países, têm uma união monetária bem sucedida que tem durado há décadas. Com frequência, em nossos esforços de integração regional atentamos para palavras de outros êxitos, mas em nosso próprio hemisfério temos modelos que funcionam bastante bem. É por isso que vocês vêem que quando nos reunimos, nos reunimos

duas vezes por ano, nós países do CARICOM tendemos a atuar em conjunto, votamos conjuntamente em candidaturas e porque somos 15, embora pequenos países, temos mais presença e engenho para lidar com essas questões em conjunto do que individualmente. Nossas economias são baseadas em poucos setores: o setor financeiro, turismo, agricultura e em Trinidad e Tobago indústria petrolífera, petroquímicos, e se você olha para a atual crise vê que todos esses setores seriam atingidos, cada um deles.

Mas mesmo antes da atual crise tínhamos um problema maior, tínhamos maiores problemas na reorientação de nossa economia no novo mundo. Temos tradicionalmente exportado para mercados protegidos. A União Européia recentemente pediu reciprocidade no quadro do Acordo de Parceria Econômica. Sem dúvida, em nossas discussões com Canadá e os US sobre o Acordo de Livre Comércio eles também vão reivindicar reciprocidade. Temos o desafio de crescente criminalidade em nossas sociedades caribenha e centro-americana; e podemos rastrear anos atrás as políticas dos Estados Unidos da América.

Tomem meu país como exemplo: tivemos nos últimos sete anos o equivalente a cerca de um terço de minha força policial em deportados, deportados nocivos mandados de volta dos Estados Unidos. Traficantes, assassinos, violentadores, pedófilos. Isso afeta a região e nossos países coletivamente e temos tido de lidar com esses assuntos mesmo antes de os problemas aparecerem. A crise de energia atingiu muitos países da região, mas, de novo, foi amplificada em países como os nossos, e gostaríamos de agradecer à Venezuela pelo apoio prestado através da Petrocaribe, porque no caso de meu país, e os números são semelhantes no resto do Caribe, estávamos em dado momento usando o equivalente a 40% do Produto Interno Bruto somente para importar combustível.

Assim podem imaginar as dificuldades que uma região como essa teria na tentativa de confrontar os outros desafios sociais e econômicos. Estive vendo a declaração que vamos emitir; temos dezoito páginas a respeito de tudo sob o sol. E não estou subestimando a importância desses tópicos na declaração. Eles são muito, muito importantes, mas penso que com demasiada frequência gastamos tempo na repetição de coisas que sabemos necessitam ser feitas; dedicamos muito pouco tempo na solução de como as coisas devem ser feitas. E, sim, afirmamos que é necessário reformar as instituições financeiras globais; sim, devemos aproximar nossos

esforços de integração; sim, devemos resolver a crise climática, mas como vamos fazer isso de forma significativa, porque quando retornarmos a nossos países, a maioria de nós nunca, nunca mesmo voltará a dar atenção a esse documento, e isso é o problema, o relativo isolamento em que vivemos. Assim, quero dizer que existem muitas coisas que deveríamos fazer. Tomem por exemplo a crise financeira global.

Penso que precisamos entender que se praticamos boas políticas ou más políticas no passado, se somos socialistas ou capitalistas, o que importa é que é nessa região que somos todos afetados pela instabilidade global. Então, qual é a lição disso? A lição é que a estabilidade financeira global é um bem público global e, a despeito de onde você se posicione no espectro ideológico, você deve participar da solução, porque se trata de um bem público global e a única maneira de resolver a questão é mediante uma ação concreta global. Em segundo lugar, cabe considerar que essa crise ressaltou o fracasso de uma ideologia, a ideologia do neoliberalismo. Isso representa para nós uma oportunidade única, nesse momento, de preencher aquele vácuo. Mas com o que vamos preencher o vácuo? Será uma economia dirigida *command type* ou será uma abordagem mais pragmática, que leve em consideração os interesses de todos os países e projete uma filosofia, uma ideologia ou política econômica que permita aos países tomar seu próprio curso. E, mais importante, ninguém poderá questionar a necessidade de regular o capitalismo e esse é um dos grandes problemas do passado, o fato de termos no mundo um largo grupo que via a regulamentação dos mercados como um grande e mau problema. Hoje, se essas instituições são muito grandes e apresentam riscos sistêmicos, então é melhor termos certeza de que nós não falharemos e a única maneira de garantirmos que não falharemos e, pois utilizar aquele dinheiro que sobra, para a regulação. Então, o que surge da crise é a necessidade de maior regulação dos mercados.

Uma terceira área, e isso é um receio que tenho, refere-se ao descontrolado dispêndio, o anticíclico e o assim chamado gasto anticíclico que ocorre hoje, quando sete trilhões de dólares seriam gastos, ou diretamente para garantir débitos de instituições financeiras ou injeções de ações ordinárias ou em outra forma qualquer. Porém, esse dispêndio é causado por empréstimos e garantias feitas a instituições que realmente não deveriam tomar empréstimos agora, enquanto seus governos estimulam a população a contrair empréstimos, consumidores que não deveriam tomar empréstimos nessa altura porque já sobrecarregados e na circunstância de perda de seus empregos.

Estamos lançando as bases de uma crise mais profunda a longo prazo, e isso enquanto podemos ter uma breve recessão em razão desses gastos, que têm algum impacto nos serviços públicos e no desemprego. Podemos estar criando condições para uma crise financeira maior daqui a cinco, dez anos. A questão inteira de risco moral não desapareceu dos livros. Apenas escolhemos ignorá-la. Assim, essas são algumas das coisas às quais devemos dar atenção ao desenhar a nova arquitetura financeira.

Em segundo lugar, com referência à mudança climática. Esse é o maior risco. Alguém mencionou, acho que o Presidente do México esta manhã, a maior das existências físicas. Contudo, andamos dormindo por todo esse processo. Não prestamos suficiente atenção a essa matéria. E isso não é uma matéria de clima, isto não é uma matéria ambiental, é matéria de desenvolvimento, porque as consequências sobre o desenvolvimento serão tão grandes, que, se não tratadas agora, podem dizimar todas as economias pobres. Tomem o exemplo dos países do Caribe, muito vulneráveis aos furacões. Alguns desses países perderam o equivalente a 80% de seu Produto Interno Bruto em um furacão, e eles têm uma repetição de furacões. Como podem esses países desenvolver-se se há mais freqüentes furacões? Para eles, a adaptação é tão importante e precisamos prestar atenção ao adaptar. As florestas proporcionam tantos serviços de ecossistemas para o mundo; contudo, não estão sendo remuneradas porque uma tonelada de emissão de carbono na Europa ou retida na Europa é o mesmo que uma tonelada de carbono isolada aqui ou emitida aqui pelo corte de árvores. Entretanto, eles estão dispostos a pagar US\$30,00 por tonelada na Europa e zero a países como os nossos que fornecem os mesmos serviços. Precisamos corrigir isso, mas como devemos fazer? Devemos obter para o assunto o nível mais elevado, a atenção de primeira ordem, da parte de Presidentes, de Ministros da Fazenda, Ministros de Relações Exteriores, não só de Meio Ambiente, e precisamos coordenar nossa posição quando formos a Copenhague, ou antes disso, para assegurar que tenhamos um acerto apropriado que reconheça os interesses do total da região.

Assim, são essas algumas coisas que vamos fazer, devemos fazer, mas não conseguiremos fazer, se nos encontrarmos de vez em quando. Devemos melhorar isso; sempre lamentamos não ter tempo para construir relações entre nós, mas principalmente entre funcionários. Temos pessoal ou delegações junto ao FMI, ao Banco Mundial e outras instituições, mas delegações latino-americanas não se encontram com delegações caribenhas para ensinar

posições e resultados. Elas preferem encontros com delegações americanas ou européias a reunirem-se entre elas mesmas. Precisamos mudar isso, e tenho dito isso centenas de vezes: a menos que mudemos o relacionamento no plano profissional, continuaremos a nos encontrar de tempos em tempos e a expressar boas intenções aqui, mas não vamos fazer diferença no nível que importa. Da mesma forma, precisamos assegurar que nosso pessoal que vai a Copenhague reúna-se, todos os negociadores desta região, de modo a ir com uma posição, uma posição que acomode o interesse de todos nesta sala. Assim, essas são apenas algumas coisas que pensei falar em nome de meus colegas da CARICOM. Eu quero agradecer ao Senhor o convite à nossa participação, Presidente Lula, e a todos os Chefes de Estado e Governo que estão aqui para entender nossa situação. Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Companheiro Álvaro Colom, Presidente da Guatemala.

Presidente Álvaro Colom Caballeros – Minhas saudações, Senhoras Presidentas, Senhores Presidentes, Primeiros-Ministros, Chanceleres. Junto-me no agradecimento ao Presidente Lula, a seu povo, pela muito conveniente convocatória desta reunião.

Gostaria de compartilhar a noção de que nossa história da América Latina e do Caribe é tão rica, forte, nossas lutas, nossas penas, nossos sofrimentos; mas também nossa cultura e nossas potencialidades. Estou convencido de que a força da América Latina e do Caribe não deve depender dos demais, depende unicamente de nossas lideranças, e, se queremos ser responsáveis pelo futuro de nossas gerações, devemos aceitar o desafio de mudar os indicadores de nossa região.

Esta manhã, visitei duas comunidades perto daqui, beneficiárias do programa PRONAF. Se somente a Guatemala levasse a esse milhão de famílias rurais programas similares que temos... , mas vendo-os trabalhar aqui, o observador se entusiasma e se enche de energia. Hoje, 74 mil jovens guatemaltecos, em dez meses de governo, têm suas escolas abertas. Em fevereiro fomos visitá-las e estão funcionando. A cooperação entre nossos países, o compartilhamento de nossas fortalezas e o apoio mútuo deveria ser nossa grande força.

Qual é nossa grande contribuição? Já falávamos lá em El Salvador, na Cúpula ibero-americana: é a solidariedade e a coesão social. A solidariedade,

mas como dizia o Presidente Raúl, globalizemos a solidariedade e a América Latina irá se globalizar. Somos peritos em solidariedade. Talvez não tenhamos sido peritos em solidariedade regional, mas sim em nossa solidariedade interna em nossos países. Que aconteceria se a América Latina juntasse em algum lugar específico nossos projetos sociais de êxito; os que vi no Chile, os que vi no México, os que vi no Brasil, os que vemos em quase todos os países da América Latina? Teríamos um banco de coesão social impressionante.

Como vamos vencer o crime organizado, particularmente aqueles países golpeados duramente, senão que com a solidariedade latino-americana? Estou convencido de que essa cooperação que temos é nossa grande força.

Como vamos levar saúde e educação se não tivermos solidariedade? Nossos irmãos cubanos, que não gozam de situação econômica fácil, têm 500 médicos na Guatemala, e os têm em aldeias mais profundas e distantes. Isso é solidariedade.

Podemos garantir alimento a nossos povos, somos uma região riquíssima. Na América Central, particularmente Nicarágua, Honduras e Guatemala, temos um potencial para produzir alimentos impressionantes. E na terra dos homens do milho não houve milho para a crise internacional do milho.

Por que? Porque se disse que o milho não era negócio. Agora resulta que é um grande negócio. Apostemos no desenvolvimento rural. A América Latina e o Caribe são uma região com porcentagem rural muito alta. Nós temos um exemplo fora de série que é o Banco Rural, que era um banco nacional entregue às cooperativas e de que agora o Estado detém 31%. Em poucos anos, converteu-se no terceiro banco do país, e segue subindo e subindo, e é deles, dos cooperativistas. Temos que fazer um esforço coletivo para lidar com o problema dos migrantes. Se o México atua por seu lado, a Guatemala por seu lado, o Equador por seu lado, El Salvador por seu lado, Honduras por seu lado, não vamos poder resolver o problema dos migrantes, se não o fizermos como região, e em uma formulação regional.

Quanto a nossa produção de energia, recebi há onze meses um país de pura produção de petróleo, com 5000 MW de capacidade hidroelétrica, e vamos deixar um país totalmente mudado em sua matriz elétrica.

Povos, temos de lidar com os povos indígenas. A Guatemala tem população constituída de 64% de povos indígenas; na Bolívia, creio que a porcentagem é pouco mais alta; no Equador, a presença é forte; na Colômbia; todos temos povos indígenas e podemos trabalhar a questão dos povos indígenas todos juntos.

A Guatemala esperou 54 anos por nosso governo, e se não fosse pela solidariedade que recebemos, durante o processo de campanha de Daniel, de Mel, dos amigos cubanos, como saber o que nos teria acontecido nessa segunda vez. Mas houve solidariedade. E tem havido solidariedade nesses 11 meses, e sou testemunho vivo disso. O Chile nos ajuda em segurança, a Colômbia está nos ajudando em segurança. Com nossos irmãos mexicanos, já nos entediamos com a ajuda em segurança, de tanto nos vemos, mas um tédio contente e alegre. Somos vizinhos e temos que construir essa grande fronteira de desenvolvimento.

300 mil crianças a mais nas escolas em 10 meses, num programa que viemos ver aqui. Se o Brasil, El Salvador e México não houvessem fornecido o sistema de base de dados, teríamos tardado um ano para por o programa em prática. E foi facilíssimo. As crianças da Guatemala não teriam hospitais especializados, se não fosse a solidariedade venezuelana de Hugo. O hospital começa a ser construído lá pelo dia 20 de janeiro. Então, se somarmos nossas próprias potencialidades, e creio, sim, que é hora de a região do Caribe, da América Latina observarmos internamente nossas forças para que possamos construir, como bem dizia o Presidente Raúl, a partir de nossas potencialidades, a solidariedade entre nós.

A melhor vacina contra o neoliberalismo é a solidariedade; é uma vacina boníssima e funcional. E aposto naquilo mencionado pelo Presidente Lula, gostaria que a primeira Cúpula desta natureza que temos permita que alcancemos coisas concretas, não somente acordos. As coisas concretas, como a parte da coesão social, como poderia ser a questão da saúde e da educação, como pode ser o caso da dívida externa, como podem ser nossas reservas monetárias, o que tivermos.

Estava tratando com o Chanceler de somar o potencial que nossos países têm; é gigantesco. Que aconteceria – o dizia ao Chanceler? Ele me disse: não digas isso. Mas vou dizer. O que aconteceria se a América Latina deixasse de funcionar, que não vendêssemos nem comprássemos? Trovejaríamos o mundo. Mas já nos fizeram isso várias vezes, várias vezes. O bloqueio a Cuba, esta crise de especuladores. Então creio que se lográssemos... perdão, a outra iniciativa, a do arco do Pacífico, isso pode nos dar uma força tremenda a ser transmitida a todo o continente.

Creio que nesta Cúpula eu proporia buscarmos coisas concretas, focalizar uma agenda curta, inserir programas, ações, incentivar a cooperação entre nós.

Nós não temos médicos para exportar, temos déficit de médicos; mas pretenderíamos que com o apoio de nossos amigos cubanos, dentro de alguns anos a Guatemala fosse auto-suficiente em médicos.

Dessa forma, proponho uma agenda concentrada, uma agenda pragmática com questões muito claras, e que dedicássemos um pouco de tempo para o olhar introspectivo e para definir nossas potencialidades. Creio que é fundamental. E agradecer-te, Lula, esse convite carinhoso de hoje pela manhã, para ver essas duas comunidades. Não sei se as escolheram estrategicamente, mas meu Partido é Esperança, e me levaram a Nova Esperança. Assim, te agradeço que até me tenhas comovido.

Mil agradecimentos. Boa tarde.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Com a palavra a Presidenta Michelle Bachelet.

Presidenta Michelle Bachelet: Muito obrigado, Presidente Lula. Estimados Presidentes, Presidentas, Primeiros-Ministros, Vice-Presidentes, Chanceleres, Secretários-Executivos de distintas organizações sociais aqui presentes.

De início, quero manifestar a especial satisfação do Chile pela realização desta primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo... Ah, esqueci-me de saudar o Governador da Bahia, assim que o cumprimento também, Governador.

Esta é a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe, e por isso reitero minhas felicitações ao Presidente Lula pela convocatória deste encontro. Aqui se disse, e é efetivo e todos sabemos que esta Cúpula se realiza numa conjuntura histórica, marcada pela crise internacional, crise originada pela ausência de regulamentações financeiras adequadas aos países desenvolvidos, assim como pela ausência de instituições internacionais capazes de exercer governança sobre o sistema financeiro e a economia internacional.

Definitivamente, a crise de um paradigma, uma crise dos que não crêem no papel regulador do Estado, e por isso mesmo na coordenação entre os Estados, uma crise dos que não crêem no multilateralismo, uma crise, portanto, também dos que acreditaram que o mundo podia ser governado unilateralmente. E porque a globalização aprofundou a interdependência das economias, esta crise, iniciada no mundo desenvolvido, iniciou uma recessão

de alcance global; e os países desenvolvidos estão sofrendo sua pior crise econômica e financeira em décadas, o que fez ademais com que a economia mundial se tornasse extremamente frágil, imprevisível, de altíssima volatilidade.

A crise global foi-se propagando aos países emergentes e em vias de desenvolvimento, e devo acrescentar, mais rápido do que se pensava, porque até há uns dois meses atrás se dizia que esta crise iria afetar a todos, mas que os países emergentes estariam em relativas boas condições, e também todas estimativas assinalavam que a América Latina, que havia tido tão bom desempenho nos últimos seis anos, provavelmente estaria em melhores condições de responder. Contudo, percebemos que mais rapidamente, lamentavelmente, já se começou a ver o impacto resultante da redução do financiamento externo e desaceleração do desempenho econômico global. Muitas de nossas economias são altamente dependentes da exportação para muitos países, uns fortemente exportadores para os Estados Unidos, e, portanto, a baixa demanda provocou uma desaceleração da economia em muitos de nossos países. E dessa maneira começaram a ser seriamente afetadas economias da América Latina e do Caribe.

Em seguida a uma perigosa paralisia, a comunidade internacional começou a reagir e foram sendo geradas as primeiras coordenações entre governos, produzindo-se alguns acordos internacionais sobre a resposta ante a crise. Existe concordância de que, no curto prazo, a tarefa fundamental é a coordenação das respostas dos governos para impedir uma crise maior, e por isso também que é tão pertinente esta reunião.

Estados Unidos e Europa deram os primeiros passos, logo se seguiu a reunião do G-20, mas, claramente, a propagação da atual crise internacional inevitavelmente nos traz desafios para o trabalho coordenado de países e de entidades multilaterais. Estes tempos de grandes desafios também nos dão grandes oportunidades de trabalhar conjuntamente, de maneira eficaz, para melhorar nossa capacidade de prevenir riscos.

Falou-se de pacotes fiscais e de pacotes monetários, claro, mas não se trata somente disso. Frente à crise, há tarefas imediatas e tarefas mediatas ou de médio e longo prazo, tanto domésticas como internacionais; mas também, evidentemente, em termos de medidas imediatas, é necessário assegurar o apoio ativo às economias emergentes e em vias de desenvolvimento, com instrumentos e facilidades de liquidez mais flexíveis, porque seria imperdoável que economias basicamente sãs devam deixar de crescer ou de criar emprego e por aí permitir que muito de nossa gente saia da pobreza, somente por

problemas de falta de acesso ao financiamento. Também devemos fazer um melhor uso da atual coordenação de políticas e mecanismos de consulta, em particular mecanismos de cooperação entre autoridades econômicas, bancos centrais, discutir medidas multilaterais que sejam necessárias para responder à crise financeira.

Nessa primeira etapa da crise, também se consolidou uma idéia muito importante que muitos viemos levantando há muito tempo, mas que sempre caía no vazio, e creio que hoje em dia existe clara consciência da necessária transformação profunda das instituições financeiras internacionais, de uma nova arquitetura financeira mundial. Necessitamos maior representatividade, maior transparência, melhores regras, que permitam efetivamente o desenvolvimento de nossos povos e ademais, obviamente, resolvam ou evitem crises desta natureza.

A crise também tornou inevitável algo que me parece importante deixar aqui assentado, que é o reconhecimento explícito de que hoje em dia, na ordem global, existem economias emergentes do mundo em desenvolvimento que já têm um papel de maior relevância, e as economias emergentes começam a demonstrar que também são capazes de avançar em direção ao desenvolvimento e de tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza, e começam a ocupar um novo espaço, como o demonstrou a participação de Argentina, Brasil e México junto a outros países emergentes na reunião do G-20. Por isso que sua nova gravitação deverá refletir-se em uma maior capacidade de decisão nas instituições multilaterais; depois, caberiam análise, discussão e debate necessários sobre esse tema. E, nesse sentido, apoiamos fortemente uma maior incorporação e participação dos países emergentes e em vias de desenvolvimento nos organismos internacionais e em todos os mecanismos de decisão da nova arquitetura mundial.

Também apoiamos a urgência de expandir a filiação do foro de estabilidade financeira de economias emergentes e em vias de desenvolvimento, e assim aportar a coordenação internacional na identificação de coisas bem concretas, como vulnerabilidades, manejo de riscos potenciais, fortalecimento de respostas coordenadas frente a crises globais. Porém, existe ademais um segundo consenso, e é algo que venho apresentando em todas as últimas reuniões: não podemos adicionar à queda das bolsas de valores um desabamento social, e para tanto é indispensável que também o mundo seja capaz de dar uma resposta global à crise social, que geralmente vem associada a uma recessão, crise que, ademais, ameaça seriamente nosso

compromisso de dar cumprimento às metas de desenvolvimento do Milênio no ano de 2015.

É por isso que acreditamos que, em que pese a tremenda fragilidade em que nos encontramos e frente aos graves riscos de impacto em nossos países, também estamos diante de uma grande oportunidade, porque a crise está gerando a mobilização multilateral mais importante dos últimos anos, está marcando assim o início do que poderíamos chamar uma nova etapa, abrindo um espaço político para avançar em direção a um sistema mais regulado, mais solidário e mais integrado, para avançar desde uma etapa, marcada pelo unilateralismo, para outra, onde se abre a possibilidade de fortalecimento de instituições multilaterais como os espaços mais apropriados para construir respostas coletivas aos problemas globais. Como dizia o Presidente Jagdeo, os bens públicos globais que nos vão permitir viver em um mundo mais humano, mais justo e mais solidário. É por isso que, em que pese seja uma crise, estamos diante de uma oportunidade sem precedente, uma oportunidade para o multilateralismo e a construção de um século XXI organizado em torno de regras construídas democraticamente. Está em nossas mãos, nas mãos de toda a comunidade internacional, mas, em forma especial, do mundo em desenvolvimento, em vias de desenvolvimento e emergente, para aproveitar essa oportunidade e dar um impulso definitivo ao multilateralismo e para construir, como dizia, um mundo mais justo e mais democrático.

O sistema internacional avança para uma nova estrutura, é por isso que América Latina e Caribe estão diante de um grande desafio, realizar um esforço extraordinário de concertação política para ter voz e fazer-nos escutar no debate mundial sobre o século XXI que desejamos construir. E é por essa mesma razão que esta Cúpula da América Latina e do Caribe se encontra, por conseguinte, ante o desafio de colocar em marcha o processo de concertação política latino-americana e caribenha sobre os principais desafios globais, para articular respostas regionais diante da crise, para articular um papel da região na construção da governança global do século XXI.

Por essa razão, o Chile propôs que esta reunião seja um impulso decisivo para o desenvolvimento, a partir de hoje, de uma nova etapa na integração e concertação política regional. Por isso o Chile propõe, a propósito também do aqui se dizia, bem, está muito bem, estamos todos de acordo com o diagnóstico e também sabemos, em linhas gerais, a letra da música; mas e agora? Como agir concretamente? Por isso, propusemos realizar um exercício de concertação latino-americana e caribenha que permita uma postura latino-

americana e caribenha comum sobre a crise que estamos enfrentando e vamos enfrentar nos próximos meses e anos, e, por isso, que também nos permitam poder ter voz no novo encontro sobre o tema, nas Nações Unidas, no próximo ano, porque também comparto da idéia do Presidente Leonel de que deveria ser um G-192 ou qualquer que seja o número de países que tenhamos, e também, por certo, que também seja uma base de apoio importante a nossos Presidentes e Presidenta da Argentina, do Brasil e do México na próxima reunião do G-20.

E estamos falando de dimensões financeiras, econômicas, comerciais, institucionais, e quero dizer que, por mais que seja difícil, nós temos demonstrado que podemos fazer as coisas. Temos antecedentes exitosos e recentes e, por exemplo, quero mencionar a concertação regional que construímos no grupo de trabalho do Grupo do Rio durante este ano sobre financiamento para o desenvolvimento.

A articulação de uma posição latino-americana também foi muito importante para obter resultados positivos na recente Conferência de Doha sobre Financiamento para o Desenvolvimento, inclusive, por certo, a exigência aos países desenvolvidos para que cumpram com seu compromisso de ajuda oficial de 0,7% do Produto Interno Bruto ao desenvolvimento, mas também o estímulo que demos à busca de mecanismos inovadores de financiamento para alcançar as metas de desenvolvimento do milênio. Por isso que a América Latina e o Caribe devem ser capazes, por exemplo, de assumir uma postura comum em questões essenciais na próxima reunião do G-20 em Londres e, como já dizia, nas Nações Unidas. Para tanto, o Chile se oferece a ser sede, por exemplo, para que um grupo de pessoas possa trabalhar em medidas concretas que possamos reivindicar nas distintas alternativas. No entanto, os níveis de interconexão e interdependência entre nossos países, assim como entre os diferentes fenômenos globais, assim como o novo impulso ao multilateralismo, impõem a necessidade de que a região faça um esforço para abordar simultaneamente crise econômica, crise social, alimentar, energética e ambiental, esta última como consequência da mudança climática e do aquecimento global. Tanto nas conversas entre os Presidentes, como hoje pela manhã na primeira reunião do MERCOSUL, quando apresentamos nossa solidariedade a muitos povos, aqui no Brasil, na Colômbia, em Cuba, Honduras, Haiti, no Caribe, não é verdade? Frente ao enorme desastre climatológico ocorrido, mas, na verdade, é que me preocupa quando em reuniões multilaterais se escuta de países em desenvolvimento a afirmação de

que, dada a situação de recessão mundial, não estariam em condições de poder cumprir com os compromissos adequados quanto ao aquecimento global e, por aí, se fica bastante em dúvida sobre qual será o prognóstico – estou dando uma de doutora -, o prognóstico da reunião de Copenhagen. E a verdade é que acredito que devemos ser capazes de concertar um acordo fundamental, porque além de ser um problema em si mesmo, muitos de nossos países defrontam-se com a maioria dos fatores de risco, por exemplo, as ilhas representam um dos riscos, grandes margens costeiras, etc., para serem as principais vítimas do aquecimento global e da mudança climática.

Assim, acredito que chegar a um bom acordo poderia constituir-se numa poderosa ferramenta para o meio ambiente e também para o desenrolar da luta contra a pobreza e de fomento à inovação, inclusive porque as possibilidades de reativação da economia mundial também estão estreitamente relacionadas com as possibilidades de destravar as negociações da rodada de Doha da OMC.

Amigos e amigas, Chefes de Estado e de Governo, esta reunião da América Latina e do Caribe é também uma oportunidade extraordinária para promovermos, juntos, uma resposta à crise em nossa região. Confiamos em que nossa região possa fazer frente a essa turbulência a partir de uma posição melhor que no passado, porque fomos ganhando fortaleza, temos melhores condições, nossos países realizaram avanços substantivos e significativos para promover o crescimento e derrotar a pobreza.

Gostaria de considerar com vocês uma cifra que não é menor, a América Latina e o Caribe foram capazes de tirar 37 milhões de pessoas da pobreza entre 1992 e 2007. Não significa que fizemos bem a tarefa, ainda nos falta muito para avançar, mas avançamos; porém, por seu turno, a alta do preço dos alimentos, comenta-se, teria impedido que uns 4 milhões de pessoas saíssem da pobreza e da indigência e que a crise internacional afetaré empregos e salários, ameaçando, portanto, em muitos países, as conquistas sociais dos anos recentes, aumentando a pobreza e a desigualdade na região. Por isso, devemos proteger nossas conquistas e devemos atuar para prevenir as conseqüências sociais da crise em nossa região.

Nesse sentido, a declaração desta reunião considera o estímulo de políticas sociais proativas e, por certo, saudamos o conjunto de iniciativas contidas neste documento, mas isso não é suficiente. Devemos promover como região, e isto conversamos em outras reuniões, políticas de promoção do emprego, de fortalecimento da segurança social, de seguros de desemprego.

É fundamental impulsionar o diálogo entre governos, empresários e trabalhadores e reafirmar os princípios de direitos fundamentais no trabalho. Em suma, devemos promover o trabalho digno e decente, com maior força durante a crise, porque a tendência será utilizar a precariedade como justificativa de não poder manter empregos, e me parece que nós teremos de conseguir evitar, para variar, que os trabalhadores e os mais vulneráveis paguem o custo da crise.

A região também pode coordenar seus esforços para assegurar a liquidez de nossos mercados financeiros, o que pode ser decisivo na luta contra o desemprego e a pobreza. Por isso, em instituições multilaterais voltadas para a região, como o BID, a CAF, o FLAT, tem-se atuado para oferecer várias linhas de crédito aos países da América Latina e do Caribe, instrumentos de apoio aos países que requerem esse financiamento. Devemos alentar essa resposta, porque sem dúvida o que está sobre a mesa ainda é insuficiente.

A rápida e coordenada reação das autoridades econômicas nacionais e instituições financeiras multilaterais foi e continuará sendo absolutamente necessária. Mas outra ferramenta para dinamizar nossas economias é o comércio, seja intrarregional ou com outras regiões, e, apesar de todos os processos subregionais de integração em marcha, o comércio intrarregional na América Latina e no Caribe continua baixo, alcançando só 19% do total das exportações de nossa região; e isso é muito menos do que o comércio registrado na União Européia e outros países do Leste asiático. É por isso que devemos dar impulso renovado à convergência dos processos de integração sub-regionais; é por isso que valorizamos as aproximações entre MERCOSUL e SICA; é por isso, como recordava o Presidente Colón, que promovemos a iniciativa do Arco do Pacífico, uma iniciativa que engloba desde o México até o Chile, os países que damos para o Pacífico, mas que somos claros em dizer que é uma iniciativa aberta a todos que desejem participar e que busca fortalecer a vinculação comercial da América Latina com a região da Ásia-Pacífico, assim como a acumulação de normas de origem dos processos de integração subregionais e bilaterais.

Quero terminar dizendo, amigos e amigas, que nada, nada nos impede de nos concertarmos diante de um momento internacional excepcional, em que temos a oportunidade de dar um salto qualitativo na concertação política e na integração latino-americana, num momento em que o mundo que representamos começa a ter outro peso na economia e na política internacional. Nada nos impede de nos concertarmos. Não estamos submetidos a nenhuma

confrontação global, não temos desculpas, depende de nós, de nossa capacidade de entender que somos vários, mas que somos capazes de encontrar o que nos une, respeitando a diversidade. Depende de nossa capacidade de entender que a integração e o concerto político só se alcançam mediante a construção de acordos que gerem respostas coordenadas para garantir a nossos povos, a quem devemos uma vida mais digna, mais justa, que é a vida que nossos povos merecem. Então, muito obrigada.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheira Michelle. Eu gostaria de chamar agora o nosso companheiro Leonel Fernández, Presidente da República Dominicana .

Presidente Leonel Fernández - Muito obrigado, Senhor Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva; Senhores Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe, distintos colegas, amigos todos.

Queria em primeiro lugar felicitar o Presidente Lula por esta brilhante iniciativa de haver convocado esta Cúpula da América Latina e do Caribe neste momento. Isto, por dupla razão, primeiro pelo caráter simbólico que tem o fato de que celebramos este encontro justamente no ano de 2008. Há 200 anos, iniciaram-se, na América Latina, as lutas pela independência de nossos povos, e o fato de que, em um momento de grande crise mundial, nos encontremos aqui para refletir sobre os problemas da região, creio que tem a força simbólica e o sentido de oportunidade.

Queria, Presidente, dividir minha intervenção em dois aspectos: em um primeiro momento, compartilhar uma reflexão acerca da natureza do sistema econômico mundial nesse momento, que explicaria a crise, e como uma forma de contribuir para a elaboração de uma posição comum sobre o que devemos levar à Conferência Especial das Nações Unidas no próximo ano, e, em segundo lugar, seguindo um pouco o pensamento da Presidente Bachelet e do Primeiro-Ministro da Guiana, Jagdeo, de como produzir decisões práticas que nos permitam, a partir da declaração que se formula aqui, converter as propostas, as postulações, em programas e iniciativas específicas que possam encontrar formas de financiamento por meio das instituições que existem na região.

Com respeito ao primeiro ponto, penso que todos estamos conscientes de que a atual crise financeira é a crise mais profunda, a mais aguda e a mais

severa dos últimos 80 anos, desde a grande depressão, e tem o potencial de ser a pior crise de toda a história, de maneira que estamos diante de um acontecimento verdadeiramente transcendental.

Estamos falando de crise financeira, mas, no transcurso de 2008, tivemos uma crise energética e tivemos uma crise alimentar e, nas três crises, encontramos alterações significativas na natureza do funcionamento do sistema econômico mundial, ao que devemos prestar atenção para, digamos, poder enfrentar com êxito os desafios do futuro.

Quando observávamos a crise energética, que nos criou um problema de pressão inflacionária, igual à crise alimentar, e, agora, em questão de três meses, em toda a região, passamos a uma situação radicalmente distinta de recessão, de pressão inflacionária à recessão, em questão de meses, o que revela a alta volatilidade do sistema econômico mundial e como isso repercute em nossas nações. Mas quando analisávamos a crise energética e alimentar, que nos diziam? Em primeiro lugar, que era um problema de oferta e demanda, que a oferta de petróleo tinha-se reduzido, que não tinha havido suficiente investimento em refinarias, que China e Índia estavam aumentando sua demanda, que havia tensões geopolíticas em alguns lugares do mundo, especialmente na região da Nigéria, e que tudo isso contribuía para o aumento dos preços do petróleo em escala global.

E cada um desses fatores parece razoável. Pode-se entender que efetivamente a oferta havia diminuído, que a demanda havia disparado, que havia conflitos de caráter geopolítico, tensões de outra natureza, etc. Porém, o que se ocultava sempre era que, ao mesmo tempo, havia uma especulação, diferente do tipo de especulação historicamente conhecida, que estava delineando a alta do preço do petróleo e dos alimentos; e nos referimos ao surgimento da chamada especulação financeira, distinta da especulação física, tradicionalmente conhecida nos contratos de mercados futuros.

O que ocorreu entre 2004 e 2008 nos indica que houve uma variação significativa na natureza do sistema capitalista mundial. Em 2004, indicam as estatísticas, as inversões que haviam sido feitas em contratos futuros de petróleo alcançavam a cifra de 13 bilhões de dólares. Em 2008, o ano atual, o volume de investimento em contratos futuros de mercados petrolíferos alcançou a cifra astronômica de 260 bilhões de dólares. A pergunta seria: quem estava investindo nesses contratos futuros, no caso do petróleo, mas também no de alimentos, podemos ver isso no caso do milho, no caso da soja, no caso do sorgo, etc? Estavam aplicando investidores institucionais

que não haviam participado antes em mercados futuros. Estamos falando de fundos de pensão, companhias de seguros, fundos patrimoniais de grandes universidades dos Estados Unidos, etc, e o volume de contratos que essas aplicações geravam competia com o número de contratos físicos, com o que, sem dúvida alguma, estavam exercendo influência na determinação dos preços em nível internacional.

Então, aqui, o que presenciamos é a mudança ocorrida nos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista financeiro internacional, de um sistema de especulação tradicional histórica física para um modelo de especulação financeira, em que as transações são geradas em papéis e não sobre os bens físicos, mas gerando influência na determinação dos preços.

Explicava, em uma conversa com o Presidente Chávez, a impressão que tínhamos de que alguém vende um petróleo que não tem e alguém compra um petróleo que não espera receber e, contudo, ambos obtêm grandes ganhos e influenciam na determinação final dos preços.

Creio que aqui existe um primeiro fator importante para levar em consideração. É um fato sem precedentes, é um fato novo, no sentido de como hoje se movem os mercados futuros com relação às commodities ou produtos básicos tradicionais. Assim como registrou alta e chegou a 147 dólares o barril de petróleo durante o ano, em um dia, chegou a subir 10 dólares e todos ficamos perplexos e depois, outro dia, chegou a subir 25 dólares o barril de petróleo, em um único dia, e obviamente só isso, digamos, desafiou toda forma convencional de compreensão dos sistemas econômicos. Mas agora vemos o contrário. Em questão de três meses, depois de haver alcançado um recorde histórico de 147 dólares o barril, em apenas três meses, agora o barril de petróleo está cotado a 40, 42, 43 dólares. Por acaso, de repente, houve uma diminuição tão drástica da demanda? Pode ser que a recessão atual esteja influenciando na redução da demanda? Bem, mas a recessão estamos começando a sentir agora e acontece que, há três meses, começou a cair bruscamente o preço do barril de petróleo. O mesmo, insisto, aplica-se ao caso dos alimentos.

Então, o que estamos vendo é um novo modelo de especulação financeira, que tende para a alta com a mesma brusquidão com que tende para a baixa, gerando incerteza e volatilidade nos mercados, tanto para os produtores de bens, como para os consumidores, o que põe em risco os povos de todas as nações do mundo, sejam desenvolvidas, sejam em vias de desenvolvimento ou economias emergentes.

Como resolver este problema? Nós acreditamos que daqui devem sair propostas de soluções; e a proposta que nós fazemos a esta assembléia é que se estabeleçam determinadas condicionalidades aos contratos de mercados futuro, como a que, em lugar de poder investir somente 5% do valor dos contratos, seja exigido de todo investidor, pelo menos, 50% do valor de cada contrato futuro. Não é possível que quem não esteja no negócio do petróleo ou de alimentos possa, com 5% do valor do contrato, adquirir um contrato que tem muito mais um caráter de especulação financeira.

Talvez seja impossível estabelecermos a proibição total de participação nos mercados futuros de qualquer investidor, mas se podem estabelecer condições; e a condição deve ser aumentar o preço de cada contrato atinente aos mercados futuros. Passar de 5% para 50% do valor do contrato significaria um desestímulo aos especuladores financeiros de mercados futuros, tanto de alimentos, como de petróleo.

Vejamos agora o caso da crise financeira, caros colegas, Chefes de Estado e de Governo da região. Penso que todos questionamos como é possível que, depois de um projeto de 700 bilhões de dólares aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos para ir em socorro aos bancos com ativos em dificuldade, e que isso foi precedido de 300 bilhões de dólares; ou seja, estamos falando de um trilhão de dólares só nos Estados Unidos destinados para resolver a crise financeira criada. Mas o Banco Central europeu também emitiu centenas de milhares de Euros e os Governos europeus fizeram o mesmo. De maneira que se pode dizer que, nesse momento, pode ter havido, na busca de uma solução para a crise financeira, uma injeção de capitais que, em termos aproximados, deve estar oscilando em 3 trilhões de dólares.

Agora bem, se a crise teve sua origem no chamado mercado imobiliário hipotecário dos Estados Unidos, pode-se perguntar: e qual é o valor de mercado dessa crise imobiliária hipotecária norte-americana? E as cifras que geralmente se informa indicam que o mercado imobiliário hipotecário dos Estados Unidos, em sentido geral, representa um valor de 13 trilhões de dólares e as hipotecas podres ou hipotecas tóxicas, o *sub prime*, representam 20% desse mercado de 13 trilhões de dólares, ou seja, estaríamos querendo dizer que o segmento afetado do mercado imobiliário seria de 2,7 trilhões de dólares.

Logo, surge a pergunta: se esta crise tem um valor de 2,7 trilhões de dólares e se foi investido; se foi injetado fluxos de capitais acima de 2,7

trilhões, chegando a 3 trilhões, por que razão não houve uma reação positiva dos mercados, logrando-se uma superação da atual crise financeira?

Evidentemente, os mercados não reagiram positivamente, pois se oculta da opinião pública internacional a outra parte da realidade e a outra parte da realidade é que há novos instrumentos financeiros também afetados, como sejam, em uma tradução, as chamadas permutas de créditos não pagos, ou em inglês, *credit default swaps*, que se utilizavam como uma espécie de seguros nas contratações de crédito por parte de pessoas com maus históricos de créditos, atuando como companhias de seguros, sem serem companhias de seguros, ficando, portanto, fora de toda regulamentação. Hoje, sabemos que esse sistema de permutas de créditos não pagos representa, nos Estados Unidos, um mercado equivalente a 60 trilhões de dólares. 60 trilhões de dólares criados artificialmente à base de papéis, com base na ficção, em um sistema não regulado.

Obviamente, como existe este problema dos *credit default swaps*, os mercados não reagem positivamente porque sabem que esta crise não se limita a um problema hipotecário imobiliário, mas foi além, a uma escala superior, que tem a ver com o funcionamento de todo o sistema financeiro internacional.

60 trilhões de dólares equivalem ao Produto Interno Bruto de todos os países do planeta. Não há forma de solucionar uma crise de 60 trilhões de dólares. Se fosse possível conter esta crise no nível do *sub prime*, no nível do crédito hipotecário imobiliário, poder-se-ia ficar otimista, ao considerar que a partir do segundo semestre do próximo ano se iniciaria um processo gradual de recuperação e de reativação do crescimento em escala mundial. Mas, se a crise está contaminada com as permutas de créditos inadimplentes, penso que aí devemos ter consciência de que estamos falando de uma crise de pelo menos 10 a 15 anos, porque não há maneira de enfrentar um problema de 60 trilhões de dólares.

Esse é o problema que temos hoje em dia. Realmente, de que se trata? De uma crise imobiliária que se internacionalizou pelo mecanismo da securitização ou de uma crise mais profunda, que tem a ver com as permutas de créditos inadimplentes. Dependendo de qual seja a resposta, temos dois cenários distintos: um cenário que se pode controlar ou um cenário que estará totalmente fora de controle, com efeitos devastadores desde o ponto de vista político, social, econômico e institucional para todos os nossos povos.

Então, penso que nós, como assembléia aqui reunida, devemos exigir, exigir, e que saia daqui como exigência às autoridades financeiras

internacionais, ao Fundo Monetário Internacional, ao Tesouro dos Estados Unidos, ao Federal Reserve, Banco Central norte-americano e ao Banco Central Europeu que nos digam qual é exatamente a natureza da crise atual. Se é um tema limitado à hipoteca imobiliária afetada, ou se transcendeu aos chamados *credit default swaps* e, por conseguinte, quais são as medidas que nos aconselham tomar, para nos blindarmos dos efeitos desta segunda catástrofe.

Um elemento que gostaria de derivar deste debate é o fato de que, até agora, o que se propõe é que haja maior regulamentação e que haja maior transparência e, por conseguinte, parece que tudo que estamos discutindo são modalidades do sistema capitalista: um capitalismo regulado ou um capitalismo não regulado. Parece-nos que se trata de um falso debate.

O problema não é um capitalismo bom e um capitalismo ruim. O que nós entendemos é que existe uma crise de valores no sistema, e que essa crise de valores deve dar lugar ao surgimento de um pensamento latino-americano que o supere e creio que, neste encontro aqui, já se lançaram algumas idéias que vão em direção a um pensamento latino-americano emergente que vá além do neoliberalismo e que vá além do keynesianismo, como as modalidades que se apresentam como alternativas à atual crise.

O problema não é um debate entre keynesianismo ou nekeynesianismo e neoliberalismo. Nós entendemos que a superação da crise reclama uma situação pós-liberal e uma situação pós-keynesiana ou pós-neokeynesiana e, portanto, passamos a um pensamento renovador, latino-americano, do século XXI, que implica os valores de solidariedade, os valores de cooperação, mecanismos extramercados, integração, por oposição à cobiça e à avareza dessas formas de funcionamento do sistema financeiro capitalista global, que levou o mundo a esta situação de risco em que nos encontramos neste momento.

Agora, como questão eminentemente prática, o que poderíamos fazer na América Latina de imediato? Penso que dispomos de alguns recursos, como região, para ir enfrentando isto, apelando a estes valores de solidariedade, de cooperação, de integração e de mecanismos extramercado, que são os que devem dominar.

Penso, entretanto, como disse a Presidente Bachelet, como disse o companheiro Jagdeo, como disse o Presidente Álvaro Colón e outros colegas, que a Declaração tem que passar de uma formulação para a indicação ou identificação de programas e iniciativas concretas. Por

exemplo, em matéria de cooperação energética, Petrocaribe é um programa muito específico e muito concreto. Então, ao invés de um enunciado geral de cooperação energética, digamos qual é o programa específico que vamos aplicar. Minha sugestão nesse sentido seria que possamos criar um grupo de trabalho que se forme aqui e que esse grupo de trabalho possa traduzir a Declaração em iniciativas, projetos e programas específicos que possamos aplicar na área de infraestruturas, na área de energias, na área de alimentos e nutrição. E sobre esta base, então, teríamos um plano de ação que nos permita efetivamente nos proteger dos efeitos imediatos da crise. E creio que com isso poderíamos avançar.

Então, Presidente, essas são nossas observações sobre este problema.

Proporia, finalmente, que este encontro do ano vindouro nas Nações Unidas, que se entende como uma conferência de alto nível sobre a crise financeira, converta-se em uma Assembléia Geral especial sobre a crise financeira e que haja uma proposta comum dos países da América Latina, a qual o Senhor mesmo possa apresentar, Presidente Lula, em representação dos países da América Latina e do Caribe, com respeito à crise energética, à crise alimentar, à crise financeira e à necessidade de se produzir um novo modelo que supere os valores e os critérios que até agora têm predominado no mundo com caráter universal.

Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, companheiros, temos um problema. Qual o problema que temos aqui. Às 19h00, começa o Grupo do Rio, que vai até às 9 horas. Amanhã nós temos a manhã inteira para continuar este debate, mas, às 19h00, começa o Grupo do Rio. Nós ainda temos para falar Paraguai, México, Bolívia, Suriname e Venezuela. Já passei para amanhã Peru, Jamaica, Panamá, Argentina e São Vicente e o companheiro Tabaré. Nós temos 40 minutos, 40 minutos e cinco oradores. Eu vou passar a palavra para o Paraguai. Eu só queria lembrar que quando chegarem as 19h00, nós somos obrigados a parar para começar o Grupo do Rio, porque nós temos que sair, para que a sala seja reordenada para o Grupo do Rio e quem não conseguir falar hoje começa falando amanhã pela manhã. Então, às 19h00, nós vamos parar. Quem não falar hoje, começa falando amanhã pela manhã. Com a palavra, o companheiro Fernando Lugo.

Presidente Fernando Lugo – Muito obrigado, Senhor Presidente do Brasil, estimado Lula da Silva. Senhores Chefes e Chefas de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe, Senhores Ministros de Relações Exteriores, nunca na história de nossas nações houve um cenário tão favorável à aproximação entre os países latino-americanos e caribenhos, cujo impacto político seria transcendental, tanto do ponto de vista multilateral, assim como do bilateral.

O Paraguai está convencido de que, às vésperas da celebração do bicentenário da independência de nossos países, não é possível tardar por mais tempo a unidade latino-americana e caribenha.

América Latina e Caribe encontram-se fortalecidos pela progressiva consolidação de suas instituições democráticas, pelo compromisso com os direitos humanos, a proteção do meio-ambiente, a superação das injustiças sociais e o desenvolvimento de seus povos, pelo crescimento de suas economias e o aprofundamento de seu processo de integração.

Nesse sentido, um dos elementos essenciais para fortalecer a integração é a implementação e aplicação efetiva de um processo político comum, para que a consolidação da identidade latino-americana e caribenha contribua para o fortalecimento de outros organismos, mecanismos ou processos de nossa região.

Esta é uma necessidade concreta no momento em que o mundo sofre dramáticas transformações. Com a crise econômica mundial, os centros de poder mundial perdem hegemonia e as anteriores periferias emergem cada vez mais como potenciais protagonistas.

A crise global evidencia que não existem saídas isoladas para nossas nações. Somente um projeto de unificação da América Latina e Caribe permitirá que nossos países sejam atores da reorganização em curso do sistema internacional e, juntos, deveremos fazer ouvir nossas vozes a favor de uma profunda transformação das instituições que regem a economia mundial.

Estamos convencidos de que, nesta Cúpula, acima de tudo, devemos pretender consolidar nossos objetivos por meio de um programa de ação realista que permita às nações que formam este espaço regional passarem a ser destacados atores no cenário internacional.

Senhoras Chefas e Chefes de Estado e de Governo, devemos reconhecer que o propósito do desenvolvimento é buscar a prosperidade de nossos povos, mas, para isso, é necessário criar oportunidades com critérios de equidade, para o que necessitamos centrar nossos esforços comuns na materialização do bem-estar geral.

Devemos assumir o compromisso de procurar os mecanismos e instrumentos para superar os problemas provocados por assimetrias estruturais ou de políticas que aprofundam nossas diferenças. Não devemos repetir, nas relações econômicas entre nossas nações, os paradigmas utilizados pelas antigas metrópoles em suas relações com as periferias.

Na conjuntura mundial, hoje, mais do que nunca, devemos unir esforços para objetivos políticos comuns. Somos Estados que nos reconhecemos em igualdade de direitos e obrigações e consideramos que aqueles países que mais prosperaram têm maiores obrigações em termos de aplicação de paradigmas de complementaridade, cooperação e solidariedade. Nesse ponto, desejo fazer “finca-pé” na situação do Paraguai, cuja carência de costa sobre o mar condiciona-o ainda mais a reduzir de forma importante suas possibilidades de crescimento, assim como o acesso ao conhecimento técnico e tecnológico, afetando a captação de investimentos, facilitação do comércio, diferentemente do que ocorre com os países que, sim, contam com litoral marítimo.

Desde que assumimos o governo, em 15 de agosto passado, postulamos imediatamente a nossos vizinhos uma rediscussão sobre novas bases de nossas relações bilaterais. Agenda na qual têm destaque as duas hidroelétricas binacionais, uma com o Brasil e a outra com a Argentina. Embora tenhamos encontrado abertura para o diálogo com estes Governos, devemos ainda corrigir as assimetrias, plasmadas nesse dois empreendimentos.

A denominação desta Cúpula, “Integração e Desenvolvimento”, se traduz em dois conceitos que não podem ser tratados separadamente. A estratégia de desenvolvimento de nossos países deve incorporar a dimensão regional e internacional, por meio de um compromisso com a integração solidária, que nos permita desde uma dinâmica política, mediante unanimidade, lograr acordos e consensos para enfrentar os problemas internacionais.

Pertencemos à região do mundo com maior produção e exportação de alimentos. É por isso que é importante implementar a articulação produtiva, que permita estabelecer um comércio reciprocamente complementar e cujo objetivo principal seja a diversificação e industrialização de nossas nações.

A integração de nossa região é o principal caminho para aceder ao verdadeiro desenvolvimento e deverá estar sustentada pela cooperação, solidariedade, em particular, o compromisso na luta contra a pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Não posso deixar passar esta oportunidade para referir-me à atual crise financeira mais profunda e globalizada que se instalou nos últimos meses,

cujos alcances não podem ser avaliados ainda em sua totalidade, mas que terão implicações para a estabilidade financeira e o crescimento econômico sustentado, em especial, para os países mais vulneráveis.

Os efeitos da atual crise financeira mundial, iniciada nos principais mercados desenvolvidos, trouxeram, como consequência, maiores dificuldades aos países em desenvolvimento e, por ter características multifacetadas, seu tratamento deverá ter uma resposta global concertada, com plena igualdade para a busca estrutural de soluções. Para finalizar, devo assinalar que a situação migratória de nossos concidadãos continua sendo uma preocupação. Não só pelo fato de que a falta de oportunidades faz com que busquem melhores horizontes, mas também pela receptividade dos mesmos nos países de destino. Exortamos que a integração dos migrantes nos países de acolhida possa ter um caráter humanitário, fraterno e hospitaleiro.

Senhoras e Senhores, esta primeira Cúpula da América Latina e do Caribe, que nos permite ter um contato e comunicação privilegiados entre Chefas e Chefes de Estado e de Governo, deve afirmar seu sentido integrador e de consenso, de cooperação e solidariedade efetivas entre nossa nações e projetar a ação futura nas estratégias de desenvolvimento da região, nos aspectos tanto políticos como econômicos, sociais e culturais.

Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Lugo. Chamaria agora para falar nosso companheiro Felipe Calderón, Presidente do México.

Presidente Felipe Calderón - Obrigado, querido Presidente Lula da Silva, e, embora seja repetitivo, quero somar-me à felicitação por sua convocatória, por sua liderança, e congratulo-me de que o país irmão da América Latina de maior território, o mais povoado e também o que tem a maior economia, convoque a América Latina e o Caribe a esta reunião, que, estou seguro, dará muitíssimos frutos.

Em segundo lugar, quero somar-me em felicitar a meus colegas, Presidentes e Chefes de Estado, pelas magníficas intervenções que escutamos no dia de hoje, boas, de todos vocês, não quero fazer omissão, mas especialmente quero referir-me à de Leonel Fernández, que me pareceu, em muitos sentidos, uma explicação muito pontual, muito bem documentada do problema que estamos vivendo e coincido plenamente com ele. Há um assunto,

há uma quebra da economia mundial pelo descontrole especulativo que arrasou, com provavelmente uma dimensão maior, as economias de vários países.

A mim agradaria muito entrar na discussão do tamanho do buraco deixado pelos produtos derivados financeiros, os do mercado futuro, fora de regulamentação, os *default swaps*, e muitas questões que falam, em poucas palavras, de um câmbio real da situação econômica de vários países, começando pela dos Estados Unidos.

Embora me pareça que neste tema, como as leis relativas à energia, que a energia não se cria nem se destrói, só se transforma, também, efetivamente, existe na riqueza do mundo uma transladação de valor e, nesse sentido, a riqueza do mundo nem se criou nem se destruiu, mas simplesmente se transformou e, quiçá, trocou de mãos e entre as mãos de todos.

Houve, por exemplo, déficit ou desequilíbrios financeiros prolongados durante muito tempo que geraram uma enorme massa de liquidez que propiciou que os mercados financeiros entrassem nesse atropelo especulativo, que, finalmente, quebrou o mundo. Estes excessos ou desequilíbrios permanentes podem ser desde o superávit comercial artificialmente mantido por meio de tipos de câmbio também artificialmente manipulados em muitas partes, na Ásia especialmente; as partes de preços derivados já não só dos mercados futuros, mas seu impacto nos produtos reais, nas commodities, que também geraram excedentes. Muitas coisas.

No processo, também houve transferência de recursos. Por exemplo, se essa enorme bolha especulativa gerou aumentos nos preços do petróleo ou no de matérias-primas, de commodities, essa transferência de recursos ou de riqueza também se deu para alguns de nossos países. No nosso caso, de produtor de petróleo, por exemplo, efetivamente nos vimos beneficiados, em parte, por essa bolha. Muitos países produtores de matérias-primas, de grãos, de produtos agrícolas, também viram um registro de ingressos acima do ordinário, digamos, em alguns meses deste ano, enfim. Mas agora o que temos é o fim da bolha, a quebra da ficção e os pratos quebrados que temos de recolher.

Subscrevendo tudo ou grande parte do que disse Leonel e que valeria a pena aprofundar, não agora, pela questão de tempo que já bem mencionou Lula, a pergunta fundamental segue sendo a mesma: “bem, o que fazemos nós, os países da América Latina e do Caribe, para proteger nossas economias e para, nesta crise global sem precedentes, penso eu, manter o emprego,

sustentar o desenvolvimento e sustentar o crescimento, com equidade de nossos povos?”. E a possibilidade de gerar crescimento econômico, emprego, sustentar a equidade social, preservar o meio-ambiente, a que bem fez referência o Primeiro-Ministro da Guiana, tem que ver precisamente com a convocatória de Lula: o que podemos fazer, os povos da América Latina e do Caribe, para nos defender? E também uma pergunta que sugeri esta manhã: têm sentido ou não têm sentido os esforços que, nesse caso se expressavam, no caso do MERCOSUL, nesta manhã? Têm ou não sentido os esforços de maior integração econômica entre nossos países?

Eu defendo que sim; e não só isso, senão que a partir deste fenômeno crítico é mais obrigatório acelerar e romper o pasmo em que estão metidos os processos de integração na América Latina. Por que? Digamos isso com toda clareza: estão parados e, de fato, apresentam retrocessos em muitos aspectos.

Que podemos fazer para que cresçam nossa economias? Primeiro, em nossas economias, deve crescer o investimento e tem de crescer o investimento público. Daí a importância de finanças públicas saneadas. Também tem que crescer o investimento privado em nossa região. Gostemos ou não, como disse o Senhor Presidente de Cuba, como bem disseram vários dos que intervieram antes de mim: não é questão de ideologias, é um assunto de desenvolvimento. E a possibilidade de haver investimento depende de que o investimento possa ser rentável, de que o investimento possa ser seguro e de que o investimento provenha de uma poupança disponível.

Muito bem, para que o investimento possa ser rentável, nossos mercados devem crescer. Tem que crescer nossa capacidade de venda, porque, às vezes, o fenômeno do isolamento e de novo protecionismo me lembra as quermesses ou os eventos de arrecadação de fundos que fazíamos no partido, quando estávamos quase na clandestinidade. Fazíamos umas quermesses nas paróquias. Acontece que, nessas quermesses, íamos sempre os mesmos e, então, a mesma família tinha que fazer o *mole*, que se vendia aos filhos da família e, por fim, se comprava todo o doce restante, porque não havia mais a quem vender. Só são rentáveis as quermesses onde podemos convidar todo o bairro e, se possível, a toda a cidade, mas enquanto continuarmos fechando nossas próprias economias não vamos conseguir um ingresso de capitais disponíveis, que não temos. Por que não temos ingresso disponível? Porque nossos povos são pobres. Porque a definição de investimento é a diferença entre a receita e o gasto. Essa é a poupança e isso é o que possibilita o investimento.

Nós não temos possibilidades de poupança. Não porque sejamos gastadores. Gastamos o básico para sobreviver, nossa gente gasta o básico para sobreviver, mas sua renda é muito baixa e a única possibilidade de captar investimento é gerando, na América Latina, as condições para que aqueles que têm capacidade de poupança, quer dizer, que têm uma receita muito maior que sua despesa, possam investir aqui e ter rentabilidade nesse investimento. Por isso é tão importante tornar muito mais amplos nossos mercados, nossa capacidade de venda e nossa capacidade de captação de investimentos. Que fazer para ampliar nossos mercados? Primeiro, devemos aumentar nosso comércio e temos que fazer crescer nosso investimento. Para que haja investimento e comércio, é necessário que a América Latina ganhe ou, pelo menos, empate a corrida com a Ásia, em termos de capacidade de captação de investimentos e de geração de comércio. Para que o ingresso de capitais se traduza verdadeiramente em investimento, se requer que essa capacidade de poupança possa ser destinada a uma nação latino-americana ou do Caribe muito mais competitiva.

Isso não pode acontecer enquanto subsistirem barreiras à integração econômica e política da América Latina e do Caribe. Quais são essas barreiras? Primeiro, as barreiras do comércio. Para falar a verdade, não conseguimos superar os obstáculos que, entre nossos próprios países, estamos erguendo para que nosso comércio pudesse então ser ilimitado. Nossa capacidade de compra se restringe, nossa capacidade de venda de produtos se restringe à medida que não logramos romper essas barreiras ao comércio.

Por isso, nos alegra, por exemplo, o esforço que desde 1991 iniciaram Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para gerar o MERCOSUL e, por isso também, e, pela mesma razão, nos preocupa que ainda não se resolvam temas fundamentais da própria integração, como o tema da tarifa alfandegária única e outros. O que dizia Michelle Bachelet, também brilhantemente, que, de todas as exportações da América Latina e do Caribe, menos de 20% são para a América Latina e o Caribe. Quer dizer: vendemos tudo para fora, mas não queremos vender ou comprar entre nós, porque não rompemos a barreira de nosso próprio comércio e estamos organizando quermesses em que só vendemos para nossa própria família, que não tem mais capacidade de compra.

Segundo, as barreiras físicas. A América Latina e o Caribe têm uma distância física enorme. Não conseguimos ligar nossos países nem por estradas, nem por vias férreas, nem por portos eficientes. Então, precisamos de um acordo medular para romper essa barreira física, para poder comunicar a

América Latina concretamente em infraestrutura e, por isso, é tão importante o plano de infraestrutura de Lula, que colocou exitosamente em marcha aqui no Brasil, por isso, é tão importante que nosso plano de infraestrutura, no México, frutifique, por isso, é tão importante o Projeto Mesoamérica, que lançamos com os países irmãos da América Central, ou a Iniciativa de Integração para a Infraestrutura Regional Sul-americana.

Finalmente, são as barreiras políticas, porque penso que os povos latino-americanos e do Caribe destinamos mais energia, mais tempo e mais palavras para enfatizar nossas discrepâncias e diferenças do que para sublinhar as coincidências e possibilidades de plataformas comuns. De maneira tal que, se alguma conclusão devemos tirar desta Cúpula, que por sorte convocou nosso querido e carismático companheiro Lula da Silva, essa é de que podemos superar as barreiras físicas, comerciais e políticas para uma integração da América Latina e do Caribe, não só como uma questão de conveniência ou de unidade romântica, já sabemos que temos unidade histórica, temos unidade cultural, mas nos falta unidade econômica e política e essa requer vontade política e capacidade de sacrificar diferenças. Por essa razão, nossa exortação é a de que nos ponhamos de acordo sobre a rede das relações que temos, que sejamos capazes de escalar as alturas que outros escalaram.

Se a antiga Europa, dividida por guerras mundiais, foi capaz de unir-se e de ter uma moeda única e tarifas únicas e de multiplicar seu comércio, é preocupante, para dizer o mínimo, que, na América Latina, não possamos avançar para um grupo, um só grupo, integrado política e economicamente, de todos os países, sem exceção, da América Latina e do Caribe.

Por isso celebro e, com isso, termino. Que dentro em pouco possamos ampliar nosso maior Grupo, que é o Grupo do Rio, mas reitero o convite e a proposta de que, em plena crise e pela crise, inclusive, com um sentido não só de fraternidade, mas também de sobrevivência, sejamos capazes de avançar a uma Organização dos Estados Latino-americanos e do Caribe que estabeleça compromissos claros e passos firmes em direção à integração política, cultural, e também comercial e econômica da América Latina e do Caribe .

Por enquanto é isso, Presidente.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Muito Obrigado, Presidente Calderón. Queria chamar para falar agora o nosso companheiro Ronald Venetiaan.

Presidente Ronald Venetiaan - Prezados colegas, Prezado Governador da Bahia, permitam-me também manifestar o meu apreço pela iniciativa do Governo da República Federativa do Brasil ao organizar uma Reunião de Cúpula entre a América Latina e o Caribe. Procurarei manter-me fiel ao meu texto dada a limitação de tempo.

Nós, do Caribe, consideramos este Encontro uma grande oportunidade não só em virtude da proximidade geográfica, que torna relevante a cooperação intrarregional. Há, sobretudo, a necessidade de buscar respostas adequadas e conjuntas para atender às graves ameaças que nos cercam e cujos efeitos se tornaram evidentes, palpáveis. Uma dessas ameaças tem sido a tendência dos preços internacionais das “*commodities*” e dos alimentos, os quais tiveram também impacto em nossa economia.

Muitos países, incluindo o Suriname, chegaram a beneficiar-se do aumento dos preços das “*commodities*” no setor da mineração. Entretanto, por outro lado, o aumento dos preços dos combustíveis provocou uma queda nas receitas governamentais e uma pressão adicional sobre as despesas públicas. Esta crise também bloqueou investimentos estratégicos em meu país, por parte de importantíssimos parceiros de muitos anos no setor privado. Com a queda dos preços dos combustíveis em inúmeros países, incluindo o Suriname, o poder de compra da população melhorou um pouco. É muito importante analisarmos profundamente as causas desta crise financeira para evitar que se repita.

Uma outra ameaça é a mudança climática. Meu país, tendo uma localização costeira muito baixa, e onde vive a maioria da população, apresenta-se muito vulnerável à elevação do nível do mar resultante das mudanças climáticas. Nas regiões litorâneas residenciais, constatam-se os resultados negativos das inundações. Recentemente, fomos obrigados a investir na proteção dos litorais, em consequência do avanço do mar, desviando assim recursos de outras áreas prioritárias, como aquelas indicadas nos Objetivos do Milênio (MDG) das Nações Unidas, incluindo educação, saúde, habitação e combate à pobreza.

O Suriname concorda com que deve haver a mais ampla cooperação possível entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, cada um assumindo a própria responsabilidade. O Protocolo de Kioto oferece aos países industrializados a possibilidade de reduzir uma parte de suas emissões de gases, por meio dos compromissos do comércio de carbono. Entretanto, tais países estão respondendo de forma inadequada às

necessidades de países como o Suriname, que tem uma tradição secular de proteger e explorar de maneira sustentável as suas florestas.

Numa tentativa de alterar essa situação, o Suriname sediou uma reunião em setembro de 2008 no contexto do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, a fim de examinar a possibilidade da criação de um mecanismo compensatório capaz de atender aos países com florestas ameaçadas (“*High Forestation Low Forestation Countries*”). Consideramos que a preservação da floresta tropical deve ser estimulada e apelamos assim para um programa internacional de apoio financeiro aos países que gerenciarem suas florestas de forma sustentável. Tais esforços em nada devem diminuir a obrigação dos países poluidores em reduzir suas emissões de CO₂.

É interessante observar quais as medidas que esses países estão dispostos a adotar no âmbito da luta para diminuir as consequências da crise financeira mundial. A atitude de recusar cumprir os dispositivos do Protocolo de Kioto está em total discordância com este.

Estimados colegas, a América Latina e o Caribe integrados podem constituir um instrumento importante para o desenvolvimento econômico, a justiça social e a estabilidade política em favor de nossos povos. Nossa reunião de Cúpula oferece uma oportunidade ideal para compartilharmos posições e tomarmos decisões que podem contribuir para ampliar nossa mútua solidariedade, fator essencial para enfrentar as ameaças mundiais e realizar nossas metas comuns.

O Suriname e a Guiana encontram-se numa situação favorável porque são parte das duas subregiões, a América Latina e o Caribe. Nesse contexto, atribuímos grande importância na continuação das negociações entre o CARICOM e o MERCOSUL para a criação de uma zona de livre comércio, levando em conta as características específicas e os interesses dos respectivos países. Para o Suriname, a integração política, econômica e social entre os povos terá maior êxito na medida em que seja dada atenção à dimensão cultural desse processo.

Obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Presidente Venetiaan. O tempo está estourando, mas numa homenagem a Simón Bolívar e como o Chávez já tirou o sapato ali, eu vou passar a palavra ao Presidente da Venezuela, o companheiro Hugo Chávez. É o último orador. Amanhã, a partir das nove horas da manhã, nós começaremos com os companheiros

que se inscreveram e não falaram. Depois do Chávez, nós levantamos desta sala e arruma-se a sala para o Grupo do Rio. Uns quinze minutos depois; e Raul trata de controlar o Chávez aí. Chávez.

Presidente da Venezuela, Hugo Chávez – Obrigado, Lula. Aproveitarei que você me presenteou, com quanto mesmo? Trinta segundos de seu tempo, e só vou falar isso e, amanhã, falo; porque me da pena, ademais, que pela ameaça do sapato do Chanceler, que calça uns 48. Se atiram esse sapato em alguém, fraturam-lhe o crânio.

Veja, Lula, companheiros, companheiras. Interessante o debate do Presidente Calderón, todos, todos, Mel, todos. Daniel, estamos solidários com Nicarágua e seus pedidos de que nos respeitem. Agora, somente isso, vejam. Para que tenhamos consciência, devemos tê-la cada dia mais, do potencial que somos, unidos. Esta reunião creio que é histórica, Lula. Quanto mudou de 10 anos para cá! Não é? Quanto mudou! Temos que continuar insistindo nesse caminho! A Venezuela estará sempre aí, acompanhando a todos, além de ideologias. Isso já disse Raúl e já o disse também o Presidente do México.

Agora, vejam, nossos 33 países somamos, abarcamos, 20 milhões 180 mil quilômetros quadrados, 550 milhões de habitantes. PIB de 2007, Produto Interno Bruto: 3,5 bilhões de dólares. Reservas internacionais, por cifras da CEPAL, que agradecemos nos tenham assessorado agora mesmo, cifras verificadas pela CEPAL, nossas reservas internacionais somadas: 459.774 bilhões de dólares. No primeiro semestre de 2008, passamos a 509.275 bilhões de dólares, quer dizer, 50 bilhões adicionais ao montante final de 2007. Pronto, aí está, nesse conjunto de fatores, a possibilidade de nós desenharmos soluções para enfrentar esta crise, como Leonel a pintava. Creio que não temos ainda percepção exata da ameaça que é esta crise. Um cientista, um investigador dizia, em Caracas, há pouco, Lula, que esta crise parece um vírus mutante, vai mudando, de semana em semana. É uma verdadeira ameaça.

Creio que não deveríamos perder tempo e deveríamos institucionalizar-nos. Deveríamos criar uma organização de nossos Estados Latino-americanos e Caribenhos, e, para honrar ao que pretenderam fazer da ALCA, observe como ficaria: OEALCA, para render homenagem à ALCA, que descansa em paz, OEALCA, Organização dos Estados da América Latina e do Caribe.

Mas, enfim, só com esses números, Lula, uma equipe de peritos, de maneira urgente, eu diria, em função de tudo que estamos ouvindo, solicitemos

que nos apresentem. Por exemplo, reservas internacionais, a Venezuela tratou de suas reservas e criou a figura de reservas excedentes. Por lei, todos os anos fixamos um teto e eu te explicava isso uma noite que estávamos jantando, em Caracas. Bem, nós utilizamos, até agora, 40 bilhões de dólares, os estamos utilizando para investimentos no país, dinheiro que se foi. Da Venezuela, se foram quase 100 bilhões de dólares. Saíram entre 1974 e 2000, aproximadamente, quase 100 bilhões de dólares. Agora, não se vão, agora, ficam aí em investimentos, investimentos para o desenvolvimento e temos umas reservas internacionais sólidas.

Por que nós não poderíamos tomar uma decisão soberana, de Estado soberano, e utilizar, se pegamos 10% destas reservas internacionais que informei, de 509 bilhões são 50 bilhões de dólares, 10%, respeitando as assimetrias, que cada um aplique, bem, segundo o princípio socialista de cada qual segundo suas capacidades, não é verdade? E respeitemos aos mais pequenos, aos mais fracos e aqueles que possamos pôr um pouquinho mais, que o façamos e demos exemplo de que estamos nascendo de verdade ante o mundo, como uma região com grande potencial e com uma vontade política.

Creio, termino Lula, eu creio que esta crise e a problemática, Leonel, que vêm sobre nós como mil furacões, como aquele filme da tormenta perfeita, esta pode ser como uma tormenta perfeita. Só tem soluções regionais, desde nós mesmos. Invoco, de novo, inspiração em José Gerbacio Artigas, nele, em Bolívar, que amanhã completa 178 anos de morto, em San Martín, em Tiradentes e em todos, mas no que disse Artigas e o disseram eles:

“não esperemos nada, senão de nós mesmos”.

Repare que falei em dois minutos. Obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado. A grande mudança na América Latina é o Chávez ter encurtado o discurso dele. Companheiro Chávez, obrigado. Agora, nós vamos nos retirar. Antes, eu queria dar um aviso para os companheiros que não vão ficar no Grupo do Rio. A hora que terminar o Grupo do Rio, nós vamos ter, às oito e meia da noite, no complexo hoteleiro da Costa do Sauípe, na tenda da Bahia, uma programação cultural do Estado da Bahia. Vai ter a apresentação da Orquestra Criança Cidadã. São meninos de uma favela do Estado de Pernambuco que vão se apresentar vinte minutos. Depois, vai ter a apresentação de grupo de coral aqui da Bahia

– cinco minutos – que também é da periferia e, depois, tem um grupo aqui, Chávez, da Orquestra Neo Giba 2 de julho, composta por jovens baianos. Esta orquestra é inspirada numa coisa que existia na Venezuela, existe na Venezuela. Essa orquestra é inspirada numa orquestra que tem na Venezuela. Também será uma apresentação de vinte minutos. Depois, o Governador vai gentilmente nos oferecer um coquetel. Então, eu queria convidar a todos vocês que saírem agora, que não vão participar do Grupo de Rio, para que, às oito e meia, estivessem na tenda Bahia, para participar desse ato cultural. E, aos que vão participar do Grupo do Rio, eu pediria que nós saíssemos e esperássemos um pouco na sala ao lado, para começarmos a reunião.

Dia 17 de Dezembro

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Eu gostaria que todos tomassem assento.

Bem companheiros, aqui estamos. Agora, faltam acho que dois companheiros. Por isso, é importante esperar a Guiana e o Suriname. A Nicarágua foi embora, Daniel foi para Moscou. Chávez, ontem você disse que ia falar dois minutos e que ia se inscrever hoje. Estão inscritos, até agora, Jamaica, Bolívia, Argentina, Panamá, Uruguai, Peru, Colômbia, Trinidad e Tobago, Haiti, El Salvador, São Vicente e Granadinas. Coloco Chávez aqui?

Presidente Hugo Chávez – Eu falei ontem foi o meio minuto que me presenteou.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bom, vamos começar o dia de hoje ouvindo o Primeiro-Ministro da Jamaica.

Primeiro-Ministro Bruce Golding – Muito obrigado, Senhor Presidente, meus colegas. Primeiro, gostaria de agradecer o Governo e o povo do Brasil pela calorosa hospitalidade brindada a nós desde nossa chegada. Penso que é bem justo que este encontro se realize nesta bela cidade de Salvador, Bahia, cuja história e legado simbolizam tanto aquilo que confere ao povo da América Latina e do Caribe uma identidade única e comum. Quero dizer ao Senhor Presidente que apreciei todo o show da última noite e, se na Jamaica reivindicamos que podemos ensinar ao mundo como correr rápido, então também deve ser dito que o Brasil pode ensinar ao mundo

como dançar e como transformar jovens em virtuosos músicos e congratulo o senhor pelo maravilhoso show de ontem à noite.

Quero congratulá-lo, também, pela iniciativa de nos reunir aqui. Como dizia antes, é em muitos aspectos uma reunião histórica porque o senhor habilitou os líderes da América Latina e do Caribe a se encontrarem cara a cara. Há tantas coisas acontecendo ao nosso redor que precisamos encarar tudo isso juntos e o senhor realizou um grande começo. Gostaria de agradecer-lhe, igualmente, e também ao Presidente Chávez, a atenção que ambos tiveram com os pequenos Estados-ilha anglófonos do Caribe. Alguns de nós são tão pequenos que não somos maiores que uma pequena cidade do Brasil ou da Venezuela, mas vocês mostraram respeito e agradecemos por isso.

A questão da integração da América Latina e do Caribe é como um feto que luta até os ossos. Devemos reconhecer os esforços que foram feitos. Devemos reconhecer os esforços empreendidos por muitos e muitos anos para unir esta região e existem vários organismos e instituições e mecanismos que têm servido progressivamente para aproximar a região e eles são parte dos alicerces nos quais nos firmamos e nos quais esse encontro de Salvador foi convocado. Mas, com exceção do Grupo do Rio, que se reuniu ontem à tarde, todas as iniciativas ficaram aquém da inclusão e da dimensão que somos capazes de consolidar para maximizar as energias e o poder das regiões. Que é algo que somos convocados a fazer se quisermos acelerar o desenvolvimento da região e criar prosperidade para nossos povos. Muitos de nós, ao longo dos anos, temos mostrado a tendência de olhar para o Norte, em busca dos meios e do espaço econômico que facilite o crescimento e o desenvolvimento. O que eu venho descobrindo progressivamente é que o espaço é cada vez mais competitivo e que ele não conhece mais o nosso nome e, por isso, não possuímos mais o poder reivindicatório que possuíamos no passado.

Creio que, por muito tempo, subestimamos o poder e o potencial presente na região. O Presidente Chávez mostrou ontem que formamos nações que compreendem algo como quinhentos milhões de pessoas, com impressionante diversidade de recursos naturais e com uma capacidade institucional humana para transformar a região numa fortaleza econômica. Acredito que chegou a hora de explorar esse poder e de usá-lo em benefício dos povos da região. E isso, suponho, deve ser a razão primordial para nos reunirmos aqui. Já sabemos os problemas que nos confrontam mais globalmente e regionalmente. Gastamos uma considerável quantidade de tempo em reuniões após reuniões

narrando entre nós quais são os problemas, apresentamos diferentes opiniões, diagnosticamos o problema, prescrevemos o que deve ser feito e, depois disso tudo, empacotamos nossas malas e voltamos para casa. Isto deve ter algum valor terapêutico, mas suponho que não seja um mandato para a ação. O Presidente Jagdeo enfatizou ontem que ninguém irá resolver esses problemas para nós. A responsabilidade de solução está em nossas próprias mãos, o poder de resolver esses problemas está em nossas mãos e penso que devemos achar o caminho de afirmar e exercer este poder.

Penso que é tempo de começar a trabalhar. Todos acatamos o valor e as imensas vantagens que devem surgir de um movimento de maior coordenação entre América Latina e Caribe e, de novo, quero elogiar o Presidente Lula por ter nos convidado até aqui, nos ter reunido. E acredito que essa oportunidade nos é importante para determinar o escopo de nossas intenções e as modalidades que desenvolveremos para realizá-las. Entendi, ontem, da intervenção inicial do Presidente Chávez, que essa é a direção que ele também sugere que tomemos. Penso que temos duas opções. Podemos nos encontrar em uma conferência livre, sob a forma de um tipo de processo de consultas onde intercambiaríamos pontos de vista e idéias. Podemos ser não mais que 33 Estados soberanos reunidos na mesma sala, mantendo uma conversa, mas pergunto: já não tivemos bastante disso? Já não fizemos bastante disso?

Temos uma segunda opção: podemos acordar uma estrutura institucional e organizacional para construir consensos e idealizar um plano de ação para juntar as capacidades técnica e administrativa e proporcionar à região um efetivo veículo para a mudança. O mundo está crescentemente se reconfigurando em conglomerados de nações soberanas. Devemos decidir se os encaramos separada e individualmente ou se nos combinamos para garantir que estejamos em pé de igualdade, na mesma posição, com igual força e com orgulho consumado nas relações com o resto do mundo. Se escolhermos a última opção, surge uma série de questões. Criamos outra nova estrutura? Reinventamos a roda ou avaliamos o que já existe, olhamos para o que temos e para entender o que pode ser adaptado, como pode ser fortalecido para responder àquilo que acredito ser um chamado urgente à ação da América Latina e do Caribe.

Defendo, Senhor Presidente, que há essa estrutura para a ação e o caminho orientado adiante. Essa estrutura existe no seio do Grupo do Rio. Ele tem 22 anos de existência e com a admissão de Cuba, ontem, abarca, agora, todos os 33 países da América Latina e do Caribe, estendendo-se do

México no noroeste à Argentina e Chile no sudeste. O Caribe está representado coletivamente, mas a filiação está aberta a cada país individual do CARICOM e Belize, Guiana e Haiti já se beneficiaram disso. Quero indicar, hoje, que a Jamaica também buscará tornar-se membro individual do Grupo do Rio. O ponto que quero levantar é que, no Grupo do Rio, a autenticidade constituinte já foi estabelecida. Consideramos o fato de que existem outras instituições de integração na região e elas devem ser respeitadas. Não há conflito inerente. Não há nenhuma inconsistência necessária na existência desses grupos e a autoridade superveniente e a autenticidade do Grupo do Rio. Aquelas instituições podem operar na estrutura mais ampla desse Grupo.

Eles podem necessitar de alguma calibragem, alguma sincronização. Esse é um trabalho a ser feito, mas não é razão para descartar o conceito. Sugiro que, se a vontade política existir, se nada mais fizermos nesse encontro, sugiro que criemos uma força tarefa, um grupo de trabalho técnico, para capturar o sentimento da reunião, examinar todas as ramificações e preparar propostas de fortalecimento do Grupo autêntico, que se tornará o Grupo do Rio, o qual será o meio de consolidação do poder dos latinos e caribenhos e guiará o movimento coletivo de avanço da região. A XXI Cúpula do Grupo do Rio está marcada para 2010 e ela deve ser útil para ordenar os detalhes desse tipo de arcabouço, esse tipo de estrutura para consideração durante aquela Cúpula.

Se essa proposta encontrar receptividade, gostaria de sugerir três áreas sobre as quais devemos ter muito cuidado. Primeiro, devemos resguardar-nos contra a tendência que vemos com frequência: a tendência à insularidade. Cada um de nós, às vezes, pensa que ficamos melhor lutando batalhas particulares do que sermos impelidos por obrigações coletivas. Acho que precisamos entender que não faz sentido vencer a batalha se não formos vencer a guerra e isso é o que requer uma abordagem coesa mais ampla do que somos capazes de assumir numa base individual.

Em segundo lugar, quero indicar que não há necessidade de harmonizar nosso interesse ou nossas estratégias. Com muita frequência, nos encontramos em lados opostos no nível micro, em detrimento de forjar um propósito coletivo no nível macro. De novo, algumas vezes nos concentramos mais em vencer batalhas do que em vencer a guerra. O Presidente Jagdeo, ontem, frisou que quando nos encontramos em conferências importantes no mundo, quando precisamos nos juntar, tudo o que fazemos é dizer olá uns para os outros,

quando, de fato, deveríamos participar com a postura mais comum possível. A força dos nossos números e o impacto que podemos causar no mundo é algo que não pode ser subestimado.

Em terceiro lugar, quero sugerir que não precisamos de uma plataforma da qual nos possamos apresentar individualmente ao mundo. Precisamos falar ao mundo com uma forte voz coletiva. O Presidente Castro levantou questão muito importante ontem e quero citá-lo, ele disse: “esse não é um tempo para credo ou ideologia”, e precisamos observar quão longe viemos. Representamos Estados, somos líderes políticos representando partidos políticos que há não muito tempo atrás nada encontravam com o que concordar. E, contudo, hoje alcançamos o estágio onde há tanto em comum entre nós, tanto sobre o que concordamos, que, às vezes, lutamos para achar pontos de discórdia. Há tanto em comum e há tanta unidade que fomos capazes de forjar um propósito comum.

Acredito, Presidente Lula, realmente acredito que estamos no limiar de uma nova e excitante experiência na América Latina e no Caribe. Temos uma oportunidade para o engajamento coletivo. Temos uma oportunidade de afirmar o enorme poder dessa região. Seremos ferozes e desafiadores, quando necessário, e podemos estar firmemente comprometidos com os princípios que expusemos. Mas acredito que o tempo para agir é agora. Acredito que chegou o momento de avançarmos juntos. Eu fiz uma proposta: acho que o Grupo do Rio provê a moldura ideal, não precisamos recriá-la. Precisaremos trabalhar algo em termos de estrutura, em relação aos mecanismos de apoio de que vai necessitar. Quero reiterar essa proposta que fiz, de que atribuamos essa responsabilidade a um grupo que prepare as modalidades e que as apresente a nós, na Conferência de 2010, com um molde, com uma moldura de como podemos avançar.

Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Primeiro-Ministro Bruce Golding. Eu queria chamar agora o Presidente Evo Morales para fazer uso da palavra.

Presidente Evo Morales: Muito obrigado, Presidente, companheiro irmão Lula do Brasil, Presidentes irmãos da América Latina e do Caribe, Presidentas, movimentos sociais, organismos internacionais, convidados especiais. Cabe saudar essa grande iniciativa do companheiro Lula de

convocar, talvez pela primeira vez, Presidentes da América Latina e do Caribe para debater temas tão importantes como a crise energética, a mudança climática, a segurança alimentar, mas, sobretudo, nestas reuniões tão importantes, postular a integração, uma integração orientada para a libertação definitiva dos povos da América Latina e do Caribe.

Ontem tivemos, talvez pela primeira vez, quatro Cúpulas em um único dia: Cúpula do MERCOSUL, UNASUL, Grupo do Rio e, obviamente, esta Cúpula, que continuamos. Acho que é um recorde mundial, que nós Presidentes da América Latina e do Caribe possamos, em um só dia, celebrar quatro cúpulas para tratar de distintos assuntos concernentes a cada Grupo. Mas um dos temas importantes que tocamos é a integração, a participação do povo irmão de Cuba no Grupo do Rio.

É verdade, sentimos a ausência de Cuba, especialmente na OEA, pois seria importante, como não, pois a partir do momento em que não está um país na Organização dos Estados Americanos, esta já não é uma Organização de Estados Americanos, não há democracia, portanto. Estava revisando uma resolução de expulsão de Cuba da OEA. Textualmente, diz, vamos ver, para refrescar a memória de nossos povos, como também de nossos Presidentes. Eu não tinha muita informação sobre com que motivos haviam expulsado Cuba da OEA.

Em 31 de janeiro do ano de 1962, na VIII Reunião de Consultas de Ministros de Relações Exteriores da OEA, celebrada em Punta del Este, Uruguai, aprovaram-se as seguintes resoluções relacionadas a Cuba: “Primeiro: que a adesão de qualquer membro da Organização dos Estados Americanos ao marxismo-leninismo é incompatível com o sistema interamericano, e o alinhamento de tal governo com o Bloco comunista quebra a unidade e a solidariedade do Hemisfério.”

Grave, por certo. Comentaremos.

“Segundo: que o atual governo de Cuba, que oficialmente se identificou como um governo marxista-leninista, é incompatível com os princípios e propósitos do sistema interamericano”.

“Terceiro: que esta incompatibilidade exclui o atual governo de Cuba de sua participação no sistema interamericano.”

“Quarto: que o Conselho da Organização dos Estados Americanos e outros órgãos e organismos do sistema interamericano adotem, sem demora, as providências necessárias para o cumprimento desta resolução.”

Estas resoluções foram adotadas pelo voto de 14 países a favor, um contra, Cuba, lógico, e seis abstenções: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile,

Equador e México. E por essa resolução se excluiu o atual governo de Cuba da participação no sistema interamericano. Se, neste momento, a resolução estivesse vigente para todos os países na OEA, seguramente a Venezuela estaria expulsa, a Bolívia estaria expulsa, talvez outros países estariam expulsos da OEA. Mas o que me pergunto é como se pode expulsar o país mais solidário, como é Cuba, de um organismo internacional. Perdoem-me a solidariedade de muitos países, com meu país, com outros países.

Um país bloqueado economicamente pelo império é o país mais solidário com os povos do mundo. Que eu saiba é o único país onde a educação e a saúde são totalmente gratuitas, muito avançado em temas sociais e é expulso da OEA. Os serviços básicos são um serviço público, não negócio privado. E se expulsa esse país da OEA. Espero não me equivocar. Por isso, na semana passada eu disse: pois Cuba deveria voltar à OEA e, se não voltar, há que se fazer outra OEA sem Estados Unidos, porque há uma OEA sem Cuba, então haveria que fazer outra OEA, sem Estados Unidos. Sinto que talvez estes eventos sejam parte de um grande movimento, por isso, falava de uma verdadeira libertação dos povos da América Latina.

Aqui, falamos bastante de solidariedade, mas aprendi de Cuba que solidariedade não só se fala, se pratica. Na solidariedade, não se divide o que sobra, mas o que temos. Falamos de solidariedade e, de verdade, fazamos a solidariedade.

Há pouco, escutei em uma intervenção que, às vezes, falamos e falamos, mas talvez nunca resolvemos alguns problemas. Quem sabe, é necessário tempo ou recursos para muitos temas, é o que se expressa aqui. Mas como se pratica a verdadeira solidariedade? Estamos falando de uma verdadeira solidariedade ao povo cubano, sobre o bloqueio econômico que o governo dos Estados Unidos impôs contra o povo cubano, contra o governo de Cuba.

Informamos-nos, por meio de nossas Chancelarias, de que, na última reunião das Nações Unidas, só três países, claro, Estados Unidos, Israel e um pequeno país, uma ilha, me disseram, não se somaram à decisão dos Governos do mundo para que se levante o bloqueio a Cuba. Ontem, aqui, celebramos, aplaudimos, três, quatro, cinco minutos, a presença de Cuba no Grupo do Rio. Mas como se concretiza esse aplauso? Como o levamos adiante? E me atrevo a dizer, aqui creio que meu Chanceler não está de acordo, mas me atrevo a dizer-lhes, companheiros Presidentes, eu sou muito sincero e direto e tenho muitas razões para ser muito direto, muito sincero, e expressar a grande luta dos povos indígenas da América, uma luta permanente

contra os distintos impérios, durante a colônia, durante a república, império romano, império espanhol, império inglês e, agora, nos tocou lutar contra o império norte-americano. Essa é a verdade. E, por isso, seria importante, Presidentes, e sei que muitos não vão gostar disso, dar um prazo ao novo Governo dos Estados Unidos para que suspenda o bloqueio econômico. Se o novo Governo dos Estados Unidos não levanta o bloqueio econômico, nós retiramos nossos Embaixadores. Uma medida radical, para que esta solidariedade se expresse de verdade.

Eu ontem escutei, espero não haver entendido mal o Presidente da Guatemala, não comprar nem vender aos Estados Unidos, algo assim. Parece-me excelente proposta. Todos os países da América Latina, ou pelo menos do Grupo do Rio, solidários com Cuba, se os Estados Unidos não levantar o bloqueio a Cuba, retiramos nossos Embaixadores, até que o governo dos Estados Unidos retire esse bloqueio econômico ao povo cubano.

Por que esse tipo de soluções? Vejam. Por ser marxista-leninista, ser expulso da OEA? Pois se trata de aberta discriminação; ser excluído destes organismos internacionais. Não sei se está por aqui o nosso Secretário-Geral da OEA, que respeitamos muitíssimo, ao companheiro, irmão de meu país vizinho, Insulza, quero pedir, por seu intermédio, que esse tipo de resolução deva ser atirada ao tacho, ao lixo, à banheira. De que serve este tipo de resolução que ofende a um país? Só por ser marxista-leninista vamos ser expulsos de um organismo internacional! Por instruções, lógico, do governo dos Estados Unidos!

Oxalá, possam ser revistas. Sinto, porém, que aqui estamos gestando um grande movimento, na iniciativa de muitos Presidentes, à cabeça o Presidente Lula, para buscar outro espaço de integração dos povos da América Latina e do Caribe. Eu saúdo realmente um novo pensamento que se vai gerando na América Latina e no Caribe. Alguns Presidentes da América Central valoravam o discurso, por exemplo, do companheiro Fidel de uns 10 ou 15 anos atrás com relação ao tema do meio ambiente. Daqui a pouco tempo, seguramente, aqueles que aqui intervierem, os que estamos intervindo, condenando o capitalismo, vamos seguir assim. Porque se temos neste momento a crise financeira, a crise do meio ambiente, alimentar, energética, no fundo se trata da crise do capitalismo.

Condenar, questionar o capitalismo não é questionar a propriedade privada. Em meu país, tratam de confundir que Evo Morales quer acabar com a propriedade privada, vai tirar nossas casas. Se uma família tem dois

automóveis, vai tirar um, se uma família tem dois televisores, um Evo Morales vai tirar. Totalmente falso. A propriedade privada se respeita. Porém, uma outra coisa do capitalismo, que a partir da chamada Revolução Industrial de 1740-50, começou-se a pensar somente em dinheiro e não na pátria. Alguns empresários do mundo nunca pensaram no ser humano, só em dinheiro. Essa forma de só acumular o capital em poucas mãos está destruindo o meio ambiente. Essa forma de só pensar em poucas famílias e não na humanidade, em seu conjunto, não representa nenhuma solução.

Sim, aqui quero dizer-lhes, companheiros Presidentes, só temos dois caminhos: mudar, de verdade, estes modelos econômicos, o sistema capitalista ou, de verdade, estimular novos movimentos revolucionários em nossos países. De onde, se pense na igualdade, na dignidade, na solidariedade, na vida mesma de cada ser humano, porque as imposições ditadas desde cima e de fora não têm sido solução em meu país. Enalteço as distintas versões com relação aos organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a reestruturação do sistema financeiro internacional.

No ano de 2003, fevereiro, o que disseram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional? Para baixar o déficit fiscal, recomendação e instrução ao governo, pois então: “impostação” ou “gasolinação”, subir o preço da gasolina ou um imposto sobre os salários. Pois então o governo aderiu ao “impostação”, a um imposto sobre os salário. Em dois dias, tínhamos 15 mortos. A gente se rebelou contra essa política do governo nacional, imposta por essas entidades financeiras. Quinze mortos por culpa do Banco Mundial e do Fundo Monetário internacional.

Algum dia, assim penso, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional têm que ressarcir esse dano que causaram a muitos países da América Latina. As receitas econômicas não foram nenhuma solução para o meu país. E, agora, só com a modificação da lei de hidrocarbonetos, ainda falta o que fazer, só nacionalizando, sem “impostação”, sem “gasolinação”, já não há déficit fiscal, e sim superávit fiscal, desde 2006, 2007 e 2008. Desde 1940, a Bolívia nunca tinha superávit, sempre déficit, aí estão os dados.

Imaginem o dano que essas receitas do Banco Mundial causaram a meu país. Estava revisando alguns dados econômicos, por exemplo, só para emprestar 30 bilhões de dólares, condicionados à privatização de nossas refinarias. Com as negociações acertadas com o Brasil, recuperamos nossas refinarias. Porém, ao contrário, naquele condicionamento internacional, tomaríamos emprestados 30 bilhões, mas teríamos que entregar as refinarias às transnacionais.

Essas são as políticas e por isso saúdo as iniciativas de fazer uma profunda reestruturação no sistema financeiro internacional. Mas se queremos enfrentar o tema da crise alimentar, estamos nos preparando com pouca experiência. Primeiro, deve-se garantir alimento para o povo e, em três níveis: um para os produtos mais importantes, como arroz, trigo e, sobre o trigo, ainda não se pode resolver, porque nos deixaram com uma dependência em relação ao Norte. Já melhoramos a produção de trigo, soja, milho, com crédito de 0%. Diria que, este assunto, vamos resolver, exceto o trigo. Em segundo lugar, também com nossos próprios recursos, garantia de créditos para micro e pequenos empresários, associações, cooperativas para a produção. E, em terceiro lugar, uma aliança entre o setor financeiro, os bancos privados com o governo nacional. Desde semanas, estamos disponibilizando 200 milhões de dólares para o médio e o grande produtor, para empresários realmente produtivos, não políticos. Colocamos à disposição, desde meados do ano passado até agora, algo como 550 milhões de dólares. Evidente que, para os países grandes como o Brasil, não é nada, é meia tigela para o companheiro Lula, 500 milhões de dólares não são nada, mas, para a Bolívia, nos ajuda bastante a resolver os problemas que temos e, desta maneira, enfrentar o problema, isto é, que não falte alimento para o povo. Se não falta alimento para o povo, vamos poder frear qualquer crise financeira que possa afetar nossos países.

Em segundo, eu diria: como garantir os serviços básicos? E os serviços básicos não podem ser da iniciativa privada. Eu, cada dia que passa, disso me vou convencendo. E, terceiro, o tema da saúde e educação, em que será impossível alcançar Cuba. Há colégios privados, respeitamos, universidades privadas, respeitamos. Mas que bom seria se toda a educação fosse totalmente gratuita. A Bolívia não tem capacidade de garantir isso, portanto, existe o ensino privado. Consagramos isso que também está garantido na nova Constituição política do Estado boliviano. Porém, o mais importante desse tema da reestruturação e de outras reivindicações, recapitulando as iniciativas de muitos Presidentes, é acelerar o estabelecimento e o funcionamento do Banco do Sul. Acho que nossos Ministros da Fazenda, nossos peritos econômicos, deveriam acelerar o funcionamento do Banco do Sul. A proposta do companheiro Chávez, de dispor de 10% ou de alguma porcentagem das reservas internacionais é uma grande base para alavancar o Banco do Sul.

Assim, vemos que a Bolívia tem crescido de verdade. Quando cheguei à Presidência eram de apenas 1.700 bilhão as reservas internacionais; agora

nos aproximamos de 8 bilhões de reservas internacionais. Eu questionava, às vezes, não a existência desse dinheiro, que sempre existiu, mas, antes, aonde ia, quem o levava, quem o roubava. Alguma coisa acontecia. Confiei a alguns economistas a tarefa de fazer uma profunda investigação sobre por que, até há cinco anos, as reservas internacionais da Bolívia não eram de mais de um bilhão de dólares. Como estão crescendo, e estou certo de que continuarão a crescer, podemos dispor de uma porcentagem, digamos 5% ou 10%, de nossas reservas internacionais. Pensamos contar com todos os países nesse Banco do Sul. É possível que o Banco do Sul substitua esses organismos financeiros internacionais.

Creio de verdade, está em nossas mãos transformar pela raiz, ou fazer uma profunda revolução na Organização Mundial do Comércio, evitar a liberalização dos serviços financeiros, criar um fundo de reserva da região. Acredito que podemos criar um fundo de reserva, e não só que cada país tenha o seu. Avançar para uma moeda comum sul-americana ou latino-americana.

Há algumas semanas, o companheiro Chávez e o companheiro Correa pensaram no nome de Sucre, e estou de acordo com Sucre, pois Sucre pode cair bem à Bolívia, à Venezuela, ao Equador, talvez ao Peru e a outros países; talvez Sucre não agrade a todos os países latino-americanos. Se Sucre não é consenso, eu proporia Pacha, que é a mãe Terra que nos dá recursos naturais, portanto, recursos econômicos. Se há consenso, repito, sobre Sucre...

Presidente Rafael Correa - Sucre em francês significa açúcar, portanto vai ser consenso.

Presidente Evo Morales – Assim esperamos!

Presidente Rafael Correa - Açúcar para todos!

Presidente Evo Morales - Então, companheiras e companheiros, são grandes as iniciativas que vêm de nossos países, mas um tema central é criar uma Organização, das Nações Unidas, para o Meio Ambiente, para enfrentar a mudança climática.

Lamentavelmente, alguns países não estão assumindo muita responsabilidade em relação à destruição do meio ambiente. Desde agora deveríamos nos preparar para o próximo ano. Tenho a informação de que no

próximo ano haverá uma Cúpula de Chefes de Estado somente para tratar de meio ambiente. Nossa proposta é recolher a vivência de nossos povos que vivem em harmonia com a mãe Terra, respeitam a mãe Terra, para podermos influir nos países desenvolvidos e dessa maneira salvar o Planeta, para salvar a humanidade.

Companheiros Presidentes, são algumas iniciativas de experiências nossas, uma pequena contribuição, e saúdo, de verdade, este tipo de evento de Presidentes que buscam a integração, mas também buscam propostas sobre problemas que a humanidade tem em seu conjunto. Agora estão em debate essas crises financeiras; esperamos compartilhar o debate com todos. Podemos apoiar, mas, sobretudo, alguém dizia, os problemas vão ser enfrentados por nós mesmos; não haverá ninguém que possa salvar-se sem a solidariedade, a complementaridade entre Presidentes e entre governos, tão importantes para salvar nossos povos na América Latina e no Caribe.

Nada mais. Muito obrigado, Presidente Lula.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado Presidente Evo. Passo a palavra agora para a Presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner.

Presidenta Cristina Fernández de Kirchner – Bem, muito bom dia a todos e a todas, Senhores Presidentes e Senhoras Presidentas. Há pouco pensava e comentava em voz alta aqui com meus companheiros de bancada – não posso esquecer meu passado de legisladora – como se verá em outras latitudes o fato de que, as mesmas pessoas, protagonizemos quatro reuniões diferentes em dois dias? Ainda agora também mencionava isso o Presidente da Bolívia, Evo Morales. Deve-se considerar pelo menos como um fato raro que quatro Cúpulas diferentes, com os mesmos protagonistas, tenham lugar num mesmo âmbito, inclusive mudando de lugares.

De qualquer maneira, creio que isso patenteia o principal problema que temos como espaço político latino-americano e caribenho, que é, creio, o de carecer de um sistema de decisão. Toda organização, todo país, todo espaço político-econômico deve ter um sistema de tomada de decisões. Esta é uma organização na qual os que se reúnem, além de apresentar reflexões, de compartilhar pensamentos, debates, etc, devemos ter um sistema de decisões. E creio que estamos no caminho para poder construir um sistema de decisões,

um lugar onde possam tomar decisões os países da América do Sul, da América Latina e do Caribe.

Nesse sentido, creio que ontem aconteceu uma coisa muito importante, que é o pronunciamento do Grupo do Rio, pelo qual se afirma que temos que tender a uma organização na qual estejamos contemplados todos os países da América Latina e do Caribe. Creio também que a reunião, assim teriam sido outras 20, valeu bem a pena, por participar de um fato histórico, que foi o ingresso da irmã República de Cuba no espaço do qual nunca deveria ter saído.

Assim, saúdo esta iniciativa que tivemos, Presidentes e Presidentas, mas também ponho sobre a mesa um tema que seguramente deveremos seguir abordando, que é a construção de um sistema de decisões que nos permita ser operativos e gerar instrumentos que produzam resultados concretos, pois é disso que trata a política e é isso ademais o que esperam as sociedades e as comunidades.

Penso que também foi o propósito desta reunião abordar o tema da crise e seu impacto, essencialmente nos países emergentes. Eu, diferentemente de muitos, creio que esta não é uma crise econômica ou financeira; creio que é uma crise de uma ordem política que também tinha um sistema de decisões no qual um grupo muito reduzido de países decidia pelo resto do mundo, paralelamente a todos os organismos multilaterais, políticos, como a ONU e inclusive o Fundo Monetário Internacional.

Os Senhores sabem que nós, por exemplo, solicitamos em todos os foros internacionais a reformulação da estrutura financeira do Fundo Monetário Internacional e também a reformulação dos organismos da ONU. Porém o certo é que talvez o mais grave seja que existe um mundo onde, embora com regras que não compartilhamos, há países que as cumprem ou que são obrigados a cumpri-las, e países que não cumprem sequer tais regras.

Por isso defendia, há muito pouco tempo, que talvez mais grave que regras ruins, seja viver num mundo onde as regras somente podem ser respeitadas pelos fracos e violadas talvez pelos países mais poderosos.

É isso que resulta intolerável no mundo, que as regras sejam somente para alguns. De fato, temos ouvido múltiplas críticas ao Fundo Monetário Internacional; nós as temos encabeçado em muitíssimas oportunidades, quando se exigia o superávit, quando se exigia que não se tivesse déficit, mas o certo é que, por exemplo, essas exigências jamais foram aplicadas à primeira economia do mundo, que tem a vantagem ademais de ser moeda de reserva,

que tem ademais a vantagem de poder emitir moeda de reserva, e que ademais, ao ter um déficit estrutural que já não sei de quantos milhares de trilhões de dólares, termina finalmente exportando sua crise a todos os países que são aqueles que sustentaram o crescimento da economia mundial.

O curioso é, escutava outro dia, que a recessão nos Estados Unidos começou em 2007; contudo, nem o Fundo Monetário Internacional, nem as classificadoras de risco, nem absolutamente nenhum jornalista investigativo pôde determinar que a recessão nos Estados Unidos havia começado em 2007, talvez porque sempre andam buscando onde há um governo populista na América Latina, para poder freá-lo. Estão tão ocupados com essas questões que talvez não tenham tempo para observar algumas coisas que aconteceram, e que hoje, sim, querem trasladar precisamente aos países emergentes, de onde curiosamente os capitais emigram para irem precisamente ao lugar que é a origem da crise. E alguém diz: mas estão todos loucos?

Não, não estão todos loucos. É que os EUA continuam sendo a única moeda de reserva, e é o único país que está autorizado a descumprir as regras que, sim, os demais países têm obrigação de cumprir sob pena de serem condenados publicamente e mundialmente como governos populistas, deficitários, ineficientes, etc.

Vejo então que o problema não é somente econômico e financeiro, é profundamente político, e é profundamente político porque existe um duplo padrão, inadmissível e cada vez mais visível num mundo que, graças à globalização das comunicações, é propagandeado com maior rapidez e vertiginosidade que em outras ocasiões.

Ocorre-me, então, uma questão central em todos os espaços, neste em que estamos hoje, em outros espaços. Ontem a Presidenta do Chile oferecia seu país para que pudéssemos, nós que formamos o G-20, discutir mais além das demandas do G-192, como quiseram outros companheiros Presidentes. O certo é que quando nos coube participar em Washington, há um mês, ou um pouco mais, da reunião do G-20, três dos países que estamos aqui tivemos divergência.

O importante também seria ter posturas uniformes nesses organismos internacionais, que realmente representassem a região; porque de nada vale chegar aqui com discursos para, quando se tem que se sentar em frente aos outros, aos que têm poder, não repetir e dizer exatamente as mesmas coisas que dizemos aqui. Isto é chave, é chave porque o que não se pode seguir sustentando, digo, é o duplo critério, que é o que acontece hoje nos organismos multilaterais de crédito, acontece nos organismos políticos também.

Meu país ainda tem um enclave colonial. As Nações Unidas emitiram múltiplas resoluções convidando o Reino Unido a negociar com a República Argentina a questão das Malvinas. Contudo, o Reino Unido pode dar-se ao luxo de não cumprir nenhuma resolução das Nações Unidas. Agora, se um pequeno país não cumpre uma resolução das Nações Unidas, é invadido ou é castigado, ou é bloqueado, ou é... enfim, podemos dar muitos exemplos.

Parece-me então que uma das chaves é reclamar não só mudança de regras, senão que as regras sejam cumpridas por todos, que as resoluções sejam cumpridas por todos. Tem a ver com a idéia de poder compartilhar organismos de decisão política como a ONU e organismos internacionais de crédito como o Fundo Monetário Internacional; porque a grande pergunta é: podemos lograr uma reformulação do Fundo em suas regras? Podemos lograr uma reformulação do Banco Mundial ou das Nações Unidas, mas, resolvidas nesses espaços as novas regras, serão estas cumpridas por todos, ou somente serão cumpridas obrigatoriamente por aqueles países que não têm participação nos minúsculos sistemas de decisão que hoje imperam no mundo? É uma das causas de grande conflito, porque, ademais, se são observados os resultados, em termos de segurança mundial e em termos de economia, com esses últimos acontecimentos que tivemos, revela-se que o sistema tem sido altamente ineficiente, altamente ineficaz, inclusive para aqueles que tinham quase um poder de decisão hegemônico.

Creio então que um dever que deveríamos ter todos os que integramos governos e que, portanto, temos responsabilidades institucionais, é lograr que estes espaços de discussão e de reflexão importantes, que constituem avanços... Eu ontem, por exemplo, quero comentar-lhes algo... ver que sob a Presidência da irmã República do México, que tem sido líder em matéria de defesa dos Direitos Humanos, que ademais foi a que constituiu a doutrina do direito de asilo amplo, e que agora faça, sob a Presidência do amigo Felipe Calderón, a incorporação de Cuba ao Grupo do Rio... parece-me um símbolo mais que importante, me parece um resultado concreto, e quero felicitar, ontem o não fiz, ao Presidente Felipe Calderón, precisamente, porque sob sua Presidência Pro Tempore se conseguiu realizar um fato de justiça, simplesmente isso, de justiça, de incorporar Cuba a um lugar de onde nunca deveria ter saído.

Creio então que algo a que deveríamos nos propor permanentemente em todos os foros é que o sistema de decisão que impere num organismo como as Nações Unidas ou organismos multilaterais de crédito reformule

regras, mas, ademais, que estas regras sejam cumpridas por todos, e que nós, espaço latino-americano e caribenho, possamos concretamente construir um sistema de decisão do qual carecemos. Carecemos de um sistema onde as decisões que tomemos sejam realmente isso, decisões, e não simplesmente discursos ou reflexões, para que depois estes sistemas e estas decisões se possam expressar talvez em outros âmbitos, onde nem todos participemos, de onde não sejamos parte, mas que necessariamente reflitam e tenham a representatividade da região.

Acredito que, sinceramente, esta é uma das carências talvez das maiores que temos. Tampouco temos que nos autoflagelar e dizer que tudo é culpa nossa. Temos sido nações muito castigadas por ditaduras. Eu recordava que ontem, 16 de setembro, 16 de dezembro, perdão, se completava o aniversário da Multipartidária, a primeira marcha da democracia que teve lugar depois de anos de ditadura em meu país. Temos sido uma região muito castigada, e, com certeza, hoje estamos em um momento talvez inédito em nossas histórias, quando, embora com governos que não pensamos da mesma maneira, em que não temos, todos, origens e histórias comuns, não obstante podemos alcançar pontos importantes, como fizemos na defesa da democracia na Bolívia e na constituição de uma comissão de Direitos Humanos e a incorporação ontem de Cuba ao Grupo do Rio.

Isto me permite ser otimista, no sentido da necessidade de que estejamos no caminho acertado para encontrar uma construção diferente que, não sei que nome poderá ter quando encontrarmos o caminho definitivo dessa construção, e de que será necessário acelerar os tempos, porque a magnitude dos câmbios é de transformações de tal vertiginosidade, que resultava impensável ver e ser testemunhas de determinadas modificações que têm acontecido, e que, contudo, de fato se produziram.

Por isso digo que seria bom que insistíssemos muito em encontrar novas construções nesse sistema de decisões de que está necessitando a região, para não somente juntar-nos tanto mais nas reflexões, mas também poder lograr coisas como as que conseguimos na Bolívia, como as que logramos com a incorporação de Cuba, mas poder fazer isso num espaço mais orgânico, mais institucional, de onde também, como postulava a Presidenta da República do Chile, possamos levar a voz para outros âmbitos de uma região que, como assinalava Chávez, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, representa cifras muito importantes em termos de PIB, em termos de densidade populacional, mas, ademais, também em termos de reserva energética,

aqüífera e em matéria alimentar, que serão as três grandes chaves e hipóteses de conflito no século XXI.

Já não haverá a tensão bipolar que caracterizou o século XX; outras serão as tensões, e nosso espaço geográfico e político deve estar preparado com organismos, com instrumentos e com sistemas de decisão e de defesa para incumbir-se de uma etapa no século XXI que não direi que será nem melhor nem pior, mas diferente da que vivemos e para a qual nossas cabeças tinham sido educadas e acostumadas, o que exigirá da parte de todos e de todas um grande esforço nos processos de integração, que nunca serão fáceis; sempre haverá debates, que por aí sempre haverá interesses contrapostos normais e naturais, porém creio que se há um interesse superior sobre o qual operar, sobre o qual trabalhar, sobre o qual construir, é precisamente o de nos vermos como uma região com potencial único num mundo que vai demandar as coisas que nós temos e que, ademais, como se fora pouco, com o risco de repetir o que outros já disseram, temos outra virtude, não temos conflitos nem religiosos, nem étnicos, que afligem outras regiões, talvez tragicamente, o que nos converte também num espaço com uma oportunidade única para lograr crescimento e bem-estar para nossos povos.

De fato, foi durante esta última década de governos, que alguns gostam de caracterizar como progressistas, mas que eu prefiro chamar de governos democráticos e populares, que se propiciou maior qualidade de vida na América Latina, embora continuemos sendo o continente mais injusto em distribuição de renda; mas ninguém pode tampouco desconhecer os sucessos obtidos durante esta última década, pelo menos em muitíssimos de nossos países, em conseguir maior participação da renda dos trabalhadores no PIB e em lograr melhoras sociais e políticas até então impensadas.

Por isso creio que o esforço deve estar centrado nesse objetivo, em fazer o que fazem noutras latitudes, construir sistemas que nos permitam ser mais fortes, mais integrados para encarar um mundo que, sem dúvidas, será muito difícil.

Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, companheiro Torrijos, quero lembrar que faltam 10 oradores e Chávez, e eu ainda preciso dar umas últimas palavras; portanto há 11 oradores e ainda tem alguns oradores que podem inscrever-se; depois temos que tirar a foto, aprovar algumas decisões

aqui, e a seguir tem uma coletiva; vamos decidir quem vai a essa coletiva. Querido companheiro Torrijos a palavra é sua.

Presidente Martin Torrijos: Obrigado, Presidente. Vou observar muito claramente suas instruções sobre a questão do tempo. Agradeço sua liderança e a oportunidade de nos convocar aqui à Bahia; agradeço ao Senhor Governador e a todos os brasileiros por esta grande hospitalidade que nos deram, que nos brindaram.

Fica claro que, depois das intervenções do dia de ontem, as intervenções do dia de hoje, que reconhecemos que vivemos uma crise de caráter global, uma crise que demanda ações comuns, que demanda muita criatividade e determinação, uma crise que demanda mais integração, melhores mecanismos de coordenação que nos permitam sair unidos, com uma só voz, para enfrentar as conseqüências sociais que já estamos sentindo em todos nossos países com a perda de milhares de empregos em cada um de nossa região, mas também com a irremediável conseqüência de milhares de pessoas, que por muito tempo haviam lutado para sair da pobreza, regressando à época da desesperança, com sua conseqüência de instabilidade social, e em muitos casos instabilidade política.

Crise de que, como muitos assinalavam nas intervenções, Leonel Fernández, ainda não se sabe a real dimensão, nem seu alcance nem o tempo que vai durar; dependendo de qual seja sua origem, assim será sua duração. Mas a realidade nos indica que, com a inter-relação de nossas economias, não há soluções comuns, o que por si só era um problema complexo da crise energética, da crise alimentar, dos problemas de mudança climática e de como afetou a produção em nossos países; dos problemas que também golpeiam nossas sociedades, como o crime organizado, em sua conseqüência de violência, de luto, de dor; e agora esta crise econômica, esta crise financeira.

Muitos centraram suas intervenções no que fazer. Bem, necessitam-se oportunidades como essa, de uma melhor coordenação no âmbito político, diálogo político, instâncias como a proposta que se ouviu por parte da Jamaica, de fortalecer o Grupo do Rio, ou o que definitivamente tem que ser uma coordenação dos diferentes esforços sub-regionais de integração que acontecem, da América Central, do Caribe, do Sul, países Andinos, enfim.

Temos muitas iniciativas de integração que talvez não coordenamos, não priorizamos, e como tal muitas vezes demoram a cumprir seus compromissos. Se já temos posições comuns, por que não levá-las a uma expressão comum

de nossas posições? Como se propunha ontem, pedir uma Assembléia-Geral Especial das Nações Unidas no próximo ano, para que possamos expressar – sem perder a individualidade como nação e o que cada um vive, de formas distintas, produto da crise financeira – uma posição comum.

Todos temos falado da necessidade de ter maior transparência nas regras de mercado. Como conseguir isso para não sermos surpreendidos? Como fazemos para que as regulamentações que se aplicam a centros financeiros como o panamenho, estrito e que pôde resistir à crise financeira, também sejam aplicadas nos países do Primeiro Mundo, de forma tal que possamos ter algum grau de previsibilidade na crise e nos momentos futuros que vivermos? Como lograr preservar realmente os empregos em nossa economia? Como lograr fazer projetos de infra-estrutura comum e com independência e com os novos mecanismos de financiamento que se possam criar, utilizar os fundos que já temos nos bancos regionais, que estão à disposição de nossos países para ajudar nas áreas em que nossas economias o requeiram, para preservar esse número de pessoas empregadas e afastá-los dos problemas da pobreza? Projetos de infra-estrutura comum de integração, como os projetos de obras viárias, de ferrovias, de portos.

Como conseguir melhorar o capital humano em meio a esta crise? Pois, se antes competíamos, em muitos casos, por mão-de-obra barata, agora, com esta crise, vamos competir em todos os foros; e o âmbito da fuga de capital humano vai se agravar, porque as pessoas mais talentosas de nossa economia vão agora competir em nível mundial e vão continuar nos fazendo falta também na questão da criatividade que nossos países necessitam para seguir adiante. Como tornar realidade a integração econômica e comercial com as distintas iniciativas que em si não se contrapõem, mas, se registramos que avançamos uns 90% na integração comercial, os 10% restantes são a chave para seguir promovendo o comércio e as exportações em nossos países, entendendo que existem diferenças na nossa economia e que cada qual tem que reconhecer e participar na medida em que se possa nesta integração comercial, mas que, sem dúvida, desta crise nenhum país pode sair sozinho? Como fazemos para que essas regras de transparência e supervisão se convertam em normas e leis a serem aplicadas na região e que permitam a todos nós saber que contamos com centros financeiros realmente sólidos? Ações comuns para que ajudemos as economias com cada particularidade a seguir adiante. Solidariedade como a que se mostrou ontem, quando o Grupo do Rio, de certa forma, faz uma reparação histórica com Cuba, e o país se

soma a esse organismo, para poder participar, como deve ser, nessas ações comuns em que o Caribe e Cuba, em particular, têm um papel importante a desempenhar.

Conclamo, porque sei que, ademais da declaração muito bem elaborada que aborda muitíssimos temas, poderíamos destacar dois ou três pontos de ação para este ano, programá-los para o próximo ano, de forma tal que se retratem não só a urgência que todos reconhecemos, senão também a ação imediata que demanda a realidade que estamos vivendo em cada um de nossos países.

Por isso agradeço a oportunidade desta liderança do Brasil, esta vontade política comum para compartilhar experiências, mas, sobretudo, para fixar ações imediatas a médio e longo prazo, que nos permite esta reunião convocada aqui em Salvador da Bahia.

Agradeço também a solidariedade que tiveram com o Panamá. Ontem, hoje, sobretudo, quanto à nossa petição junto à Comissão Européia para que de alguma forma o Panamá possa continuar se beneficiando do SGP-Plus, para que as exportações panamenhas não sejam afetadas no momento em que se requer maior solidariedade dos distintos blocos, sobretudo da parte da Comissão Européia; e, como está incluído na resolução, o que agradeço, os convido a que, assim como pudemos discutir, coincidir em diagnósticos, coincidir em propósitos, coincidamos nas ações muito pontuais e precisas que nos permitam garantir a manutenção dos postos de trabalho, que evitemos que essa geração, que lutou com muito esforço, com muito sacrifício, para sair da pobreza, se veja agora realmente afetada e voltando à desesperança.

Obrigado, Presidente Lula. Obrigado estimados colegas e companheiros.

Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado Presidente Torrijos. Peço para fazer uso da palavra o nosso companheiro Tabaré Vázquez, Presidente do Uruguai.

Presidente Tabaré Vázquez: Senhor Presidente do Brasil, companheiro Lula, estimadas colegas e estimados colegas. Em primeiro lugar, uma vez mais o agradecimento pela recepção e hospitalidade com que nos receberam nessa terra irmã e, em segundo lugar, as felicitações ao Presidente Lula por sua capacidade para liderar uma instância como a que presenciamos, que sem dúvida é histórica e é transcendente. Parece-nos, ademais, uma excelente

idéia concretizar, em um mesmo lugar, em curto prazo de tempo, quatro Cúpulas, como as que se realizaram.

Dito isto, vamos centrar nossa participação exclusivamente na postulação que, precisamente ontem, apresentou o Presidente Lula, quanto ao aporte, modesto o nosso, que cada país poderia fazer para, nessa circunstância, analisar a crise financeira e econômica em nível internacional, e que aportes, reitero, modestos os nossos, poderíamos colocar à consideração dos países irmãos da América Latina e do Caribe. E da mesma maneira tentaremos, em nossa exposição, transitar o mesmo caminho, seja de pragmatismo, seja de praticidade ou de realismo, que defenderam os Presidentes da República Dominicana, Chile, Guiana, Brasil, entre outros, quanto a concretamente apresentar a situação e apresentar terapêuticas adequadas às patologias sistêmicas e sistemáticas que estamos sofrendo neste momento todos os países do mundo.

Para entrar nessas considerações queria fazer alguns... como prólogo, deixar assentados alguns pensamentos. O mundo hoje parece um manicômio dirigido por seus próprios pacientes. Neste mundo de situações como as que estamos vivendo, e em plena crise, quando começa a acentuar-se o sofrimento dos cidadãos mais humildes e mais pobres, onde a crise castiga, como acontece normalmente, os que menos têm, ainda sobra espaço para que, em lugar de jogar na roleta, alguns desumanos ainda joguem com a especulação financeira e econômica. E, neste mundo de loucos, creio que é nossa obrigação tentar introduzir uma quota de racionalidade a esta loucura, e creio que esta é uma oportunidade muito boa que temos nós, os países da América Latina e do Caribe, para tentar trilhar o caminho da racionalidade. Creio que devemos começar, o digo com muito respeito e com muita modéstia, por uma postura autocrítica.

A força política a que pertencço, que está no governo da República Oriental do Uruguai, em seus princípios fundamentais, tem a concepção mais ampla da luta contra qualquer forma de imperialismo. Somos antiimperialistas. Mas devemos, de uma vez, não lançar as culpas de todos nossos males no império de plantão, que as tem, a história conta, a história o demonstra, e devemos reconhecer, com humildade, que na América Latina e no Caribe não temos sido capazes, por omissão, por incapacidade ou por corrupção, de elaborar um projeto latino-americano e do Caribe, em conjunto e unidos, que nos permita dar dignidade à vida de nossos povos. E creio que este é o momento e creio que esta é a visão do Presidente Lula ao chamar a esta reunião, que foi muito atinada e realmente merece nosso máximo apoio.

Feitas estas considerações, queria fazer uma abordagem global, ampla, e realista, da situação que vivemos, e faremos isso desde nosso exclusivo ponto de vista, sabendo que há diferenças entre os países aqui reunidos e que é muito difícil extrapolar experiências de um país para outro, por mais identidade que exista entre os mesmos. Sobre o nosso, o que vamos dizer não é uma receita, e estamos simplesmente numa etapa de avaliação dos resultados das medidas que aplicamos ante a situação que estamos vivendo.

Não vou falar da teologia do fenômeno nem vou falar da espacialidade, nem da temporalidade nem da substância do mesmo, mas, sim, quero desenvolver dois conceitos que me parecem transcendentais, talvez não o sejam, mas nos parecem transcendentais: o conceito de previsibilidade e o conceito de vulnerabilidades.

Decerto, não podíamos prever a dimensão e as características desta crise, isso é certo; mas, sim, temos alguns conceitos em conta, sobretudo no mundo da física, que ontem precisamente o Senhor Presidente do México desenvolvia sobre uma das leis da conservação de energia, que Lavoisier estabeleceu há alguns séculos atrás, de como nada se perde nem nada se cria, tudo se transforma no mundo da energia. Eu agregaria outros dois conceitos físicos que me parecem fundamentais: o princípio de ação e reação, quer dizer, quando há uma ação em determinada direção e determinado sentido, há um princípio de reação, na mesma direção, mas em sentido contrário; e o princípio do deslocamento de energia, que, como todos sabemos, é um princípio ondulatório, que tem ciclos positivos e tem ciclos negativos.

Se levássemos em conta estes elementos, e vendo o que acontecia há dois, três, quatro anos atrás e se foi desenrolando até 2007, ante o crescimento desmesurado da economia em nível internacional, e dos preços do petróleo cru e dos alimentos, teríamos que prever que em algum momento se iria experimentar a contra-reação ou a reação ou a anti-reação. Cedo ou tarde esse ciclo positivo iria mudar, iria mudar de ciclo. Teria que ser previsto.

No Uruguai, em 2002, vivemos uma das crises econômicas, financeiras e sociais mais importantes de toda nossa história, e essa fatídica experiência nos serviu, quando chegamos ao governo, para tratar de prever os elementos negativos que podiam surgir no curso do mesmo. Previsibilidade.

Creio que, daqui por diante, deveríamos prever, nos adiantarmos, ler o futuro, para prever as conseqüências de movimentos negativos que se possam produzir, como os que estão se produzindo neste momento.

E se prevíamos o câmbio do ciclo no avançar da economia e dos logros de políticas sociais, tínhamos que ver então, também, as vulnerabilidades que tínhamos e que havíamos experimentado na crise de 2002. Vulnerabilidades que tínhamos que tentar superar, para não voltar a cair na situação econômica, financeira e social que viveu nosso país. E nessa direção trabalhamos, sob a equação de crescimento econômico para e com desenvolvimento social. Ao mesmo tempo em que crescíamos economicamente, procurar distribuir com justiça social a riqueza gerada, cumprindo com o mandato histórico da doutrina artiguista de privilegiar mais os mais necessitados.

Assim encaramos o governo e assim chegamos, como Uruguai, à crise que hoje estamos enfrentando. Que medidas tomou o Uruguai nesse terreno da previsibilidade e das vulnerabilidades? Tomamos medidas preventivas, procuramos nos vacinar, fazer um diagnóstico oportuno, atuar oportunamente no diagnóstico com medidas terapêuticas adequadas à prevenção e não ao tratamento de uma patologia instalada. E o que fizemos para reduzir as vulnerabilidades que o país tinha? Tomamos medidas preventivas financeiras, apostamos em forte equilíbrio, e mantido, ademais, equilíbrio macroeconômico. O manejo adequado das finanças públicas e da macroeconomia não é nem de direita nem de esquerda, é simplesmente medida de boa administração. Quando temos um paciente com traumatismo e que está sangrando porque rompeu uma artéria, e tem um desequilíbrio interno homeostático, antes de acertar o desequilíbrio devemos parar a hemorragia, e a hemorragia o cirurgião estanca intervindo, e opera com a direita ou opera com a esquerda, se é destro opera com a direita e se é canhoto opera com a esquerda; mas opera para conter essa hemorragia e logo após encontrar os mecanismos homeostáticos de compensação dos desequilíbrios.

Equilíbrios macroeconômicos, manejo responsável e profissional de nossa dívida pública, com seriedade, com responsabilidade. Acabamos de ser premiados como o país que melhor administrou o tema de sua dívida pública, e por uma política fiscal responsável, que trata de distribuir com justiça social a riqueza gerada, levando a reformas estruturais que nos ajudaram a manejar responsabilmente a política fiscal.

Se isto se fez na área do financeiro, na área social criamos ou tentamos criar uma nova matriz de bem-estar social. Fizemos um plano de emergência, com prazo de dois anos, para atender às emergências sociais que tínhamos, a discriminação, a ruptura do tecido social, e em seguida o transformamos em um plano de equidade. Trabalhamos numa reforma da saúde, que permitiu

ao Uruguai, que tem uma população de 3 milhões e 300 mil habitantes apenas, assistir a 300 mil crianças que não tinham cobertura de saúde, e a tiveram no ponto de partida da reforma da saúde, que acentuou outros aspectos, que não creio seja o caso de analisar neste momento.

Desenvolvemos um programa de saúde bucal para as crianças das escolas públicas, uma lei obrigatória de Educação Física para crianças das escolas públicas e desenvolvemos, ademais, um forte investimento em educação e segurança.

Em educação, o Uruguai era um dos países da América Latina e do Caribe que investia a menor porcentagem de seu PIB. Neste governo chegamos a 4,5% do PIB em educação e lançamos planos, como o Plano Ceibal, que vai implantar, já o está fazendo, um computador por criança de escola pública, gratuito, mais um computador para cada um dos professores; e agora se incluem neste Plano Ceibal os institutos privados de ensino primário, pagando pelos computadores, mas fazendo uma ampla rede, uma ampla coletividade em todo o território nacional, que nos permitiu inclusive instalar computadores em praças públicas do interior do país. Apostamos na educação e na segurança pública.

E também tomamos medidas preventivas no setor produtivo, estabelecendo novas regras para o jogo microeconômico, uma nova legislação, com uma lei de concorrência, uma lei de defesa da concorrência, uma lei orgânica de transformação de nosso Banco Central do Uruguai, dotando-o de mais profissionalismo e algo mais de independência em seu funcionamento, uma lei de funcionamento de cooperativas e uma reforma tributária que introduziu, depois de muitos anos de haver-se aplicado e depois abandonado, o imposto de renda das pessoas físicas, para que pague mais quem tem mais e pague menos impostos quem tem menos, assim distribuindo, reitero, com a máxima possibilidade, com justiça social, as receitas do Estado.

Vou apresentar aqui alguns resultados aferidos não pelo governo que presido, mas por organismos internacionais. Neste ano de 2008, o Produto Interno Bruto do Uruguai vai crescer 10,6%, computada a crise. Temos tido forte crescimento do investimento público, privado, nacional e estrangeiro. Quando chegamos ao governo, o investimento em nosso país rondava os 6% do Produto Interno Bruto; hoje beira 16%, 17% e aspiramos chegar a uns 20% de porcentagem de investimento privado.

A taxa de desemprego há três anos era de quase uns 13% no Uruguai; hoje é de 7,2%. A pobreza se reduziu de níveis de uns 32% há três anos para

uns 21,7% neste momento. A indigência, à metade, há três anos era de uns 4%, agora é de uns 2%; e a distribuição de renda, tarefa ainda pendente deste governo, que ainda não pudemos consolidar como gostaríamos, passou, de acordo com o índice de Gini, de 47 para 43 pontos.

Mas eram estas as medidas preventivas? Era nos apressarmos para consolidar e fazer desaparecer vulnerabilidades que nos tivessem condicionado fortemente neste momento antes da crise internacional. Mas também tivemos que tomar medidas mais recentes, por causa desta crise, e como conceito, embora o Uruguai seja um pequeníssimo país ao lado de nossos irmãos brasileiros e argentinos – o Uruguai é 45 vezes menor que o Brasil e 15 vezes menor que a Argentina, vocês podem medir desta maneira as heterogeneidades e as assimetrias que temos sofrido ou de que padecemos ou que temos, que tentamos superar apostando fortemente no processo de integração regional, uma integração flexível e aberta aos países, como Paraguai e Uruguai, que somos economias menores. Embora não estejamos em condições de realizar medidas agressivamente anticíclicas, pretendemos defender o conquistado não realizando medidas pró-cíclicas. Não podemos cair no erro histórico ante uma crise, como a que vivemos em 2002, de baixar salários, diminuir ao investimento público, não apostar em potencializar as obras de infra-estrutura, de geração de postos de trabalho. Quer dizer, não cometer os erros que havíamos cometido no passado.

Nesse sentido, as medidas que tomamos, e para terminar, digo que reorientamos o gasto público, mantendo a prioridade na educação, na saúde, nas políticas sociais e em infra-estrutura; temos preservado os ingressos fiscais melhorando a eficiência arrecadadora. Se todos pagarmos, todos vamos pagar menos, e por isso temos sido muito rigorosos no controle da obrigação tributária; e temos dado um apoio ao setor produtivo com foco no setor exportador, incluindo o turismo e a tecnologia da informação e do conhecimento, nos quais apostamos fortemente; um incremento do fomento ao investimento produtivo, uma facilitação à liquidez da economia.

Nosso Banco da República Oriental do Uruguai, por exemplo, entre outras medidas, saiu à praça por empréstimos para a aquisição de moradias. Temos agilizado o reembolso das exportações, que estava atrasado há um ano. Os exportadores que haviam exportado há um ano estão, há um ano, com papéis na mão sem poder receber os reembolsos em montante aproximado de 100 milhões de dólares, coisa muito importante para nosso

país, um montante realmente importante, e temos trocado esses papéis dos exportadores por dinheiro, para conferir mais liquidez ao mercado.

Estamos levando fortemente adiante um fomento à participação privada no financiamento e na construção de infra-estrutura; estamos buscando novos mercados no mundo. O Uruguai, como qualquer país do mundo, não pode produzir tudo, mas temos apostado na especialização e na qualidade de nossos produtos, buscando determinados nichos de mercado que remuneram muito bem esses produtos; e estamos desenvolvendo medidas de fomento para nossas Pequenas e Médias Empresas.

Reitero, todas estas medidas, as preventivas e as que tivemos que tomar em última instância, estão em uma etapa de avaliação de resultados. Parece-nos que até o momento são resultados realmente auspiciosos.

Calculamos para o ano que vem um aumento de nosso Produto Interno Bruto situado ao redor de 3% e certamente cremos, também, que isto não é uma receita, simplesmente é uma contribuição que pode fazer com muita modéstia meu país para esta discussão que estamos levando adiante e tentando de alguma forma, como fizeram todos os Senhores, colocar racionalidade no manejo de uma situação tão crítica como a que estamos vivendo.

Devo dizer também, para terminar, que temos tido a oportunidade de aprender enormemente, nesses dois dias, com as contribuições que todos os Senhores fizeram e que agradecemos profundamente. Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Tabaré. Agora eu queria chamar... não, nós temos duas pessoas para falar e depois seria preciso parar uns cinco minutos para tirar a foto, porque Michelle Bachelet vai ter que se retirar por assuntos chilenos. Então, eu passaria a palavra ao companheiro Chávez; depois do companheiro Chávez, nós poderíamos ir tirar a foto e depois, então, continuaríamos a nossa reunião, se todos estiverem de acordo. Então, a reunião só pode continuar se os Presidentes ficarem aqui; se forem todos embora depois da foto, a reunião estará terminada. Companheiro Chávez com a palavra.

Presidente Hugo Chávez: Obrigado, Presidente. Queridos colegas, Presidentes, Primeiros-Ministros.

De novo serei breve. Talvez não tanto quanto ontem, mas na verdade, como dizia o Presidente Tabaré, temos ouvido e aprendido coisas, tomando notas nesta reunião tão interessante.

Quero, nestas palavras, invocar a memória de Bolívar, de Simón Bolívar, hoje se completa 178 anos de sua morte física, lá nas costas caribenhas da Colômbia. 178 anos de morte física, mas de semente que sem dúvida germina de novo por estas terras!

Eu, Lula, só acho que houve tantas e tão maravilhosas idéias aqui dando voltas como em torvelinho, que sugiro façamos um esforço muito grande, e os Senhores, sobretudo os anfitriões, para buscar concretizações e que possamos levar ou receber em poucos dias um conjunto de conclusões e de compromissos. Começou pela manhã, com seu discurso e suas palavras, o Primeiro-Ministro da Jamaica, nosso amigo Golding, fazendo uma série de reflexões, de chamados, recordando o que ontem expunha Leonel, fazendo como uma radiografia, Leonel, da crise que ameaça continuar a se aprofundar.

Você dizia, bem, há perspectivas de um ano, essa é a perspectiva super otimista, mas quem sabe o que nos espera; o que temos à frente é uma década de recessão, de crise, não só econômica, sabemos que logo vêm as crises sociais e as crises políticas, as desestabilizações. E os países poderosos do mundo, bem, estão ativados, buscando soluções dentro de seus enfoques, dentro de suas alianças, no marco de um sistema que eles impuseram ao mundo, e que se afunda, afunda.

Não é um assunto ideológico, dizia ontem Raúl, também o repetia o Presidente Calderón; não é um assunto ideológico este, aqui não estamos debatendo entre o marxismo-leninismo pelo qual tiraram Cuba da OEA e que Evo nos recordava, ou o capitalismo de Adam Smith, David Ricardo. São idéias, mas é claro... Agora temos uma realidade, uma realidade que é uma grande ameaça para nossos povos e para nossos governos, para a estabilidade política de um continente que apenas começa a levantar-se; seria trágico que esta crise, como Lula dizia, que se gerou foi lá, arrasasse uma vez mais, como diz Eduardo Galeano, nosso continente. Galeano diz que não somos subdesenvolvidos, senão atropelados por mil trens. Seria muito lamentável.

Quero dizer que o chamado que nos fazem desde a Jamaica, desde o Uruguai com seu Presidente, desde a República Dominicana, a Presidenta argentina também, Cristina, é um chamado à reflexão e à ação. Quero somente somar-me a isso e propor que lhe demos sentido de urgência e que não nos deixemos agarrar por essa velha corrente da burocracia internacional, das Cúpulas só para vir a ouvir-nos, para tirar a foto – que vamos tirar agora, não? – de novo, outra foto e, logo depois, como dizia o Primeiro-Ministro da

Jamaica, bem, voltarmos para casa, cada um a sua própria batalha, até a próxima Cúpula.

Creio, Lula, que esta Cúpula é tão interessante, ademais tão motivadora, que não deveríamos programá-la para cada dois anos. Creio que aqui poderíamos decidir antes de irmos que esta seja uma Cúpula anual. Talvez inclusive, não me atrevo a propor que sacrifiquemos nenhuma outra, mas, talvez, existam reuniões velhas que parecem não ter mais sentido, ou o sentido ficou para trás no século XX. Não vou nominar nenhuma, mas há algumas que parecem não ter sentido, parecem. Esta, Lula, tem um sentido extraordinário, assim que te felicito de verdade. Te felicito. Por aí andam os jornalistas perguntando se Chávez e Lula estão se enfrentando. Que sigam brincando com isso. Eu digo a eles: bem, continuem perdendo tempo. Se Chávez está com ciúme e Lula com ciúme. Não. De verdade te felicito por esta convocatória e convoque-nos; convoquemo-nos a esta reunião todos os anos, e quiçá, Lula, e quiçá, assim como nesta ocasião de dois dias, um dia de debates e um dia de conclusões, porém de decisões, que em seguida vamos aplicar, como se faz lá no Norte, se reúnem, tomam decisões e as aplicam, aplicam-nas a todos! Chegou a hora de que soprem – dizia Amorim nesta manhã à imprensa – novos ventos. Em que direção sopram os ventos? Fidel não está aqui, você dizia ontem, Raúl, lamentamos muito; mas está, está representado em você e está nos acompanhando lá, desde Havana, sem dúvida.

Agora vejamos, há muitas coisas que se podem aportar como propostas para discutir e para tomar decisões. Em distintos âmbitos, Lula; no âmbito político, e aí, insisto, no âmbito político nós deveríamos decidir que esta Cúpula se reúna todos os anos e talvez mesmo decidir onde o mais rápido possível – não tem que ser hoje –, onde poderia ser a do próximo ano, e começar a trabalhar dando prioridade a este espaço que nos integra: CARICOM, ALBA, Comunidade de Estados do Caribe, MERCOSUL, Comunidade Andina, UNASUL, SICA; bem, desde o México, que aqui está, bem, ver aqui o Presidente Calderón e tudo o que significa o México. O único aqui que se atreveu a invadir os Estados Unidos foi Pancho Villa. Viva Pancho Villa, irmão!(risos).

Agora México, Argentina, desde lá, se ouvia desde crianças, desde adolescentes, desde o Rio Bravo até a Patagônia, bem, aqui estão os do Rio Bravo e os da Patagônia, sobretudo Cristina que é patagônica, lá de baixo, pingüim, como ela mesma diz. Bem, aqui estamos, os caribenhos, vejam, os

filhos da África, da América Africana, desde Santo Domingos e sua magia dominicana até, bem, até São Vicente e Granadinas, e quase todo esse mundo mágico do Caribe. Aqui estamos, decidamos agora. Continuemos a tomar decisões. Digamos que vamos dar forma a este mundo no âmbito político. E logo em seguida no econômico e no social para enfrentarmos esta situação tão dura, tão difícil no econômico, no social – não se pode separar, sabemos, ambas as coisas.

Nós da ALBA estamos discutindo, a ALBA mais o Equador e outros países amigos, a formação de uma unidade de contas comuns. Evo já mencionava isso, uma unidade de conta comum. Na verdade, é mais que uma unidade de conta comum, é um sistema. Todo esse esforço de especialistas, de amigos, Ministros, está às ordens para um debate, é um sistema monetário, comercial e financeiro regional. Porque dizemos: tem que se mudar Bretton Woods. Sim, mas quando? Eles não querem mudá-lo. Não vão querer mudá-lo, estão tratando de salvar esse sistema que lhes permitiu a hegemonia mundial, a ditadura do dólar. Um dia Fidel me disse, creio que te comentei, Lula, uma conversa com Fidel que logo me escreveu uma longa carta, me dizendo: Chávez, devemos nos dar conta do seguinte: os Estados Unidos compraram o mundo, meio mundo, com puros papéis. Agora, isso é muito fácil, emitir papéis, dólares, dólares, dólares. Que privilégio! E comprar o mundo. É como se o Brasil tivesse a potestade de emitir Reais e Reais e os aceitassem em todo o mundo, ou a Venezuela o Bolívar, ou o Peso argentino. Que coisa! Que ditadura nos impuseram! E aí estão os resultados.

Então, creio que não devemos perder um dia, não deveríamos perder um dia nesta discussão. Tomar o tempo necessário do ponto de vista técnico e criar nosso sistema. Somente com um sistema nosso poderíamos influir no sistema mundial; mas não só com nossas vozes, só com nossa realidade concreta em construção ou a construir. Esse sistema, assim descrevo brevemente, teria, e esta é a discussão na ALBA, já firmamos decisão de Presidentes, uma moeda comum. Logo veio Correa e começamos a discutir, buscando-lhe um nome, e nos ocorreu propor Sucre. Evo diz agora Pacha. O de SUCRE são umas siglas, que coincidem com o nome do Marechal Sucre e com a moeda que teve o Equador: Sistema Único de Compensação Regional. Isso é entre nós, na ALBA, mas está muito bem debater e discutir-se isso como um sistema de maior amplitude geográfica, econômica e política.

Teria quatro elementos: a unidade de conta comum, na qual já estamos trabalhando e aspiramos – em janeiro, Raúl? –, aspiramos fazer a nova reunião.

Fizemos agora, em novembro, outra em dezembro, reunião de Ministros, de Presidentes, na Nicarágua, com Honduras, Equador, Bolívia, Dominica, Venezuela, claro. Unidade de Conta Comum com uma Câmara de Compensação de Pagamentos, com um Fundo Financeiro para o Desenvolvimento, e eu quero insistir nisso, pelo amor de Deus. Onde nós temos nossas reservas internacionais? Nos países do Norte, e que ademais estão em risco, há países que perderam centenas de bilhões de dólares nos últimos meses, por conta da crise mundial. Ontem dizíamos – confirmemos isso com a CEPAL –, 500 bilhões de dólares são as reservas internacionais de nossos países. Bem, digamos, ontem eu disse um por cento, baixo a proposta para um, portanto. Um por cento, se pensarmos que dez é demasiado para começar. Um por cento são 5 bilhões de dólares, aproximadamente, para criar um fundo nosso, um fundo financeiro para o desenvolvimento, e isto viria acompanhado, segundo esta visão, de um acordo de comércio regional. De um acordo de comércio, mas não se trata da tese do livre comércio, isso não existe. Não existe o livre comércio, isso é mentira. Eu recorro minhas discussões com alguns Presidentes que passaram por estas mesas, recorro a Cúpula de Mar del Plata, Cristina não era Presidenta, mas estava lá, recorro que estava ao lado de Nestor, passando-lhe bilhetinhos.

Lula, lembra-se da Cúpula de Mar del Plata, quando os Estados Unidos vieram tratar de, como disse, como foi que disse Kirchner aquela vez? Não venham aqui nos pressionar, tratar de impor a ALCA, uma área de livre comércio. Menos mal que a ALCA foi derrotada. Como estaríamos agorinha se o Presidente dos Estados Unidos tivesse logrado o mesmo empenho com que se aprovou a iniciativa no Canadá, contra tudo: contra vento, contra maré, contra a moral, contra a lógica. Foi uma imposição, ninguém falou nada. Modestamente posso dizer que a única mão que se levantou para questionar e dizer que a Venezuela não aderiria foi esta minha mão. Porém todo este continente aplaudiu e assinou, seus Presidentes de então. O 1º de janeiro de 2005 deveria amanhecer com a ALCA já estabelecida. Era um atropelo. Não foi suficiente a força do império, e aqui estamos nós agora. Não há ALCA possível, se houvesse ALCA possível seria a OEALCA, Organização dos Estados da América Latina e do Caribe, da qual ontem falávamos, observando as reflexões e propostas do Presidente do México, do Grupo do Rio e de outros companheiros.

Bem, prometi ser breve. Lula, só quero insistir nisso. Creio, e peço, e a Venezuela pede com urgência e com muita insistência e paixão que estas

Cúpulas planejemos para todos os anos e as trabalhemos com tempo, e que nós Presidentes venhamos bem informados – que não cheguemos de última hora, como eu tive que chegar ontem, lamentavelmente, bem, mas tendo lido os papéis –, bem informados, com nossos Chanceleres, nossos Ministros, e venhamos a tomar decisões, além de fazer os discursos, como os breves que faço ou os longos que faz Cristina.

Termino fazendo essa proposta, buscando a concreção econômica, a concreção política e... apenas, me permitam vocês, sou bolivariano até a medula, soldado bolivariano, assim como um é bispo, padre, sempre peço a benção ao Monsenhor. Pergunto a Raul, Monsenhor, Presidente, como é que fazem Fidel e ele para terem boas relações com os bispos católicos em Havana, porque eu não consegui até agora, quase todos... ah, com os ortodoxos, mas também com os católicos, com todos. Eu te vi aí em uma missa há pouco rezando, não, não estavas rezando, acendestes uma vela. Três horas de missa fazem em Cuba, incrível uma missa de três horas, nem no Vaticano!(risos) Bolívar... Bolívar morria num dia como hoje, expulso da Venezuela, expulso, bem, da Colômbia, Colômbia a originária. Não gosto de falar da Gran-Colômbia porque na verdade nunca foi Gran-Colômbia, foi Colômbia, a originária, portanto, que nos abarcava, desde aqui do Atlântico, quase limite com o Brasil, até lá, até os limites do Equador com o Peru; e aquele sonho... Bolívar morreu solitário, traído, e disse ao final, em suas últimas palavras: não aspiro a outra glória que a da consolidação da Colômbia. Disse em sua última declaração: todos devem trabalhar para o bem inestimável da união, das causas sociais. E inclusive a nós, os soldados, nos lançou na proclama final, como um alerta: os militares – disse – deveriam empunhar sua espada na defesa das garantias sociais!

Enfim, a Bolívar rendo tributo. E cito Martí, para terminar Martí, o grande cubano, nosso grande americano, que em 28 de outubro de 1893, em Nova York, no ventre do monstro, como ele mesmo disse, lançou esta frase: aonde irá Bolívar? E ele mesmo respondeu: aos braços dos homens, para que defendam da nova cobiça e do teimoso velho espírito a terra onde será mais feliz e bela a humanidade. Aonde irá Bolívar? Aos povos calados como um beijo de pai, aos homens do rincão e do transitório, às panças aldeãs e aos cômodos avaros, para que a fogueira que foi aquela existência, vejam nela a irmandade indispensável ao continente e aos perigos e à grandeza do porvir americano.

Dizemos desde nosso bolivarismo: viva Bolívar! Obrigado Lula, obrigado companheiros.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Bem, eu queria pedir a compreensão dos companheiros para que nós nos dirigíssemos rapidamente para *sacar* a foto, porque a foto é que vai registrar a história desse encontro aqui. E que nós fôssemos rápidos e voltássemos rápido, porque vários companheiros ainda farão uso da palavra, e Bahamas será o primeiro país a falar depois da foto. Então, queria convidar todos os companheiros para que não paremos em lugar nenhum; vamos direto para foto e *volvemos* aqui.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Vamos tomar assento, porque a luta continua. Bem, companheiros, eu queria passar a palavra para o Presidente de Bahamas, o Primeiro-Ministro Ingraham.

Primeiro-Ministro Hubert Ingraham – Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, junto-me aos colegas no agradecimento ao Senhor por organizar essa Cúpula e por nos receber de maneira tão afável em seu maravilhoso país. Reunimos-nos num tempo de mudanças econômicas globais tremendas. Todas nossas nações estão tendo que lidar com a crise financeira, causada principalmente pela regulamentação irregular e ousado dizer pela cobiça. A crise ameaça destruir anos de significativos ganhos econômicos em nossa região. Nossos povos nos olham em busca de respostas firmes e sábias para a crise. Isso vale especialmente para aqueles que, há muito, são vítimas dos desafios econômicos e das privações. Os pobres foram os severamente atingidos pela crise.

A questão foi posta aqui em inúmeras ocasiões por Guiana, Cuba e México, por exemplo. Não se trata de ideologia, trata-se de encontrar soluções práticas e realizáveis para os problemas que confrontam nosso povo. Incito todos nós a ir além da retórica, vamos buscar a ação, ação que seja significativa para nossos povos.

Quero reconhecer e agradecer o Brasil pelo importante papel de liderança que exerce na América Latina e no Caribe, em nenhum lugar mais importante do que no Haiti, onde o Brasil lidera as forças de estabilização. Estabilidade para o Haiti é importante para o povo haitiano. Também é importante para o meu país, as Bahamas. Por mais de cinquenta anos somos afligidos pela migração descontrolada de imigrantes em busca de oportunidades econômicas.

A pressão na economia, saúde e serviços sociais tem sido de fato grande, além da nossa capacidade de suportar adequadamente.

Devo reconhecer também a importante contribuição de México, Colômbia e Venezuela, como membros não-tomadores do CDB, Caribbean Development Bank, e agradecer ao Brasil por agora formalizar sua filiação. A contribuição importante dos países latinos ao Banco de Desenvolvimento do Caribe torna possível implantar a infra-estrutura para o desenvolvimento dos países da Comunidade do Caribe. Desenvolvimento e modernização de aeroportos, portos, infra-estrutura viária.

Nesse espírito, gostaria de agradecer a assistência considerável recebida por muitos países do Caribe do programa Petrocaribe do governo da Venezuela. Importa a esse respeito reconhecer o sucesso que temos tido na obtenção de serviços técnicos de toda América Latina e Caribe. Ontem a Guatemala se referiu aos 500 médicos enviados por Cuba. Nós, nas Bahamas, por muitos anos recebemos cooperação técnica de governos da região em educação, engenharia, medicina e muitas outras áreas. Recentemente, essa assistência aumentou para incluir professores de espanhol, da Costa Rica e de Cuba, em nossas escolas primárias; e programas de saúde, o programa de oftalmologia de Cuba. Também se incluiu a contratação de nosso setor privado em serviços de construção realizados por grandes companhias da América Latina, do Brasil, a Andrade Gutierrez, na expansão do terminal de nosso aeroporto internacional durante os anos 90 e, há apenas 2 dias atrás, um contrato de US\$ 120 milhões com a empreiteira argentina José Carolina.

É uma verdade absoluta, Senhores, que podemos realizar mais atuando em conjunto do que em separado. Com esse propósito, insto cada um de nós a dar um passo firme à frente para nossa ação coletiva; definamos alguns projetos específicos que originem ganhos para nossos povos e apliquemos os recursos necessários em sua implementação.

Nessa linha, queria recomendar quatro áreas para nossa atenção e consideração. Primeiro, transporte regional; desenvolvendo mais ligações aéreas e marítimas entre nossas nações, podemos intensificar o crescimento econômico e o desenvolvimento de nossa região.

Em segundo lugar, conservação de energia: a promessa de energia alternativa também levará algum tempo para se realizar. A conservação, contudo, está em nosso alcance imediato. Devemos agora envidar esforços para ajudar os povos pobres a conservarem energia, o que não só ajudará na preservação ambiental, mas também os assistirá financeiramente.

Em terceiro lugar, educação: nossa região é rica em instituições para educar e treinar nossos jovens; com foco centrado especialmente na redução dos custos com educação, podemos proporcionar a muito mais jovens acesso à educação avançada e permitir que realizem seu potencial.

E finalmente o turismo: as Bahamas é uma economia muito aberta. O país proporciona excelentes oportunidades para crescente cooperação entre os povos de minha região. Hoje, a maior clientela do mercado turístico para visitantes e para proprietários de segunda moradia está na América do Norte e na Europa Ocidental; por que não latino-americanos em maior quantidade? Acessamos a vasta maioria de aeroportos da América do Norte e da Europa Ocidental. Por que não da América Latina?

O que é verdade para nós nas Bahamas pode ser aplicado para toda a comunidade dos países do Caribe. Oportunidades de maior cooperação e colaboração Sul-Sul são certas. Está em nossas mãos continuar a avançar nessas áreas.

Finalmente, Senhor Presidente, chavões e discursos só servirão se forem seguidos de ação concreta. Agora é tempo de agir. Agradeço ao Senhor.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Primeiro- Ministro. Eu queria passar agora a palavra ao Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves; prejudicado pela ausência. Passaria a palavra ao Vice- Presidente do Peru, Luis Giampietri.

Vice-Presidente Luis Giampietri Rojas – Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva; Excelentíssimos Senhores e Senhoras Chefes de Estado; Senhor Governador. Trago uma saudação especial do Dr. Garcia, Presidente constitucional da República do Peru e ao mesmo tempo estendo um cordial e fraterno reconhecimento ao senhor Lula pelo brilhante esforço que tem realizado para fortalecer a América Latina.

América Latina e Caribe requerem o desenvolvimento de visão comum e um sentido estratégico que lhes permita enfrentar com pragmatismo os grandes desafios da globalização que nos alcançou sem pretendê-lo, com suas virtudes e defeitos, fazendo os maiores níveis de esforços para coordenar e concertar políticas, esforços como os que hoje nos convocam, que vão ao encontro desta aspiração em um contexto latino-americano e caribenho, no qual compartilhamos mecanismos sub-regionais e regionais, cujos capitais

históricos continuam outorgando-nos espaço para o desenvolvimento de uma posição regional comum.

O atual panorama mundial apresenta um conjunto de desafios e oportunidades para a América Latina e o Caribe, resultado de fenômenos como a globalização, a tendência à formação e consolidação de blocos regionais e sub-regionais, a trágica hipoteca da pobreza extrema, a paralisação das negociações para a liberalização do comércio internacional, a crise alimentar e os evidentes efeitos da mudança climática, assim como a recente crise financeira internacional.

Não podemos olhar de soslaio, nesse contexto, os efeitos que já se evidenciam em nossa região, apesar das medidas que estão adotando os países desenvolvidos e emergentes para restabelecer a liquidez e a confiança nos mercados. Isso obriga nossos países a adotar ações anticrise ou contracíclicas, destinadas a enfrentar ditos efeitos nocivos, em meio a um panorama que já assoma recessivo.

Na recente reunião da APEC, em Lima, este foi um tema de atenção preferencial. Os líderes ali reunidos convieram, principalmente, em que é necessário enfrentar a crise com maiores investimentos, com maior produção, e incentivando o dinamismo de nossas economias, assim como evitando o protecionismo.

Também coincidiram, e isso é conveniente destacar, em que os países em vias de desenvolvimento, embora não tenhamos originado a crise, temos um papel fundamental na solução. É por isso que o aprofundamento de nossa integração, que será o grande resultado destas reuniões que estamos realizando, será um fator de grande importância para enfrentar esta difícil situação.

Nesse contexto, resulta fundamental ativar e manter canais de comunicação fluidos e ágeis entre nossos governos, com o objetivo de compartilhar informação a respeito da evolução da crise, dos efeitos econômicos e sociais em nossos países e das medidas que estamos adotando para enfrentá-los.

O Peru também lançou um plano de crise destinado à defesa do emprego, à manutenção dos níveis de liquidez e o crédito, ao apoio às pequenas e médias empresas exportadoras não tradicionais, mantendo o investimento público, sustentando programas sociais, assim como o fortalecimento dos mercados de capitais e o apoio ao investimento privado.

Por outro lado, convém iniciar um processo internacional através de uma participação universal, democrática e equitativa, que permita estabelecer

instrumentos de prevenção e resposta imediata diante de futuras crises e que garanta uma regulamentação eficaz dos mercados de capitais, dado que a crise, em suas características, é basicamente um mau manejo e descontrole do sistema financeiro.

Resulta imprescindível evitar que os países adotem medidas restritivas ao comércio internacional, ademais de promover ativamente a reativação da Rodada de Doha, em linha com o expressado durante a recente Cúpula do G-20 e a dos líderes da APEC em Lima.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo, o Peru considera que o fator que pode contribuir substancialmente para o aprofundamento dos processos de integração regional é a identificação pragmática de objetivos básicos que nos tornem menos vulneráveis aos fatores externos, assegurando uma vinculação sintonizada entre as agências internas e nossos interesses comuns.

Temos que ser capazes de utilizar melhor o potencial de nossa região, por meio de uma mais ampla inserção no cenário internacional e de um melhor aproveitamento de nossos recursos. Impulsionemos um projeto integrador, solidário e inclusivo, que favoreça o desenvolvimento equilibrado de nossos países.

Procuremos uma mais ampla distribuição dos benefícios do crescimento econômico. Promovamos a solidariedade e a cooperação para a construção de sociedades mais coesas, equitativas e justas. Em conseqüência, proponhamos instruir nossos organismos de integração para que identifiquem sinergias de uma agenda comum, passível ser desenvolvida no marco de uma confluência dos sistemas de integração, que permita alcançar estes objetivos comuns.

O aprofundamento e a ampliação dos processos de integração da América Latina e do Caribe serão possíveis somente se pudermos conjugar com pragmatismo nossos interesses. O impulso à integração física, que por sua própria natureza é geradora de emprego e investimento, permite acelerar a articulação de nosso amplo, rico e descontinuado território.

Por outro lado, a integração energética é um tema fundamental. A comprovada riqueza petrolífera e gasífera de nossa região, somada às imensas probabilidades de geração de energia alternativa, assim como a experiência no desenvolvimento de biocombustíveis configuram um panorama alentador.

A segurança energética em nossa região e o abastecimento das zonas rurais e socialmente mais atrasadas de nossas populações contribuirá para

melhorar a qualidade de vida das populações e terá um impacto positivo na redução da pobreza.

A crise alimentar deve também reunir nossos esforços para impedirmos que o incremento do preço dos alimentos continue afetando especialmente os setores mais pobres de nossas sociedades. Por isso, é necessário desenvolver ações para fortalecer a capacidade de produção das populações rurais, dando-lhes assistência técnica e incrementando sua rentabilidade em nossos campos.

Estes são exemplos específicos dos múltiplos temas nos quais podemos conciliar com pragmatismo nossos interesses.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo, desejo expressar o compromisso do Peru com uma integração regional democrática, realista, competitiva, com visão de futuro, que coadune os esforços de nossos governos para satisfazer as necessidades básicas de nossas populações e elevar os progressos de nossas sociedades.

Antes de concluir, queria reiterar ao Presidente Lula e ao povo brasileiro nossas mais sentidas expressões de solidariedade ante o desastre natural sofrido recentemente em seu país (*refere-se às chuvas dos últimos meses de 2008, em Santa Catarina*).

Excelências, permitam-me finalmente manifestar meu profundo agradecimento e da delegação que me acompanha pela calorosa acolhida. Também, permitam-me felicitar este foro que possibilita que países com diversas economias e diversas ideologias possam discutir temas comuns de nosso continente.

Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Muito obrigado, meu caro Vice-Presidente do Peru. Eu queria chamar agora o nosso companheiro e Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas.

Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves – Muito obrigado Senhor Presidente. Eu gostaria de, em nome do governo e do povo de São Vicente e Granadinas, expressar nossa gratidão por seu bondoso convite a esta Cúpula e agradecer ao Senhor e a seu governo e povo pela gentileza e hospitalidade.

Esta Cúpula é efetivamente uma manifestação do sonho de José Martí, de unir nossa América. Este encontro é, sem os Estados Unidos da América e o Canadá e com Cuba, a América da qual Martí falou. Isto não significa

que a outra América não seja importante, mas nós temos que focalizar nossa América.

Há pelas últimas contas umas 26 organizações na região da América Latina e do Caribe tratando de assuntos relacionados ou concernentes à integração regional. Essa aqui é uma autêntica organização guarda-chuva no mais alto nível político. E eu a vejo como a entidade que deve prover instruções amplas e orientação política ao processo de integração e, por essa razão, concordo com o Presidente Chávez de que este encontro se realize anualmente.

Essa Cúpula é concebida como razão e conseqüência do derretimento financeiro, da incerteza econômica e da depressão surgidos na economia do mundo capitalista. Como todas as crises, esta crise representa um momento para e de mudança. Consequentemente, o que fizermos aqui e o seguimento que dermos devem ser diferentes e melhores. Li a declaração e ela contém uma análise central das dificuldades que nos confrontam, dos desafios, das limitações, mas ao mesmo tempo de nossas fortalezas e possibilidades.

E devemos procurar avançar para aumentar tanto quanto humanamente possível nossas fortalezas e possibilidades e para reduzir a extensão de nossas limitações e de nossa fraqueza. E podemos fazer isso aprofundando o processo de integração numa maneira orgânica, de modo que o todo se torne mais do que o somatório de caminhos individuais.

Para efetivar a análise e uma concepção orgânica de integração, devemos conceber estruturas funcionais, porque, se funções devem ser desempenhadas, estruturas apropriadas devem ser concebidas, assim é na biologia; assim é o modo também na política e por isso quero endossar a sugestão do Primeiro-Ministro da Jamaica para a criação de um grupo específico encarregado de desenvolver temas específicos, e que nesse ínterim isso seja feito sob a direção e controle do Grupo do Rio.

Se realmente temos que trabalhar juntos e resolver nossas diferenças nesse todo orgânico, significa que se deve reconhecer essas diferenças e tentar prover um sistema para sua solução. Tome meu país, por exemplo, e Santa Lúcia que está representada aqui, Dominica não está, Jamaica, Dominica está representada sim, Jamaica, São Vicente e Granadinas somos produtores de bananas.

Nos primeiros momentos da intensa liberalização do comércio, em 1994 e 1995, com a criação da OMC, eventos subseqüentes ocorreram na Europa, onde o regime protecionista para a indústria da banana foi subvertido pelas

regras de liberalização do comércio. Nunca houve um encontro sério no nível político entre Equador, Costa Rica e outros países produtores de banana da América Latina e do Caribe. Na verdade, alguns países da América Latina envolvidos na guerra contra o regime de comércio que a Europa galvanizou, indiretamente, e em alguns casos diretamente, causaram imenso dano a países como São Vicente e Granadinas. De tal forma que essas diferenças e, como dizemos agora, mais desafios tiveram que ser acrescidos ao resto do regime protecionista para as bananas, mas certamente produtores menores como São Vicente e Granadinas merecem um lugar no sistema internacional; e se todos os nossos irmãos e irmãs latinos trabalharem com os Estados Unidos para minar a eficácia do sistema produtivo em nossos próprios países, nós falamos de integração, mas não a praticamos.

Certamente, o pequeno produtor nas montanhas e vales de São Vicente e em Santa Lúcia e na Dominica e Granada deve ter um lugar no sistema internacional de comércio; e o que produzimos é essencialmente mínimo, pequeno, insignificante em qualquer parâmetro global.

Por essa razão, peço a meus irmãos e irmãs da América Latina e da América Central que forneçam um papel especial, um nicho, para a colocação de nossas bananas.

A dizimação nas comunidades rurais foi imensa. Em 1993, São Vicente e Granadinas exportaram um valor de US\$ 120 milhões em bananas; ano passado exportamos menos de US\$ 20 milhões e não há alternativa adequada no período de transição; em outras palavras, existe uma maior comiseração dos pobres e degradação da área rural.

Acho que esta é uma questão que deve ser colocada aqui. E quando as regras são esboçadas claramente, deve haver uma aceitação de um mais velho e estatutário princípio: iguais entre iguais, proporcionalidade entre iguais; e há desigualdade na mesa; e deve haver proporcionalidade entre iguais. É nesse espírito que também quero levantar a questão do Haiti, que ainda não veio à discussão aqui; de fato, não acredito que tenha sido mencionada. É inconcebível que saíamos daqui sem falar da miséria no Haiti e da necessidade de esta Cúpula assistir de maneira ainda mais prática do que no presente aos problemas econômicos e sociais no Haiti. Não é meramente questão de insegurança, embora essa seja de grande significância. Mas a questão não pode ser encoberta e devemos falar dela em termos práticos.

Alguém fez referência, não ao nome, mas ao o movimento anticolonial no começo do século XIX e o estabelecimento de uma República

independente; esta é o Haiti. Assim, no modo pelo qual os espíritos de Martí e de Boulevard vivem nesse encontro, o espírito de *Toutsaintlovature*, deve encontrar manifestação prática para o alívio do fardo do povo haitiano. Quero registrar em nome do governo de São Vicente e Granadinas nosso tremendo apreço pela altruísta solidariedade internacional prestada por Cuba e Venezuela ao Caribe. É da mais alta qualidade. Ambos os Presidentes, Chávez e Castro, não gostariam que comentasse essas matérias em detalhe, porque está na natureza de sua modéstia e humildade não registrar em suas presenças a imensa contribuição que fazem numa base contínua à nossa região.

Associo-me ao Primeiro-Ministro das Bahamas ao expressar agradecimentos à Colômbia, México e agora Brasil, que foi aceito para ser membro do Banco Caribenho de Desenvolvimento, e esperamos que o Brasil complete brevemente a tramitação interna competente dos instrumentos para a acessão plena ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, instituição na qual os países caribenhos têm acesso a empréstimos baratos.

Agora deveríamos utilizar este momento para estabelecer as instituições estruturais que realizarão as funções enunciadas na declaração.

Não devemos, contudo, buscar fazer tudo, porque assim podemos acabar não fazendo nada. O Primeiro-Ministro das Bahamas destacou transporte aéreo, energia e educação. Gostaria de ver a lista um pouco maior, mas essas são, entretanto, áreas vitais. Transporte aéreo e marítimo são meios físicos sem os quais nosso povo e nossas madeiras não podem mover-se. E energia, por motivos óbvios.

No caso da agricultura, temos uma instituição no OS sistema AICA, que oferece muita assistência técnica. Mas onde estamos estancados é na questão dos fertilizantes e outros insumos. A Venezuela está nos ajudando, mas precisamos de um programa completo para a questão dos fertilizantes, porque o preço do fertilizante aumentou sete vezes de 2005 para cá e é vital resolver bem isto, senão não poderemos reduzir os custos da produção doméstica de commodities agrícolas; e temos fábricas de fertilizantes suficientes, por toda a América Latina e Caribe, para que possamos resolver o assunto de forma coordenada.

Nas questões de turismo coordenado, tecnologia, telecomunicações, prevenção de desastres, bem-estar e, muito importante também, serviços bancários, de novo a Venezuela e a Alba têm feito algum trabalho conjunto, mas precisamos ir mais longe. Temos imensos recursos nesta região, nunca nos esqueçamos.

Soube que o Brasil é agora a décima maior economia do mundo; a décima segunda, o México. Isso não é ruim para a América Latina e para o Caribe. Há outros países muito bem colocados e, se juntarmos nossos recursos, teremos uma força fenomenal neste mundo, importante para nosso povo.

Camarada Lula: finalmente, mais um assunto. Fora da África, o Brasil é o país com o maior número de pessoas com descendência africana entre todos os países do mundo. Pessoas da África estão espalhadas por toda América Latina e Caribe; os países do Caribe são predominantemente de ascendência africana.

Sei que as pessoas consideram estranho que o Presidente Lula e eu tenhamos, ambos, descendência portuguesa, que eu esteja entre os 500 portugueses de São Vicente e Granadinas. E eu sou o político mais popular em São Vicente e Granadinas, onde se tem a maioria da população de origem africana. Isso mostra as raízes de onde me origino e como vivi minha vida.

Não penso que devamos sair daqui sem procurar neste encontro construir uma Comissão África, América Latina e Caribe. A África está sofrendo e os rostos dos africanos e africanas estão extenuados e ansiosos. Acho que temos dever de ajudar no alívio da tensão e da ansiedade.

Observem a presença dos cubanos em Angola e na batalha de Cuito Cuanavale, que ajudou a liberar a África do Sul do apartheid. Os cubanos têm milhares de médicos, pessoal técnico e outros especialistas na África. Não podemos deixar tudo para os cubanos. Acredito que devemos atuar num espírito internacional além das fronteiras da América Latina e do Caribe, e diria que devemos atribuir à África um foco particular.

Muito obrigado, estou agradecido.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Obrigado, Primeiro-Ministro. Passo a palavra agora para o Vice-Presidente da Colômbia, Francisco Santos.

Vice-Presidente Francisco Santos - Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil; Excelentíssimos Senhores e Senhoras Chefes de Estado e de Governo; Senhores Chefes de delegação; Senhores Governadores de Estados; Senhoras e Senhores.

A Colômbia, como parte de sua política de Estado, sempre deu prioridade aos processos de integração e concertação subregional, regional e hemisférica.

Por nossa localização, por nossas características sociais, políticas e econômicas, e por nossa vocação democrática e latino-americana, somos e sempre seremos parte da maioria dos mecanismos, dos foros e dos organismos da região.

Nestes diversos processos de integração, e temos que ser pragmáticos, e de concertação, sempre nos deparamos com o fato de que as agendas de uns e de outros, em muitas ocasiões, se duplicam e ficam nisso, em agendas.

Igualmente constatamos que as decisões de muitas dessas organizações e organismos de integração se assemelham e ficam nisso, em decisões. Por isso, julgamos de grande importância e aplaudimos a decisão do Grupo do Rio de incluir, parabéns a Cuba, e de abrir as portas para que as outras Repúblicas do Caribe se integrem. Fortalecer o Grupo do Rio nos parece fundamental, e fazer com que suas decisões se convertam em decisões que se executem nos parece o caminho indicado.

Mas também estamos conscientes das enormes potencialidades da integração real que têm a América Latina e o Caribe e da oportunidade que tem a Colômbia de articular alguns desses processos de integração.

Pensamos também que essa convocatória que fez o Presidente Lula tem o grande valor de ser um foro aberto, inclusivo, um espaço de convergência entre os diferentes processos de integração que se vêm construindo na América Latina e no Caribe, desde há várias décadas.

Contudo, cremos que o que realmente se requer são verdadeiras ações de integração, e faço eco às permanentes queixas de muitos dos aqui presentes sobre a lentidão com que as decisões se convertem em realidades, por sobre a burocracia que impede que elas se traduzam em fatos.

Necessitamos ações concretas de integração. Necessitamos projetos concretos de integração, que unam nossos povos e que beneficiem concretamente nossos povos.

Sem dúvida, em matéria energética, há uma grande oportunidade e é da maior importância, como aqui se disse, consolidar essa integração. É fundamental aumentar a segurança energética. Quanto custou às Ilhas do Caribe, à América Central, a Cuba, o aumento do preço do petróleo?

O uso desses recursos, que poderiam ir para educação, para saúde, são simplesmente para pagar as contas do petróleo. É fundamental essa segurança energética; é vital diversificar as fontes de abastecimento; é importante proteger o meio ambiente; mas também é igualmente chave otimizar os custos de investimento e operação.

A Colômbia é um país dobradiça, é a porta giratória entre Centro, América do Norte e América do Sul, e essa situação geográfica nos permite e nos dá a oportunidade de fazer projetos de interconexão, de nos convertermos não só nessa porta de entrada, mas também no ponto que conecte nossa região.

A Colômbia tem o interesse e a vontade de tornar realidade projetos de interconexão elétrica que beneficiem as nações centro-americanas. A Colômbia tem um potencial de 90 MW em energia hidroelétrica, renovável e a mais barata que ainda se produz. Por isso, essa energia que podemos desenvolver conjuntamente, essa energia que é renovável, que não é poluente, pode converter-se numa saída para a sustentabilidade energética da América Central, do Caribe e de nossos países vizinhos. E já estamos fazendo coisas e realizações importantes. Com o Equador, já temos interconexão elétrica há vários anos; com a Venezuela igualmente. Regiões afastadas da Colômbia recebem energia da Venezuela. Temos já com a Venezuela uma interconexão de gás, que demorou muitos anos, mas que hoje afortunadamente é uma realidade. Com o Panamá estamos trabalhando na interconexão elétrica por cabos submarinos; tardou, mas já estamos a ponto de conseguir. Estuda-se com Porto Rico a interconexão elétrica por outro cabo submarino, que seria o maior cabo submarino de interconexão elétrica do mundo; mas por que não pode ser a República Dominicana? Por que não podem ser outras ilhas do Caribe?

Igualmente, em matéria de biocombustíveis, estamos trabalhando com distintos países, estamos desenvolvendo tecnologia própria e estamos concretizando projetos. Hoje já temos fábricas-piloto de biocombustíveis em alguns países centro-americanos e do Caribe, que vão utilizar essa matéria prima, sustentável, de energia, sem afetar a segurança alimentar.

Sem dúvida, a mudança climática é hoje um problema global que deve ser enfrentado de maneira justa e equitativa por parte da comunidade internacional.

Já sentimos, todos, o impacto desse câmbio climático. As inundações na Colômbia, os furacões que em Cuba destruíram importante infra-estrutura, as inundações no sul do Brasil, só para mencionar algumas, já são efeito dessa mudança climática que veio para ficar.

Estes impactos são de tal gravidade que marcam o desenvolvimento do planeta, marcam as gerações futuras. Por isso, entendemos as preocupações dos Estados caribenhos, já de todos os nossos países, em relação ao aquecimento global, e coincidimos absolutamente com o Presidente da Guiana

para que busquemos uma frente comum latino-americana e caribenha nas negociações sobre mudança climática, que são prioritárias para todos.

Entramos agora nas negociações pós-Kioto, em que a prevenção do desflorestamento entra no jogo; que nossos bosques e a proteção de nossas selvas sejam valorizadas, a não-destruição delas tenha um valor. Hoje, o desflorestamento gera 20% do aquecimento global do mundo; por isso, esta proteção de nossos bosques, de nossas selvas, os mecanismos de compensação pela proteção desses bosques e dessas selvas têm que ser uma das agendas fundamentais e prioritárias da América Latina para impor negociações. Temos que chegar às negociações pós-Kioto com uma agenda e uma voz comum.

Igualmente, a adaptação à mudança climática vai requerer de nossos países cada vez mais fundos, cada vez mais cooperação. A maioria de nossos países hoje são emissores negativos de CO₂; não contribuimos para o aquecimento global, mas ele de nenhuma maneira é compensado, e por isso se requer que trabalhemos conjuntamente para que esta contribuição negativa ao aquecimento global tenha, em matéria de cooperação, em matéria de fundos, em matéria de transferência de tecnologia, algum tipo de compensação.

As catástrofes que vivemos em nossa região, a solidariedade e a ajuda humanitária nos casos de desastres naturais, deveriam ser causa comum.

Os países que não os sofrem num ano, que ajudem os outros no outro. Que se desenhem protocolos de cooperação entre nossos países, para que, quando estas catástrofes aconteçam, estejamos todos lá colaborando.

O propósito da integração tem que ser esse: o de integrar, o de somar, e não o de diminuir ou de confrontar. É importante que essas alianças criadas se fortaleçam, melhorem, e que geremos esses mínimos denominadores comuns em energia, em conservação, nos pontos em que possamos nos pôr rapidamente de acordo, para ter uma única voz, e para que o desenho de novos instrumentos e a consolidação de instrumentos e mecanismos nos confirmem agilidade na tomada de decisões e nos resultados que estas decisões implicam. Porém a integração também significa valorizar o já feito, valorizar organizações como a OEA, que nos permitiram ter um espaço de diálogo, muito difícil em algumas ocasiões, sabemos disso; mas sempre aberto e sempre disposto a buscar e a encontrar soluções para muitos dos problemas que temos. Sempre aberto e sempre disposto a nos ajudar a encontrar consensos já fundamentais em temas como Direitos Humanos, como desenvolvimento, como luta contra a delinqüência organizada transnacional, entre outros.

Por isso, nossa percepção frente à urgência de melhorar a integração latino-americana, caribenha, é sempre a de olhar adiante, sem espelho retrovisor, sem excluir sócios nem países da comunidade internacional; quer dizer, sem repetir os erros do passado, que todos cometemos, resultado de conjunturas políticas ou de ideologias que nos confrontam ou nos confrontavam, e que não têm porque causar enfrentamento. Às portas de uma nova Administração nos Estados Unidos, uma nova administração encabeçada por um norte-americano de descendência africana, algo que nenhum dos que estávamos aqui, ou dos que estamos aqui, pensava ser possível há apenas um ano, tem a possibilidade de abrir-nos as portas para uma nova relação dos Estados Unidos com a América Latina.

Aproveitemos esse novo momento, abramos as portas para que esse novo momento quiçá consolide essa América inclusiva, essa América em que todos caibamos, seja uma realidade. Essa América em que as soluções conjuntas se convertam no propósito comum, essa América de somar e não de diminuir; essa América onde nossa divergência possa ser dirimida, como se fez possível nos últimos anos, de maneira importante, de maneira que quiçá não pensávamos que fosse possível há dez, quinze anos; essa América onde a diferença que se tenha possa ser aplainada através do diálogo, da cooperação e de mecanismos de cooperação intra-regional, valiosos todos, com história todos e que merecem todos se fortalecerem, para que o espírito que hoje vemos, ou temos visto nesses dois dias, de cooperação, de diálogo franco e aberto, se converta no novo trilho em que a voz da América Latina seja uma, mas em que a voz da América Latina seja uma de inclusão, uma de somar, uma na qual todos, absolutamente todos os aqui presentes, possamos aproveitar nossas diferenças e encontrar caminhos conjuntos para o desenvolvimento, para a paz, para a justiça social e para a luta contra a depredação ambiental.

Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, companheiro Francisco Santos. Passo a palavra à Ministra Paula Gopee-Scoon, Ministra de Trinidad e Tobago.

Ministra Paula Gopee-Scoon - Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Chefes de Estado e de Governo. É uma honra, para mim, dirigir a palavra a esta histórica Cúpula, e falo em nome do Honrável Patrick

Manning, Primeiro-Ministro da República de Trinidad e Tobago, que não pôde comparecer ao encontro por motivos conhecidos de todos vocês, e que envia bons votos de deliberações produtivas acerca dos assuntos críticos da agenda da reunião. Também aproveito a oportunidade para expressar nossa sincera gratidão ao governo de Cuba pela solidariedade e apoio e pela excelente atenção médica que o Primeiro-Ministro Manning está recebendo em Cuba. Permitam-me também estender a profunda apreciação ao Presidente Lula e ao governo e povo do Brasil pela calorosa acolhida proporcionada a minha delegação e a mim neste lindo *resort* da Costa do Sauípe.

As ilhas e Estados costeiros que compõem a Comunidade do Caribe têm séculos de história e experiência compartilhada, valores comuns e perspectivas, cultura, laços familiares, semelhança e identidade; e essas ligações, junto com os constrangimentos de pequenas dimensões, recursos limitados e uma série de vulnerabilidades, nos levaram a buscar a integração regional como meio de incrementar nossa viabilidade e capacidade de sobrevivência.

Nossa integração evoluiu da Federação das Índias Ocidentais, que teve curta vida, para a Área de Livre Comércio do Caribe, para a Comunidade do Caribe, para o mercado e economia comuns do CARICOM, sendo que o mercado comum foi estabelecido em 2006, estando a economia comum prevista para ser implantada em 2015.

Em agosto deste ano, debates sobre ações cooperativas com vistas a atingir uma união econômica e uma integração política apropriada entre países interessados do CARICOM realizaram-se, por convite do Primeiro-Ministro Manning, e a iniciativa foi tomada no contexto da interdependência econômica e social, da vulnerabilidade comum, dos assuntos de sustentabilidade e do impacto dos recentes acontecimentos internacionais, como a erosão do acesso preferencial aos mercados tradicionais e a paralisação das negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio.

Seu objetivo é proporcionar meios para aqueles Estados que desejam maior e mais rápida integração, sem menosprezar as instituições existentes, como o CARICOM e a OECS. Ao longo dos anos, Trinidad e Tobago, com seus recursos energéticos, foi capaz de prover alguma cooperação técnica e suporte seus vizinhos do CARICOM, através de meios como o Fundo de Estabilização do Petróleo, que funciona sob a égide do Secretariado do CARICOM.

Aplaudo a iniciativa do Presidente Lula da Silva ao convocar esta Cúpula; seu tempo é afortunado ao propiciar uma avaliação sem precedentes dos severos

desafios interrelacionados que confrontam a comunidade internacional. Nessas semanas anteriores, tem havido esforços coerentes e determinados para prevenir o derretimento financeiro internacional e seu conseqüente impacto na produção, na estabilidade social e, finalmente, na paz e na segurança internacionais. A despeito desses esforços, algumas grandes economias deslizaram para a recessão e são tomadas medidas urgentes para apoiá-las e mitigar os efeitos decorrentes. Elemento positivo nesse tempo de crise foi o tratamento coordenado para manejá-la em direção a um quadro global mais inclusivo.

Trindade e Tobago saúda o fato de que os grandes tomadores de decisão mundiais respondem à crise mediante cooperação, que abarca macroinformação financeira internacional e nacional e conhecimento necessário para resolver as conseqüentes circunstâncias de instabilidade. Da mesma forma, acolhemos o acordo alcançado na recente reunião do G-20 sobre reforma política; tais propostas devem estar prontas para consideração lá pelo final de março. Em comum com alguns Estados de nosso Hemisfério, a economia de Trindade e Tobago está numa posição razoavelmente resistente, graças a políticas econômicas prudentes.

A economia de Trindade e Tobago é primordialmente baseada em energia e o grande volume da renda nacional provem do gás, em contraste com o petróleo. Em meados de novembro, com base na cotação referencial dos Estados Unidos, o preço do gás natural havia baixado 15% desde o começo do mês. No final de novembro, os preços do petróleo cru perderam em valor mais de 60%, comparativamente ao pico de julho de 2008. Desde julho de 2008, os preços dos petroquímicos também se enfraqueceram, e esses declínios refletem a letargia da atividade econômica mundial e a demanda contraída como resultado da crise financeira.

O impacto da desaceleração global e do comércio de mercadorias, particularmente de manufaturas, é explicado pelo fato de os Estados Unidos serem nosso principal parceiro de exportação e importação. Uma recessão nos Estados Unidos atingirá, portanto, nosso setor manufatureiro, que exporta aproximadamente US\$1 bilhão em mercadorias e emprega cinquenta e quatro mil pessoas.

O CARICOM é nosso segundo principal mercado para as exportações do setor manufatureiro; qualquer depressão econômica nesses países terá impacto em nossa economia. E em resposta à crise, empreendemos um ajuste fiscal busca priorizar e dar continuidade ao controle de gastos, de modo a alcançar equilíbrio fiscal no orçamento de 2009.

Providências legislativas e regulatórias incluem Decreto de Novas Instituições Financeiras, que deve aprimorar a supervisão das instituições financeiras e do sistema financeiro, aprimorando sua corporação governativa e reforçando requisitos prudenciais. E também o Decreto de Títulos e Valores, que fortalecerá a regulamentação do mercado de capitais pelo alinhamento do regime regulatório às melhores práticas internacionais fixadas pela Organização Internacional de Comissões Seguradoras.

A crise financeira internacional será bastante desafiadora com toda a pressão agregada da escassez de alimentos, escalada dos preços dos alimentos e crescente e desastroso efeito da mudança do clima. Na temporada de 2008, o Caribe foi atingido por furacões de ferocidade e frequência sem precedentes, que causaram a morte estimada de 860 pessoas e o adicional de US\$5 bilhões em danos à agricultura e à infra-estrutura, arruinando décadas de conquistas. Analistas da Administração Nacional dos Estados Unidos para o Oceano e a Atmosfera indicam que a força de energia total dos furacões de 2008 foi quase equivalente àquela dos dois anos anteriores.

Outros fenômenos naturais adversos associados à mudança climática e à variação climática, tais como seca e inundações, já afetam as ilhas do Caribe e baixos Estados costeiros, também minando esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável. Além disso, a necessidade de alerta, prevenção, manejo e recuperação pós-desastres acarreta fardo à escassa capacidade financeira, humana, técnica e tecnológica.

O controle e a estabilização dos gases de efeito estufa na atmosfera em níveis que permitam o desenvolvimento sustentável, possibilitem a produção de alimentos e permitam a adaptação dos ecossistemas à mudança climática - sendo este o objetivo último da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática - devem merecer alta prioridade.

Embora Trinidad e Tobago represente menos de 1% das emissões globais dos gases de efeito estufa, estamos empenhados em reduzir nossa dependência dos combustíveis e estamos comprometidos a fazer nossa parte para alcançar a estabilização dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, consistente com os objetivos da Convenção das Nações Unidas e o Mapa do Caminho de Bali.

Para realizar isso, a economia está sendo diversificada. Está sendo formulada uma estratégia de redução de gases de efeito estufa focada nos setores de geração de energia industrial e transportes; também se promove a conversão de separadores e compressores de gás natural; e o processo de

formulação de políticas para a mudança climática iniciará consultas com partes envolvidas, de modo a promover a adaptação em áreas e setores vulneráveis e a mitigação de consequências através da eficiência energética e das energias renováveis.

Alternativas tecnológicas, particularmente retenção e depósito de dióxido de carbono em formações geológicas, estão sendo pesquisadas, de acordo com as recomendações do painel intergovernamental sobre mudança climática. Não há de existir dilema entre a necessidade do desenvolvimento econômico contínuo e a promoção da eficiência energética; energias renováveis e tecnologias limpas que minimizem o lixo e reduzam as emissões de gases de efeito estufa.

De fato, face ao declínio financeiro global, novas oportunidades ligadas à proteção climática e ambiental podem estimular o emprego e o desenvolvimento. A esse respeito, a determinação expressa pela nova administração dos Estados Unidos de forjar políticas verdes – e, semana passada, os europeus decidiram reduzir as emissões em 20% até 2020 – é bastante animadora. Contudo, enquanto os níveis de dióxido de carbono na atmosfera ocasionarem a elevação do nível dos mares, a inundação de baixas áreas costeiras e o aumento das temperaturas da superfície marinha continuarão e impactarão na pesca e na produção agrícola mundo afora, da mesma forma que outras consequências da mudança do clima, como o aumento dos problemas em terras agricultáveis, pastagens e alterações do regime de chuvas e dos níveis de água dos rios.

Tudo isso mais intensificado, e principalmente a escassez de alimentos, tornará impossível a consecução das metas de desenvolvimento do milênio quanto à erradicação da pobreza extrema e da fome até 2015.

O Governo de Trinidad e Tobago gostaria de aproveitar a oportunidade de explorar possibilidades para a coordenação e a integração em agricultura e infra-estrutura no hemisfério. No plano regional, a Comunidade do Caribe tem procurado enfrentar os desafios de redução da dependência da importação de alimentos através da auto-suficiência agrícola e da montagem de um setor de agro-negócios nacional e regional viável, para alcançar segurança alimentar, subsistência sustentável e desenvolvimento rural.

Atribuimos prioridade à melhoria do transporte entre ilhas como meio de facilitar o comércio de produtos agrícolas. E no plano nacional, para garantir a nossos cidadãos acesso a alimentação de qualidade e quantidade suficiente para reduzir o impacto da crise de alimentos, o Governo adotou uma série de

políticas e iniciativas, incluindo a implantação de fazendas de larga escala e a oferta de significativa extensão de terras para produção agrícola diversificada. Adicionalmente, há crédito acessível aos fazendeiros através do Banco de Desenvolvimento Agrícola Nacional.

Nesse momento, tenho a satisfação de dar breve atualização dos preparativos para a Quinta Cúpula das Américas, que o governo de Trinidad e Tobago tem o orgulho de recepcionar. Devemos destacar que ansiamos pelo dia em que Cuba seja incluída como um participante igual em todas as organizações hemisféricas. A Quinta Cúpula está programada para o período de 17 a 19 de abril em Port-of-Spain, com objetivo temático de assegurar aos cidadãos um futuro melhor, pela promoção da prosperidade humana, segurança energética e sustentabilidade ambiental.

A Declaração de Compromisso de Port-of-Spain portará o mesmo título e buscará estabelecer objetivos realistas e alcançáveis. A implementação do Grupo de Revisão do Processo da Cúpula das Américas tem o mandato para finalizar a elaboração da Declaração de Compromisso de Port-of-Spain e tem-se reunido mensalmente para conseguir isso. E a esse respeito, agradecemos os Governos de Antígua e Barbuda, Barbados e, claro, a sede da Organização dos Estados Americanos em Washington DC e o Governo de El Salvador por terem, todos, realizado terceiros encontros em nosso nome.

O Secretariado Nacional de Trinidad e Tobago tem trabalhado com as partes interessadas, incluindo a sociedade civil, para assegurar que a Cúpula adote um documento final com prazos claros e realistas e mandatos implementáveis. O honorável Primeiro-Ministro da República de Trinidad e Tobago pediu-me que enfatizasse que ele anseia poder receber os Senhores em Port-of-Spain em abril de 2009 e também eu anseio por isso. Muito obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Ministra de Trinidad e Tobago. Passo a palavra agora à Ministra Maxine McClean, de Barbados.

Ministra Maxine McClean - Sua Excelência Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, outros distinguidos Chefes de Estado e de Governo, Senhoras e Senhores. Estou encantada de me juntar a vocês em Salvador, Bahia, que tanto me lembra meu próprio Caribe com seu calor, sua beleza e sua gente amiga. Devo, de início, apresentar as profundas desculpas do Primeiro-

Ministro David Thompson, que almejava participar desse encontro histórico, mas teve que permanecer em Barbados para tratar de assuntos urgentes e sensíveis de interesse nacional.

Barbados enaltece o Senhor Presidente por sua iniciativa em reunir os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe, com o fito de compartilharem suas perspectivas a respeito de integração e desenvolvimento. Assim o fazem num momento de grande turbulência e incerteza global, quando uma profunda crise causada pela cobiça e por excessos de alguns está tendo um impacto desproporcional nas vidas das pessoas comuns, particularmente no mundo em desenvolvimento. Tais circunstâncias servem ainda mais para destacar a extensão de nossa interdependência e para demonstrar a estratégia da cooperação regional e da coordenação em resposta a nossos desafios comuns de desenvolvimento.

Os países do Caribe estão agudamente cientes de que suas pequenas e vulneráveis economias não podem suportar a pressão da globalização econômica se atuarem isoladamente. Para nós, a integração regional é um imperativo absoluto. Nosso projeto de integração amadureceu e se desenvolveu na última metade do século, desde os dias iniciais da insuficiente Federação Ocidental, nos anos cinquenta, até a moderna Comunidade do Caribe, governada pelas cláusulas do revisito Tratado de Chagaramas. Em nossa subregião, já colocamos em prática o mercado único do CARICOM, que permite a livre circulação de bens, serviços, capital e cidadãos especializados do CARICOM, assim como os direitos de fixação para os empresários caribenhos.

O trabalho continua na segunda fase do processo. A economia única do Caribe, que está propugnada para aprofundar a integração de nossos setores financeiro e produtivo, deve coordenar nossas políticas econômicas setoriais e harmonizar nossas políticas monetária e fiscal. Instituições básicas são necessárias para amparar nosso projeto de integração: o Secretariado do CARICOM, o Banco de Desenvolvimento do Caribe, a Corte Caribenha de Justiça e, mais recentemente, a Comissão Caribenha de Competitividade e o Fundo de Desenvolvimento do Caribe estão em operação.

Além da esfera econômica, o CARICOM tem mecanismos bem estabelecidos para a cooperação funcional em todos os principais setores, incluindo saúde, educação e cultura, meio ambiente, agricultura e segurança. A integração regional tem sido a resposta estratégica coletiva às demandas do ambiente externo, mas igualmente o CARICOM deveria ser visto como

uma construção essencial em direção ao objetivo de mais ampla integração hemisférica.

É por essa razão que a Cúpula da Bahia assume significado nessa crítica conjuntura dos assuntos hemisféricos, pois se formos francos em nossas avaliações, deveremos admitir que a interação entre os membros do movimento de integração do CARICOM e aqueles da América Latina não é nem profunda nem continuada. Além do mais, no nível de nossos líderes, os encontros são breves, infrequentes e governados por formalidade excessiva.

Existe, em verdade, pouco espaço nesses curtos momentos para construir um diálogo genuíno, para compartilhar experiências ou para desenvolver uma maior compreensão mútua de nossas realidades individuais e dos assuntos que concernem à maioria de nós. Fazemos isso em nossos próprios grupos regionais, quase numa base diária, mas não cruzamos os grupos. Essa é a lacuna que a história cultural e a língua criaram. Essa é a lacuna que devemos buscar preencher com urgente prioridade, se esperamos dar significado verdadeiro à noção de integração hemisférica.

Mas aqui temos uma empolgante partida nessa direção. Nossa agenda é ampla e nosso tempo curto. Devo, portanto, concentrar minhas observações num pequeno número de áreas onde penso que a cooperação regional ampliada é necessária e alcançável e onde podemos fazer uma contribuição tangível para a unidade regional. Promovendo a interação entre os povos e culturas, comercializando produtos e serviços, investindo além das fronteiras e integrando economias e sociedades, tudo isso depende de uma infraestrutura moderna e efetiva de transportes e comunicações, e em padrões e regras harmonizados.

A ausência de ligações de transporte aéreo e marítimo entre Caribe e América Latina é o único grande impedimento para o desenvolvimento de um comércio significativo, negócios, turismo e laços culturais entre as duas regiões. A despeito dos melhores esforços da Associação dos Estados do Caribe, o padrão de rotas de transporte norte-sul ainda persiste.

Resolver essa deficiência fará uma diferença vital para o crescimento e o desenvolvimento de todos os países do hemisfério e para a construção de uma plataforma para impulsionar a integração econômica e social. Muita atenção e preocupação apareceram na esteira do impacto de longo alcance provocado pela crise financeira, que sacudiu a confiança nas estruturas e práticas do mundo desenvolvido, que sustenta a filosofia do livre mercado.

É importante que os líderes do hemisfério procurem coordenar suas respostas à crise com o fito de mitigar seus efeitos na região. Devemos também explorar o momento crescente para uma mudança radical na arquitetura financeira internacional e devemos insistir para que se permita aos países em desenvolvimento desenvolverem papel ativo na construção de instituições nacionais e internacionais democráticas e transparentes, que são, claro, relevantes para as realidades da economia globalizada do século XXI; mas, além disso, essa crise teve o efeito salutar de nos lembrar que o universo nem sempre tem de começar e acabar em Wall Street.

Nós temos uma oportunidade única de criar novos padrões de investimento e de fluxos financeiros para nossa região e para desenvolver nosso próprio mecanismo subregional e regional para integrar mais nossos mercados financeiros. De modo semelhante, as crises de alimentos e energia também oferecem a oportunidade para ousadas e novas abordagens. Como importadores líquidos de alimentos, as escolhas dos países caribenhos têm sido grandemente ditadas pelos preços, antes que pela fonte geográfica de suprimento.

Agora, entretanto, o aumento dramático nos custos de transporte e dos insumos para a produção abre espaço para novos padrões de produção e suprimento em nossa região. Existem também oportunidades empolgantes para investimentos em agricultura na subregião caribenha mediante a utilização de tecnologia e métodos de produção modernos. Questões fitossanitárias, de transporte, de mercado e de distribuição serão os maiores desafios nesse terreno. No caso da energia, a escalada no preço internacional do petróleo deu novo ímpeto à procura de nossa própria apreciação da segurança energética.

Barbados acredita que, no bojo desses esforços, deve ser dada ênfase prioritária às novas tecnologias para a geração de energias limpas, particularmente as fontes renováveis de energia. No Caribe, esforços significativos foram feitos no desenvolvimento das energias solar, geotérmica e eólica e, com a assistência do Brasil, na área de biocombustíveis. Nós percebemos a necessidade vital de estimular a noção de uma economia verde, não meramente da perspectiva de aumentar a segurança energética, mas também como contribuição essencial na luta contra a mudança climática e o aquecimento global.

Os pequenos Estados-ilha em desenvolvimento e os baixos Estados costeiros da bacia do Caribe são alguns dos mais ameaçados no mundo pelos efeitos adversos do aquecimento global e a elevação do nível do mar.

Para nós, a batalha não é saber quem causa o que; é a respeito de saber como tornar as coisas melhores no futuro e como cooperar, assegurando um esforço agressivo mundial para estabilizar e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. A batalha é sobre a adoção de políticas sustentadas para mitigação e adaptação e sobre aqueles que podem prover assistência especial para os países e comunidades mais vulneráveis.

Senhor Presidente, os desafios que confrontam nosso hemisfério são enormes, mas as crises freqüentemente são catalisadores para ousados e novos pensamentos e ação coletiva. Estamos esperançosos de que este importante diálogo nos conduzirá naquela direção e eu também gostaria de claramente apoiar meus colegas da Jamaica, Guiana, e São Vicente e Granadinas na convocação para uma ação imediata.

Falamos bastante, sabemos dos problemas da região, e agora é tempo de agir.

Agradeço às Senhoras e aos Senhores.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Obrigado, Ministra. Passo a palavra agora ao Ministro do Haiti, o companheiro Nicolas.

Ministro Alrich Nicolas - Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Excelências, Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo do Caribe, Senhoras e Senhores. Gostaria, inicialmente, de apresentar as saudações e as felicitações de Sua Excelência René Préval, Presidente da República do Haiti, que por motivos de agenda não pôde assistir a esse encontro, a despeito da grande importância que atribui ao tema da integração regional.

Junto minha voz às felicitações que já lhe foram manifestadas, Senhor Presidente Lula, pela maneira de conduzir os trabalhos da Cúpula, e me somo também aos agradecimentos dirigidos ao governo e ao povo do Brasil por sua generosa hospitalidade. O Presidente Lula, em seu discurso de abertura, sublinhou o caráter histórico desse encontro, embasado no signo da solidariedade dos povos do continente.

Este espírito de solidariedade reencontra perfeitamente a visão compartilhada há 200 anos por dois grandes homens da região: o haitiano Alexandre Pétion e o libertador Simón Bolívar. Este espírito de solidariedade deve continuar a nos animar ainda hoje na busca de soluções para os novos desafios representados pelas crises financeira, energética, alimentar e aquela ligada à mudança climática.

Senhor Presidente, as catástrofes naturais são a combinação de um conjunto de fatores que devem ser cuidados resolutamente, sob o risco de lançar a região no círculo vicioso em que os esforços de desenvolvimento são cada vez anulados completamente pelos efeitos de desastres naturais, que causam assim a descapitalização recorrente de nossas economias. A crise financeira e as conseqüências sobre as economias da região vêm aumentar a vulnerabilidade de nossos Estados.

O caráter complexo desta crise mostra bem que sua gestão ultrapassa a competência e os meios de um único Estado. O Haiti, um dos países mais vulneráveis da região, não cessa de promover a cooperação para limitar os impactos desse flagelo. O país fez disso, aliás, a prioridade de sua Presidência na Associação dos Estados do Caribe. Há apenas quatro dias, sediamos, em Porto Príncipe, uma reunião de peritos de alto nível do Grande Caribe sobre mudanças climáticas.

Desse encontro, participaram peritos originários de vários países da região, entre outros, da Venezuela, Trinidad e Costa Rica. O objetivo desta iniciativa é alcançar uma mobilização dos recursos da região para pôr em prática o plano de ação de Saint-Marc, adotado pelos Estados-Membros da AEC, por ocasião da Cúpula regional sobre catástrofes naturais em outubro de 2007, no Haiti. Os resultados desse encontro serão inscritos na agenda da próxima reunião de Ministros de Relações Exteriores da AEC, em janeiro de 2009. Aproveito a ocasião para convidar novamente os colegas da AEC para que garantam o sucesso desta reunião com suas presenças.

Senhor Presidente, no que concerne à aguda crise econômica e financeira que abala diversos países do planeta, quero destacar, rapidamente, que não se trata somente de uma crise dos países ricos, porquanto seus impactos severos já se fazem sentir nas economias de nossos Estados, já muito sensíveis aos choques externos. As repercussões se fazem sentir nas remessas de nossa diáspora e nos fluxos financeiros para o desenvolvimento.

Nesse contexto, o governo haitiano não cessa de postular a adoção de medidas adequadas capazes de limitar a especulação exagerada e de facilitar a regulamentação das instituições e dos mercados financeiros, condição prévia para uma retomada do crescimento durável no nível da economia mundial e para o atingimento dos objetivos de desenvolvimento nos países do Sul.

Esta Cúpula deve ser também uma ocasião para identificar nossas fortalezas e nossas fraquezas, mas sobretudo os obstáculos a serem superados para reforçar nossas capacidades de produção agrícola. Chegou o momento

de tratarmos de maneira resoluta os problemas estruturais de nossa agricultura e de nosso aparelho produtivo de maneira resoluta, com o fito de enfrentar os desafios causados pela globalização. A variação de preços dos produtos petrolíferos e dos gêneros alimentícios figura entre nossas maiores preocupações. Ela continua a ter conseqüências desastrosas sobre a qualidade de vida de nossas populações e constitui uma séria ameaça à estabilidade política e social de nossas sociedades. Nesse contexto, o Haiti aplaude os esforços já em curso na região, que estabelecem um quadro de cooperação visando à segurança energética e à soberania alimentar dos Estados. A cooperação triangular Haiti-Cuba-Venezuela é, nessa linha, um exemplo a sublinhar e a promover entre nós.

Aproveito para agradecer nosso amigo de São Vicente e Granadinas pelo apoio à causa do Haiti, que ele acaba de expressar tão calorosamente no curso desta reunião. A resposta que se impõe aos desafios está em grande parte no reforço dos mecanismos de concertação e cooperação.

Nessa apreciação, meu país apoiou a entrada de Cuba no Grupo do Rio e se regozija de sua presença entre nós. Senhor Presidente, Senhoras, Senhores, gostaria de afirmar, para terminar, nosso apoio à posição expressada aqui por vários oradores, segundo a qual a Declaração de Salvador da Bahia deveria desembocar num conjunto de proposições concretas. A credibilidade de nossa abordagem crítica às instituições de Bretton Woods depende disso. Agradeço a todos.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Obrigado, Ministro. Bem, antes de passarmos à sessão privada onde vamos aprovar os documentos, eu queria passar a palavra ao último orador, o Vice-Ministro de El Salvador, Eduardo Cáliz.

Vice-Ministro Eduardo Cáliz López - Muito obrigado, Senhor Presidente. Enviamos-lhe uma saudação fraternal em nome do Presidente da República Elías Antonio Saca, cujo compromisso com cidadãos salvadorenhos que vivem nos Estados Unidos não permitiu que estivesse com os Senhores nesta oportunidade. Mas me pediu transmitir-lhes sua convicção de que esta Cúpula é um passo positivo na rota da integração de nosso hemisfério, o que tem sido a aspiração histórica e a busca lógica de nossos povos.

Da mesma forma, reconhecemos a iniciativa de nosso anfitrião, o Presidente Lula da Silva, de convocar esta reunião neste bonito lugar da

Bahia, onde a história lhe deu a oportunidade de ser testemunha do primeiro abraço entre o Caribe e o Continente e onde nos reunimos para abordar as possibilidades de desenvolvimento e integração de nossa região, no marco de uma das crises mais graves que enfrentamos, e cujas possíveis soluções demandam uma abordagem integral, assim como um compromisso e sólida vontade política conjunta. Muitíssimo obrigado, então, ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil por esta acertada iniciativa.

Ao responder a este chamado, El Salvador considera importante partir do estabelecimento do objetivo fundamental que se persegue neste foro: melhorar a coordenação e o diálogo entre mecanismos regionais e subregionais de integração. Estimamos muito pertinente realizar um exercício de racionalização da agenda temática hemisférica e lograr construir assim um documento de compromisso político efetivo, que se traduza em benefícios concretos para nossas regiões e populações.

Ao mesmo tempo, consideramos crucial que os interesses estratégicos de alcance regional que esta Cúpula delimite guardem coerência com os trabalhos que estamos realizando em outros espaços de diálogo, porém sem a geração de agendas redundantes que neutralizem ditos esforços. Isso com a intenção de evitar a duplicidade temática com outros espaços regionais de diálogo político, como a OEA e o Grupo do Rio, os quais provaram ser úteis e práticos em suas respectivas esferas.

Estimados mandatários, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica e Panamá, com a aspiração de retomar a história de haverem nascido unidos à vida independente e de construírem uma pátria comum, fundaram, em 1991, o Sistema de Integração Centro-americana (SICA). Mais tarde, Belize aderiu à iniciativa e a República Dominicana também foi admitida como país associado. Desde então, Brasil, Chile, México, Alemanha, Espanha e Taiwan converteram-se em Estados observadores. Mais recentemente, no marco da XXXIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do SICA, celebrada em Honduras, Itália e Argentina agregaram-se como os mais recentes observadores do processo.

Hoje, baseados em nossa experiência para crescer, a integração é um processo necessário que requer fortes e estáveis sistemas democráticos, fortalecimento das instituições do sistema, ampliação do sistema de liberdades e constante comunicação entre as diferentes iniciativas regionais de integração e a harmonização do marco jurídico, a favor de um melhor exercício dos

direitos civis, políticos, econômicos e sociais para favorecer os direitos dos cidadãos da região da América Central.

Com México e Colômbia, nós, os países do SICA, colocamos em marcha estratégias de integração e programas de conexão, compreendidos no denominado projeto Mesoamérica, que busca promover a diversidade e o meio ambiente, assim como contribuir para a integração, modernização, conexão, desenvolvimento econômico e social e competitividade da região.

O avanço desta aspiração integracionista se vê afetado, entre outros fatores, precisamente pelas crises recorrentes que estamos vivendo e que afetam a maioria das nações no mundo. Nesse sentido, a economia centro-americana também pode ver-se afetada ante uma possível diminuição de remessas, a redução da capacidade exportadora e do turismo, a capacidade de compra e a conseqüente perda de empregos. Do mesmo modo, os cenários parecem indicar um possível aumento das taxas de juros, que no caso de El Salvador começam a se refletir nas taxas de juros locais e numa restrição no acesso ao crédito.

A crise demanda soluções e alternativas conjuntas. Com esse espírito, nos reunimos aqui, assim como também a abordamos no marco da XVIII Cúpula Ibero-americana que há apenas quatro meses celebramos em El Salvador, e onde os Chefes de Estado e de Governo coincidiram em que é importante que a comunidade ibero-americana participe ativamente na determinação da resposta internacional para a recuperação da estabilidade financeira e para a retomada rumo ao crescimento econômico sustentado.

Devemos ter uma ação imediata com programas de medidas urgentes de curto e longo prazo para atender ao impacto da crise financeira internacional na região. Manter a prudência da política monetária, resguardar a estabilidade do sistema financeiro, ampliar, fortalecer e sistematizar os canais de comunicação dos Bancos Centrais com o público, gestionar com organismos regionais e internacionais a manutenção de linhas de crédito e acelerar a negociação de empréstimos contingenciais com referidos organismos, dar prioridade imediata ao investimento em infra-estrutura de apoio à produção, o apoio através do estímulo ao crédito e ao comércio regional, com ênfase nas pequenas e médias empresas, o desenvolvimento de uma política social de apoio aos setores mais vulneráveis e o fortalecimento das redes sociais devem ser, entre outras, algumas das ações que podemos aprofundar em nossa análise para paliar em parte os efeitos de uma crise mundial que já ressentimos.

Esses esforços regionais e nacionais podem ter resultados mais sólidos se forem produzidos, em combinação com outras ações, incluindo a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular.

El Salvador, em sua condição de país de renda média, tem fomentado de forma consistente o fortalecimento de projetos e fórmulas baseadas nessa modalidade de cooperação, especialmente os destinados ao investimento social, ao combate à pobreza e ao cumprimento oportuno dos objetivos de desenvolvimento do milênio.

Nesse marco, quero instar os países membros deste foro a contribuírem na elaboração oportuna de um plano de ação integral de enfoque global para concretizar a cooperação e torná-la mais efetiva em nossos países.

Estimados mandatários, estamos convencidos de que a melhor defesa do sistema democrático e, por aí, o melhor garante do interesse coletivo, é fazer com que as liberdades se convertam no marco ideal para a geração de mais e melhores oportunidades para todos. Liberdades de que quase todos os aqui presentes podemos gozar, para consolidar uma agenda orientada a elevar a qualidade de vida dos setores menos favorecidos e fazer de nossas sociedades mais justas, mais solidárias e mais humanas.

O empenho comum em aliviar esses problemas nos leva a compartilhar uma visão de mundo na qual a cooperação, o apoio mútuo e a aspiração de construir um sistema integrado têm um lugar preponderante. O propósito existe e existe também a vontade. Sejamos artífices, pois, de nosso próprio destino e o executemos.

Muitíssimo obrigado.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Bem, companheiros, vamos começar agora a nossa sessão privada. Eu vou passar o microfone para ver se o companheiro Celso Amorim conseguiu fazer uma síntese de tudo o que foi falado aqui ou das coisas que vamos ter que aprovar.

Ministro Celso Amorim - Obrigado, Senhor Presidente. Com a permissão do Presidente Lula, dos demais Presidentes, nós temos basicamente dois tipos de decisões a tomar. Um diz respeito às declarações; a maioria delas foi objeto de extensas negociações. A primeira é a Declaração de Salvador, que é o documento de natureza mais geral que foi tratado extensamente pelos altos funcionários e pelos Ministros. O segundo é um comunicado sobre a questão das Ilhas Malvinas, também objeto de acordo.

O terceiro é uma declaração especial sobre o fim do bloqueio dos Estados Unidos, também objeto de consultas e negociações intensas. O quarto é um comunicado, uma solicitação do SICA à União Européia para que ela continue a outorgar ao Panamá as preferências do sistema SGP-Plus.

Bem, esses quatro documentos foram extensivamente discutidos e creio que, se não houver objeção, poderíamos considerá-los aprovados. Assim entendo que é o caso. Há ainda dois outros documentos que foram apresentados mais recentemente no curso desta reunião. Um documento diz respeito a uma decisão que apóia uma iniciativa proposta pelo Chile de realizar uma reunião, em março, sobre a crise financeira. Creio que também, nas consultas que fizemos, não escutamos nenhuma objeção; poderíamos considerá-lo aprovado. Finalmente, na lista de documentos, há uma declaração sobre a Bolívia, cujo teor principal é solicitar aos Estados Unidos que mantenham as preferências dentro da ATPDEA, dentro de uma linguagem que foi também objeto de muita negociação e discussão e consensuada com os vários presentes. Não vejo objeção, considero aprovada.

O segundo tipo de decisão que temos que tomar diz respeito ao seguimento dessa Cúpula. Creio que houve manifestações gerais acerca da importância do seguimento da Cúpula, da continuidade da Cúpula; e com relação a esse aspecto, queria dizer o seguinte, informar das seguintes possibilidades que foram objeto de extensiva consulta entre os vários participantes: haveria, em seguida a essa que se realiza agora, uma Cúpula no México, em fevereiro de 2010, que seria feita juntamente, isto é, ao lado da Cúpula do Grupo do Rio. Creio que isso também já permitiria atender a uma outra preocupação que vários países têm demonstrado que é a da coordenação entre esse processo que estamos iniciando hoje e o processo do Grupo do Rio. Então isso já teria inclusive esse mérito. E o fato de que ela vai se realizar no início de 2010 também preenche o desejo de muitos de que não haja um espaço muito grande entre uma Cúpula e outra. Em seguida, seria realizada, no ano seguinte, na Venezuela, no dia 15 de junho, uma data muito importante, uma outra Cúpula, em 2011. Portanto, essas seriam as duas Cúpulas que foram oferecidas, e não encontramos nenhuma objeção a esse procedimento.

No ano de 2009, se realizariam pelo menos uma reunião ministerial e uma outra reunião de altos funcionários. Nas consultas que fizemos, constatamos que haveria interesse de que uma, pelo menos essa reunião ministerial, se realizasse em um país caribenho; e a Jamaica se ofereceu para

sediar a reunião ministerial em 2009. Então, teríamos a seguinte sequência de reuniões: Ministerial em 2009, em data que depois nós consultaríamos, na Jamaica; Cúpula do México, “*back to back*” como dizem em inglês, lado a lado, de costado com o Grupo do Rio em fevereiro de 2010, e a Cúpula na Venezuela em 2011.

Creio que daqui até lá poderemos continuar a reflexão que muitos iniciaram aqui sobre como será o relacionamento entre o Grupo do Rio e esse sistema de Cúpulas latino-americanas e caribenhas, levando em conta inclusive as muitas observações que foram feitas. Se não houver objeção em relação a essa sequência de eventos, eu vou fazer um último comentário em nome do Presidente Lula sobre outros aspectos que foram levantados aqui. Presidente Chávez, por favor.

Presidente Hugo Chávez: Muito obrigado. Como sempre, muito breve, como sempre. Somente para agradecer a proposta e explicar em um minuto nosso oferecimento dessa reunião e a importância para a Venezuela e para todos nós, creio.

No dia 5 de julho, os Senhores sabem, de 2011, serão os 200 anos exatos da declaração de independência da Venezuela e da aprovação da primeira Constituição que se elaborou neste continente latino-americano, na América Latina e no Caribe. Primeira Constituição. É o bicentenário, pois, o 5 de julho. Por isso, agradecemos muito a concessão que nos fizeram. Muito obrigado.

Ministro Celso Amorim – Muito prazer. Guatemala havia pedido a palavra.

Representante da Guatemala: Considero estratégico consignar no documento principal nosso compromisso de irmos juntos à Assembléia Extraordinária das Nações Unidas. Creio que a idéia que se postulou no dia de ontem, e que discutimos, vários de nós, é a de solicitar a essa Assembléia esclarecimento sobre esta crise; e que nosso grupo fosse unido, com uma voz, e que nós, Chefes de Estado, assistíssemos todos a esta Assembléia.

Ministro Celso Amorim – Sim, poderia, antes de tratar desse tema, ver com relação à sequência dos eventos que dizem respeito ao Grupo da América Latina e Caribe, se nós estamos de acordo com a reunião Ministerial

na Jamaica, a reunião de Cúpula no México junto com a do Grupo do Rio e a Reunião de Cúpula na Venezuela. Há acordo nesses pontos? Há acordo. Com relação à Assembléia Extraordinária, eu teria talvez uma discussão um pouco longa. Nós apoiamos evidentemente esse pedido; o que houve foi uma decisão recente na Conferência de Doha, no Catar, a partir de uma proposta da Venezuela e de outros países, de que se realize uma Conferência de Alto Nível sobre esse tema. Já há uma decisão, portanto, internacional a respeito. Eu creio que, talvez, tentar mudar essa decisão seria um pouco difícil, para transformá-la em uma Assembléia especial; mas creio que isso poderia ser objeto de continuadas consultas, se não houver objeção. Mas já há uma decisão de uma Conferência internacional de Alto Nível, a partir de uma proposta da Venezuela. Isso foi adotado na recente Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Doha. Jamaica.

Representante da Jamaica - Gostaria de perguntar ao distinguido Ministro o que podemos antecipar com relação às providências preparatórias requeridas para o encontro Ministerial.

Ministro Celso Amorim – Esse é meu próximo ponto. Bem, se estamos de acordo com esse seguimento, eu queria também, a pedido do Presidente, fazer um outro comentário que tem a ver justamente com o que o Primeiro-Ministro da Jamaica acaba de dizer.

Vários aqui, vários, a começar pelo Presidente Leonel Fernandes, que não está aqui no momento, mas vários, inclusive a Jamaica, São Vicente, vários, fizeram o comentário relativo à necessidade de operacionalizar o conteúdo da Declaração. Creio que nós vamos ter que trabalhar num sistema envolvendo vários países, envolvendo várias representações regionais, como uma espécie de grupo de trabalho, mas não creio que devemos nomear um grupo de trabalho. Naturalmente, os países que presidirão as próximas Cúpulas farão parte desse grupo de trabalho, que será um grupo de trabalho aberto ademais para que todos os que desejem participar, participem.

Acho que o Brasil terá que tomar a si, num primeiro momento, o encargo de fazer o resumo de todas as propostas e então, em conjunto com os demais países, transformar o conteúdo da Declaração num programa de ação, que irá primeiro a uma reunião de Altos Funcionários, que ainda não está determinada onde será, vai à Reunião Ministerial e daí seguirá para a Cúpula do México, que é a próxima Cúpula que nós temos. Mas tudo isso será feito

em consulta com todos os países envolvidos e levando em conta as sugestões que foram aqui feitas. Eu não quero ser exaustivo, mas, por exemplo, o Presidente Jagdeo mencionou a importância da coordenação da América Latina e Caribe sobre a mudança de clima. O Presidente Álvaro Colom mencionou a importância também da coordenação ou da troca de informação em programas sociais. O Presidente Chávez, da Venezuela, entre muitos outros temas, mencionou também a questão da integração financeira. Apenas como exemplos, alguns desses temas nós teremos que sintetizar e transformar em objeto de discussão coletiva em preparação à reunião Ministerial e desde já, naturalmente, como sede desta Cúpula, nós nos colocamos à disposição da Jamaica para poder continuar os trabalhos. Eu creio, Presidente, que essas são as decisões que teriam que ser tomadas. Enfim, não creio que haja mais nada a acrescentar. Creio que, inclusive, se o Senhor vai dizer palavras finais, pode ser com a televisão.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Apenas uma sugestão aos companheiros Presidentes, é que tanto na Reunião Ministerial, quanto na reunião que vai acontecer no México e, depois, na reunião da Venezuela, eu penso que seria importante que a gente levasse para essas reuniões, no máximo, dois temas para a gente discutir e tomar as decisões. Por exemplo, o Presidente Chávez fala da questão da integração financeira, do Fundo, aquele negócio todo, que isso poderia ser um tema discutido mais profundamente para que, quando a gente chegasse à Venezuela, nós estivéssemos prontos para tomar uma decisão e votar. Eu acho extremamente importante que a gente diminua o número de temas para que a gente possa decidir, discutir e deliberar sobre os temas.

Bom, primeiro eu queria terminar dizendo que daqui a pouco tem um almoço e depois do almoço vai ter uma dezena de bilaterais. Todo mundo vai conversar, por que este é um dos pontos fortes dessas cúpulas internacionais, são essas bilaterais que nós fazemos. Primeiro, agradecer de coração o reconhecimento, por todas as delegações, do caráter histórico desta reunião. Nós aqui ouvimos relatos sobre situações nacionais que ilustram, primeiro, a nossa diversidade, mas o que fica claro entre nós é que, cada vez mais, vai se criando uma consciência de que nós precisamos consolidar definitivamente, do ponto de vista eu diria até jurídico, do ponto de vista econômico, uma integração mais soberana entre o nosso bloco. Acho extremamente importante que essa consciência esteja amadurecendo muito no nosso meio.

Queria dizer para vocês que muitas vezes, no discurso de alguns companheiros, eu vejo sempre angústia, porque nós aprendemos na escola e depois aprendemos na política que as reuniões feitas por outros blocos, pelo G8, pelo não sei das quantas, são diferentes das nossas, são mais evoluídas que as nossas. Não é verdade, ou seja, todas as reuniões que envolvem muitos países, elas acontecem do mesmo jeito. Eu já tive oportunidade de participar do G8, como convidado junto com o México, junto com a Índia, com a China, com a África do Sul, e a verdade é que lá acho que se discute menos do que nós, bem menos do que nós. Uma coisa que tem me marcado, e eu penso que isso pode nos ajudar, é o grau de consciência do nosso continente.

Companheiro Chávez, a primeira vez que eu fui a Evian, em 2003, a convite do Presidente Chirac, eu cheguei com o Celso Amorim e com o Marco Aurélio no Palácio que ia ser a reunião do G8. Eu cheguei e estava lá o príncipe da Arábia Saudita, estava Tony Blair, estava todo mundo. Todo mundo estava sentado e ficou sentado, eu entrei, cumprimentei todo mundo e fui sentar numa mesa e, de repente, entra o Presidente Bush e todo mundo levanta e estava eu, Celso e Kofi Annan e falei: “não vamos levantar”. Mas não vamos levantar por uma única razão, porque, eu acho que, muitas vezes, o comportamento subserviente, de muita gente na política é que faz com que as pessoas não sejam devidamente tratadas e devidamente respeitadas. E, veja, nós não levantamos e o Bush se dirigiu lá para cumprimentar a mim, ao Celso e ao Kofi Annan, sem nenhum problema, ou seja, ninguém precisou fazer uma deferência.

Eu digo isso porque quando nós criamos o G20, lá em Cancún, em 2003. Logo depois da reunião de Cancún, vários países que tinham participado conosco da criação sofreram pressão e não compareceram na próxima reunião que nós fizemos. Eu sinto que essa consciência está mudando. Eu, às vezes, tenho a impressão, não sei se todo mundo conhece o que é um casulo que produz seda, ou seja, o casulo, de repente, ele fura um burquinho e sai uma borboleta e voa e vai embora. Eu sinto que, no nosso continente, as pessoas estão aprendendo que é importante ter relações com todos os países, que é importante ter uma boa política com todos os países, mas que a subserviência não ajuda nenhum país a crescer. Não existe hipótese.

Esse continente latino-americano, durante um século ou quase um século, com exceção de Cuba, quase todos os países ficavam apostando para saber quem era mais amigo daquele que governava os Estados Unidos. Um século,

não foi um dia. Ou seja, todo mundo achava que era o supra-sumo da importância política ser convidado pelos Estados Unidos. O que está acontecendo hoje? Ninguém está deixando de reconhecer a importância que os Estados Unidos têm no mundo, e tem muita. É o país militarmente mais forte, tecnologicamente mais forte, financeiramente mais forte, ninguém desconhece. O que nós estamos descobrindo é que, entre nós, existem outras oportunidades que até então nós não conhecíamos, porque era muito mais fácil recorrer ora aos Estados Unidos, ora a União Européia. Era quase como se nós não tivéssemos aprendido, mesmo depois da independência de cada país, que essas relações elas precisam ter o máximo de independência possível, ou seja, nós conquistamos nossa independência no século XVIII e, no século XIX, todas as economias praticamente continuaram amarradas a dependência dos países mais ricos.

Ninguém, nem São Vicente, nem Dominica, nem Paraguai, nem Brasil, nem Uruguai, ninguém quer deixar de fazer negócios com os Estados Unidos, com a União Européia, muito menos o companheiro Chávez quer deixar de fazer, muito menos. Ou seja, o que nós precisamos é fazer, nas condições que nós entendemos que sejam legítimas, que sejam justas, que sejam adequadas, e que possamos discutir entre nós as nossas similaridades, as nossas possibilidades, porque, se não for assim, nós nunca iremos crescer enquanto nação, iremos sempre ficar pobres, sempre países da periferia. Essa é uma coisa que eu acho que já dá para compreender que está acontecendo aqui nesse momento.

A terceira coisa que eu considero extremamente importante é que essa crise é uma oportunidade para que a gente repense o tipo de economia que nós queremos no mundo. Porque tudo que nós temos hoje foi criado praticamente depois da II Guerra Mundial, algumas outras coisas de antes da II Guerra Mundial. Todos aqueles modelos que pareciam infalíveis, invencíveis, que nos julgavam todo santo dia. Eu muito preocupado por que a economia do meu país vem crescendo, emprego vem crescendo, a pobreza vem diminuindo, ou seja, superávit primário, superávit de conta corrente, e, todo dia, eu leio no meu computador que aumenta o risco-Brasil. E os americanos quebrados e o risco deles é zero. As pessoas tiram dinheiro do meu país, que oferece o maior juros do mundo, para depositar no juros mais baixo do mundo, ou seja, alguma coisa está errada na economia, alguma coisa está errada no padrão de política monetária estabelecido.

O FMI ainda não se manifestou até agora, só diz que não tem saída de curto prazo. O Banco Mundial não se manifestou até agora. Desde o encontro do Japão do G8, o Calderón estava lá, que eu propus que era importante que o FMI e o Banco Mundial se manifestassem com relação à crise financeira, que começou nos Estados Unidos. Você não recebe informações. Eu acho importante que, das decisões nossas aqui, a gente, enquanto conjunto de países da América latina e do Caribe, a gente peça essas instituições e peça às Nações Unidas, que tem uma instituição econômica chamada ECOSOC, que precisa funcionar e prestar contas corretamente para nós, de onde vai e até onde vai esta crise financeira. Mas eu penso, ao mesmo tempo, enquanto a gente quer descobrir a profundidade desta crise, é importante que a gente tenha consciência de que cada país vai ter que investir o máximo que ele puder investir.

A hora não é de fazer o ajuste fiscal da década de 80. A época não é de negar o Estado, como foi negado na década de 80. A época agora é de dizer que, no fracasso do mercado, a única coisa que a sociedade acredita é no Estado. E não apenas para nós. Os bancos americanos recorreram a quem? Ao Estado, porque nenhum banco confiava no outro. Os bancos europeus recorreram a quem? Ao Estado. Porque ninguém confiava no outro. Ou seja, o Estado, que não valia nada, passou a ser o salvador da pátria. Por que eu acho, e o Leonel Fernandez fez um belo discurso ontem, por que a economia e o dinheiro disponibilizado pelos países ricos ainda não chegaram na ponta? É porque o dinheiro dos países ricos ainda não foi colocado na produção, foi colocado apenas para salvar a quebradeira do sistema financeiro e não foi colocado na produção. Nos nossos países, nós precisamos ter clareza de que o Estado assuma um papel muito mais relevante nesse momento. Os países têm que investir mais em obras de infra-estrutura, os países têm que investir mais em habitação, os países precisam investir naquilo que vai gerar emprego. Acho que os Estados Unidos vão ter que assumir a responsabilidade de dizer que política vai fazer para os países pequenos do Caribe, os países pequenos da América Central, que têm uma economia muito dependente dos produtos que fabricam para os Estados Unidos, e eu acho que as pessoas precisam aprender a cobrar.

Os Estados Unidos vão ter um Presidente que vai tomar posse no dia 20 de janeiro. Um jovem, bem formado, em Harvard. Um negro que encantou os Estados Unidos. Ou seja, está na hora da América Latina exigir uma discussão política com ele, para saber qual é a visão que ele vai ter na relação com a América Latina. Nós não queremos mais Aliança para o Progresso,

como foi feito na década de 60 no Brasil, e tampouco pode olhar para a América Latina como um grupo de esquerdistas, todos revolucionários, recebendo orientação de Cuba. Já não existe mais isso na América Latina. Na América latina, a esquerda que fazia a luta armada na década de 60 e de 70 chegou ao poder na maioria dos países, ganhou as eleições. Portanto, as pessoas são Governo hoje. Agora, o que nós não podemos é ficar esperando que, um belo dia eles chamem os países para conversar.

Eu fico torcendo, companheiro Chávez, para que o Presidente Obama tenha uma outra visão sobre a Venezuela, que queira manter uma boa relação política com a Venezuela, sem deixar de enxergar a soberania da Venezuela. Que tente reabrir relações com outros países que têm economia praticamente independente deles. Como é que pode a maior economia do mundo, de 13 trilhões de dólares PIB, cortar 50 milhões de dólares que compra da Bolívia. Eu espero que o Obama tome a decisão de reatar com Cuba. Não existe mais nenhuma explicação política, sociológica, sabe, nenhum analista do mundo, um psicólogo qualquer, compreenderia por que ainda bloqueia Cuba. Será que é vingança?

Eu acho, companheiros Presidentes, que as coisas estão mudando muito rapidamente. Eu, às vezes, vejo discursos que andam pouco, mas eu, Chávez, um dia fui andar naquela muralha da China e fiquei pensando que, quando eles estavam construindo aquela muralha, ela parecia interminável e toda vez que as pessoas estavam colocando pedra, pedra e olhando para frente e viam que estavam longe, ao mesmo tempo, eles olhavam para trás e viam o quanto já tinham construído e eu acho que nós, nesses poucos anos, já construímos muito, mas muito.

Certamente, como passamos séculos sem construir muita coisa, passamos séculos sem conversar. Passamos séculos! Faz duzentos anos que nós conquistamos a nossa independência e é a primeira reunião que nós fazemos. Ou seja, éramos um continente de surdos e que não nos enxergávamos. Então, eu quero dizer para vocês que essa reunião aqui, ela certamente vai produzir muitos efeitos. Eu saio daqui convencido de que nós daremos um passo muito maior, quando chegarmos à reunião do México, depois daremos um passo muito maior, quando chegarmos à Venezuela. E eu acho que nós vamos dando passos, porque as coisas são conquistadas de forma mais lenta, mas tem que ser mais segura. Porque, às vezes, a gente reclama, e eu sou o primeiro a reclamar, que as coisas demoram entre nós, mas é importante que os companheiros compreendam.

Embora eu tenha tido 62% dos votos para presidente, de 513 deputados, o meu partido tem 80; de 81 senadores, nós temos 13. Para construir a maioria nas votações, é mais difícil do que ganhar as eleições. Cada coisa é um parto muito difícil e nós fazemos isso, porque é um exercício de democracia de um país que ficou 23 anos sem conhecer o gosto da democracia, submetido a um regime autoritário que todos vocês conhecem a história. De forma, companheiros, que eu queria agradecer de coração a participação de vocês. Quando sairmos daqui, nós vamos falar com a imprensa e, certamente, a imprensa pode questionar para que valeu esta reunião e eu só tenho uma resposta, por tudo que eu conheço de reuniões que eu participo, eu só posso dizer que valeu a pena. Se não tivéssemos feito mais nada, só o fato do Grupo do Rio ter aprovado a volta de Cuba às instituições e às instâncias multilaterais, já é um feito inusitado, porque os que presidiram os países antes de nós não tiveram coragem de colocar Cuba no Grupo do Rio. Portanto, de coração, muito obrigado a cada um de vocês, aos presidentes, as presidentas, aos ministros, aos assessores, eu só posso terminar convidando vocês para um almoço.

A coletiva é depois do almoço, estamos com fome, já são duas horas. Bem, uma coisa importante, companheiros, é que até o final de 2010, até terminar o meu mandato, já tenho decreto publicado da Embaixada residente em Granada e faltam apenas 4 países: Antígua e Barbuda, Dominica, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas. Até 2010, nós teremos Embaixadas residentes em todos os países da América Latina e Caribe. Um abraço, companheiros, e obrigado pela presença.



DECLARAÇÃO DE SALVADOR
E
DECLARAÇÕES ESPECIAIS



Declaração de Salvador e Declarações Especiais

Declaração de Salvador

Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento - CALC

Declaração de Salvador, Bahia

Os Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe, conscientes do significado histórico desta primeira Cúpula para a unidade da região, reuniram-se em Salvador, Bahia, Brasil, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008, com o propósito de aprofundar a integração regional e estabelecer compromissos efetivos de ação conjunta para a promoção do desenvolvimento sustentável de seus povos.

Os Chefes de Estado e de Governo examinaram, a partir de uma perspectiva latino-americana e caribenha, as questões relativas à integração e ao desenvolvimento no contexto dos desafios representados pela crise financeira, de energia, alimentar e pela mudança do clima.

2. Expressaram a convicção de que a integração política, econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe é uma aspiração histórica de seus povos e constitui fator necessário para avançar em direção ao

desenvolvimento sustentável e ao bem-estar social em toda a região. Recordaram também a importância da integração regional para a interação da América Latina e do Caribe com o resto do mundo.

3. Destacaram os avanços alcançados nos diferentes mecanismos de integração existentes e ressaltaram sua importância para a promoção da democracia, da justiça social, da erradicação da pobreza, do combate ao analfabetismo, do enriquecimento da cultura, do desenvolvimento tecnológico e do crescimento das economias de seus países.

4. Decidiram assim promover a articulação e a convergência de ações, por meio do intercâmbio de experiências e da identificação de áreas de cooperação entre os diferentes mecanismos de integração, com base nos princípios de solidariedade, flexibilidade, pluralidade, diversidade, complementaridade de ações e participação voluntária nas iniciativas consideradas.

5. Assumiram o compromisso com o desenvolvimento regional integrado, não-excludente e equitativo, levando em conta a importância de assegurar tratamento favorável às economias pequenas e vulneráveis, aos países em desenvolvimento sem litoral marítimo e insulares.

6. Reiteraram seu compromisso com a construção de uma ordem internacional mais justa, equitativa e harmoniosa, baseada no respeito ao Direito Internacional e aos princípios da Carta das Nações Unidas, entre os quais, a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias, o respeito à integridade territorial e à não-intervenção nos assuntos internos dos Estados. Reafirmaram seu compromisso com a defesa da soberania e do direito de todo Estado de construir seu próprio sistema político, livre de ameaças, agressões e medidas coercitivas unilaterais, num ambiente de paz, estabilidade, justiça, democracia e respeito aos direitos humanos.

7. Sublinharam que a democracia, os direitos humanos, as liberdades fundamentais e o desenvolvimento são interdependentes e se reforçam mutuamente. Renovaram o compromisso com o contínuo aperfeiçoamento e consolidação das instituições democráticas em seus países, para garantir o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, a

ampla e ativa participação popular nos assuntos de interesse comum, e a distribuição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo desenvolvimento.

8. Ressaltaram que o fortalecimento do multilateralismo é fundamental para assegurar um mundo mais estável e pacífico, o que torna urgente realizar uma verdadeira reforma das Nações Unidas, que a fortaleça e garanta a eficácia, a transparência, a representatividade e a democratização de seus órgãos principais, em particular o Conselho de Segurança.

9. Reconheceram que seus países enfrentam enormes desafios comuns para superar a pobreza e a exclusão social, e que estes desafios têm sido exacerbados pela atual crise financeira, alimentar e de energia. Assumiram o compromisso de trabalhar em conjunto contra a desigualdade, por meio da cooperação e do intercâmbio de experiências. Nesse sentido, reafirmaram a determinação de implementar uma vigorosa agenda social na região, que corresponda aos compromissos assumidos na Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Sublinharam a importância de políticas e programas capazes de ampliar as oportunidades para toda a população, particularmente para os setores mais vulneráveis, erradicar a fome e a pobreza, assegurar moradia, trabalho digno e decente e acesso universal e de qualidade aos serviços básicos de saúde e educação.

Destacaram, nesse sentido, a importância do fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular para complementar os esforços nacionais de desenvolvimento dos países de renda média no combate à pobreza e cumprimento oportuno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

10. Como representantes de sociedades multiétnicas, multiculturais e plurilingüísticas, reafirmaram o valor da diversidade e manifestaram sua preocupação com o crescimento da xenofobia e a discriminação no mundo e com iniciativas tendentes a impedir a livre circulação de pessoas. Nesse sentido, condenaram a criminalização dos fluxos migratórios e as medidas que atentam contra os direitos humanos dos migrantes. Reafirmaram que a livre circulação de pessoas é tão importante quanto a circulação de bens e os fluxos financeiros.

11. Reiteraram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e sublinharam que os padrões insustentáveis de produção e consumo,

particularmente nos países desenvolvidos, ameaçam o meio ambiente e o equilíbrio climático e provocam o rápido esgotamento dos recursos naturais no plano global.

12. Expressaram seu apoio à adoção, no ano de 2010, de um regime internacional juridicamente vinculante sobre o acesso e distribuição de benefícios derivados do uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica, e de conformidade com suas legislações nacionais, como corresponda.

13. Instaram a comunidade internacional a apoiar, por meio de mecanismos financeiros internacionais de compensação, os países em desenvolvimento em seus esforços de conservação e manejo sustentável das florestas. Recomendaram também a consideração de propostas como a criação de um Fundo Verde.

14. Enfatizaram seu compromisso com a implementação plena, eficaz e sustentada da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Kyoto, num esforço global com base no princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, nas respectivas capacidades nacionais e nas legítimas aspirações dos países em desenvolvimento.

No que se refere à redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa, destacaram a necessidade de metas mais ambiciosas.

Ressaltaram a importância dos trabalhos sobre cooperação de longo prazo e sobre novos compromissos para os Estados Partes do Anexo I da Convenção Quadro.

Sublinharam a necessidade de que os países desenvolvidos cumpram os seus compromissos no âmbito da Convenção Quadro em matéria de financiamento, transferência de tecnologia e criação de capacidades nos países em desenvolvimento mais vulneráveis aos efeitos adversos da mudança de clima, em particular os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e os países costeiros com terras baixas para apoiá-los a enfrentar suas necessidades de mitigação e adaptação, sem condicionalidades.

15. Diante dos fortes desequilíbrios entre oferta e demanda de energia no mundo, enfatizaram a urgência dos esforços de cooperação, complementação e integração regional no setor de energia.

Tendo em conta a inter-relação entre a questão energética e a mudança de clima, ressaltaram a importância da conservação, da economia e do uso eficiente dos recursos energéticos.

Enfatizaram que o desenvolvimento de fontes renováveis de energia é importante para o desenvolvimento econômico e social, a inovação tecnológica e a geração de energias menos contaminantes, com efeitos positivos para a redução das emissões de gases que contribuem para o aquecimento global. Neste contexto, ressaltaram a importância de assegurar a transferência de tecnologia e o financiamento para a pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis.

16. Ressaltaram a urgência de uma conclusão exitosa da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) que garanta a realização dos objetivos de desenvolvimento, mediante um acordo equilibrado e equitativo em acesso a mercados para agricultura e produtos industriais. Recordaram a necessidade de respeitar o critério de reciprocidade menos que plena e de garantir espaço para que os países em desenvolvimento possam implementar suas políticas industriais.

Reiteraram que os países desenvolvidos devem eliminar os subsídios a suas exportações agrícolas e reduzir de maneira efetiva os subsídios que outorgam a seus produtores agrícolas. Condenaram esta prática abusiva de concessão de subsídios agrícolas que geram e amplificam as distorções no comércio mundial, deslocam os produtos mais competitivos dos países em desenvolvimento e desestimulam o investimento e a produção agrícola, o que representa um risco para a segurança alimentar e nutricional da população dos países em desenvolvimento mais vulneráveis.

Coincidiram na importância de atender as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, em particular das economias pequenas, a fim de permitir sua efetiva inserção no comércio mundial.

17. Manifestaram sua grande preocupação pela crise financeira atual. Recordaram que os países desenvolvidos foram os causadores da crise e que, por esta razão, devem assumir os custos de sua solução.

Recordaram também que as economias emergentes contribuem significativamente para o crescimento da economia mundial e que os países em desenvolvimento não devem ser penalizados por práticas financeiras não sustentáveis nos países desenvolvidos.

Defenderam a necessidade de um amplo diálogo internacional, com a participação ativa dos países em desenvolvimento, para a construção de uma nova arquitetura financeira internacional que inclua a adoção de mecanismos de regulação eficientes e disciplinas transparentes de governança para o sistema financeiro mundial.

Nesse sentido, reiteraram seu pleno respaldo à convocação da Conferência de Alto Nível sobre a crise financeira, a realizar-se no âmbito das Nações Unidas no primeiro semestre de 2009.

Ressaltaram também a importância e a urgência de fortalecer os mecanismos financeiros regionais e sub-regionais para fomentar a integração e o desenvolvimento no contexto da crise financeira global.

18. Reafirmaram a convicção de que o aprofundamento da integração regional e o fortalecimento dos laços comerciais e dos fluxos de investimento podem desempenhar um papel decisivo para o crescimento de suas economias e preservação dos êxitos econômicos e sociais alcançados. Manifestaram, nesse sentido, o compromisso com o aumento do intercâmbio comercial entre seus países e no plano mundial para fazer frente à crise financeira atual. Também insistiram na necessidade de regras estáveis para o sistema de comércio internacional que impulsionem a recuperação econômica mundial.

19. Celebraram as ações que o grupo Bicentenário vem realizando em prol do reconhecimento e da valorização dos aspectos comuns dos feitos da independência dos países da América Latina e do Caribe. Ressaltaram que estas ações contribuem para gerar consciência sobre o passado compartilhado como povos das Américas e para fomentar a projeção de um futuro que os encontre integrados em sua diversidade.

20. Assinalaram a importância de manter o diálogo e a cooperação permanente, dirigida ao enfrentamento de ameaças comuns à segurança dos países latino-americanos e caribenhos, tais como o problema mundial das drogas e a delinquência organizada transnacional, em suas diferentes manifestações.

21. Assinalaram a importância de que o diálogo e a cooperação entre os países latino-americanos e caribenhos gerem resultados tangíveis e benefícios mútuos, consoantes com as altas aspirações de desenvolvimento e

prosperidade de suas respectivas sociedades, tendo por base o intercâmbio de experiências e de conhecimentos e com fundamento no patrimônio acumulado pelas instituições regionais existentes. Destacaram a importância de promover o diálogo com outros países e regiões do mundo.

22. Os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe expressaram seus agradecimentos ao Presidente do Brasil pela iniciativa de celebrar a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) na cidade histórica de Salvador, Bahia, Brasil, em 16 e 17 de dezembro de 2008, e manifestaram sua gratidão ao Governo e ao povo brasileiros pela calorosa acolhida e hospitalidade que facilitaram o resultado exitoso da Cúpula.

23. Como demonstração de seu firme propósito de avançar com celeridade na cooperação nos diversos temas da agenda comum, e tendo em conta os princípios de flexibilidade e participação voluntária nas iniciativas, os Chefes de Estado e de Governo **decidiram**:

1. Cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração

- Intensificar o diálogo, a interação e a sinergia entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração na América Latina e no Caribe para aprofundar a integração e acelerar o desenvolvimento mediante a articulação de projetos comuns e complementares.

- Fortalecer a cooperação entre as secretarias dos mecanismos regionais e sub-regionais de integração e propiciar a realização de reuniões e a interação frequente entre as secretarias.

- Estabelecer temas prioritários para a colaboração de mecanismos regionais e sub-regionais de integração e encomendar um estudo sobre as possibilidades de complementação.

2. Crise financeira internacional

- Promover o intercâmbio de informação sobre o impacto da crise financeira nos países da região e sobre as medidas tomadas para o controle e mitigação de seus efeitos.

- Propor um amplo diálogo, consultando, quando apropriado, em nível de peritos regionais ou Ministros de Finanças ou similares, com vistas a construir uma nova arquitetura financeira internacional que garanta a democratização e a transparência da gestão financeira internacional e o fortalecimento dos mecanismos de regulação, de modo a estabelecer instrumentos efetivos de governança e de prevenção e resposta imediata diante de futuras crises.

- Construir uma posição comum frente à crise financeira e participar ativamente na Conferência de Alto Nível sobre a Crise Financeira, que terá lugar no âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas no primeiro semestre de 2009.

- Encomendar aos Ministros de Finanças ou similares a elaboração de uma estratégia com vistas à construção progressiva de uma arquitetura financeira regional e sub-regional que inclua a consideração das seguintes propostas:

- um sistema multilateral voluntário de pagamentos a partir das experiências existentes na região, incluindo mecanismos de pagamentos em moedas nacionais.

- avaliação de experiências existentes em matéria de moeda comum.

- fortalecimento ou desenvolvimento de mecanismos regionais para a estabilização da balança de pagamentos.

- integração dos mercados financeiros em nível regional e sub-regional com mecanismos adequados de supervisão, regulação e transparência.

- fortalecimento e criação de instituições ou fundos financeiros para apoiar projetos de desenvolvimento e integração da região, incluindo a coordenação destes fundos e instituições.

- cooperação entre os bancos nacionais e regionais de fomento.

3. Energia

- Promover a cooperação regional para maximizar a geração de energia e fortalecer a segurança energética.

- Promover maior integração da infra-estrutura no setor de energia, estimulando a complementaridade dos recursos energéticos existentes na região.

- Promover a cooperação regional na diversificação de fontes de energia e no aumento do uso de fontes renováveis.

- Promover o intercâmbio de experiências e boas práticas sobre políticas energéticas baseadas na economia e na eficiência.
- Promover o intercâmbio de experiências e transferências de tecnologia sobre programas nacionais de biocombustíveis.
- Promover a realização de reuniões regionais para avançar na implementação desses objetivos.

4. Infra-estrutura física

- Ampliar o intercâmbio e a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe em matéria de infra-estrutura, com base na experiência acumulada nas esferas nacionais, sub-regionais e regionais.
- Intensificar iniciativas para promover e executar políticas de ampliação da conectividade e projetos de infra-estrutura para ampliar os serviços de transporte aéreo, marítimo, fluvial e terrestre, assim como o transporte multimodal.
- Promover políticas públicas e ações específicas que atendam, no campo da infra-estrutura, às necessidades da integração fronteiriça.
- Desenvolver uma agenda de trabalho para identificar e superar as dificuldades normativas e regulatórias no campo da infra-estrutura.
- Promover a realização de uma reunião entre mecanismos sub-regionais voltados à integração da infra-estrutura física na América Latina e no Caribe.

5. Desenvolvimento social e erradicação da fome e da pobreza

- Acelerar os programas sociais na região para cumprir e superar as Metas do Milênio relativas à erradicação da fome e da pobreza, com políticas públicas de inclusão social e superação das desigualdades econômicas mediante dotação de maiores recursos orçamentários.
- Promover o acesso universal, equitativo e de qualidade à educação primária e aos serviços de saúde, saneamento e abastecimento de água potável, em especial para as pessoas em condição de pobreza extrema.
- Ampliar a cooperação regional para a implementação de programas que permitam assegurar a redução da mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, com especial ênfase nas zonas rurais, e combater as epidemias de maior impacto.
- Implementar programas específicos para a juventude no âmbito dos programas nacionais de desenvolvimento, sobretudo em áreas como educação, saúde, emprego, capacitação, empreendedorismo, entre outros.

- Adotar programas integrais e flexíveis, adaptados às realidades sócio-econômicas e culturais de cada país, região e grupo populacional, que permitam erradicar o analfabetismo em todos os países da América Latina e do Caribe antes do ano 2015.

- Promover a formulação e execução de programas sociais enfocados no atendimento às necessidades básicas diferenciadas dos grupos mais vulneráveis, como são as crianças, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais.

- Garantir que os acordos de comércio regionais e internacionais em que participem os países da região respondam às necessidades relacionadas com o desenvolvimento social e a implementação sustentada das Metas do Milênio.

- Promover a elaboração de um plano de ação integral para concretizar a cooperação e tornar mais efetiva a ajuda aos países de renda média, conforme acordado nas conferências internacionais de alto nível sobre o tema.

- Promover a realização de reuniões regionais para o intercâmbio de experiências exitosas nas áreas mencionadas acima.

6. Segurança alimentar e nutricional

- Promover ações para garantir a segurança alimentar e nutricional, por meio de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento rural, a produção sustentável de alimentos, sua inocuidade, distribuição e comercialização.

- Promover a coordenação regional de iniciativas sobre a segurança alimentar e nutricional e o intercâmbio de tecnologias, através das instâncias sub-regionais existentes, prestando a devida atenção aos aspectos de emergência e aos aspectos estruturais relativos à produção, comercialização e distribuição de alimentos.

- Incorporar a perspectiva de direitos humanos na elaboração e revisão das estratégias nacionais orientadas a garantir a segurança alimentar e nutricional, com ampla participação social, particularmente dos setores mais vulneráveis.

- Impulsionar a introdução de tecnologias ambientalmente saudáveis de produção agrícola, o aumento de produtividade e competitividade dos pequenos e médios produtores, incluindo os camponeses, e seu acesso aos recursos produtivos.

- Impulsionar o desenvolvimento produtivo, tecnológico e de investimentos, particularmente orientado à pequena produção agrícola.
- Combater o abuso monopolista nos sistemas de produção e distribuição de alimentos.
- Fortalecer os processos de integração no âmbito alimentar e conjugar esforços no apoio à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025.

7. Desenvolvimento sustentável

- Estimular a identificação, fortalecimento e intercâmbio de boas práticas de desenvolvimento sustentável na região, em temas como a incorporação do componente ambiental nas ações governamentais, a participação social em políticas públicas e o manejo sustentável dos recursos naturais.
- Impulsionar as iniciativas de cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a promoção do desenvolvimento sustentável.
- Fortalecer a Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC).
- Promover a cooperação em matéria de manejo sustentável do patrimônio natural e de conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e da água.
- Impulsionar iniciativas com a finalidade de converter os países em desenvolvimento, particularmente os países da América Latina e do Caribe, em exportadores de serviços ambientais.
- Promover a realização de reuniões regionais para avançar na implementação desses objetivos.

8. Desastres naturais

- Assegurar a coordenação necessária entre os mecanismos de prevenção, redução de riscos, mitigação e resposta aos desastres naturais nos níveis nacional, regional e global nos esforços para o cumprimento dos objetivos de redução do risco de desastres naturais.
- Fortalecer as iniciativas regionais de assistência humanitária e promover o estabelecimento de protocolos de ajuda mútua ou outros dispositivos simplificados de resposta aos desastres naturais.
- Fortalecer a cooperação entre os pontos focais nacionais para prevenção e resposta aos desastres naturais em coordenação com os

organismos e comitês internacionais e sub-regionais como a Agência Caribenha de Resposta a Emergências em Casos de Desastre (CDERA), o Centro para Prevenção dos Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC), o Comitê Andino para a Prevenção e Assistência em Desastres (CAPRADE) e a Reunião de Defesa Civil e Assistência Humanitária Internacional do MERCOSUL.

- Promover o fomento e intercâmbio de boas práticas para redução do risco diante de desastres naturais em nível regional e sub-regional.

- Propor medidas para a promoção da educação e a capacitação em matéria de proteção ambiental com vistas a gerar uma consciência coletiva e, em consequência, mitigar os efeitos dos desastres naturais provocados pelo homem.

- Promover a realização de reuniões regionais para avançar na implementação desses objetivos.

9. Promoção dos direitos humanos e combate ao racismo

- Fomentar e fortalecer a cooperação internacional para a promoção e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em conformidade com os propósitos e princípios enunciados na Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional.

- Fomentar o intercâmbio sobre experiências nacionais na preparação e apresentação de relatórios ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal (UPR) e a outros mecanismos internacionais segundo os compromissos de cada país.

- Promover o reconhecimento e a realização dos direitos de terceira geração ou de solidariedade, em particular o direito ao desenvolvimento.

- Estreitar a cooperação regional e internacional para combater o racismo e a discriminação, inclusive no contexto da preparação da Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata.

10. Circulação de pessoas e migrações

- Facilitar a integração dos migrantes às sociedades receptoras, promover facilidades para a residência, o trabalho e a regularização, em consonância com as legislações nacionais.

- Fomentar que a migração ocorra de maneira regular e com pleno respeito aos direitos humanos dos migrantes e suas famílias.
- Difundir as contribuições positivas da migração como um fator importante de desenvolvimento e dissociá-la de agendas negativas relacionadas com a criminalidade e a segurança. Além disso, promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e boas práticas regionais e sub-regionais no combate ao crime organizado, tráfico ilícito de migrantes e de pessoas.
- Promover os direitos humanos e dos migrantes e suas famílias, independentemente de sua condição migratória, e combater o racismo e a xenofobia a que possam ser submetidos.
- Assegurar os direitos de seguridade social dos trabalhadores migrantes, mediante a aplicação dos convênios bilaterais, sub-regionais e regionais, celebrados pelos países da América Latina e do Caribe.
- Realizar reuniões regionais com vistas ao aprofundamento do diálogo e ao desenvolvimento de programas de cooperação regional sobre migração, e coordenar posições no Fórum Global para a Migração e o Desenvolvimento.
- Promover a integração fronteiriça com a finalidade de facilitar a convivência e fortalecer a solidariedade entre os habitantes das áreas de fronteira.

11. Cooperação Sul-Sul

- Identificar e implementar estratégias de cooperação Sul-Sul e triangular que potencializem os esforços no âmbito da cooperação técnica entre os países da região.
- Intercambiar experiências exitosas que possam constituir boas práticas em nível regional.

12. Projeção internacional da América Latina e do Caribe

- Aprofundar a coordenação de posições para projetar uma visão comum da América Latina e do Caribe em diálogos externos.
- Promover o tratamento do tema “Tecnologia e Desenvolvimento Produtivo” em diálogos externos.

Declaración de Salvador

Cumbre de América Latina e el Caribe sobre Integración y Desarrollo - CALC

Declaración de Salvador, Bahía

Los Jefes de Estado y de Gobierno de los países de América Latina y el Caribe, conscientes del significado histórico de esta primera Cumbre para la unidad de la región, se reunieron en Salvador, Bahía, Brasil, los días 16 y 17 de diciembre de 2008, con el propósito de profundizar la integración regional y establecer compromisos efectivos de acción conjunta para la promoción del desarrollo sostenible de sus pueblos.

Los Jefes de Estado y de Gobierno examinaron, desde una perspectiva latinoamericana y caribeña, las cuestiones relacionadas con la integración y el desarrollo en el contexto de los desafíos representados por la crisis financiera, de energía, alimentaria y por el cambio climático.

2. Expresaron la convicción de que la integración política, económica, social y cultural de América Latina y el Caribe es una aspiración histórica de sus pueblos y constituye un factor necesario para avanzar hacia el desarrollo sostenible y el bienestar social en toda la región. Recordaron también la importancia de la integración regional para la interacción de América Latina y del Caribe con el resto del mundo.

3. Destacaron los avances alcanzados en los distintos mecanismos de integración existentes y resaltaron su importancia para la promoción de la democracia, la justicia social, la erradicación de la pobreza, el combate al analfabetismo, el enriquecimiento de la cultura, el desarrollo tecnológico y el crecimiento de las economías de sus países.

4. Asimismo, decidieron promover la articulación y la convergencia de acciones, por medio del intercambio de experiencias y la identificación de áreas de cooperación entre los distintos mecanismos de integración, sobre la base de los principios de solidaridad, flexibilidad, pluralidad, diversidad, complementariedad de acciones y participación voluntaria en las iniciativas consideradas.

5. Asumieron el compromiso con el desarrollo regional integrado, no excluyente y equitativo, teniendo en cuenta la importancia de asegurar un tratamiento favorable a las economías pequeñas y vulnerables, a los países en desarrollo sin litoral marítimo e insulares.

6. Reiteraron su compromiso con la construcción de un orden internacional más justo, equitativo y armónico, fundado en el respeto al Derecho Internacional y a los principios de la Carta de las Naciones Unidas, entre ellos la igualdad soberana de los Estados, la solución pacífica de controversias, el respeto a la integridad territorial y la no intervención en los asuntos internos de los Estados. Reafirmaron su compromiso con la defensa de la soberanía y del derecho de todo Estado a construir su propio sistema político, libre de amenazas, agresiones y medidas coercitivas unilaterales en un ambiente de paz, estabilidad, justicia, democracia y respeto a los derechos humanos.

7. Subrayaron que la democracia, los derechos humanos, las libertades fundamentales y el desarrollo son interdependientes y se refuerzan mutuamente. Renovaron su compromiso con el continuo perfeccionamiento y consolidación de las instituciones democráticas en sus países, para garantizar el pleno ejercicio de todos los derechos humanos y libertades fundamentales, la amplia y activa participación popular en los asuntos de interés común, y la distribución justa y equitativa de los beneficios generados por el desarrollo.

8. Resaltaron que el fortalecimiento del multilateralismo es fundamental para asegurar un mundo más estable y pacífico, por lo que es urgente emprender una verdadera reforma de las Naciones Unidas que la fortalezca y garantice la eficacia, transparencia, representatividad y democratización de sus órganos principales, en particular el Consejo de Seguridad.

9. Reconocieron que sus países se enfrentan a enormes desafíos comunes para superar la pobreza y la exclusión social y que esos desafíos han sido exacerbados por la actual crisis financiera, alimentaria y de energía. Asumieron el compromiso de trabajar en conjunto contra la desigualdad, por medio de la cooperación y el intercambio de experiencias. En ese sentido, reafirmaron la determinación de poner en marcha una vigorosa agenda social en la región, que corresponda a los compromisos asumidos en la Declaración de los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Subrayaron la importancia de políticas

y programas destinados a ampliar las oportunidades para toda la población, particularmente para los sectores más vulnerables, erradicar el hambre y la pobreza, asegurar el acceso a la vivienda, trabajo digno y decente, así como el acceso universal y de calidad a los servicios básicos de salud y educación.

Destacaron en este sentido la importancia del fortalecimiento de la cooperación Sur-Sur y triangular, para complementar los esfuerzos nacionales de desarrollo de los países de renta media en el combate a la pobreza y el cumplimiento oportuno de los Objetivos de Desarrollo del Milenio.

10. Como representantes de sociedades multiétnicas, multiculturales y plurilingües, reafirmaron el valor de la diversidad y manifestaron su preocupación por el aumento de la xenofobia y la discriminación en el mundo y por iniciativas tendentes a impedir la libre circulación de personas. En ese sentido, condenaron la criminalización de los flujos migratorios y las medidas que atentan contra los derechos humanos de los migrantes. Reafirmaron que la libre circulación de personas es tan importante como la circulación de bienes y los flujos financieros.

11. Reiteraron su compromiso con el desarrollo sostenible y subrayaron que los patrones insostenibles de producción y consumo, particularmente en los países desarrollados, amenazan el medio ambiente y el equilibrio climático y provocan el rápido agotamiento de los recursos naturales en el plano global.

12. Expresaron su apoyo a la adopción, en el año 2010, de un régimen internacional jurídicamente vinculante sobre el acceso y distribución de beneficios derivados del uso de recursos genéticos y conocimientos tradicionales asociados, en el marco de la Convención sobre la Diversidad Biológica, y de conformidad con sus legislaciones nacionales, como corresponda.

13. Instaron a la comunidad internacional a apoyar a los países en desarrollo en sus esfuerzos de conservación y manejo sostenible de los bosques, a través de mecanismos financieros internacionales de compensación. Recomendaron también la consideración de propuestas como la creación de un Fondo Verde.

14. Enfatizaron su compromiso con la plena, eficaz y sostenida implementación de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el

Cambio Climático y del Protocolo de Kyoto, en un esfuerzo global con base en el principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas, las respectivas capacidades nacionales y las legítimas aspiraciones de los países en desarrollo.

En lo que se refiere a la reducción de las emisiones de gases que provocan el efecto invernadero, destacaron la necesidad de metas más ambiciosas.

Resaltaron la importancia de los trabajos sobre cooperación a largo plazo y sobre nuevos compromisos para los Estados Partes del Anexo I de la Convención Marco.

Subrayaron la necesidad de que los países desarrollados cumplan sus compromisos bajo la Convención Marco en materia de financiamiento, transferencia de tecnología y creación de capacidades en los países en desarrollo más vulnerables a los efectos adversos del cambio climático, en particular los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo y los países costeros con tierras bajas, para asistirlos a enfrentar sus necesidades de mitigación y adaptación, sin condicionalidades.

15. Ante los fuertes desequilibrios entre oferta y demanda de energía en el mundo, enfatizaron la urgencia de los esfuerzos de cooperación, complementación e integración regional en el sector de energía.

Teniendo en cuenta la interrelación entre la cuestión energética y el cambio climático, resaltaron la importancia de la conservación, el ahorro y el uso eficiente de los recursos energéticos.

Enfatizaron que el desarrollo de fuentes renovables de energía es importante para el desarrollo económico y social, la innovación tecnológica y la generación de energías menos contaminantes, con efectos positivos para la reducción de las emisiones de gases que contribuyen al calentamiento global. En este contexto, resaltaron la importancia de asegurar la transferencia de tecnología y el financiamiento para la investigación y desarrollo de energías renovables.

16. Resaltaron la urgencia de una conclusión exitosa de la ronda Doha de la Organización Mundial de Comercio (OMC) que garantice la realización de los objetivos de desarrollo, mediante un acuerdo equilibrado y equitativo sobre acceso a mercados para agricultura y productos industriales. Recordaron la necesidad de respetar el criterio de reciprocidad menos que plena y de garantizar espacio para que los países en desarrollo puedan implementar sus políticas industriales.

Reiteraron que los países desarrollados deben eliminar los subsidios a sus exportaciones agrícolas y reducir de manera efectiva los subsidios que otorgan a sus productores agrícolas. Condenaron esa práctica abusiva de concesión de subsidios agrícolas que generan y amplifican las distorsiones en el comercio mundial, desplazan los productos más competitivos de los países en desarrollo y desalientan la inversión y la producción agrícola, lo que representa un riesgo para la seguridad alimentaria y nutricional de la población de los países en desarrollo más vulnerables.

Coincidieron en la importancia de atender las necesidades especiales de los países en desarrollo, en particular de las economías pequeñas, a fin de permitir su efectiva inserción en el comercio mundial.

17. Manifestaron su gran preocupación por la crisis financiera actual. Recordaron que los países desarrollados fueron los causantes de la crisis y que por ende deben asumir los costos de su solución.

Recordaron también que las economías emergentes contribuyen significativamente al crecimiento de la economía mundial y que los países en desarrollo no deben ser penalizados por prácticas financieras no sustentables en los países desarrollados.

Defendieron la necesidad de un amplio diálogo internacional, con la participación activa de los países en desarrollo, para la construcción de una nueva arquitectura financiera internacional que incluya la adopción de mecanismos de regulación eficientes y disciplinas transparentes de gobernabilidad para el sistema financiero mundial.

En ese sentido, reiteraron su pleno respaldo a la convocatoria de la Conferencia de Alto Nivel sobre la crisis financiera, a realizarse en las Naciones Unidas en el primer semestre de 2009.

Asimismo, resaltaron la importancia y la urgencia de fortalecer los mecanismos financieros regionales y subregionales para fomentar la integración y el desarrollo en el contexto de la crisis financiera global.

18. Reafirmaron la convicción de que la profundización de la integración regional y el fortalecimiento de los lazos comerciales y de los flujos de inversión pueden desempeñar un papel decisivo para el crecimiento de sus economías y la preservación de los logros económicos y sociales alcanzados. Manifestaron en ese sentido el compromiso con el incremento del intercambio comercial, entre sus países y a nivel mundial, para hacer frente

a la crisis financiera actual. Hicieron asimismo hincapié en la necesidad de reglas estables en el sistema de comercio internacional que impulsen la recuperación económica mundial.

19. Celebraron las acciones que el grupo Bicentenario viene realizando en pos del reconocimiento y la valoración de los aspectos comunes de las gestas independentistas de los países de América Latina y el Caribe. Resaltaron que estas acciones contribuyen a generar conciencia acerca del pasado compartido por pueblos de las Américas y a fomentar la proyección de un futuro que los encuentre integrados en la diversidad.

20. Señalaron la importancia de mantener el diálogo y la cooperación permanente, encaminados a enfrentar amenazas comunes a la seguridad de los países de América Latina y el Caribe, tales como el problema mundial de las drogas y la delincuencia organizada transnacional, en sus diferentes manifestaciones.

21. Señalaron la importancia de que el diálogo y la cooperación entre los países latinoamericanos y caribeños generen resultados tangibles y beneficios mutuos, acordes con las altas aspiraciones de desarrollo y prosperidad de sus respectivas sociedades, teniendo como base el intercambio de experiencias y de conocimientos y con fundamento en el patrimonio acumulado por las instituciones regionales existentes. Destacaron la importancia de promover el diálogo con otros países y regiones del mundo.

22. Los Jefes de Estado y de Gobierno de América Latina y el Caribe agradecieron al Presidente de Brasil por la iniciativa de celebrar la Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo (CALC), en la ciudad histórica de Salvador, Bahía, Brasil, los días 16 y 17 de diciembre de 2008, y manifestaron su gratitud al gobierno y al pueblo brasileños por la cálida acogida y la hospitalidad que han facilitado el resultado exitoso de la Cumbre.

23. Como demostración de su firme propósito de avanzar con celeridad en la cooperación en los diversos temas de la agenda común, y teniendo en cuenta los principios de flexibilidad y participación voluntaria en las iniciativas, los Jefes de Estado y de Gobierno **decidieron:**

1. Cooperación entre los mecanismos regionales y subregionales de integración

- Intensificar el diálogo, la interacción y la sinergia entre los mecanismos regionales y subregionales de integración en América Latina y el Caribe para profundizar la integración y acelerar el desarrollo mediante la articulación de proyectos comunes y complementarios.
- Fortalecer la cooperación entre las secretarías de los mecanismos regionales y subregionales de integración y propiciar la realización de reuniones y la interacción frecuente entre las secretarías.
- Establecer temas prioritarios para la colaboración de mecanismos regionales y subregionales de integración y encomendar un estudio sobre sus posibilidades de complementación.

2. Crisis financiera internacional

- Promover el intercambio de información sobre el impacto de la crisis financiera en los países de la región y sobre las medidas tomadas para el control y mitigación de sus efectos.

•
Proponer un amplio diálogo, consultando – cuando sea apropiado – a nivel de expertos regionales o de Ministros de Finanzas o similares, con miras a construir una nueva arquitectura financiera internacional que garantice la democratización y la transparencia de la gestión financiera internacional y el fortalecimiento de los mecanismos de regulación, en aras de establecer instrumentos efectivos de gobernabilidad y de prevención y respuesta inmediata ante futuras crisis.

•
Construir una posición común ante la crisis financiera y participar activamente en la Conferencia de Alto Nivel sobre la Crisis Financiera que tendrá lugar en el marco de la Asamblea General de las Naciones Unidas en el primer semestre de 2009.

•
Encomendar a los Ministros de Finanzas o similares la elaboración de una estrategia con miras a la construcción progresiva de una arquitectura financiera regional y subregional que incluya la consideración de las siguientes propuestas:

- un sistema multilateral y voluntario de pagos a partir de las experiencias existentes en la región, incluyendo mecanismos de pagos en monedas nacionales.

- evaluación de experiencias existentes en materia de moneda común.

- fortalecimiento o desarrollo de mecanismos regionales para la estabilización de la balanza de pagos.

- integración de los mercados financieros a nivel regional y subregional con adecuados mecanismos de supervisión, regulación y transparencia.

- fortalecimiento y creación de instituciones o fondos financieros para apoyar proyectos de desarrollo e integración de la región, incluyendo la coordinación de dichos fondos e instituciones.

- cooperación entre los bancos nacionales y regionales de fomento.

3. Energía

- Promover la cooperación regional para maximizar la generación de energía y fortalecer la seguridad energética.

- Promover mayor integración de la infraestructura en el sector de energía, estimulando la complementariedad de los recursos energéticos existentes en la región.

- Promover la cooperación regional en la diversificación de fuentes de energía y el aumento del uso de fuentes renovables.

- Promover el intercambio de experiencias y buenas prácticas sobre políticas energéticas basadas en el ahorro y la eficiencia.

- Promover el intercambio de experiencias y la transferencia de tecnología sobre programas nacionales de biocombustibles.

- Promover la realización de reuniones regionales para avanzar en la implementación de esos objetivos.

4. Infraestructura física

- Ampliar el intercambio y la cooperación entre los países de América Latina y del Caribe en materia de infraestructura, con base en la experiencia acumulada en las esferas nacionales, subregionales y regionales.

- Intensificar iniciativas para promover y ejecutar políticas de ampliación de la conectividad y proyectos de infraestructura para ampliar los servicios de transporte aéreo, marítimo, fluvial y terrestre, así como el transporte multimodal.

- Promover políticas públicas y acciones específicas que atiendan, en el campo de la infraestructura, a los requerimientos de la integración fronteriza.
- Desarrollar una agenda de trabajo para identificar y superar las dificultades normativas y regulatorias en el campo de la infraestructura.
- Promover la realización de una reunión entre mecanismos subregionales vinculados con la integración de la infraestructura física en América Latina y el Caribe.

5. Desarrollo social y erradicación del hambre y la pobreza

- Acelerar los programas sociales en la región para cumplir y superar las Metas del Milenio relativas a la erradicación del hambre y la pobreza, con políticas públicas de inclusión social y superación de las desigualdades económicas, con dotación de mayores recursos presupuestarios.
- Promover el acceso universal, equitativo y de calidad a la educación primaria y a los servicios de salud, saneamiento y suministro de agua potable, en especial para las personas en condición de pobreza extrema.
- Ampliar la cooperación regional para la implementación de programas que permitan asegurar la reducción de la mortalidad infantil, mejorar la salud materna, con especial énfasis en las zonas rurales, y combatir las epidemias de mayor impacto.
- Implementar programas específicos para la juventud en el ámbito de los programas nacionales de desarrollo, sobre todo en áreas como educación, salud, empleo, capacitación, emprendedurismo, entre otros.
- Adoptar programas integrales y flexibles, adaptados a las realidades socioeconómicas y culturales de cada país, región y grupo poblacional, que permitan erradicar el analfabetismo en todos los países de América Latina y el Caribe antes del año 2015.
- Promover la formulación y ejecución de programas sociales enfocados a atender las necesidades básicas diferenciadas de los grupos más vulnerables, como niños, niñas, mujeres, adultos mayores y personas con discapacidad.
- Garantizar que los acuerdos de comercio regionales e internacionales en que participen los países de la región respondan a las necesidades relacionadas con el desarrollo social y la implementación sostenible de las Metas del Milenio.
- Promover la elaboración de un plan de acción integral para concretar la cooperación y hacer más efectiva la ayuda para los países de renta media, según lo acordado en las conferencias internacionales de alto nivel en la materia.

- Promover la realización de reuniones regionales para el intercambio de experiencias exitosas en las áreas antes mencionadas.

6. Seguridad alimentaria y nutricional

- Promover acciones para garantizar la seguridad alimentaria y nutricional, por medio de políticas públicas que impulsen el desarrollo rural, la producción sustentable de alimentos, su inocuidad, su distribución y comercialización.

- Promover la coordinación regional de iniciativas sobre la seguridad alimentaria y nutricional y el intercambio de tecnologías, a través de las instancias subregionales existentes, prestando la debida atención a los aspectos de emergencia y a los aspectos estructurales relativos a la producción, comercialización y distribución de los alimentos.

- Incorporar la perspectiva de derechos humanos en la elaboración y revisión de las estrategias nacionales orientadas a garantizar la seguridad alimentaria y nutricional, con amplia participación social, particularmente de los sectores más vulnerables.

- Impulsar la introducción de tecnologías ambientalmente sanas de producción agrícola, el aumento de la productividad y competitividad de los pequeños y medianos productores, incluyendo los campesinos, y su acceso a los recursos productivos.

- Impulsar el desarrollo productivo, tecnológico y de inversiones, particularmente orientado hacia la pequeña producción agrícola.

- Combatir el abuso monopólico en los sistemas de producción y distribución de alimentos.

- Fortalecer los procesos de integración en el ámbito alimentario y conjugar esfuerzos en apoyo a la Iniciativa América Latina y el Caribe Sin Hambre 2025.

7. Desarrollo sostenible

- Estimular la identificación, fortalecimiento e intercambio de buenas prácticas de desarrollo sostenible en la región, en temas como la incorporación del componente ambiental en las acciones gubernamentales, la participación social en políticas públicas y el manejo sustentable de los recursos naturales.

- Impulsar las iniciativas de cooperación Sur-Sur y Norte-Sur para la promoción del desarrollo sostenible.

- Fortalecer la Iniciativa Latinoamericana y Caribeña para el Desarrollo Sostenible (ILAC).

- Promover la cooperación en materia de manejo sustentable del patrimonio natural, la conservación de la biodiversidad, los ecosistemas y el agua.

- Impulsar iniciativas con la finalidad de convertir a los países en desarrollo, particularmente los países de América Latina y el Caribe, en exportadores de servicios ambientales.

- Promover la realización de reuniones regionales para avanzar en la implementación de esos objetivos.

8. Desastres naturales

- Asegurar la coordinación necesaria entre los mecanismos de prevención, reducción de riesgos, mitigación y respuesta a los desastres naturales, en los niveles nacional, regional y global, en los esfuerzos para el cumplimiento de los objetivos de reducción del riesgo de desastres naturales.

- Fortalecer las iniciativas regionales de asistencia humanitaria y promover el establecimiento de protocolos de ayuda mutua u otros dispositivos simplificados de respuesta ante desastres naturales.

- Fortalecer la cooperación entre los puntos focales nacionales para la prevención y respuesta a los desastres naturales, en coordinación con organismos y comités internacionales y subregionales como la Agencia Caribeña de Respuesta a Emergencias en Casos de Desastre (CDERA), el Centro para la Prevención de los Desastres Naturales en América Central (CEPREDENAC), el Comité Andino para la Prevención y Asistencia de Desastres (CAPRADE) y la Reunión de Defensa Civil y Asistencia Humanitaria Internacional del MERCOSUR.

- Promover el fomento e intercambio de buenas prácticas para la reducción del riesgo ante los desastres naturales a nivel regional y subregional.

- Proponer medidas para la promoción de la educación y la capacitación en materia de protección ambiental con miras a generar una conciencia colectiva y en consecuencia mitigar los efectos de los desastres naturales provocados por el hombre.

- Promover la realización de reuniones regionales para avanzar en la implementación de esos objetivos.

9. Promoción de los derechos humanos y combate al racismo

- Fomentar y fortalecer la cooperación internacional para la promoción y protección de todos los derechos humanos y las libertades fundamentales, de conformidad con los propósitos y principios enunciados en la Carta de las Naciones Unidas y el Derecho Internacional.

- Fomentar el intercambio sobre experiencias nacionales en la preparación y presentación de informes ante el Mecanismo de Examen Periódico Universal (UPR) y otros mecanismos internacionales, según los compromisos de cada país.

- Promover el reconocimiento y la realización de los derechos de tercera generación o de solidaridad, en particular el derecho al desarrollo.

- Estrechar la cooperación regional e internacional para combatir el racismo y la discriminación, inclusive en el contexto de la preparación de la Conferencia de Revisión de Durban contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia.

10. Circulación de personas y migraciones

- Facilitar la integración de los migrantes a las sociedades de acogida, promover facilidades para la residencia, el trabajo y la regularización, en consonancia con las legislaciones nacionales.

- Fomentar que la migración ocurra de manera regular y con pleno respeto de los derechos humanos de los migrantes y sus familias.

- Difundir las contribuciones positivas de la migración como un factor importante de desarrollo y disociarla de agendas negativas relacionadas con la criminalidad y seguridad. Asimismo, promover la cooperación y el intercambio de experiencias y buenas prácticas regionales y subregionales en el combate al crimen organizado, al tráfico ilícito de migrantes y a la trata de personas.

- Promover los derechos humanos de los migrantes y sus familias, independientemente de su condición migratoria, y combatir el racismo y la xenofobia a que puedan ser sometidos.

- Asegurar los derechos de seguridad social de los trabajadores migrantes, mediante la aplicación de los convenios bilaterales, subregionales y regionales, suscritos por los países de América Latina y del Caribe.

- Realizar reuniones regionales con miras a la profundización del diálogo y al desarrollo de programas de cooperación regional sobre migración y coordinar posiciones en el Foro Global sobre Migración y Desarrollo.

- Promover la integración fronteriza con la finalidad de facilitar la convivencia y fortalecer la solidaridad entre los habitantes de las áreas de frontera.

11. Cooperación Sur-Sur

- Identificar e implementar estrategias de cooperación Sur-Sur y triangular que potencien los esfuerzos en el ámbito de la cooperación técnica entre los países de la región.
- Intercambiar experiencias exitosas que puedan constituirse en buenas prácticas a nivel regional.

12. Proyección internacional de América Latina y el Caribe.

- Profundizar la coordinación de posiciones para proyectar una visión común de América Latina y el Caribe en diálogos externos.
- Promover el tratamiento del tema “Tecnología y Desarrollo Productivo” en diálogos externos.

Declaration of Salvador

Summit of Latin America and the Caribbean on Integration and Development

Declaration of Salvador, Bahia

The Heads of State and Government of the countries of Latin America and the Caribbean, aware of the historic significance of this first Summit for the unity of the region, met in Salvador, Bahia, Brazil, on December 16 and 17, 2008, with the aim of strengthening regional integration and establishing effective commitments for joint action to promote the sustainable development of their peoples.

The Heads of State and Government examined the issues relating to integration and development from a Latin American and Caribbean perspective in the context of the challenges posed by the financial, energy and food crises and by climate change.

2. They expressed their firm belief that the political, economic, social and cultural integration of the countries of Latin America and the Caribbean is an historic aspiration of their peoples and a necessary step towards promoting sustainable development and social welfare in the entire region. They stressed also the importance of regional integration for the interaction of Latin America and the Caribbean region with the rest of the world.

3. They noted the achievements made by the various existing integration mechanisms and underlined the importance of such mechanisms for the strengthening of democracy and social justice, the eradication of poverty, the fight against illiteracy and the promotion of cultural enrichment, technological development and the economic growth of their countries.

4. In this regard, they decided to promote the harmonization and convergence of actions among these mechanisms through the exchange of experiences and the identification of areas of cooperation, based on the principles of solidarity, flexibility, pluralism, diversity, complementarity of actions and voluntary participation in the initiatives envisaged.

5. They reaffirmed their commitment to integrated regional development which should be inclusive and equitable, taking into account the importance of ensuring favorable treatment for the small vulnerable economies and land-locked and island developing states.

6. They reiterated their commitment to the building of a more just, equitable and harmonious international order based on respect for International Law and the principles of the Charter of the United Nations, including the sovereign equality of States, the peaceful settlement of disputes, respect for territorial integrity and non-intervention in the internal affairs of States. They reaffirmed their commitment to the defense of sovereignty and the right of any State to establish its own political system, free from threats, aggression and unilateral coercive measures and in an environment of peace, stability, justice, democracy and respect for human rights.

7. They emphasized that democracy, human rights, fundamental freedoms and development are interdependent and mutually reinforcing. They renewed their commitment to the continuous improvement and consolidation of the democratic institutions in their countries, so as to ensure the full exercise of all human rights and fundamental freedoms, broad and active popular participation in matters of common interest, and fair and equitable distribution of the benefits derived from development.

8. They stressed that the strengthening of multilateralism is essential for ensuring a more stable and peaceful world and that it is urgent to carry out real reform of the United Nations in order to strengthen it and to ensure the effectiveness, transparency, representativeness and democratization of its principal bodies, in particular the Security Council.

9. They recognized that their countries face enormous common challenges to overcome poverty and social exclusion, which have been exacerbated by the current financial, food and energy crises. They committed to work together to address inequality through cooperation and the exchange of experiences. In this regard, they reaffirmed their determination to implement a vigorous social agenda in the region, in accordance with the commitments assumed under the Declaration on the Millennium Development Goals. They underlined the importance of policies and programs aimed at expanding opportunities

for the entire population, particularly the most vulnerable sectors, eradicating hunger and poverty, ensuring access to adequate housing, decent and proper employment, as well as universal and quality access to basic health and education services.

In this context, they stressed the importance of strengthening south-south and triangular cooperation for complementing the national development efforts of middle-income countries in the fight against poverty and for the timely achievement of the Millennium Development Goals.

10. As representatives of multi-ethnic, multi-cultural and multi-lingual societies, they reaffirmed the importance of diversity and expressed their concern at the increase of xenophobia and discrimination in the world and at initiatives which impede the free movement of people. In this context, they condemned the criminalization of migration flows and measures that violate the human rights of migrants. They reaffirmed that the free movement of people is as important as the circulation of goods and capital.

11. They reiterated their commitment to sustainable development and stressed that the unsustainable patterns of production and consumption, particularly in the developed countries, threaten the environment and the climatic balance, and cause the rapid depletion of natural resources at the global level.

12. They expressed their support for the adoption in 2010 of a legally binding international regime on access to and distribution of the benefits derived from the use of genetic resources and related traditional knowledge under the Convention on Biological Diversity, and in conformity with their national legislations, as appropriate.

13. They urged the international community to support the developing countries, through international financial compensation mechanisms, in their efforts to conserve and manage their forests on a sustainable basis. They also recommended the study of proposals such as that of a Green Fund.

14. They stressed their commitment to the full, efficient and sustained implementation of the UN Framework Convention on Climate Change and the Kyoto Protocol in a global effort based on the principles of common but

differentiated responsibilities, national capacities and the legitimate aspirations of developing countries.

They stressed the need for more ambitious goals in relation to the reduction of greenhouse gas emissions.

They emphasized the importance of the work being done on long-term cooperation and on new commitments for the States Parties to Annex I of the Framework Convention.

They underlined the need for developed countries to meet their commitments under the UN Framework Convention on Climate Change related to financing, technology transfer and capacity building in those developing countries most vulnerable to the adverse effects of climate change, in particular Small Island Developing States and low-lying coastal states, so as to assist them in addressing their needs in the areas of mitigation and adaptation, without conditionalities.

15. In view of the severe global imbalance between energy supply and demand, they stressed the urgency of cooperation and complementarity, as well as regional integration in the field of energy.

They highlighted the importance of conservation, energy savings and the efficient use of energy resources, in the light of the inter-relation between the issues of energy and climate change.

They emphasized that the development of renewable sources of energy is important for attaining economic and social development, technological innovation and the generation of less contaminating types of energy with positive effects on the reduction of greenhouse gas emissions. In this regard, they stressed the importance of assuring technology transfer and financing for research and development in renewable energies.

16. They underlined the urgency of a successful conclusion of the World Trade Organization (WTO) Doha Round that would ensure the attainment of its development objectives through a balanced and equitable agreement on market access for agricultural and industrial goods. They recalled the need to respect the less than full reciprocity criterion and to ensure a space for developing countries to implement their industrial policies.

They reiterated that developed countries must eliminate export subsidies for agricultural goods and effectively reduce subsidies for their agricultural producers. They condemned the abusive practice of granting agricultural

subsidies that generate and widen distortions in world trade, displace the more competitive products of developing countries and discourage investments and agricultural production, all of which represent a risk for the food and nutritional security of the populations of the most vulnerable developing countries.

They agreed on the importance of addressing the special needs of developing countries, in particular those of small economies in order to allow their effective insertion in global trade.

17. They expressed serious concern in relation to the current financial crisis. They recalled that the developed countries caused the crisis and that they should therefore assume the costs for its solution.

They also recalled that the emerging economies contribute significantly to the growth of the world economy and that developing countries should not be penalized for the unsustainable financial practices in the developed countries.

They stressed the need for a comprehensive international dialogue, with the active participation of developing countries, for the building of a new international financial architecture, including the adoption of efficient regulatory mechanisms and transparent governance disciplines for the global financial system.

In that regard, they reiterated their full support for the High Level Conference on the financial crisis, to be held at the United Nations in the first semester of 2009.

They also underlined the importance and urgency of strengthening regional and sub-regional financial mechanisms in order to support integration and development in the context of the global financial crisis.

18. They reaffirmed their conviction that the deepening of regional integration and the strengthening of trade ties and investment flows can play a decisive role in the growth of their economies and the preservation of their economic and social achievements. They expressed their commitment to increase commercial flows among their countries and with the world to respond to the current financial crisis. They also stressed the need to establish stable rules in the international trading system so as to boost the recovery of the world economy.

19. They lauded the activities that the Bicentennial Group has been carrying out to promote the recognition and celebration of the common characteristics

of the acts of independence of Latin American and Caribbean countries. They stressed that such actions contribute to raising awareness about their shared past as peoples of the Americas and to projecting a future in which they will be integrated in their diversity.

20. They affirmed the importance of maintaining ongoing dialogue and cooperation, designed to confront common threats to the security of the countries of Latin America and the Caribbean, such as the world drug problem and transnational organized crime, in all their manifestations.

21. They also affirmed the importance that dialogue and cooperation among the countries of Latin American and the Caribbean achieve tangible results and mutual benefits, consistent with the lofty aspirations of development and prosperity of their respective societies, based on the exchange of experiences and knowledge and supported by the accumulated heritage of existing regional institutions. They underlined the importance of promoting dialogue with other countries and regions of the world.

22. The Heads of State and Government of Latin America and the Caribbean express their appreciation to the President of Brazil for the initiative to convene the Summit of Latin America and the Caribbean on Integration and Development held in the historic city of Salvador, Bahia, Brazil, on December 16th and 17th 2008, and underscore their gratitude to the Government and people of Brazil for the excellent hospitality and kind courtesy extended, which facilitated the successful outcome of the Summit.

23. As a demonstration of their firm determination to accelerate further cooperation on the various issues on the common agenda and taking into account the principles of flexibility and voluntary participation in initiatives, the Heads of State and Government **decided** the following:

1. Cooperation between the regional and sub-regional integration mechanisms

- To intensify dialogue, interaction and synergies among the regional and sub-regional integration mechanisms of Latin America and the Caribbean

in order to deepen integration and accelerate development through the formulation of common and complementary projects.

- To strengthen cooperation among the secretariats of regional and sub-regional integration mechanisms and encourage the holding of meetings and frequent interaction among them.
- To determine priority themes for collaboration between regional and sub-regional integration mechanisms and request a study on possible complementarities.

2. International Financial crisis

- To promote the flow of information on the impact of the financial crisis in the countries of the region and on measures taken to control and to mitigate its effects.
- To propose a broad dialogue, consulting as appropriate at the level of regional experts or Ministers of Finance or their equivalent, so as to build a new international financial architecture that guarantees the democratization and transparency of international financial management, and the strengthening of the regulatory mechanisms to establish effective governance, crisis prevention and immediate responses to future crises.
- To develop a common position on the financial crisis and to participate actively in the High Level Conference on the Financial Crisis, to be held under the auspices of the General Assembly of the United Nations in the first semester of 2009.
- To request the Ministers of Finance or their equivalent to design a strategy for the progressive development of a regional and sub-regional financial architecture that would include the consideration of the following proposals:
 - a multilateral and voluntary payment system based on the existing experiences in the region, including mechanisms for payment in national currencies.
 - evaluation of existing experiences in the field of common currencies.
 - strengthening or creation of regional mechanisms for the stabilization of the balance of payments.
 - integration of financial markets at the regional and sub-regional levels, with adequate and transparent supervisory and regulatory mechanisms.
 - strengthening and creation of institutions or financial funds to support development and integration projects in the region, including the coordination of such funds and institutions.
 - cooperation between national and regional development banks.

3. Energy

- To promote regional cooperation to maximize the generation of energy and to strengthen energy security.
- To promote greater infrastructure integration in the energy sector, fostering the complementarity of energy resources available in the region.
- To promote regional cooperation in the diversification of energy sources and greater use of renewable sources.
- To promote the exchange of experiences and best practices on energy policies based on efficiency and conservation.
- To promote the exchange of experiences and transfer of technology on national biofuels programs.
- To convene regional meetings to advance the implementation of these objectives.

4. Physical Infrastructure

- To expand exchanges and cooperation among Latin American and Caribbean countries in the area of infrastructure, on the basis of accumulated experiences at the national, sub-regional and regional levels.
- To intensify initiatives aimed at promoting and implementing connectivity policies and infrastructure projects to enhance services in the areas of air, maritime, river and land transportation, as well as multimodal transportation.
- To promote public policies and specific actions in the field of infrastructure that facilitate border integration.
- To develop a work program to identify and overcome normative and regulatory difficulties in the field of infrastructure.
- To convene a meeting of sub-regional mechanisms dealing with integration of physical infrastructure in Latin America and the Caribbean.

5. Social development and combating hunger and poverty

- To accelerate social programs in the region to achieve and exceed the Millennium Development Goals related to the eradication of hunger and poverty, through public policies aimed at promoting social inclusion and overcoming economic inequalities through the allocation of increased budgetary resources.

- To promote universal, equitable and quality access to primary education and to health services, sanitation and potable water, especially to those living in extreme poverty.
- To increase regional cooperation for the implementation of programs that ensure the reduction of infant mortality, improve maternal health, particularly in rural areas, and combat high impact epidemics
- To implement specific national development programs for the youth, particularly in areas such as education, health, employment, training and entrepreneurship, among others.
- To adopt comprehensive and flexible programs adapted to the socio-economic and cultural realities of each country, region and population group, aimed at eradicating illiteracy in all countries of Latin America and the Caribbean before 2015.
- To promote the formulation and implementation of social programs aimed at meeting the various basic needs of the most vulnerable communities such as children, women, the elderly and people with disabilities.
- To ensure that regional and international trade agreements entered into by the countries of the region are responsive to the social development needs and the sustainable implementation of the Millennium Development Goals.
- To promote the elaboration of a comprehensive plan of action to implement cooperation and ensure that the assistance to middle income countries is more effective, as agreed at high level international conferences on this matter.
- To convene regional meetings for the exchange of information on successful experiences in the above-mentioned areas.

6. Food and nutritional security

- To promote actions to ensure food and nutritional security through public policies that foster rural development, the sustainable production of food, its safety, distribution and commercialization.
- To promote regional coordination of initiatives concerning food and nutritional security and the exchange of technologies through the existing sub-regional organizations with due attention to emergency situations and to the structural aspects of production, commercialization and distribution of food.
- To incorporate a human rights perspective in the elaboration and review of national strategies aimed at guaranteeing food and nutritional security with broad social participation, particularly from the most vulnerable sectors.

- To promote the introduction of environmentally sound technologies that support agricultural production, improvements in productivity and competitiveness of small and medium producers, including small farmers, as well as their access to productive resources.

- To stimulate technological development and productivity, as well as investments in support of small agricultural producers.

- To fight against monopolistic abuses in food production and distribution systems.

- To strengthen the integration processes in the area of food production and to combine efforts in support of the “Latin America and the Caribbean without Hunger 2025 Initiative”.

7. Sustainable development

- To encourage the identification, strengthening and exchange of best practices in sustainable development in the region, in areas such as the incorporation of the environmental component into governmental actions, social participation in public policies and sustainable management of natural resources.

- To further initiatives of South-South and North-South cooperation for the promotion of sustainable development.

- To strengthen the Latin American and Caribbean Sustainable Development Initiative-ILAC.

- To promote cooperation in the area of sustainable management of natural resources, conservation of biodiversity, ecosystems and water.

- To promote initiatives aimed at enabling developing countries, particularly Latin American and Caribbean countries, to become exporters of environmental services.

- To promote the convening of regional meetings to advance the implementation of these objectives.

8. Natural disasters

- To ensure due coordination among mechanisms of prevention, risk reduction, mitigation and response to natural disasters at the national, regional and global levels in order to achieve the goals of reducing the effects of natural disasters.

- To strengthen regional humanitarian assistance initiatives and promote the establishment of mutual aid protocols or other simplified mechanisms of response to natural disasters.

- To strengthen cooperation between national focal points for prevention of and response to natural disasters, in coordination with international and sub-regional organizations and committees such as the Caribbean Disaster Emergency Response Agency-(CDERA), the Centre for the Prevention of Natural Disasters in Central America (CEPREDENAC), the Andean Committee for Disaster Prevention and Relief (CAPRADE), and the Civil Defense and International Humanitarian Assistance Meeting of MERCOSUR.

- To promote the fostering and exchange of best practices for the reduction of the risks related to natural disasters at regional and sub-regional levels.

- To promote education and training in the field of environmental protection so as to generate collective awareness and consequently mitigate the effects of man-made natural disasters.

- To promote the convening of regional meetings to advance the implementation of these objectives.

9. Promotion of Human Rights and Fight against Racism

- To foster and strengthen international cooperation for the promotion and protection of all human rights and fundamental freedoms, in accordance with the purposes and principles enshrined in the Charter of the United Nations and in International Law.

- To foster the exchange of national experiences in the preparation and presentation of reports to the Universal Periodic Review (UPR) mechanism and other international mechanisms, in accordance with the commitments of each country.

- To promote the recognition and implementation of third generation or solidarity rights, in particular the right to development.

- To strengthen regional and international cooperation in the fight against racism and discrimination, including in the context of the preparation of the Durban Review Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance.

10. Movement of persons and Migration

- To facilitate the integration of migrants in the countries of destination and promote the facilitation of residence, work and regularization, in accordance with national legislation.

- To ensure that migration follows normal procedures, with full respect for the human rights of migrants and their families.
- To give publicity to the positive contribution of migration as an important factor of development, and dissociate it from negative agendas related to crime and insecurity. In addition, to promote cooperation, the exchange of experiences and regional and sub-regional best practices in the fight against organized crime, illicit trafficking of persons and the trade in persons.
- To promote the human rights of migrants and their families, irrespective of their migration status, and to fight against racism and xenophobia to which they may be subject.
- To ensure the social security rights of migrant workers through the implementation of the bilateral, sub-regional and regional agreements to which the countries of Latin America and the Caribbean are party.
- To convene regional meetings in order to intensify the dialogue and the development of regional cooperation programs on migration and coordinate positions in the Global Forum on Migration and Development.
- To promote border integration so as to facilitate the coexistence of the inhabitants of border areas and strengthen solidarity among them.

11. South-South Cooperation

- To identify and implement strategies of South-South and triangular cooperation, in order to strengthen efforts to promote technical cooperation among the countries of the region.
- To exchange successful experiences which could constitute best practices at the regional level.

12. International projection of Latin America and the Caribbean

- To enhance the coordination of positions in order to project a common vision of Latin America and the Caribbean in external dialogues.
- To promote the discussion of the issue of “Technology and Productive Development” in external dialogues.

Declarações Especiais

Os Chefes de Estado e de Governo presentes na Cúpula da América Latina e do Caribe, reunidos em Salvador, Bahia, entre os dias 16 e 17 de dezembro de 2008, adotaram:

- Comunicado sobre a “Questão das Ilhas Malvinas”;
- Declaração Especial sobre a Necessidade de Pôr Fim ao Bloqueio Econômico, Comercial e Financeiro Imposto pelo Governo dos Estados Unidos da América, incluindo a Aplicação da chamada Lei Helms-Burton;
- Comunicado de apoio à solicitação do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) à Comissão Européia para continuar outorgando ao Panamá o Regime de Benefícios do SGP+;
- Comunicado de apoio à Bolívia;
- Iniciativa da CALC frente à Crise Financeira Mundial.

Comunicado sobre a “Questão das Ilhas Malvinas”

“Nós, os Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe (CALC), reunidos em Salvador, República Federativa do Brasil, em 16 e 17 de dezembro de 2008:

CONSIDERANDO QUE, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, foi repetidas vezes declarado que a “Questão das Ilhas Malvinas” é um tema de permanente interesse hemisférica;

REAFIRMAMOS a necessidade de que os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomem, o quanto antes, as negociações sobre a disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, com o objetivo de encontrar uma solução pacífica a esta prolongada controvérsia, nos marcos das resoluções relevantes da Assembléia Geral das Nações Unidas e do seu Comitê Especial de Descolonização, assim como das reiteradas resoluções e declarações sobre o mesmo tema aprovadas pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.”

Declaração Especial sobre a necessidade de por fim ao Bloqueio Econômico, Comercial e Financeiro imposto pelo Governo do Estados Unidos da América contra Cuba, incluindo a aplicação da chamada Lei Helms-Burton.

Os Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe, reunidos em Salvador, Bahia, Brasil, por ocasião da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento,

CONSIDERANDO as resoluções aprovadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba, e as declarações sobre o tema que foram aprovadas em inúmeras reuniões internacionais;

AFIRMAM que a defesa do livre-comércio e da prática transparente do comércio internacional torna inaceitável a aplicação de medidas coercitivas unilaterais que afetam o bem-estar dos povos e obstruem os processos de integração.

RECHAÇAM, da forma mais energética, a aplicação de leis e medidas contrárias ao Direito Internacional, como a Lei Helms-Burton, e exortam ao Governo dos Estados Unidos da América que ponha fim a sua aplicação.

PEDEM ao Governo dos Estados Unidos da América que cumpra com o disposto em 17 resoluções sucessivas aprovadas na Assembléia Geral das Nações Unidas de forma a pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba.

SOLICITAM ao Governo dos Estados Unidos da América, em particular, que, de maneira imediata, detenha a aplicação das medidas adotadas nos últimos cinco anos com o objetivo de fortalecer e aprofundar o impacto de sua política de bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba.

Comunicado de apoio a solicitação do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) a Comissão Européia para continuar outorgando ao Panamá o Regime de Benefícios do SGP+

Solicitar à Comissão Européia que continue outorgando ao Panamá os benefícios do regime especial de estímulo para o desenvolvimento sustentável e a governabilidade (SGP+) para o período de 2009 – 2011, a fim de não afetar o fluxo comercial existente e os postos de trabalho, em um país que tem demonstrado o pleno cumprimento dos requisitos substantivos para continuar se vinculando a este esquema de cooperação.

Comunicado de Apoio à Bolívia

Os países da América Latina e do Caribe, por ocasião da Cúpula realizada em Salvador (Bahia)

REITERAM a importância da indispensável colaboração e cooperação em matéria de promoção comercial,

CONSCIENTES de que a luta comum contra o problema mundial das drogas é uma prioridade não só de nossa região, mas também de outros países e blocos de Estados,

INSTAM o Governo dos EUA a continuar outorgando à Bolívia os benefícios da Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA), por seu impacto sobre os fluxos comerciais existentes e os postos de trabalho na Bolívia, e encorajam os governos dos EUA e da Bolívia a realizar os esforços, em um marco de diálogo e respeito recíproco, para continuar a cooperação neste âmbito.

Iniciativa da CALC frente à Crise Financeira Mundial

Os Chefes de Estado e Governo da América Latina e do Caribe, reunidos em Salvador, Bahia, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008:

Considerando a necessidade de concertar uma posição comum da América Latina e do Caribe frente à crise financeira internacional e às

transformações necessárias para avançar rumo a uma nova arquitetura financeira internacional.

Destacando que os Chefes de Estado e Governo coincidiram quanto à necessidade de dar continuidade ao processo de concertação da América Latina e do Caribe sobre esses grandes desafios.

Decidem:

Criar um grupo de trabalho de alto nível integrado por destacados especialistas de cada país da América Latina e do Caribe, com o objetivo de elaborar e propor posições comuns e iniciativas concretas compartilhadas para enfrentar a crise financeira internacional e para a construção de uma nova arquitetura financeira internacional.

A primeira reunião do grupo de trabalho financeiro terá lugar em uma reunião regional que será celebrada em 16 de março de 2009 em Santiago do Chile. A coordenação do Grupo estará a cargo do Chile.

Tanto as posições comuns quanto as iniciativas concretas serão marcadas pelos valores da cooperação e solidariedade no sentido de abrir horizontes para uma visão latino-americana e caribenha renovada para o Século XXI.

Declaraciones Especiales

Las Jefas y los Jefes de Estado y de Gobierno de los Países de América Latina y el Caribe, reunidos en Salvador, Bahía, Brasil, entre los días 16 y 17 de diciembre de 2008, adoptaron, por ocasión de la Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo (CALC):

- Comunicado sobre la Cuestión de las Islas Malvinas;
- Declaración Especial sobre la necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por el Gobierno de los Estados Unidos de América a Cuba, incluida la aplicación de la llamada Ley Helms-Burton;
 - Comunicado de apoyo a la solicitud del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA) a la Comisión Europea para que continúe otorgando a Panamá los beneficios del régimen SGP+;
 - Comunicado de apoyo a Bolivia;
 - Iniciativa CALC ante la Crisis Financiera Mundial.

Comunicado sobre la Cuestion de las Islas Malvinas

“Nosotros, Las Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de los países de América Latina y el Caribe (CALC) reunidos en Salvador, República Federativa del Brasil, del 16 al 17 de diciembre de 2008;

CONSIDERANDO que en el ámbito de la Organización de los Estados Americanos se ha declarado en reiteradas oportunidades que la Cuestión de las Islas Malvinas constituye un tema de permanente interés hemisférico;

REAFIRMAMOS la necesidad de que los Gobiernos de la República Argentina y del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte reanuden, cuanto antes, las negociaciones sobre la disputa de soberanía sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes, con el objeto de encontrar una solución pacífica a esta prolongada controversia, en el marco de las resoluciones pertinentes de la Asamblea General de las Naciones Unidas y de su Comité Especial de Descolonización, así como de las reiteradas resoluciones y declaraciones sobre el mismo tema aprobadas por la Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos.”

Declaración Especial sobre la necesidad de poner fin al Bloqueo Económico, Comercial y Financiero impuesto por el Gobierno de los Estados Unidos de América a Cuba, incluida la aplicación de la llamada Ley Helms-Burton.

Las Jefas y los Jefes de Estado y de Gobierno de los países de la América Latina y el Caribe, reunidos en Salvador, Bahía, Brasil, en ocasión de la Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo,

CONSIDERANDO las resoluciones aprobadas por la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre la Necesidad de poner fin al Bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos contra Cuba, y las expresiones que sobre el mismo se han aprobado en numerosas reuniones internacionales,

AFIRMAMOS que en la defensa del libre intercambio y de la práctica transparente del comercio internacional, resulta inaceptable la aplicación de medidas coercitivas unilaterales que afectan el bienestar de los pueblos y obstruyen los procesos de integración.

RECHAZAMOS de la forma más enérgica la aplicación de leyes y medidas contrarias al Derecho Internacional como la Ley Helms-Burton y exhortamos al Gobierno de los Estados Unidos de América a que ponga fin a su aplicación.

PEDIMOS al Gobierno de los Estados Unidos de América que cumpla con lo dispuesto en 17 resoluciones sucesivas aprobadas en la Asamblea General de las Naciones Unidas y ponga fin al bloqueo económico, comercial y financiero que mantiene contra Cuba.

SOLICITAMOS en particular al Gobierno de los Estados Unidos que, con carácter inmediato, detenga la aplicación de las medidas adoptadas en el curso de los cinco últimos años con el objetivo de fortalecer y profundizar el impacto de su política de bloqueo económico, comercial y financiero a Cuba.

Comunicado de Apoyo a la solicitud del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA) a la COMISIÓN Europea para que continúe otorgando a Panamá los beneficios del régimen SGP+

Solicitar a la Comisión Europea continuar otorgando a Panamá los beneficios del régimen especial de estímulo para el desarrollo sostenible y la gobernanza (SGP+) para el período 2009-2011, a fin de no afectar el flujo

comercial existente y los puestos de trabajo, en un país que ha demostrado el pleno cumplimiento de los requisitos sustantivos para seguir acogándose a este esquema de cooperación.

Comunicado de Apoyo a Bolivia

Los países de América Latina y el Caribe, en oportunidad de la Cumbre realizada en Salvador (Bahia)

REITERAN la importancia de la indispensable colaboración y cooperación en materia de promoción comercial,

CONSCIENTES de que la lucha común contra el problema mundial de las drogas es una prioridad no sólo de nuestra región, sino también de otros países y bloques de Estados,

INSTAN al Gobierno de EUA que siga otorgando a Bolivia los beneficios de la Ley de Promoción Comercial Andina y Erradicación de Drogas (ATPDEA), por su impacto en los flujos comerciales existentes y los puestos de trabajo en Bolivia, y animan a los gobiernos de EUA y Bolivia a realizar los esfuerzos, en un marco de diálogo y respeto recíproco, encaminados a continuar la cooperación en este ámbito.

Iniciativa CALC ante la Crisis Financiera Mundial

Los Jefes de Estado y de Gobierno de América Latina y el Caribe reunidos en Salvador, Bahía, los días 16 y 17 de Diciembre de 2008:

Considerando la necesidad de concertar una posición común de América Latina y el Caribe ante la crisis financiera internacional y las transformaciones necesarias para avanzar hacia una nueva arquitectura financiera internacional.

Destacando que los Jefes de Estado y de Gobierno han coincidido en la necesidad de dar continuidad al proceso de concertación de América Latina y el Caribe en torno a grandes desafíos antes mencionados.

Deciden:

Conformar un Grupo de Trabajo de Alto Nivel integrado por destacados expertos de cada país de América Latina y el Caribe, cuyo objetivo sea elaborar y proponer posiciones comunes e iniciativas concretas compartidas para enfrentar la crisis financiera internacional y la construcción de una nueva arquitectura financiera internacional.

La primeira reunião del Grupo de Trabajo financiero tendrá lugar en una reunión regional a celebrarse el 16 de Marzo del 2009 en Santiago de Chile. La coordinación del Grupo estará a cargo de Chile.

Tanto las posiciones comunes como las iniciativas concretas se identificarán por los valores de cooperación y solidaridad procurando ir abriendo horizontes a una visión latinoamericana y caribeña renovada para el Siglo 21.

Special Declarations

The Heads of State and Government of the Countries of Latin America and the Caribbean, gathered in Salvador, Bahia, Brazil, on December 16th and 17th 2008, during the Summit of Latin America and the Caribbean on Integration and Development, adopted the following:

- Communiqué on “The Question of the Malvinas Islands”;
- Special declaration on the necessity of ending the economic, commercial and financial blockade imposed by the Government of the United States of America against Cuba, including the enforcement of the Helms-Burton Act;
 - Communiqué to support the request by the Centro-American Integration System (SICA) to the European Commission to continue granting to Panamá the SGP+ regime benefits;
 - Communiqué to support Bolivia;
 - CALC Initiative as Regards the World Financial Crisis.

Communique on “The Question of the Malvinas Islands”

“We, the Heads of State and Government of the countries of Latin America and the Caribbean (CALC), meeting in Salvador, Federative Republic of Brazil, on December 16th to 17th 2008:

CONSIDERING THAT within the Organization of American States it has repeatedly been stated that the Question of the Malvinas Islands is a matter of enduring hemispheric concern:

REAFFIRM the need for the Governments of the Argentine Republic and of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to resume, as soon as possible, negotiations on the sovereignty dispute over the Malvinas, South Georgia and South Sandwich Islands and the surrounding maritime areas, in order to find a peaceful solution to this protracted controversy, in the framework of the relevant resolutions of the United Nations General Assembly and its Special Committee on Decolonization, as well as of the reiterated resolutions and declarations

on the same question adopted by the General Assembly of the Organization of American States.”

Special declaration on the necessity of ending the economic, commercial and financial blockade imposed by the Government of the United States of America against Cuba, including the enforcement of the Helms-Burton Act.

The Heads of State and Government of the countries of Latin America and the Caribbean, gathered in Salvador, Bahia, Brazil, on the occasion of the Summit of Latin America and the Caribbean on Integration and Development;

CONSIDERING the resolutions approved by the United Nations General Assembly on the need to end the economic, commercial and financial blockade imposed by the United States of America against Cuba, and the declarations on the matter that have been approved by numerous international meetings;

AFFIRM that the defense of free trade and the transparent practice of international trade render the enforcement of unilateral coercive measures unacceptable, since these affect the well-being of the peoples and obstruct the integration processes;

REJECT most energetically the application of laws and measures contrary to International Law, such as the Helms-Burton Act, and exhort the Government of the United States of America to end the application of such laws and measures;

DEMAND that the Government of the United States of America comply with the dispositions of the 17 successive Resolutions of the United Nations General Assembly, thereby putting an end to the economic, commercial and financial blockade of Cuba;

REQUEST the Government of the United States of America, in particular, to immediately stop the application of the measures adopted during the last five years which are intended to strengthen and deepen the impact of its policy of economic, commercial and financial blockade on Cuba.

Communiqué to Support the Request by the Centro-American Integration System to the European Commission to continue granting to Panama the SGP+ regime benefits

REQUESTS the European Commission to continue granting to Panama the benefits of the special regime to foster sustainable development and governance (SGP+) for the period 2009-2011, so as not to affect the existing trade flow and jobs in a country that has demonstrated full compliance with the substantive requirements for continuing to be associated with this cooperation scheme.

Communiqué to support Bolivia

The countries of Latin America and the Caribbean, on the occasion of the Summit held in Salvador (Bahia):

REITERATE the importance of the indispensable collaboration and cooperation concerning trade promotion,

AWARE that the common struggle against the world problem of drugs is a priority not only of our region but also of other countries and blocs of States;

URGE the Government of the United States of America to continue granting to Bolivia the benefits of the Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA), in view of its effect on trade flows and employment in Bolivia, and encourage the Governments of the United States and Bolivia to undertake efforts within a framework of dialogue and mutual respect aimed at continuing cooperation in this area.

CALC initiative as regards the World Financial Crisis

The Heads of State and Chiefs of Government of Latin America and the Caribbean convened in Salvador, Bahia, 16-17 December 2008:

Considering the need to agree upon a common Latin American and Caribbean position in the face of the international financial crisis and the necessary changes to advance towards a new financial architecture;

Pointing out that the Heads of State and Chiefs of Government have agreed upon the need to ensure the continuity of the Latin American and Caribbean coordination process concerning the great challenges mentioned above;

Decide:

To set up a high-level Working Group consisting of eminent specialists from each country in Latin America and the Caribbean. The objective of this Working Group would be to prepare and propose common positions and a shared and well-defined stance to face the international financial crisis and to build a new financial architecture.

The first session of the financial Working Group will take place at a regional meeting to be held 16 March 2009 in Santiago, Chile. The group will be coordinated by Chile.

The main characteristics of both the common positions and the specific initiatives will be values inherent to cooperation and solidarity, aimed at widening the horizons to a renewed Latin American and Caribbean vision for the 21st century.

CHEFES DE DELEGAÇÃO



Chefes de Delegação

Antígua e Barbuda

Embaixadora, **Sra. Joan H. Underwood**

Argentina

Presidente, **Sra. Cristina Elisabet Fernández de Kirchner**

Bahamas

Primeiro-Ministro, **Sr. Hubert Alexander Ingraham**

Barbados

Chanceler, **Sra. Maxine McClean**

Belize

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, **Sr. Wilfred Peter Elrington**

Bolívia

Presidente, **Sr. Juan Evo Morales Ayma**

Brasil

Presidente, **Sr. Luiz Inácio Lula da Silva**

Chile

Presidente, **Sra. Verónica Michelle Bachelet Jeria**

Colômbia

Vice-Presidente, **Sr. Francisco Santos Calderón**

Costa Rica

Chanceler, **Sr. Bruno Stagno Ugarte**

Cuba

Presidente do Conselho de Estado e de Ministros da República de Cuba, **Sr. Raúl Modesto Castro Ruz**

Dominica

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Imigração e Trabalho, **Sr. Vince Henderson**

El Salvador

Vice-Ministro das Relações Exteriores, **Sr. Eduardo Cálix López**

Equador

Presidente, **Sr. Rafael Vicente Correa Delgado**

Grenada

Secretário para Cultura no Ministério da Juventude, Esportes e Cultura,
Senador, **Sr. Arley Gill**

Guatemala

Presidente, **Sr. Álvaro Colom Cabarelllos**

Guiana

Presidente, **Sr. Barrat Jagdeo**

Haiti

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Culto, **Sr. Alrich Nicolas**

Honduras

Presidente, **Sr. José Manuel Zelaya Rosales**

Jamaica

Primeiro-Ministro, **Sr. Orette Bruce Golding**

México

Presidente, **Sr. Felipe de Jesús Calderón Hinojosa**

Nicarágua

Presidente, **Sr. José Daniel Ortega Saavedra**

Panamá

Presidente, **Sr. Martin Erasto Torrijos Espino**

Paraguai

Presidente, **Sr. Fernando Armindo Lugo Méndez**

Peru

Primeiro Vice-Presidente, **Sr. Luis Alejandro Giampietri Rojas**

República Dominicana

Presidente, **Sr. Leonel Antonio Fernández Reyna**

Santa Lúcia

Ministro das Relações Exteriores, Comércio e Investimento, **Sr. Rufus George Bousquet**

São Cristóvão e Névis

Enviado Especial do Ministro das Relações Exteriores, **Sr. Embaixador Errol Maynard**

São Vicente e as Granadinas

Primeiro-Ministro, **Sr. Ralph Everard Gonsalves**

Suriname

Presidente, **Sr. Ronald Runaldo Venetiaan**

Trinidad e Tobago

Ministra dos Negócios Estrangeiros, **Sra. Paula Gopee-Scoon**

Uruguai

Presidente, **Sr. Tabaré Ramón Vázquez Rosas**

Venezuela

Presidente, **Sr. Hugo Rafael Chávez Frías**





<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)